



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretaria Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 22 de março de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

Convidados: Gustavo Aguiar CEPCT-RN

Juliana Silva Conselho Estadual de Direitos Humanos do RN

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta: 9:35hs
- Condução: Vice-Presidente.
- Instalação do quórum.

- Esse Primeiro ponto de pauta seria a posse da sociedade civil e governo, porém a Portaria não foi publicada a tempo no Diário Oficial da União.

- A CGCT se comprometeu a agilizar a publicação da Portaria.

- Sugere-se que os encaminhamentos sejam aprovados em bloco no dia 23.

- Sugerido pela vice-presidência a aprovação de um Extrato de ata com os registros dos encaminhamentos, e que a pauta siga seu fluxo para que se aproveite a presença dos convidados.

Após as discussões verificou-se que havia quórum para instauração da 38ª Reunião Ordinária.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNDH/MDHC 2. MINISTERIO DA DEFESA	1. ITTC 2. ANADEP 3. GAJOP 4. REDE 5. SOMOS 6. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES 7. EDUCAFRO 8. UFRN 9. AJD 10. COFEN 11. AGENDA NACIONAL

Soma RG: 2 (dois) membros de governo	Soma SC: 11 (onze) membros de sociedade civil
Total: 13 representantes presentes no momento do quórum.	

1.2. Leitura, inversão e aprovação da pauta da 38ª RO CNPCT.

- Inversão de pauta.
- Como não houve a posse dada pelo Ministro dos membros de governo e sociedade civil, o CNPCT deliberou pela inversão de pauta, para tratar dos acontecimentos recentes no Rio Grande do Norte

2. Temática

2.1. Estado do Rio Grande do Norte

- **Síntese da discussão:**
 - Apresentação inicial pelo Gustavo Campos Presidente do CEPCT-RN. Contextualizou o CNPCT da situação atual do Estado do Rio Grande do Norte, e do controle exercido pelo governo do estado no sistema prisional. Falou das consequências negativas trazidas todas as vezes em que a FTIP foi enviada para o Estado.
 - Falou da preocupação de um novo massacre em Alcaçuz, e propôs um monitoramento em âmbito nacional pelo Mecanismo, pelo Comitê Nacional e Ministério da Justiça sobre a atuação da FTIP dentro das unidades prisionais.
 - Sugeriu também que o Ministério pensasse em ações de monitoramento dos estados.
 - Afirmou que as denúncias que são feitas pelo Comitê Estadual ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte não são apuradas.
 - Sergio Cabral relatou que a ouvidoria do Sistema Nacional Penitenciário não procurou os organismos de controle a respeito da situação do RN, além das cobranças das medidas efetivas pelo Estado do Rio Grande do Norte, que não dão retorno.
 - Geraldo Wanderlei falou da situação do Estado do RN e informa que o Ministério Público arquivou os relatórios encaminhados pelo CEPCT/RN e pelas entidades de sociedade civil. As denúncias feitas aos órgãos de controle não são de fato apuradas.
 - Mecanismo fez apresentação do relatório da missão realizada no Rio Grande do Norte. Apresentou as unidades inspecionadas, e da opressão que as pessoas privadas de liberdade sofrem, com as condições péssimas de comida, problemas no atendimento de saúde, tais como: tuberculose, meningite, lesões, bolsas de colostomia, curativos a fazer que muitas vezes são feitos por outros detentos.
 - O Mecanismo relatou que após a última inspeção realizada no Estado muitos presos sofreram retaliações, e apresentou fotos de pessoas machucadas.
 - A perita Bárbara informou que em todas as celas visitadas, todas elas, sem exceção, estava com machucadas.
 - Registra-se a indignação com o nível de inoperância das autoridades do Rio Grande do Norte.

- Foi informado que o Juiz da VEP do estado do RN ficou sem dois anos inspecionar os locais de privação de liberdade, e ainda classificou as unidades como regular.
- Concluído que há uma ausência total dos órgãos de fiscalização dentro das unidades prisionais do RN.
- A perita Ana Cecília informou que a distribuição de remédio é feita sem identificação e o armazenamento é completamente fora dos padrões estipulado pela Anvisa.
- Não há um processo de desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos, que traz uma dieta inadequada para pessoas com necessidade de dieta específica, no caso de pessoas portadoras de diabetes, além de muita sujeira.
- As comunidade terapêutica trabalham com medicação sem prescrição médica, e com a obrigatoriedade de participação em atividades religiosas e trabalho forçado.

- A representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Juliana Silva, informou que o CNDH irá em missão ao RN, e ela sugeriu uma missão do CNPCT ao RN. Que em breve será enviado um convite para realização dessa visita.
- Ela trouxe ao conhecimento do colegiado que o FUNPEN repassará cem milhões de reais para o Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Norte, para compras de armas e construção de unidade prisional.
 - Fica a recomendação do CNPCT acompanhar a alocação desses recursos.
- Falou da ampliação de vagas em hospital de custódia que passará a ser uma unidade mista;
- Ana Karenina, representante da UFRN, fala sobre a ausência do Ministro Silvio, e fala que essa ausência retrata a falta de compromisso do Estado com os direitos humanos.

Relato de familiares:

- Liane, informa que está com dois filhos custodiados pelo estado do Rio Grande do Norte, e do medo que ela tem quanto a segurança dos filhos. Relatou que a alimentação é entregue azeda, e uso da tortura com alimentação. Relatou, que em uma das ocasiões em que foi visitar um de seus filhos, no horário do meio-dia, disse que os policiais penais informaram que todos que estavam em horário de visita ficariam sem alimentação, e em seguida colocaram as marmitas em sacos de lixo, e deixaram os detentos sem comida.
- Informou que o atual Secretário de Segurança Pública reduziu a quantidade de lanche liberada para que os familiares levassem. Além das retaliações que os familiares sofrem pelos agentes penais por fazerem as denúncias de maus-tratos.
- Relatou que o Ministério Público não leva as denúncias, realizadas pelas famílias, para apuração, tornando ineficiente os órgãos de controle.
- Materiais de higiene, limpeza, comida, colchão, lençol, cueca, calção, tiram os bens das pessoas privadas de liberdade, e jogam no chão na frente dos familiares.

- O Diretor do Sistema Penitenciário Federal, Cristiano Torquato informou que os problemas que existem no sistema prisional existem, e que o SENAPPEN atua apenas no apoio solicitado pelo Estado, a responsabilidade de solicitação da FTIP é dos órgãos locais, do governo do Estado, não da SENAPPEN.
- Informou que será implementado bases para educação, trabalho, manutenção equipamento de revista, saúde, câmeras corporais nos uniformes dos policiais.
- A diretriz quanto governo federal é que todos os serviços penitenciários tenham policiais penais com câmeras nos seus uniformes.
- Foi sugerido a criação de um Grupo de Trabalho com os comitês estaduais, CNPCT e familiares, para a aquisição desses equipamentos.

2.2. Encaminhamentos relacionadas ao Estado do Rio Grande do Norte

- Ofício ao Ministro Just. E Seg. Pub. SENAPPEN reiterar as recomendações do MNPCT sobre a atuação da FTIP no RN
- Cobrar a resposta dos ofícios de recomendações do MNPCT que consta no relatório (colocando as datas que foram enviados e tempo sem resposta) (atenção especial à recomendação sobre câmeras prediais)
- Ofício ao SENAPPEN instalação de câmeras nos uniformes – prazos, tipo de licitação, custo orçamentário, armazenamento, quem tem acesso
- Reunião extraordinária com os familiares, ministérios que compõem o CNPCT (DPE RN, MPE-RN, GMF, DMF, SEAP, SENAPPEN, Governo estadual, Ministério da Justiça, Corregedoria do TJRN, CNMP) 31/03 de 09:00 à 12:00
- Oficiar o gabinete do ministro do MDH e do MJSP para comparecer na reunião extraordinária
- Ofício ao MJSP (SENAPPEN) detalhamento sobre a alocação da verba
- Ofício ao CNMP para que o ministério público atue na investigação de tortura no estado
- Reiterar a solicitação da ida do MNPCT ao RN ao MDH*
- GT com o CNPCT e o MNPCT para tratar da visita ao RN*
- Participação do CNPCT na visita com o CNDH no RN*
- Pagamento de diária para Maria Clara representar o CNPCT no RN
- Oficiar o MPRN (19ª Promotoria) para que se verifique a prisão de mulheres que estavam em manifestação,
- Ofício para dar ciência que o CNPCT recebeu denúncia de interrupção de Visita Íntima, não fornecimento de água nos estabelecimentos, e impedimento de ingresso da cobal oficiar a SEAP e SEMJIDH, juiz da VEP, DPE, MPRN, MDHC
- Imediata interrupção para a FTIP nas unidades (ofício ao SENAPPEN)

3. Fechamento da reunião

- Reunião foi encerrada sem vencer todos os pontos de pauta e os demais pontos serão deliberados no dia seguinte, dia 23 de março.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretaria Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 23 de março de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

- **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta: 9:25hs
- Condução: Vice-Presidente.
- Instalação do quórum.

Entidades presentes no momento do quórum:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNDH/MDHC 2. MINISTERIO DA DEFESA 3. MDS	1. CFSS 2. Agenda Nacional pelo Desencarceramento 3. GAJOP 4. ITTC 5. ANADEP 6. REDE 7. ASSOC. DE AMIGOS E FAMILIARES 8. REDE 9. EDUCAFRO 10. COFEN 11. SOMOS
Soma RG: 3 (três) membros de governo	Soma SC: 11 (onze) membros de sociedade civil
Total: 13 representantes presentes no momento do quórum.	

1.2. Leitura, inversão e aprovação da pauta da 38ª RO CNPCT.

- Inversão de pauta.
- Fica aprovado que o período da tarde ficará disponível para a apresentação dos relatórios de inspeção do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

2. Administrativo

2.1. Posse dos Membros nomeados

- Apresentação da Ministra Interina, a Secretaria-Executiva, Rita Cristina.
- Leitura das portarias que designa os membros de governo, e atualiza a composição dos representantes da sociedade civil.

Pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

suplente do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania:

Rita Cristina de Oliveira;

Como representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

1. titular: Fernanda Vieira de Oliveira;
2. titular: Ana Lúcia Castro de Oliveira;

Pelo Ministério da Defesa:

Titular: Ricardo de Mello Araújo;

Suplente: Rafaelo Abritta;

Pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome:

Titular: Francisco Coullanges Xavier;

Suplente: Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto;

Pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República:

titular: Murilo Vieira Komniski;

suplente: Francisco Denes Pereira;

Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública:

Secretaria Nacional de Políticas Penais:

1. titular: Cristiano Tavares Torquato; e
2. suplente: Sandro Abel Sousa Barradas;

representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública:

1. titular: Isabel Seixas de Figueiredo; e
2. suplente: Márcio Júlio da Silva Mattos;

Pela Agenda Nacional pelo Desencarceramento

Como suplente Patrícia de Oliveira da Silva;

Como representantes da AJD Associação Juízes pela Democracia:

1. titular: Cristiana de Faria Cordeiro;
2. suplente: Cláudia Maria Dadico;

Como representantes do Conselho Federal de Enfermagem

1. titular: Antônio José Coutinho de Jesus;
2. suplente: Zenaide Cavalcanti de Medeiros Kernbeis;

- Apresentação dos membros de governo e sociedade civil.

- Matheus, representante suplente da ANADEP, reforça o convite a participação dos membros de governo, e sugere que a vice-presidência seja da sociedade civil.

2.2. Esclarecimentos – Orçamento

- A Secretaria-Executiva, esclareceu o motivo da ausência do Ministro e pediu desculpas

pela sua ausência, e que o Ministro dá importância a pauta.

- Esclareceu que o orçamento recebido do governo anterior veio prejudicado pela falta de compromisso do governo anterior. Em relação a recomposição orçamentária, ela pediu um prazo para o estudo do remanejamento, tendo em vista a divisão do orçamento com a divisão das pastas: mulheres, IR e DHC.

A informação foi levantada e de que foi conseguido a recomposição orçamentária, atendendo as estimativas apresentadas pela secretárias dos colegiados 685 mil. O ofício circular será encaminhado aos colegiados.

Apresentou as propostas de um projeto em conjunto com o MJ e CC para dar importância a temática relacionada aos direitos das pessoas em condições de privação de liberdade.

- Mecanismo fez o esclarecimento de que não é um colegiado e que a sua natureza é distinta.
- A ausência da SE na data do dia 22 se deu por conta de uma falha de comunicação, e por essa razão a Secretaria não pode participar.
- Em relação ao orçamento do Mecanismo, o orçamento está 514.561,93 foi atendido conforme previsão orçamentária.

2.3. Aprovação do calendário

- O calendário apresentado pela Coordenação-Geral foi aprovado com alteração na reunião do mês de maio, a data apresentada seria dia 24 e 25 de maio, e por questões de agenda, a nova data se dará nos dias 30 e 31 de maio de 2023.

Aprovado o seguinte calendário para o ano de 2023

Data	RPO
22/03 e 23/03	38ª Reunião Ordinária
30/05 e 31/05	39ª Reunião Ordinária
19/07 e 20/07	40ª Reunião Ordinária
20/09 e 21/09	41ª Reunião Ordinária
22/11 e 23/11	42ª Reunião Ordinária
Reuniões da Mesa Diretora	
07/03	1ª Reunião da Mesa Diretora
16/05	2ª Reunião da Mesa Diretora
04/07	3ª Reunião da Mesa Diretora
05/09	4ª Reunião da Mesa Diretora
07/11	5ª Reunião da Mesa Diretora

3. Temática

3.1. Missão ao Rio Grande do Norte

- Após esclarecimento da SE quanto a não participação do Ministério na Missão solicitada pelo Mecanismo, a vice-presidência sugere uma articulação do Mecanismo com o CNPCT para a realização dessa inspeção.

- Liane, familiar de pessoa privada de liberdade, pede socorro quanto a situação o Rio Grande do Norte, afirma a que é uma situação de urgência, por conta das violações dentro do sistema prisional e as principais violações são diretamente do agentes de segurança pública.

- Barbara informou que já está recebendo retorno, e sugere que seja destacado pessoas do Comitê para articular uma ação mais cirúrgica no Estado do Rio Grande do Norte. Frisou a importância da participação do MDH, MJ, MNPCT e CNPCT no alinhamento dos projetos, em que as concordâncias não são as mesmas.

- Ana Valeska apresentou a importância de derrubar a resolução Interadministrativa nº 002/2023 – SEAP/RN, de 20 de março de 2023, uma vez que a Resolução impede

a entrada de advogados e familiares, deixando as pessoas privadas de liberdade e maior vulnerabilidade.

- Acolhida pelo plenário o encaminhamento dado pela perita Bárbara Coloniese e Fernanda Fernandes, representante da ANADEP, onde sugere-se a criação de um GT para deliberar sobre a inspeção relacionada ao Estado do Rio Grande do Norte.

Encaminhamento:

Criação de GT para a situação específica do Estado do Rio Grande do Norte. Composto pelas seguintes instituições: ITTC; Agenda Nacional pelo Desencarceramento; COFEN; GAJOP; Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade;

- Provocar o governo do estado para revogação da resolução Interadministrativa nº 002/2023 – SEAP/RN, de 20 de março de 2023.

3.2. Apresentação do Relatório de Inspeção nas Unidades Prisionais de Alagoas

- A apresentação do relatório foi feita pelos peritos: Rogério Duarte, Maria Cecília, Camila Antero e Bárbara Coloniese.

- O relatório apontou situação completamente insalubre de detenção, mal acondicionamento de alimentação, comida pobre em nutrientes, pessoas com necessidades específicas de alimentação não recebem a alimentação adequada.

- As estruturas das unidades inspecionadas estão completamente precárias, e inseguras com rachaduras, infiltrações e lodo nas paredes.

- A comida é acondicionada e local descoberto, onde foi verificado pelo Mecanismo que é passagem de ratos.

- Relataram que encontraram na central de flagrante, que é uma cela específica, pessoas machucadas.

- Medicamento acondicionado de forma inadequada.

- Em relação ao atendimento de saúde, foi encontrado pessoas com fraturas aguardando cirurgia, em condições completamente inadequadas, e sentindo dores. Pessoas com problemas de pele, diabéticos sem acompanhamento adequado além da falta de insulina, Pessoas cadeirantes sem acesso a chuveiro, para utilizar o banheiro, precisam de ajuda de outros detentos.

- Foi encontrado no local armas de choque.

- Na vistoria realizada no socioeducativo foi relatado pela perita Maria Cecília, que os reeducandos são dispostos apenas de cueca em uma quadra esportiva, sem cobertura, e aqueles que porventura não tenham cueca, são expostos nus.

- No momento do banho de sol os reeducando só podem sair da cela, no momento em que, o batalhão da GCon chegar, e se o batalhão chegar atrasado, o tempo do banho de sol é reduzido.

- As audiências de custódia são completamente sem privacidade, foi detectado pelo Mecanismo a inexistência de canais de denúncia.

Foi apresentado ao Mecanismo relatório de controle de internos que recebem atendimento de saúde constando na lista três, quatro atendimento para a mesma pessoa no mesmo dia, então são registros que não parecem corresponder à realidade

- Ausência de plano de carreira, e estrutura insalubre para as condições de trabalho dos funcionários;

- Rogério Duarte informou que o Comite estadual de combate à Tortura do estado de Alagoas está instituído em lei, porém encontra-se inoperante. O Estado não forneceu estrutura, deixando o Estado sem CEPCT.

Encaminhamento: Reiterar as principais recomendações e pensar naquelas que foram enviadas em setembro e não tiveram resposta.

Classificar as recomendações em curto, médio e longo prazo, e reiterar as recomendações que ainda não foram respondidas.

3.3. Apresentação do Relatório de Inspeção nas Unidades do Distrito Federal

- A perita Carolina Barreto apresentou o relatório das inspeções realizadas na Unidade da Colméia,

O colegiado foi informado das violações das prerrogativas do MNPCT no Distrito Federal, baseados na Portaria assinada pela Juíza em 2016.

- Foi mencionado da situação de retaliação e criminalização da atividade do MNPCT por meio da Ocorrência Administrativa 41002300285

- Os agentes penais fizeram controle das imagens, pedindo as fotos tiradas do MNPCT, para que eles pudessem escolher quais imagens iriam para o relatório. Na saída, ligaram para a assessora da Juíza para “autorizar” a saída das peritas do MNPCT.

- A Perita relatou que, depois que os membros do Ministério Público ou da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão saíam da inspeção, o tratamento ao Mecanismo era completamente o oposto, violando as prerrogativas do MNPCT. Tentaram proibir a entrada de máquina fotográfica, e durante toda a visita, incluindo na Ala LGBT, a inspeção foi o tempo todo atrapalhada pelos agentes da DEPOE, ouvindo os depoimentos.

- Postura extremamente intimidatória, com a Portaria 8/2016 da VEP/TJDFT.

Encaminhamentos:

- 1) Sugerido pela vice-presidência, uma representação contra a juíza da VEP, Leyla Cury.
- 2) A Anadep reitera as recomendações emergenciais que ainda não foram respondidas e;
- 3) Fazer a representação em desfavor dos juízes Leila Cury, Vinicius Santos Silva, Bruno Aielo Macacari, Valter Andre de Lima Bueno Araújo, da VEP, por violar as prerrogativas do MNPCT, por mais de uma ocasião - Portaria VEP 8 de 25/10/2016.
- 4) O representante do Ministério da Cidadania, sugeriu uma aproximação com o CONANDA para verificar o que se pode pautar em relação as crianças e adolescentes filhos de pessoas presas, para verificar se esse impedimento de ver o pai ou a mãe, não violaria o direito à convivência familiar e comunitária, Xavier será o ponto focal.
- 5) Alterar a Portaria 38 de 2022, incluindo o representante do Ministério da Cidadania

3.4. Criação do grupo de trabalho e elaboração da Portaria

- Criado Grupo de Trabalho para tratamento das questões do Estado do Rio Grande do Norte.

- O texto da Portaria fica aprovado em plenária, e será encaminhado para publicação.

Encaminhamentos:

- 1) Oficiar o Ministro em conjunto com o MNPCT da importância na participação do Ministério na ida ao Estado do Rio Grande do Norte.
- 2) Buscar saber se tem algum procedimento contra os peritos do MNPCT na SEAP, ou em outros órgãos.
- 3) Foi definida reunião do GT RN no dia 24/03 às 14:00

4. Fechamento da reunião

- Reunião foi encerrada com os encaminhamentos aprovados em bloco.

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DEGRAVAÇÃO

38^a Reunião Ordinária do CNPCT

Dias: 22 e 23/03/2023

Brasília/DF

Página 1 de 339

DEGRAVAÇÃO

38ª Reunião Ordinária do CNPCT

1- 38ª Reunião Ordinária do CNPCT-Dia 1-gravação 1:

- 1 **Interlocutora não identificada** – A questão foi encaminhar para a degravação, que
2 não encaminhou porque não instaurou a reunião, mas nesse caso, como o objetivo
3 é instaurar a reunião amanhã, não acho que a gente vai ter problema em
4 encaminhar tudo para a degravação, mas a ata, a gente vai fazer que tudo que
5 encaminhar hoje é aprovar amanhã. Então vai ter uma ata de qualquer forma, da
6 trigésima até a quarta. Formalmente, a gente aprova amanhã, Matheus, mas a
7 gente vai discutir, aprovar hoje ou amanhã. A gente só vai repetir em bloco, pelo
8 menos é a minha sugestão, em bloco o que foi aprovado hoje no Munduo da Vida.
9 Está entrando mais gente aqui. Doze presentes até agora. Doze com a JD.
- 10 **Interlocutora não identificada** – Agora, na verdade, seria a leitura dos pontos da
11 pauta, é isso?
- 12 **Interlocutora não Identificada** – Só um minuto, gente. Gente, só um minutinho que
13 a Luana está me dando uma orientação aqui. Eu vou ser chata aqui com o povo
14 aqui para a gente conseguir o quórum. Só um segundo.
- 15 **Sra. Patrícia** – Bom dia, pessoal. Depois eu queria, eu quero falar de uma coisa
16 que foi do ano passado que eu já trouxe para o Comitê Nacional e está se repetindo.
17 E aí me incomodou de novo. E acho que também a gente deveria colocar, hoje é a
18 primeira reunião da JD, atualizar a JD. Precisa ser tudo, mas acho que precisa ter
19 o mínimo da informação de tudo que está acontecendo, entendeu? Porque eles não
20 estão acompanhando o grupo, então eles ficam meio perdidos na situação.
- 21 **Interlocutor não identificado** – Patrícia, me permite, é importante isso. Eu acho
22 que independente da formalidade do governo de dar posse, eu acho que as colegas

23 da JD, os colegas podem já entrar no grupo. Eu acho que isso não é nenhum
24 empecilho. Eu acho que quem é o administrador pode fazer isso agora.

25 **Sra. Patrícia** – Eu também acho, porque eles estão na reunião, eles vão participar
26 do comitê, mas a gente tem informações que eles não têm. Então eles, de certo
27 modo, estão vendidos na história. Coitados, não estão sabendo disso, do que a
28 gente já falou. E acho que para a próxima reunião, vou falar de novo, porque você
29 é chata de novo. A gente tem que conseguir o compromisso do ministro. Estar no
30 governo, assumir o governo, estar no ministério, tem que fazer a sua parte. Não dá
31 para a gente mudar a nossa agenda, para a gente ficar nessa enrolação. A gente,
32 afinal, não está no governo Bolsonaro. A gente está em outro governo. A gente está
33 no governo do PT, no governo do ex-egresso presidente Lula, que ficou preso na
34 Polícia Federal, que não é uma cadeia muita coisa, mas ele também ficou privado
35 de liberdade. Então, assim, o compromisso, na prática, tem que aparecer.

36 **Interlocutora não identificada** – Se quiserem mandar também aqui no chat o
37 contato, desculpe, eu esqueci o seu nome, do representante do Conselho Federal
38 de Enfermagem, também que está aqui na reunião e que vai tomar posse.

39 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos
40 Humanos - MDH)** – Bom dia, todos me ouvem? Sim? Bom, prazer. Meu nome é
41 Ana Lúcia, eu sou Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos,
42 aqui do Ministério de Direitos Humanos. Vou só a título de esclarecimento, com
43 relação, vou levantar da questão da secretaria, da Isadora. Inicialmente, o OMDH
44 tinha indicado como representantes titulares, internamente aqui. São dois
45 representantes, seria a Fernanda e a Isadora. E eu seria suplente da Isadora. Acho
46 que, depois disso, a gente alterou aqui e eu vou ficar como titular, como
47 representante do Ministério. Então, imagino que ela não tenha, não conversei
48 diretamente com ela, mas imagino que ela não tenha comparecido hoje, porque
49 justamente ficarei eu como representante, mas trabalho na Secretaria de Promoção
50 e Defesa de Direitos Humanos, minha coordenação é diretamente ligada a ela e vou

51 fazer todos os repasses, enfim, todos os encaminhamentos necessários aqui dentro
52 do Ministério, só para esclarecer essa situação. Obrigada.

53 **Interlocutora Não Identificada** – Mas seria também o representante do ministro
54 aqui, não é? Além do Ministério, não teria isso? Não foi isso que foi dito na última
55 reunião? Que eu não estou me lembrando o nome da pessoa agora.

56 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos**
57 **Humanos - MDH)** – É, eu não estava na última reunião, não é? Estou, vou iniciar
58 aqui, estou começando na coordenação este ano, mas, salvo engano, aí acho que
59 até a Nana que está numa ligação, estamos aqui no mesmo andar, mas ela está
60 um pouquinho distante de mim, ela pode esclarecer melhor, mas, para dar posse,
61 teria que ter uma pessoa, não é? Teria que ter a secretaria executiva. O ministro,
62 na verdade, essa agenda, assim, de hoje, ele está na Argentina. Então, acho que
63 por isso que ele não conseguiu estar aqui. E aí, quem assume o lugar dele é a
64 secretária-executiva, a doutora Rita Cristina. Rita, é isso.

65 **Interlocutor Não Identificado** – Eu entendi a Nana falar que ela estaria aqui já,
66 Rita, também.

67 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos**
68 **Humanos - MDH)** – Salvo engano, ela tinha entrado, não sei se ela teve um
69 problema de conexão, eu acho que ela chegou até, salvo engano, a ingressar.

70 **Interlocutora Não Identificada** – É, mas seria importante, será que você não
71 consegue falar com ela para ver se ela não entra na reunião?

72 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos**
73 **Humanos - MDH)** – Eu acho que a Nana está justamente tentando fazer isso.

74 **Interlocutora Não Identificada** – Maria Clara, deixa eu perguntar. Você, além dos
75 ofícios que a Nana mandou convidando, você chegou a conversar com alguém que
76 confirmou que viria enquanto convidado?

77 **Sra. Maria Clara** – Sim, eu acredito que a Juliana já estava entrando, não sei se ela
78 já entrou, acho que o Gustavo, do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à
79 Tortura do Rio Grande do Norte, já estava presente desde o início da reunião.
80 Inclusive, ele tinha falado aqui no chat, entrou em contato com o representante da
81 Secretaria de Segurança Pública e falaram que não localizaram o convite,
82 perguntando se enviaram por e-mail ou pelo SEI. Então, queria até perguntar isso
83 também para a coordenação, para onde foi o convite feito para a secretaria. E eu
84 acredito que os demais, os representantes de familiares também vão entrar, mas
85 está pendente dessa confirmação se vai acontecer mesmo ou não a reunião, mas
86 acho que todo mundo já está entrando. É que eles iriam entrar a partir das 10h30
87 também, é o ponto da pauta. Ah, o Gustavo corrigiu aqui. É da Secretaria da
88 Administração Penitenciária, não da Segurança Pública. Ele entrou em contato, mas
89 as duas foram convidadas, de qualquer forma.

90 **Sra. Juliana (Conselho Estadual de Direitos Humanos – RN)** – Gente, bom dia.
91 Eu estou com áudio. Está dando para me ouvir?

92 **Interlocutora Não Identificada** – Sim, sim.

93 **Sra. Juliana (Conselho Estadual de Direitos Humanos – RN)** – Ah, porque minha
94 câmera, não sei por que, não estou conseguindo acessar aqui por essa plataforma,
95 mas quando eu for fazer alguma fala, posso tentar entrar pelo celular, mas só para
96 dizer, a Maria Clara mandou mensagem agora no WhatsApp para dizer que eu
97 estou por aqui, sim. Sou Juliana, do Conselho Estadual Direitos Humanos aqui do
98 Rio Grande do Norte. Coloquei aqui no chat, mas caso você não tenha visto, só
99 para dizer que eu já estou por aqui, sim. Bom dia, gente.

100 **Interlocutora Não Identificada** – Ótimo, Juliana. Obrigada por entrar. Acho que a
101 gente já podia colocar a situação. Eu dei uma antecipada por ela aqui pelo
102 WhatsApp. E o Gustavo está acompanhando, mas a gente está nessa situação de
103 que estamos sem quórum por ausência dos representantes do governo. E aí, enfim,
104 a gente está nesse processo de decidir se vai continuar ou não, especialmente

105 nesse ponto de pauta que a ideia era que vocês colocassem a situação do Rio
106 Grande do Norte. Tem muita presença de alguns representantes do governo. Quer
107 falar, Nana?

108 **Sra. Nana** – Deu o quórum.

109 **Interlocutora Não Identificada** – Deu o quórum?

110 **Sra. Nana** – Deu.

111 **Interlocutora Não Identificada** – Quem entrou?

112 **Sra. Nana** – Com o Ministério da Defesa da 13.

113 **Interlocutora Não Identificada** – De governo, a gente tem Ministério da Defesa,
114 Direitos Humanos e...?

115 **Sra. Nana** – Por enquanto, só.

116 **Interlocutora Não Identificada** – O Ministério de Igualdade Racial também não
117 entrou? Não foi convidado?

118 **Interlocutora Não Identificada** – Não, foi convidado, mas ele ainda não seria
119 membro, não é? Você lembra daquela reunião?

120 **Interlocutora Não Identificada** – Não, mas eu sei. Eu sei, eu sei. Estou
121 perguntando, assim, não só para ter quórum, a mesma coisa que a gente colocou
122 na sexta, não é? Mas para substância dos debates.

123 **Interlocutora Não Identificada** – Eu posso mandar aqui à secretaria lá, que eu
124 tenho o telefone dela, para ver se eles vão entrar, mas eles foram os primeiros,
125 inclusive, a mandar as indicações.

126 **Interlocutora Não Identificada** – Está bem. E o Ministério da Justiça também
127 respondeu, não é?

128 **Sr. Geraldo Vanderlei** – Bom dia, pessoal. Eu estou falando aqui do Rio Grande
129 do Norte. É Geraldo Vanderlei, da Pastoral Castellari, que eu recebi o convite para
130 participar da reunião. Estou aqui, já aposto.

131 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Geraldo. A gente está aqui deliberando
132 algumas questões, mas a gente já vai ter condição de continuar aqui a reunião.
133 Nana, só uma questão. A Rita não vai entrar na reunião?

134 **Sra. Nana** – Eu cobrei lá no gabinete. Estou aguardando a resposta, mas nós já
135 temos o quórum. Aí é avaliar se quer esperar ainda mais tempo, ou se a gente toca.

136 **Interlocutora Não Identificada** – Matheus, está com a mão levantada. Você quer
137 falar alguma coisa?

138 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores
139 Públicos)** – Quero, sim. Obrigado. Assim, a sugestão de encaminhamento, eu
140 queria reiterar o que a Maria Clara trouxe, no sentido de que os seus convidados,
141 não é? Pastoral Castellari, enfim, órgãos de governo, eu vi que as peritas do
142 Mecanismo Nacional, bom dia também a elas, entraram na reunião e têm
143 conhecimento aprofundado sobre a questão do Rio Grande do Norte. Se eles têm
144 interesse em falar, ainda que eles voltem amanhã, quem tiver interesse de voltar
145 amanhã para falar em frente ao governo, se tiver mais gente do governo, mas eu
146 acho importante, porque, por exemplo, tenho conversado muito com todos vocês aí
147 no Zap, nos telefonemas, algumas pessoas, não é? As peritas, o próprio Alex, quem
148 é do Rio Grande do Norte, está mais inteirado disso, e a gente não foi lá, a gente
149 não fez inspeção, a gente não ouviu as pessoas diretamente, a gente sabe pelas
150 informações que chegam, tanto por vocês quanto pela mídia, então, assim, eu
151 achava muito importante, aqui registro novamente a minha frustração na linha do
152 que a Patrícia colocou, a Fernanda colocou, enfim, a vice-presidência, mas eu acho
153 que a gente podia aproveitar esse momento que deu o quórum agora para ouvir as
154 pessoas que estão presentes na linha do que a Maria Clara colocou, se elas têm
155 interesse mesmo em falar, eu acho que seria um momento importante para ouvi-las

156 e ouvi-las, e com o quórum a gente pode, inclusive, adiantar os encaminhamentos
157 que a gente vem debatendo já nos últimos dias, seja aqueles encaminhamentos
158 vindos do relatório, do mecanismo nacional, seja aqueles encaminhamentos que os
159 membros e membros do comitê têm conversado nas últimas semanas, então, o que
160 eu ia sugerir como encaminhamento, depois de uma hora, finalmente, a gente
161 conseguiu o quórum, era isso, obrigado.

162 **Interlocutora Não Identificada** – Antes de passar a palavra aqui, eu não sei quem
163 que levantou a mão agora, porque não apareceu aqui para mim, acho que alguém
164 talvez tenha levantado a mão, o Matheus falou, eu acho que a Ana Valesca, o
165 Matheus falou agora, mas enquanto você falou, o Matheus e o Geraldo não tinham
166 entrado ainda e não estavam sabendo necessariamente o que estava acontecendo,
167 e outras pessoas que estão sendo admitidas depois da fala da Maria Clara. Então,
168 a questão é a seguinte, acho que a gente convidou, fez esses convites, alguns foram
169 formais, através de ofícios, etc., outros foram através dos próprios contatos para
170 saber a situação que estava acontecendo no Rio Grande do Norte e ter
171 encaminhamentos, escutar. E aí, para contextualizar, que nesse momento agora,
172 como representante do governo, a gente tem o Ministério da Defesa e o Ministério
173 de Direitos Humanos. O Ministério da Justiça, que tinha se comprometido a encarar
174 na reunião, não está presente na reunião. O ministro também não está presente na
175 reunião, por isso eu, que eu não tive tempo de me apresentar, eu sou a vice-
176 presidente e eu estou presidindo a reunião na ausência do ministro. A suplente do
177 ministro, a Rita, também não está presente na reunião. Então, o que acho que o
178 Mateus sugeriu e acho que é o que faz mais sentido é que a gente possa escutar
179 todas as denúncias e, enfim, pensar em encaminhamentos agora que a gente tem
180 um quórum e aí amanhã a gente aprova na reunião e acho que amanhã talvez
181 tenham outros representantes dos ministérios na reunião. E se essas pessoas se
182 sentirem à vontade e quiserem voltar e para elas faz sentido também dizer para
183 essas outras pessoas acho que o espaço pode estar aberto. E aí dizer que essa
184 não é uma decisão e isso não está acontecendo por... isso não é responsabilidade
185 da sociedade civil e sem responsabilidade do governo. Isso tem que ser... deixar

186 muito claro. Porque o comitê ele é formado por membros do governo e por membros
187 da sociedade civil. Os membros da sociedade civil eles estão aqui. Quem não está
188 aqui são os membros do governo que deveriam estar. E sequer até esse momento
189 e isso a gente começou esse novo governo em janeiro e a gente hoje é dia 23 de
190 março não foram indicados todos os membros do governo para comporem o comitê.
191 E isso é algo sério e problemático e que a gente já vem trazendo há um tempo.
192 Então estou deixando registrado inclusive para os nossos convidados para saberem
193 o que está acontecendo e eu acho constrangedor ter que estar aqui nessa reunião
194 mas acho que a gente tem que de um certo lugar responsabilizar quem é
195 responsável pela situação. E dizer que estamos aqui e estamos abertos a escutar
196 todas as denúncias e pensar em encaminhamentos conjuntos em quem está mais
197 próximo da situação. A Ana Valesca tinha levantado a mão e aí depois na sequência
198 o Gustavo. E aí eu acho que a gente pode abrir formalmente para essa questão de
199 começar aqui esse ponto da pauta. E aí eu ia pedir para que as falas das pessoas
200 que forem falar agora que a gente se comprometa a um tempo de fala mais ou
201 menos de no máximo cinco minutos cada um para a gente poder dar conta de ouvir
202 todo mundo e pensar nos encaminhamentos conjuntos. Então vou passar primeira
203 palavra para a Ana Valesca e depois para o Gustavo.

204 **Sra. Ana Valesca** – Bom dia a todas as pessoas presentes aqui em nome do meu
205 pedido para o nosso canal com as peritas que compuseram a equipe do Rio Grande
206 do Norte uma satisfação ver também as representações que nos acompanharam
207 nas discussões do Rio Grande do Norte e nós estamos à disposição. Nos
208 planejamos com uma apresentação por PowerPoint das principais questões que a
209 gente vai abordar nesse relatório que até o fim do dia hoje deve ser publicizado. A
210 gente está nos finais ali naquele momento de formatação, diagramação e tudo mais.
211 Agradecer a presença sobretudo das pessoas do Rio Grande do Norte e de todas
212 as que estão aqui e também assim estranhar um pouco, não é? Porque a gente no
213 fim de março começa a primeira reunião do Comitê do Ano e nessa situação acho
214 bastante lamentável assim, acho que a gente tinha uma expectativa grande com a
215 primeira reunião do ano e só deixar o registro em relação a isso, mas a gente está

216 aqui pronta para fazer essa exposição em respeito às pessoas que vieram e
217 também aos nossos colegas em solidariedade com o que está acontecendo no
218 estado do Rio Grande do Norte. Então a gente está aqui só à disposição para a hora
219 que for decidido se for decidido para fazer a apresentação.

220 **Interlocutora Não Identificada** – Gustavo, você está com a palavra.

221 **Sr. Gustavo** – Certo. Bom dia a todas as pessoas. Eu sou o Gustavo. Estou na
222 presidência do Comitê do Rio Grande do Norte representando o Conselho Regional
223 de Psicologia. Acho que primeiro, não é? Assim, compreendendo esse cenário de
224 que o governo não está em peso aqui, não é? Acho que a gente tem um cenário
225 nacional que é o mesmo que se repete no Rio Grande do Norte, não é? Que é de
226 uma omissão por parte do Poder Executivo e tanto no nível nacional quanto no nível
227 público. Governos do PT, essa omissão capitalista de prevenção e combate à
228 tortura, acho que isso é um exemplo claro de como que as coisas estão
229 acontecendo no nosso cenário. Também estamos, acho que à disposição aqui para
230 relatar algumas questões sobre o Rio Grande do Norte. Acho que é importante que
231 isso também seja feito na presença do Poder Executivo Federal, porque tem
232 questões específicas que precisam ser tratadas e que precisa que o Poder
233 Executivo Federal se responsabilize, não é? Então acho que a gente pode fazer um
234 pouco hoje desse relato, inclusive porque é a sociedade civil que toca essa pauta,
235 não é? A gente sabe que historicamente, se não é a sociedade civil, não tem
236 políticas de prevenção e combate à tortura. Então acho que a gente pode talvez
237 fazer essa apresentação inicial aqui, mas retomá-la, não é uma sugestão, retomá-
238 la quando tiver mais representantes do Poder Executivo, não é? Do Poder Público
239 dentro desse espaço, para que a gente possa aqui talvez pensar algumas
240 estratégias e depois serem apresentadas para o governo. Então acho que talvez
241 possa ser uma linha que a gente possa debater de maneira mais aprofundada essas
242 questões, para que a gente possa de fato intervir enquanto a sociedade civil, que é
243 quem está fazendo a pauta. Minha sugestão é essa.

244 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
245 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Gustavo. Eu acho que aqui a gente pode primeiro
246 deixar as peritas que foram fazer a missão fazerem a apresentação que elas
247 prepararam e daí na sequência a gente abre para as organizações da sociedade
248 civil, pastoral e carcerária, enfim, para o Gustavo, etc. E quem mais estiver aí, acho
249 que a Ana também, se o Bruno quiser falar, não é? E aí a gente vai pensando nos
250 encaminhamentos. Quanto tempo vocês pensaram na apresentação de vocês, Ana,
251 Bárbara e Cecília?

252 **Interlocutora não identificada** – Oi, Sofia. Desculpa, eu perdi o finalzinho que você
253 falou para a gente para começar?

254 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
255 **e Cidadania – ITTC)** – É, eu acho que vocês podem começar. Quanto tempo vocês
256 pensaram na apresentação de vocês?

257 **Interlocutora não identificada** – Uns 40 minutos?

258 **Interlocutora não identificada** – No máximo.

259 **Interlocutora não identificada** – No máximo. Porque foram cinco expressões, não
260 é? Cinco unidades, três em relação à saúde mental e duas no sistema prisional.
261 Pode dar um toque um pouco maior, mas a gente pode fazer um tempo menor
262 também. Depende. A gente quer que todo mundo fale, não é? Todas as pessoas
263 que estão aqui do Rio Grande do Norte participaram com a gente ativamente, não
264 é? Participaram com a gente ativamente, não é? De toda a construção e também
265 feitura das expressões. Então, a gente vai tentar falar rápido e dar o recado mais
266 principal pensando que o relatório Unest circunstanciado vai estar à disposição hoje
267 no fim do dia.

268 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
269 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem. Eu acho que pode ser. Acho que se vocês
270 conseguirem também, enfim, não vou falar tudo o que tem para falar, mas é porque

271 no final dos contos a gente ficou aqui e são 10 e 10, não é? Se vocês falarem 40
272 minutos, são 11 horas e daí a gente tem um tempo, não é? Acho que a gente pode
273 se estender um pouco mais, mas se vocês conseguirem ser um pouco mais breves,
274 mas ainda sem pressionar ninguém. Fiquem à vontade.

275 **Interlocutora não identificada** – Vamos tentar fazer o mais pontual possível, está?
276 Então, vamos começar. Deixa eu colocar aqui. Só... Sofia, me ajuda só para ver
277 alguém aí que vai ser transmitido, se a gente já conseguiu. Sofia, pessoal, vocês
278 estão vendo?

279 **Interlocutora não identificada** – Sim, estamos vendo.

280 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
281 **e Cidadania – ITTC)** – Eu não estou vendo nada, mas... É uma tela preta?

282 **Interlocutor não identificado** – Está aparecendo a inspeção do estado do Paraná.

283 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
284 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, agora apareceu a inspeção do estado do Paraná.

285 **Interlocutora não identificada** – Apareceu? Não, acho que não apareceu.
286 Apareceu, pessoal?

287 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
288 **e Cidadania – ITTC)** – Mas apareceu do Paraná.

289 **Interlocutora não identificada** – Paraná. Está aberto para o Rio Grande do Norte.
290 Para nós está Rio Grande do Norte.

291 **Interlocutora não identificada** – Vocês devem estar com mais de uma tela aberta
292 e aí está aparecendo a tela do Paraná.

293 **Interlocutora não identificada** – Ah, você clicou em Paraná. Mais uma aba. Me
294 ajuda? Aqui, olha.

- 295 **Interlocutora não identificada** – Não é assim que a gente ajuda?
- 296 **Interlocutora não identificada** – É assim.
- 297 **Interlocutora não identificada** – Vem aqui. Por favor. Não estou entendendo. Por
- 298 que ele está aparecendo no Paraná? E quem foi o Paraná aqui? É só compartilhar.
- 299 Não, não é. É só para compartilhar. É só para compartilhar. Está aparecendo o
- 300 Paraná lá. Não, mas não é preciso. É que está compartilhando a tela. Então
- 301 compartilha para nós. Está ali, olha. Está no... Cadê a tela? Está tudo direto para
- 302 mim. Está tudo direto para mim. Que loucura, mas não está em aberto para o
- 303 Paraná?
- 304 **Interlocutor não identificado** – Presidência, quer deixar alguém do Rio Grande do
- 305 Norte falar aqueles cinco minutos, enquanto as peritas arrumam a apresentação?
- 306 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
- 307 **e Cidadania – ITTC)** – Pode ser.
- 308 **Interlocutora não identificada** – Pode ser, enquanto a gente vai...
- 309 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
- 310 **e Cidadania – ITTC)** – Vocês querem... Desligue o microfone de vocês, então.
- 311 Alguém... Você quer falar, Gustavo? Você estava...
- 312 **Sr. Gustavo** – Pronto, pode ser. Eu posso começar. A gente fez uma divisão, não
- 313 é? Falaremos eu e Sérgio pelo Comitê Estadual, pode ser? Eu posso começar e
- 314 depois o Sérgio complementa.
- 315 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
- 316 **e Cidadania – ITTC)** – Claro.
- 317 **Sr. Gustavo** – Vou tentar aqui seguir esses dois, três minutos para que o Sérgio
- 318 possa falar também. Eu combinei também com as peritas do mecanismo, não é?
- 319 Vocês estão me ouvindo?

320 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
321 **e Cidadania – ITTC)** – Espera aí. A Ana Valesca está com o microfone ligado. Agora
322 desligou. Pode falar.

323 **Sr. Gustavo** – Certo. Eu tinha conversado com as peritas do mecanismo para que
324 a gente também pudesse dividir um pouco, porque como elas vão apresentar o
325 relator, acho que a gente não precisa trazer tanto esses pontos. A gente pode se
326 concentrar um pouco mais em trazer um pouco do cenário político aqui do Estado,
327 não é? Assim como no nível nacional, a gente tem as fragilidades aí do comitê. A
328 gente tem um comitê que é só por decreto. A gente não tem uma lei estadual que
329 se automatiza, não é? Um sistema estadual de prevenção e combate à estrutura.
330 Então, um pouco o mecanismo. Então, isso tem trazido algumas dificuldades no
331 âmbito da execução das atividades, não é? Desde 2019 para 2020, a gente começa
332 a fazer o monitoramento das unidades de privação de liberdade, sobretudo do
333 sistema prisional, pela quantidade de denúncias recebidas, seja outras
334 organizações de direitos humanos, seja famílias, etc. Então, desde 2020, a gente
335 tem consciência do que será apresentado hoje, não é? Pelo mecanismo nacional,
336 já vem acontecendo no Rio Grande do Norte, esse cotidiano e essa tortura
337 sistemática que tem acontecido, com vários vetores de tortura relacionados às
338 pregações, dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade. Então, sim, é
339 importante destacar esse ponto, porque a vinda do mecanismo vem muito a partir
340 dessa articulação do comitê estadual, dos órgãos estaduais, com o comitê nacional
341 também, a partir de Alex, que estava representando a UFRN nesse espaço. Então,
342 é o que está posto hoje em dia. E esse cenário que a gente vivencia, no âmbito
343 dessa crise que está posta, não começa agora. Acho que é importante ressaltar
344 que, desde 2020, o comitê estadual vem alertando o Poder Executivo e o Poder
345 Judiciário sobre a possibilidade disso que está acontecendo, acontecer. Porque o
346 cenário dentro do sistema prisional no Rio Grande do Norte é de tensão absoluta.
347 As pessoas passam por tanta tortura que estão, em todas as entrevistas, em todos
348 os momentos de inspeção, falando dessa possibilidade de que haja um levante dos
349 grupos faccionados, de outros grupos, diante do que acontece. E isso tem sido

350 muito preocupante para a gente, porque a gente não vê um cenário de qualificação
351 real dessa situação. Apesar das tentativas muitas de diálogo com a gestão, e aí é
352 preciso reforçar, é um governo progressista, é um governo do PT aqui no Rio
353 Grande do Norte também, a gente não vê tantos avanços assim. Na verdade, a
354 gente vê um processo constante da própria gestão, se silenciar diante dos
355 acontecimentos, se silenciar diante das torturas físicas, psicológicas, das torturas
356 posturais e todas as outras vias de tortura. Então, um pouco do cenário é esse. A
357 gente tem um desafio também no âmbito do Poder Judiciário, que é muito fragilizado
358 no sentido de fazer uma investigação, de fazer acompanhamento, monitoramento.
359 O GMF daqui tem tentado minimamente há algum tempo fazer alguma atuação,
360 mas ainda é muito infrutífero no que tange a prevenção e combate de tortura. E
361 assim, para a gente poder... Acho que precisaria de mais tempo para falar mais
362 coisas, mas acho que alguns pontos principais que eu gostaria de trazer aqui
363 enquanto propostas, enquanto solicitações para o Comitê Nacional, e aí seria muito
364 a partir também das representações do poder público nesse espaço, mas aqui
365 vamos lá no debate, como eu tinha dito, entre sociedade civil. Acho que nesse
366 momento a gente precisa se preocupar muito com a FTIP aqui no Estado. A gente
367 sabe o que significa FTIP. A gente sabe o que significou a FTIP vir para cá em 2017
368 e construir todo um procedimento de controle do sistema prisional, que é um
369 procedimento de tortura, o que a gente tem hoje em dia. É a continuação de 2017
370 com o massacre de Alcaçuz. Então, enquanto proposta, que haja um monitoramento
371 a nível nacional, de Comitê Nacional, do Mecanismo Nacional, e também do
372 Ministério da Justiça e do Ministério dos Direitos Humanos sobre a atuação atual da
373 FTIP aqui no Estado, acho que isso é fundamental, para que a gente possa saber
374 o que está acontecendo dentro das unidades. E o Comitê e os órgãos da sociedade
375 civil tem, mas vocês sabem muito bem que não tem estrutura para que esses órgãos
376 possam ficar constantemente fazendo monitoramento. Então, é importante que
377 outros órgãos façam também essa parte de monitoramento. A questão é do próprio
378 fortalecimento, que está relacionado com isso, de nível nacional, federal e estadual,
379 dos sistemas como um todo, de prevenção, combate e tortura, para que a gente
380 tenha, minimamente, as condições, porque a gente não tem nenhuma estrutura

381 física, nenhuma estrutura financeira e nenhuma estrutura especial para a execução
382 das atividades do Comitê Estadual. Então, acho que é um desafio que a gente pode
383 conversar aqui. Acho que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania tem que
384 pensar em ações para fortalecimento no âmbito dos Estados, também dos sistemas
385 estaduais. A criação do mecanismo. O governo Fátima aceitou o nosso projeto de
386 lei do mecanismo em 2021, só que até hoje não sabe o papel. Hoje em dia, até para
387 o Ministério Público, que vai ter que fazer um termo de ajustamento de conduta, a
388 gente não tem mecanismo. Isso está parado por conta da demora, do âmbito do
389 Poder Executivo e do Ministério Público para a execução desse mecanismo, posso
390 falar depois também um pouco mais, com um fortalecimento. Acho que a gente
391 precisa visualizar como se dá o processo de investigação das denúncias. Porque a
392 gente vai ter essas denúncias no mecanismo. A gente já teve diversas denúncias
393 feitas pelo Comitê a partir dos relatórios de inspeção, mas o que a gente vê é o
394 Ministério Público perguntar para os diretores das unidades se aquilo é verdade ou
395 não. E a gente sabe que isso, obviamente, vai dar em nada. Acho que, em âmbito
396 nacional, a gente pode pensar em condutas sem ANNP, outros espaços para que
397 haja uma pressão e um fortalecimento do Ministério Público Estadual para que isso
398 tenha algum prosseguimento. E, por fim, para que as outras pessoas também falem,
399 algo que a gente vem tratando já desde setembro do ano passado. Já foi enviado
400 ao fim seu Comitê Nacional em setembro do ano passado. A gente está vendo a
401 ampliação da OPCT, que é o Hospital de Custódia aqui do Estado. Vão ser abertas
402 mais vagas masculinas e serão abertas cenas específicas para mulheres, que hoje
403 em dia não tem, em total desacordo com a luta antimanicomial, com a reforma
404 psiquiátrica e com a nova resolução do Conselho Nacional de Justiça, mas o Poder
405 Executivo do Estado continua ampliando, está, nesse momento, fazendo a reforma
406 para a ampliação dessas vagas no Hospital de Custódia aqui do Estado. São esses
407 os pontos principais para conseguir elencar, claro que, muito mais coisa, mas, para
408 que a gente possa circular a palavra, seria isso. Obrigado pela oportunidade, pela
409 abertura para o debate.

410 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
411 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Gustavo. Você ia dividir a sua fala, não era? Ah,
412 está bem. A outra pessoa pode falar.

413 **Sr. Sérgio Cabral** – Oi, bom dia. Sou Sérgio Cabral, estou vice-presidente do
414 Comitê Federal de Combate à Tortura, junto com o Gustavo, da gestão de Gustavo,
415 mas, assim, só para complementar essa ~fala de Gustavo, que eu acho que ele
416 falou, a pura realidade do atual cenário, tanto do Comitê, quanto também do Rio
417 Grande do Norte, nesse momento de crise que a gente está passando, mas dizer
418 uma coisa muito estranha que aconteceu e vem acontecendo, é que a ouvidoria do
419 Sistema Nacional Penitenciário se encontra no Estado do Rio Grande do Norte,
420 mas, até o momento, ela não abriu espaço ou não procurou os órgãos de controle,
421 como o Comitê e o Conselho Estadual de Direitos Humanos, para ter uma
422 articulação, para nos conversar, para dialogar, para dialogar com o movimento, eu
423 acho que isso é preocupante, eu acho que o Comitê possa, o Comitê Nacional
424 possa interferir, possa dialogar com essa ouvidora, no sentido de nos ouvir, eu acho
425 que isso é muito preocupante mesmo, a gente traz essa demanda, que foi discutida
426 ontem, em reunião do Comitê, e traz hoje aqui, pedir essa interferência, mas
427 também dizer que, dentro dessa expressão que foi feita, em parceria do Mecanismo
428 Nacional com o Comitê e o Conselho de Direitos Humanos, a gente chama atenção
429 também do atendimento à população trans no sistema prisional do Estado do Rio
430 Grande do Norte, que é preocupante, que é uma situação extremamente
431 perseguidora por parte do sistema prisional, que a gente precisa, enquanto
432 sociedade civil, pressionar os órgãos competentes, ter algum fluxo, que seja mais
433 contundente, no sentido de atendimento a essas mulheres que vivem no sistema
434 prisional do Estado do Rio Grande do Norte. Na realidade, aqui está um
435 complemento mesmo, porque o Gustavo falou o que a gente está passando no
436 Estado do Rio Grande do Norte, no atual cenário, como também há anos que a
437 gente vem cobrando medidas efetivas por parte do Governo do Estado do Rio
438 Grande do Norte. Então, muito obrigado mesmo.

439 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
440 **e Cidadania – ITTC)** – Muito obrigada. Eu vou passar, então, acho que as meninas
441 já conseguiram arrumar a apresentação, não é?

442 **Interlocutora não identificada** – Se não for, eu posso falar. [Ininteligível].

443 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
444 **e Cidadania – ITTC)** – Espera só um minuto que eu não estou ouvindo. Sim ou
445 não? Bom, pode falar, então, Geralda.

446 **Sr. Geraldo** – Ok. Então, bom dia a todos e a todas. É um prazer voltar a este
447 comitê que já... Eu participei em duas gestões como membro do comitê,
448 representando a pastoral nacional e, outra vez, representando o Fórum Nacional de
449 Ouvidores de Polícia. Então, nós estamos aqui no Rio Grande do Norte, como
450 Gustavo e Sérgio já pontuaram, nós estamos realmente muito preocupados. A
451 pastoral carcerária tem... Na verdade, tudo isso começa em 2014, quando o governo
452 Robson assumiu, os presídios estavam completamente abandonados. Sem
453 assistência, sem controles. A governadora que estava saindo estava deixando isso
454 tudo. Nós escrevemos um documento com 30 páginas, onde nós retratávamos a
455 realidade do Estado, do sistema. Estivemos pessoalmente com o governador e
456 alertamos a ele de que ele precisava tomar urgentes providências. Isso realmente
457 não foi feito. E aí, em seguida, foram desencadeadas aquelas rebeliões que
458 quebraram as unidades do Estado todo e culminou com a chacina de Alcaçuz, que
459 realmente foi uma coisa internacional. Com isso, naturalmente, as Forças Federais
460 foram para o Estado e o grupo que representa na força o sistema prisional estava
461 lá e o chefe desse grupo virou o secretário estadual de Justiça, na época, a
462 Secretaria de Justiça. A intervenção, que era emergencial da força, virou uma
463 intervenção permanente. Ele instalou, instaurou o procedimento, o processo, o
464 método de intervenção da força de maneira em caráter permanente. Essa realidade
465 a gente mantém até hoje. Então, para nós, nós continuamos fazendo, denunciando.
466 E aí, depois de uma hora só, a gente conseguiu instalar o fórum da reunião.

- 467 **Interlocutor não identificado** – Por favor, Sofia.
- 468 **Interlocutora não identificada** – Alguém com o microfone aberto.
- 469 **Interlocutor não identificado** – Sofia? Presidência?
- 470 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
e Cidadania – ITTC) – Sim.
- 472 **Sr. Geraldo** – Então, nós fizemos diversos documentos para os governos, inclusive
473 para o governo atual, quando ela assumiu o primeiro mandato, mostrando tudo o
474 que estava acontecendo e as propostas. Nesse governo, nós já pelo menos quatro
475 relatórios, inclusive um da Pastoral-Carcerária Nacional, eu também sou membro
476 do comitê e sou membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos, mas não tinha
477 resposta. Realmente o governo não se importa com a questão dos maus tratos, das
478 torturas. O Rio Grande do Norte seguramente, que a gente conhece mais ou menos
479 na realidade do sistema brasileiro, seguramente o Rio Grande do Norte está entre
480 os primeiros estados do país que mais maltrata presos e isso é uma
481 responsabilidade muito grande, porque do governo federal, porque de certo modo
482 tem a ver com isso, e do governo estadual, porque ele não está dando resposta. E
483 então, a gente vem... Tivemos as rebeliões por causa da frouxura do sistema, do
484 abandono do sistema, do descontrole do sistema, e agora nós estamos tendo uma
485 rebelião por causa da dureza do sistema. Quer dizer, as torturas são bárbaras. A
486 gente tem um procedimento que ele mesmo, por si mesmo, ele é torturador. Mesmo
487 que deixasse de torturar, ele sendo implantado, ele continua na tortura. Eu gostaria
488 até de contar algumas coisas práticas. Por exemplo, os presos e os policiais penais
489 não podem se chamar pelo nome. Os presos não podem olhar para os agentes,
490 porque são punidos, não podemvê-los, apesar de estarem ali, mas tem que pedir
491 permissão, licença, senhor, se passar e eles estiverem a 10 metros, tem que fazer
492 isso. Pede licença até a cachorros que tem na unidade. Para sair das celas, para
493 um banho de sol, que é uma vez por semana de uma hora, eles têm que se
494 desnudar todinho. Eles vivem praticamente nas celas o tempo todo. Eles têm que

495 se desnudar e têm que manipular os órgãos genitais, eles têm que abrir a boca e
496 passar a mão, botar a língua para fora. No tempo, os escravos faziam só para
497 mostrar os dentes, se não estavam careados, mas aqui não, aqui é tudo. Então,
498 eles têm um procedimento que, se entrarem os agentes, os policiais entrarem nos
499 pavilhões, eles têm que ficarem todos um dentro do outro, praticamente, sentados
500 no chão. Se passarem três horas, quatro horas, eles vão ficar ali com a mão na
501 cabeça. Isso é uma coisa muito grave. Tudo isso é completamente fora da lei. Os
502 presos não podem conviver uns com os outros, umas celas com as outras. Então,
503 por isso que os direitos, por exemplo, família, a visita familiar, a visita íntima, o banho
504 de sol, tudo isso praticamente acabou, porque é uma vez no mês, de uma hora.
505 Praticamente, isso não existe. Por causa de quê? Porque não tem tempo, porque
506 eles querem uma cela de cada vez, porque os presos não podem ir para o convívio.
507 E as unidades não têm as condições, por exemplo, do presídio federal, que tem
508 menos preso do que vaga e tem mais policiais penais do que preso e tem espaço o
509 suficiente. Eles podiam se aproximar. Então, nós vivemos um aumento de castigos
510 coletivos por qualquer coisa, espancamentos por qualquer coisa, spray de pimenta
511 por qualquer coisa, celas insalubres, [Ininteligível] ao adoecimento. Você lembra da
512 penitenciária de Ceará-Mirim, que tem 49 presos diagnosticados com tuberculose.
513 Então, nós temos um processo de adoecimento gravíssimo, além dos problemas
514 que vêm das assistências, da alimentação, que é a primeira, a violência, a segunda,
515 a alimentação, a terceira, a saúde. São os três grandes problemas que mais são
516 colocados. De modo que nós precisamos urgentemente de uma intervenção. O
517 Ministério Público e o Judiciário, não ligam com isso, porque, na verdade, depois da
518 responsabilidade do governo, o Judiciário e o Ministério Público têm tudo a ver,
519 porque eles é que fiscalizam o sistema e nossos relatórios do Comitê, até do
520 Mecanismo Nacional e da Pastoral, foram todos arquivados pelo Ministério Público.
521 Então, nós estamos realmente a pedir socorro nacional e até internacional,
522 dependendo da resposta, principalmente agora do novo governo, que nós estamos
523 vendo com um pouco de restrição, porque não há muita preocupação com a questão
524 do sistema carcerário no governo. Aliás, nas políticas, de modo geral. Os políticos,
525 tanto de direita como de esquerda, tratam o sistema prisional mais ou menos do

526 mesmo jeito. Então, é a massa sobrante, a sobrante dos sobrantes, que ninguém
527 liga, que pode ser extermínada. Então, é mais ou menos isso. A nossa preocupação
528 é grande e a gente, na verdade, quer compartilhar com vocês e ver até onde juntos
529 podemos encontrar caminhos para reverter essa situação. E, na verdade, os
530 levantes, os levantes que estão acontecendo no Estado, são por isso mesmo. E
531 vem sendo anunciado, a gente vem dizendo que vai acontecer há muito tempo, e
532 realmente ninguém ligou, mas agora eles criam novas narrativas para justificar,
533 porque não vão assumir que é por causa da questão dos maus-tratos nas prisões.
534 Muito obrigado.

535 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
536 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Geralda. Eu vi que a Juliana levantou a mão aqui,
537 mas eu acho que elas já estão com a apresentação pronta. E eu ia pedir para que,
538 enfim, que elas apresentassem e você falasse na sequência, se for tudo bem.

539 **Sra. Juliana** – Sofia, então a gente pode começar a apresentar?

540 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
541 **e Cidadania – ITTC)** – Pode.

542 **Sra. Juliana** – Isso, não é? Está bem. Se precisar falar mais alto, me avisa, por
543 favor, está bem?

544 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
545 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem. Não, está dando para escutar.

546 **Sra. Juliana** – Está ótimo. Pessoal, o seguinte, então, bom, a inspeção foram nós
547 três que participamos, não é, como eu falei rapidamente, cinco unidades
548 inspecionadas, a Cadeia Pública de Ceará-Mirim, a UCASUS, a Unidade
549 Psiquiátrica de Custódia e Tratamento, UPCT, que o Gustavo já apontou para a
550 questão da ampliação completamente legal, não é, Hospital Psiquiátrico Severino
551 Lopes e Comunidade Terapêutica. A UCASUS. Pessoal, seguinte, importante dizer

552 que todo mundo sabe, não é, da superlotação, que é um problema que tem vários
553 tipos...

554 **Interlocutor não identificado** – O microfone foi desligado.

555 **Sra. Juliana** – Obrigada.

556 **Interlocutor não identificado** – Desligou de novo.

557 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
558 **e Cidadania – ITTC)** – Desligou de novo. Está desligado.

559 **Sra. Juliana** – O que está acontecendo? Ele está...

560 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
561 **e Cidadania – ITTC)** – Agora, agora está ligado.

562 **Sra. Juliana** – A questão da superlotação é um problema que é facilmente
563 detectado, não é, a partir até dos números, enfim, que as pessoas disponibilizam,
564 mas é importante dizer que, depois das nossas atuações conjuntas, não é, com todo
565 os atores aí locais, estranhamente, o juízo da ADEP fez agora, no mês de março,
566 três inspeções e faz um relatório muito esquisito, não é, porque eles chegaram a
567 apresentar, mandaram às pressas para a gente saber o fechamento do relatório e,
568 por exemplo, esse número de 1.846 custodiados, eles colocaram no relatório deles
569 que eram todos indígenas. Então, para vocês verem, assim, o nível da correria para
570 fazer essa suposta inspeção agora em março, traz uns números bastante
571 equivocados. A gente faz todo o detalhamento do perfil das pessoas que estão
572 aprisionadas em Alcaçuz, cada um com a questão de escolha de linha bem
573 definidas, não é? O que é importante dizer de Alcaçuz também? Como que faz?
574 Aqui. Aqui. A questão do procedimento, não é? Acho que o Geraldo falou um pouco
575 disso, nossa conexão está horrível, então eu não consegui escutar direito, mas é
576 isso. Essa foto, ela retrata muito do que é o sistema prisional do Rio Grande do
577 Norte, tanto Alcaçuz, quanto Ceará-Mirim. A FTIP, ela começa a atuar em 2017, no
578 estado do Rio Grande do Norte, e ela não só passa para fazer um suposto controle

579 de crise, mas ela passa para edificar a sua doutrina a partir de treinamentos para
580 os policiais penais. Uma coisa é o cenário de crise, uma coisa é o cenário da rotina,
581 mas eles conseguem, então, instituir a doutrina FTIP para o tratamento sistemático
582 das pessoas custodiadas, que consiste em um comando de voz, ou quando eles se
583 aproximam dos pavilhões, eles falam essa palavra procedimento, e as pessoas, no
584 que estiverem fazendo, se estiverem no banheiro, se estiverem doentes, se
585 estiverem sem uma perna, como a gente vê em qualquer situação, elas têm que
586 imediatamente se colocar nessa posição. Sentam no chão, assim, ficam
587 enfileiradas, mãos entrelaçadas na cabeça, e não pode fazer um barulho, ruído, não
588 pode se mexer nada, espirrar nada, porque senão elas são alvejadas por gás de
589 pimenta e também balas de borracha. Em 2017, a FTIP vai para o Rio Grande do
590 Norte, o mecanismo vai, depois, nesse momento da atuação da FTIP, constata esse
591 modo operante baseado na prática de estrutura física e psicológica, na sequência,
592 o mecanismo volta em 2018 para monitorar as recomendações que foram feitas em
593 2017, e em 2022 é a terceira vez que o mecanismo está em solo potiguar. O que
594 acontece? Nada mudou. Muito pelo contrário, houve um recrudescimento desse
595 tratamento dispensado às pessoas custodiadas no Rio Grande do Norte. O que
596 acontece? Com a própria presença da FTIP, nós não vimos um nível tão alto de
597 violação, de violência, como a gente viu em 2022. Então, é muito preocupante que,
598 anos depois, a gente retorne ao espaço que está pior, que está mais recrudescido,
599 e é mais algo de violência física e psicológica. E, aliás, só para falar rapidamente,
600 em 2019, teve uma portaria que ela vai aumentando esse poder da FTIP. No início,
601 ela vai lá para controlar a crise e fazer custódia das pessoas, e depois ela vai se
602 expandindo para ampliação de treinamentos, para ampliação também de uma
603 gestão. Enquanto a FTIP está no local, fazendo a sua ação pelo tempo que dure, a
604 gestão fica sendo da FTIP e não mais das autoridades estaduais, o que é muito
605 preocupante. E a gente sabe que nessa história de FTIP, desde a sua existência,
606 não existe protocolo de uso da força, se existe, nunca foi disponibilizado, não existe
607 um relatório diário de ações, não existe transparência na atuação da FTIP. Tem até
608 a CGU, também, aparecer em relação a isso, falando dessa falta de transparência,
609 dessa falta de parâmetro e dessa questão hermética. A FTIP chega, faz um sistema

610 hermético, ninguém entra, e tudo que acontece ali não é documentado de nenhuma
611 forma. Fica só o rastro da violência na sua saída. Isso aqui é uma coisa que a gente
612 quer destacar, lá com as celas superlotadas, 20, 30, 40, até 60 pessoas, numa cela
613 projetada para uma pessoa, nós temos a situação precária do acesso à água, 3
614 vezes ao dia, e essa foto, ela retrata uma situação ainda pior. Era uma cela de
615 castigo com 9 pessoas, e como eles têm queda 3 vezes ao dia, de 20, 30 minutos,
616 eles só tinham esses dois recipientes pequenos para armazenar água para 9
617 pessoas durante o dia. Então, assim, algo extremo, como era uma cela de castigo,
618 nos foi dito pelos próprios servidores que eles estão no castigo, afinal, o que você
619 quer? Quer ter recipiente para eles terem água? E essa água, só para lembrar, é
620 para consumo, é para fazer higiene e tudo mais. Todas as finalidades da água.
621 Questão da alimentação, já falamos disso amplamente, não é, em algumas
622 entrevistas por aí, deve ter chegado a vocês, basicamente, a alimentação não é só
623 precária, ela não existe. A partir do momento que ela chega imprópria para o
624 consumo, que ela chega azeda, a gente está falando não só de uma alimentação
625 precária, mas de uma inexistência do acesso à alimentação. Bom, trabalho e
626 educação. Em Alcaçuz, a gente viu essa média, eu vou só trabalhar com números
627 mesmo, não é, de menos de 3% das pessoas, tanto em atividades de trabalho
628 quanto educacionais. Lembrando que as atividades de trabalho não são
629 profissionalizantes, são atividades meramente para manutenção da unidade, como
630 limpeza, reparos, entrega de alimentação. Então, assim, 3% e 0% é a mesma coisa.
631 Na perspectiva do estudo, a mesma coisa, não tem remissão para leitura, ou seja,
632 é um espaço completamente, basicamente é o depósito de pessoas, é basicamente
633 isso.

634 **Interlocutora não identificada** – Bom, em relação à saúde, tanto em Alcaçuz como
635 em todos os lugares que a gente visitou, a gente viu baixo efetivo de profissionais
636 de saúde em todas as unidades, uma disponibilização irregular de medicamentos,
637 e um fato que nos preocupou muito, a tuberculose, não é, surtos de tuberculose e
638 diversos relatos de pessoas que estavam com sintomas, sem testagem, pessoas
639 escarrando sangue, isso aí ele fez na minha frente, e, infelizmente, o medicamento

640 também falta. A gente sabe que tuberculose tem que ser um tratamento contínuo
641 por meses, a pessoa começa, depois de um mês, falta medicamento. Diversas
642 pessoas com doenças, sem tratamento, a gente pode ver aí pelas fotos, dizem tudo,
643 não é, essa foto lateral esquerda, no fim de semana, pessoas que têm colostomia,
644 curativos para fazer, são os próprios internos que fazem, que não tem saúde no fim
645 de semana. Daí, tem as principais, as queixas principais e violações que nós
646 achamos, a não realização de visita íntima, a triagem para consulta médica é feita
647 pelos profissionais penais, como em todo o Rio Grande do Norte, que levam ou não
648 os bilhetinhos para equipe de saúde, a questão da violência física e psicológica, o
649 acesso à água, o banho de sol, que é de 15 em 15 dias, e a desassistência jurídica
650 também foi uma das reclamações mais fortes que a gente encontrou. Aí, Ana, agora.

651 **Sra. Ana** – Primeiramente, eu gostaria de falar, não é, essa questão dos maus tratos
652 e violência física, isso ficou extremamente evidente durante a realização das nossas
653 expressões e principalmente em entrevistas com as pessoas privadas de liberdade.
654 Várias pessoas com marcas de lesões, com marcas de lesões de bala de borracha,
655 encontramos também cartuchos deflagrados de granadas, munições, inclusive que
656 em menos letais não permitidas o seu uso em espaços de confinamento,
657 contrariando inclusive orientações da ONU, diretrizes internacionais, pessoas com
658 várias lesões e em relação ao uso da força. No relatório, vocês vão poder ver, a
659 gente descreve o uso da força e a atuação dos grupos operacionais no estado do
660 Rio Grande do Norte, que eles também têm, eles têm grupos operacionais lá, que
661 é o GOI, e o GEPOC, que também é um grupo que atua com cães dentro das
662 unidades prisionais. Então, assim, nós encontramos várias pessoas com lesões,
663 pessoas em isolamento sem assistência, sem o atendimento médico, sem
664 acompanhamento. Houve também questão que após a nossa visita, houve também
665 as retaliações que várias pessoas também foram identificadas após as retaliações,
666 que o próprio comitê indicou, lesionadas, como segue as fotos, vocês estão vendo
667 aí as fotografias, de fato é um pouco chocante, mas é importante a gente apresentar
668 a realidade para vocês que isso aí foi após dispersão do mecanismo nacional, isso
669 aí aconteceu, os colegas guerreiros do comitê estadual de prevenção contra a

670 tortura do Rio Norte, defensoria e conselho de direitos estiveram lá e registraram o
671 resultado das retaliações. As pessoas estão vendo aí, pode passar, Patrícia. Acho
672 que só antes de começar a Ceará-Mirim, só queria falar uma questão que foi muito
673 importante, que foi muito alarmante no Rio Grande do Norte. Todas as celas que
674 nós visitamos de castigo, triagem, isolamento e as celas comuns, vamos dizer
675 assim, sem denominações, todas havia pessoas machucadas, e não era uma só
676 não, eram várias pessoas machucadas, e eu quero falar mais uma coisa para o
677 Comitê Nacional. Isso é inadmissível, isso é inaceitável, e isso também é um recado
678 do Estado do Rio Grande do Norte para dizer que quem manda lá são eles, porque
679 impera impunidade no espaço onde esse nível de violência foi realizado logo após
680 a saída do mecanismo nacional do Estado. Então que fique bem nítido aqui o nível
681 de situação que nós estamos falando e o nível de inoperância das autoridades que
682 todas foram notificadas por ofício em relação à investigação dessas retaliações que
683 são inadmissíveis.

684 **Interlocutora não identificada** – Só para frisar, é importante que vocês tenham
685 conhecimento do Comitê Nacional e demais presentes. O Poder Judiciário, o juiz da
686 PEC, não realizava inspeções há dois anos, e não é só em Alcaçuz, em Alcaçuz,
687 Ceará-Mirim e em outras unidades como Parnamirim também, e principalmente em
688 Alcaçuz, o juiz responsável pela inspeção que não fazia inspeção há dois anos,
689 pedidos vencidos, pendentes de progressão de regime, aliás, havia sempre uma
690 decisão de prorrogar, até por mais de seis meses, o período do tempo da pessoa
691 no regime fechado, sem falar que todas as unidades prisionais, segundo a própria
692 informação do CNJ, estão super lotadas. Nos espantou também a classificação do
693 Alcaçuz como uma unidade regular, porque pelo que nós vimos ali, as condições
694 são péssimas, e não podemos esquecer também que várias pessoas morreram,
695 porque foram misturadas pessoas com meningite, com morte de meningite,
696 tuberculose, isso também é importante precisar para vocês, que inclusive, isso
697 caracteriza até, pode caracterizar futuramente até uma situação que pode ser
698 apurada, você misturar pessoas contaminadas com outras pessoas saudáveis, é
699 importante registrar isso. Ausência total dos órgãos de fiscalização da execução

700 penal. Ministério Público vai raramente defensoria dentro da sua possibilidade,
701 porque precisa aumentar também o seu efetivo, se eles vão ter a oportunidade, é
702 melhor os detalhes lá do que agora.

703 **Interlocutora não identificada** – Ceará-Mirim, então, que foi a segunda unidade,
704 assim, muitas das questões que a gente vai compartilhar, a questão da alimentação
705 é a mesma, a gente deixa essa foto para mostrar para vocês que tinha um nível de
706 rigidez incompreensível e injustificada, por exemplo, essa foto que vocês estão
707 olhando, eles ficavam o dia inteiro, quando a gente chegou, eles perguntaram por
708 que vocês estão sem chinelo, sem camisa, estava a cela desse jeito, eles são
709 proibidos de usar chinelo, camisa e também de ficar nas suas condições durante o
710 dia, eles podem só ter acesso a esses itens quando eles vão dormir. Isso é uma
711 coisa absurda, para eles passarem mal, para passarem frio, muitas pessoas com
712 tuberculose, a gente nunca viu tanta pessoa com tuberculose e foi muito alarmante
713 a gente estar entrevistando as pessoas escarrando sangue o tempo todo, foi algo
714 assim sem palavras mesmo, mas para vocês verem o nível de rigidez. Condições
715 de insalubridade. Pessoal, o Estado do Rio Grande do Norte não dá kit de higiene,
716 nem de limpeza, isso é um ônus da família. Se a família não tem condições, a gente
717 sabe que muitas são hipossuficientes, algumas pessoas não tem família, elas
718 simplesmente ficam à deriva. Eu entrevistei uma pessoa na cela de castigo, que ela
719 estava lá há 39 dias, só para dizer para vocês, e aí quando eu abri a portinhola eu
720 não conseguia respirar, tinha uma atmosfera irrespirável de fato para falar com essa
721 pessoa. Eu perguntei depois para o diretor e ele me disse ele está há 39 dias, não
722 tem família, não tem kit de nada, absolutamente pouco acesso a água, enfim. E aí
723 as marmitas não são recolhidas, elas ficam lá até o dia que eles querem recolher e
724 isso também provoca, aumenta a insalubridade. Não vou comentar de novo da
725 alimentação, ela chega caída, derramada, azeda, fedida, enfim, esse é o retrato da
726 alimentação, rapidamente. A gente não tem assistência à educação, perdão,
727 também não tem, não tem assistência a nada, na verdade, nem saúde, educação,
728 jurídicos, nada. Aí você não tem, você tem insalubridade, você tem superlotação,
729 você não tem banho de sol. É a cada 15 dias, 20 dias, 20 minutos, meia hora e, na

730 verdade, eles saem basicamente para fazer a questão da higiene, que é raspar a
731 cabeça e barba. Então, assim, nem é um banho de sol que eles saem para, de fato,
732 ter algum tipo de atividade. Então, você não tem nada, você tem depósitos de
733 pessoas no extremo de violência, porque o procedimento o tempo todo a gente
734 fazendo inspeção era procedimento grito de procedimento o tempo todo, a gente
735 mal conseguiu fazer inspeção, algo extremamente inexplicável o nível de violência
736 de Alcaçuz. Acho que eu já disse, não é? Bom, a questão das desassistências é
737 isso, não é? Por um lado, a gente tem uma pauta com vários materiais e, ao mesmo
738 tempo, que a gente não consegue que esses materiais, que para inglês ver, eles
739 realmente tenham acesso aos presos. Eles falaram muito de não poder utilizar
740 livros, bíblia, qualquer coisa, eles não terem nenhum material porque eles podem
741 utilizar esses materiais para, eventualmente, tampar algum tipo de buraco, para uma
742 tentativa de fuga, enfim. A explicação, a partir da lógica da segurança,
743 completamente infundada, absurda e violadora. Os números também ficam aí por
744 3%, não é? De estudo e trabalho. Fotos de atendimento?

745 **Sra. Cecília** – É, eu acho que as fotos dizem por si só, não é? Acho que a gente
746 não vai se alongar nisso porque a gente consegue com as fotos, pode mudar,
747 mostrar a situação, não é? Os próprios profissionais da equipe técnica, não é?
748 Reforçam que eles não têm condições de trabalho, são pessoas que vão
749 semanalmente lá para cumprir uma carga horária, pois eles são da prefeitura, então
750 acaba indo algumas vezes, não é? E a gente vê essas automutilações, não é?
751 Porque a pressão psicológica é tão grande que inúmeras tentativas de suicídio, sem
752 acompanhamento psicológico adequado. Então, o quadro em Ceará-Mirim não é
753 muito difícil, não é? De isso, de Alcaçuz. Uma coisa que nos chamou muita atenção
754 e que isso acaba gerando problemas sérios é como os remédios são distribuídos,
755 não é? Eles são dados nesses pontinhos aí, sem identificação, sem ordem de
756 tomada, de quantidade. Isso acaba dando problemas sérios e até levando pessoas
757 a acumularem para tentativas de suicídio. Olha a forma de armazenamento
758 completamente errada, não é? Tem um médico clínico só lá que vai três vezes por
759 semana, ele atende 90 pessoas por semana e a demanda é de 400. O PCT, não é?

760 É a unidade psiquiátrica que abriga os pacientes de medida de segurança. O que a
761 gente tem aí são as celas totalmente insalubres, não é? Não tem ventilação
762 cruzada, não tem higiene, limpeza. E acho que o principal, assim, que a gente... A
763 falta de equipes multiprofissionais fixas que deveriam construir um projeto
764 terapêutico singular, acompanhar processo de desinternação, fazer ponte com a
765 família, com a comunidade de governo, é um dos problemas mais graves, não é?
766 Além das denúncias de maus tratos, morte e circunstância suspeita. Ao PCT, a
767 gente vai até falar, vai aparecer um slide depois, porque acho que está fora de
768 ordem. É sobre a... Aí são as marmitas, não é? Com dietas específicas. Queiram
769 ou não acreditar, é uma dieta para um paciente diabético. Olha o que tem de
770 carboidrato nessa dieta, não é? Então, é uma situação bem complicada. Volta um
771 pouquinho naquele da outra, que eu acho que eu... Ah, está bem. Não, tira. Aí são
772 os remédios também, a farmacêutica vai uma vez por semana só, então não tem
773 ninguém para acompanhar. O cuidado não existe praticamente, eles são ansiosos.
774 O último suicídio tinha acontecido há 12 horas. A falta de equipe multidisciplinar,
775 psiquiatra que vai uma vez por semana só para renovar a receita. Existem três
776 moradores na unidade, que estão há anos lá. Dentista só faz extração de dente. E
777 a questão mais grave, que no dia 6 de fevereiro nós recebemos a notícia que as
778 obras para ampliação de vagas na UPCT começaram. Então, isso está sendo no
779 relatório bem mais...

780 **Interlocutor não identificado** – Cecília, a gente não te ouve.

781 **Interlocutor não identificado** – É, estava cortando e agora cortou de vez.

782 **Sra. Cecília** – Nessa unidade, uma unidade mista, que é mais grave ainda, não é?
783 Pessoal, só espera aí, eu estou vendo que parece que está tendo uma instabilidade,
784 vocês tão ouvindo?

785 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
786 **e Cidadania – ITTC)** – Não, a gente estava ouvindo e daí... É, a gente estava

787 ouvindo daí na apresentação da Cecília, cortou um pedacinho, mas não foi muito,
788 não.

789 **Sra. Cecília** – Na questão da saúde mental, nas três unidades, é importante já falar
790 isso. O que é mais importante? Não tem equipe multidisciplinar para tratamento das
791 pessoas, porque elas estão em tratamento de saúde, então são pacientes. A gente
792 percebeu que não tem o processo de desinstitucionalização, que é gravíssimo
793 também, e o que contraria a lei da reforma psiquiátrica, ou seja, o investimento ele
794 é todo nesses espaços que são instituições [Ininteligível], ele não é um estado com
795 apenas quatro residências terapêuticas, para você ter uma noção. E aí, o que a
796 gente mais percebeu aqui foi a diferença no SUS e no particular. O SUS, um cheiro
797 horrível pelos corredores, um nível de limpeza muito precário, os banheiros com
798 restos de fezes, de sangue, espalhados por todos os lados, muitas pessoas
799 desnudas, o colchão rasgado, era uma diferença tão grande entre o SUS e o
800 particular que chegava a ser chocante. A questão da alimentação também, além de
801 ser uma alimentação de menor valor nutritivo, ela também tinha uma pesagem
802 bastante inferior. O que alarmou nesse espaço, além da falta de
803 desinstitucionalização, a falta de todas as questões que eu já falei, também era isso.
804 Por exemplo, no SUS também não tinha um chuveiro, só tomava banho frio no
805 particular, tinha chuveiro, uma privacidade do banheiro, ar-condicionado, enfim,
806 muito diferente. Vocês vão ver melhor no relatório. Embora eles tenham
807 apresentado vários espaços para questões de terapia e tudo mais, a gente no dia
808 da inspeção não pegou ninguém nos espaços. E aí, para finalizar, a comunidade
809 terapêutica quer falar?

810 **Interlocutora não identificada** – Pode ser. Então, gente, a gente também
811 aproveitou um dos dias da nossa inspeção lá no Rio Grande do Norte, a gente
812 também aproveitou para visitar também a comunidade terapêutica chamada
813 Serena. É uma comunidade, inclusive, que funciona no local que o terreiro está
814 legalizado através de um contrato de comodato. A gente também os baixos
815 tratamentos adotados são religião, abstinência e medicação sem prescrição médica
816 e laborterapia. Também há uma obrigatoriedade de participação em atividades

817 também religiosas, de trabalho, que no caso também é a laborterapia, manutenção
818 também de limpeza, conservação também do local, sobre pena de ser aplicado
819 castigo. Se todos os pacientes internos que lá estão, se eles não cumprirem essas
820 atividades, é aplicado castigos a eles. Castigos como resgate, definição de saída
821 fica por conta da família e direção. Ou seja, a pessoa às vezes não tem direito sem
822 haver uma avaliação prévia do familiar e também a conversa com a direção de ele
823 sair voluntariamente, tipo, não quero ficar, permanecer mais na comunidade
824 terapêutica. Inexistência de equipe também de desinstitucionalização. E o mais
825 preocupante, quem conduz lá a direção é o pastor, geralmente também as pessoas
826 colaboram na manutenção. Algumas famílias pagam cesta básica e outras pagam
827 a importância de 400 reais para ficar lá em média nove meses na comunidade
828 terapêutica. Uma outra questão importante é a distribuição da medicação. A direção,
829 às vezes, pega a receita, busca o remédio e ele mesmo chega depois na
830 comunidade terapêutica e sai distribuindo a medicação. Não tem ali um médico,
831 uma enfermeira, algo assim, uma equipe de saúde acompanhando mais de perto
832 essa situação. Em resumo, é isso.

833 **Interlocutora não identificada –** Pessoal, a gente tentou acelerar um pouco, falar
834 tudo meio rápido, teria muitas coisas para falar, mas o relatório vai trazer as pessoas
835 detalhadas e a gente fica à disposição para poder também ouvir de vocês
836 perguntas, dúvidas, enfim, acelerou bastante aqui. Só queria finalizar também
837 agradecendo de novo a participação de todas as pessoas através das instituições
838 do Rio Grande do Norte, todas as parcerias que, de fato, foram fundamentais para
839 realização dessa missão em conjunto. Muito obrigada. Obrigada.

840 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
841 **e Cidadania – ITTC) –** Queria agradecer a apresentação da Ana, Cecília e Bárbara,
842 realmente são dados impressionantes essas fotos que vocês tiraram, assim, enfim,
843 já vi várias fotos de vários lugares diferentes, mas realmente assim, é uma coisa
844 meio inenarrável, sem palavras. E também imagino como deve ter sido difícil estar
845 lá. Eu vou seguir aqui, eu vou dar a palavra agora para Juliana, que está com a mão
846 levantada aqui.

847 **Sra. Liane** – Bom dia. Eu estou com o aparelho da Gisele, ela se encontra
848 trabalhando, e eu me encontro com o aparelho dela, que o meu está dando
849 problema, eu não estou conseguindo acessar a reunião. Aqui é a Liane. Quando eu
850 puder me pronunciar, posso agora, no lugar da Gisele?

851 **Sra. Juliana** – Aqui é a Juliana. Fala comigo lá no WhatsApp, que aí qualquer coisa
852 eu falo com as meninas que estão administrando a reunião, para ver o que pode
853 estar acontecendo. Que eu vou precisar falar agora, aí eu resolvo com você, pode
854 ser?

855 **Sra. Liane** – Ok, vou falar com você lá no WhatsApp, pelo meu.

856 **Sra. Juliana** – Obrigada, Liane. Gente, está dando para me ouvir bem? Está meio
857 confuso para mim, porque eu estou com a câmera de um aparelho e o áudio de
858 outro.

859 **Interlocutora não identificada** – Sim.

860 **Sra. Juliana** – Mas, primeiro, agradecer a presença aí de todo mundo,
861 principalmente aos familiares das pessoas privadas de liberdade, que toparam estar
862 aqui nesse espaço, mais esse espaço com a gente. A gente sabe que não é a
863 primeira vez que elas vão vir a público para falar sobre as condições do sistema
864 prisional do Rio Grande do Norte, mas toparam mais uma vez esse desafio que a
865 gente sabe que é desgastante, porque se para nós que trabalhamos com a pauta já
866 é muito doloroso ver relatos como esses que o mecanismo traz, imagine para quem
867 tem um familiar já ser inserido dentro do sistema que se encontra nessas condições.
868 Então, agradecer e saudar essa reunião em nome delas, para que a gente consiga
869 fazer esses espaços de diálogo serem mais permanentes. Eu vou ser breve na
870 minha fala, até peço desculpas, porque eu vou precisar sair logo depois que eu
871 finalizar, devido a um outro compromisso que acabou chocando um pouco, mas,
872 além de reforçar todos os relatos, que Geraldo, que Gustavo, que o próprio relatório
873 que fala muito, ainda não relatório, mas que a exposição do mecanismo já diz muito,
874 tem alguns pontos que eu queria elencar. Caso não tenha ouvido antes, no início,

875 eu falo como secretária executiva do Conselho Estadual de Direitos Humanos e
876 Cidadania do Rio Grande do Norte, o COEDUS, e também sou assistente social do
877 Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio, da UFRN. Então, falo
878 desses dois lugares e são esses dois espaços que têm me dado contato com a
879 pauta do sistema prisional, nas suas mais diversas expressões, e queria socializar
880 com vocês aqui algumas coisas. Em todos os pronunciamentos que os órgãos de
881 direitos humanos vêm fazendo, a gente não cansa de afirmar que o que está
882 acontecendo hoje no nosso estado é uma tragédia anunciada. E por quê? Falando
883 sobre números, só enquanto Centro de Referência em Direitos Humanos, que a
884 gente recebe os protocolos de denúncia do Disk 100, a gente tem um convênio com
885 a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e recebe os protocolos de denúncia
886 semanalmente. A gente fez um tabelamento de quantas denúncias foram enviadas
887 para a Ouvidoria da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária nos anos
888 de 2021 e 2022 só sobre o sistema prisional e a gente chegou no número de 205
889 protocolos que foram enviados para a secretaria de estado alertando para péssimas
890 condições de higiene, de alimentação, para privação de direitos, para tortura, para
891 prática de tratamentos cruéis e degradantes. Então, assim, não foi uma falta de
892 aviso ao poder executivo e aos órgãos que implementam a política penitenciária
893 aqui no estado de que o sistema se encontrava em crise e isso não começou só em
894 2021 e 2022, porque as familiares que acredito que também vão ter espaço de fala,
895 vão atestar que há muito tempo, não é? Desde 2017, desde antes de 2017 que se
896 denuncia essas péssimas condições. Eu não vou deter muito a minha fala na
897 exposição dessas condições, porque isso já foi muito bem feito pelos colegas que
898 me antecederam e principalmente pelo slide das peritas. Então eu vou concentrar a
899 minha fala mais em propostas, encaminhativas mesmo, não é? Que eu acredito que
900 sejam importantes de serem articuladas, mas não só articuladas, mas
901 acompanhadas pelo comitê nacional e pelo conselho nacional de direitos humanos
902 também. A primeira coisa que eu queria socializar com vocês é que ontem à noite
903 a gente enviou um convite que formaliza a necessidade de uma visita em loco do
904 conselho nacional dos direitos humanos em parceria com o comitê nacional de
905 prevenção e combate à tortura, ao estado do Rio Grande do norte, é. A gente

906 formalizou antes do convite uma denúncia ao CNDH que vai ser discutida com o
907 pleno e tudo mais. Mas a gente formalizou ontem, enquanto conselho estadual, um
908 convite, não é? Para que essa visita seja realizada o mais rápido possível, no
909 sentido de não perder o time dessa crise que a gente está vivendo, não é? E
910 também de a gente reforçar algumas demandas que já são existentes aqui. É, então
911 fica mais uma vez, não é? A necessidade de vocês darem uma olhada e discutirem
912 sobre esse convite. Inviabilizarem nessa missão, dentro do possível é do para esses
913 2 órgãos, não é? A outra coisa é, acredito que vocês estão sabendo, não é? Que o
914 ministro Flávio Dino esteve aqui acompanhando a implementação dessas ações de
915 contenção dos ataques e uma das coisas que fez parte da agenda dele foi o anúncio
916 de um repasse de mais de R\$100.000.000 de reais para o sistema prisional, para o
917 sistema de segurança pública, também do Rio Grande do Norte. E todo esse
918 dinheiro, não é? Pelo que a gente tem percebido e pelo que o governo vem se
919 colocando, inclusive com propagandas que passam a cada 15, 10 minutos na
920 televisão, se orgulhando da quantidade de pessoas que foram presas nos ataques,
921 é o governo realoca esses recursos, principalmente na compra de armas. E na
922 construção, não é? Existe um indicativo da construção de uma outra unidade
923 prisional aqui dentro do estado do Rio Grande do Norte. E aí eu pergunto, do que é
924 que isso vai adiantar? Porque se arma e cadeia adiantar, se a gente não estava
925 aqui falando com vocês sobre essa crise toda que não começou ontem, nem na
926 semana passada, mas que está instaurada no sistema desde sempre, então eu
927 peço também que esse comitê e o conselho nacional de direitos humanos
928 formalizem, solicitem ao governo do estado um detalhamento da alocação desses
929 recursos para a gente saber para onde vai tanto dinheiro para a gente conseguir
930 incidir de alguma forma é na disputa, não é? Porque a gente entende que orçamento
931 de política pública não pode ser uma coisa que é ocultada, muito pelo contrário,
932 orçamento de política pública é, deve estar previsto e quando vem assim, de forma
933 emergencial mesmo assim, isso não isenta esse orçamento de um debate político
934 de para onde faz mais sentido que ele vá para a sociedade, não é? Então, fica
935 também esse pedido de acompanhamento da alocação desses recursos. A outra
936 coisa é e também essa fiscalização da ideia de construção de uma outra unidade

937 prisional, essa questão da ampliação de vagas, que já é bem, é batida aqui. E aí,
938 por último queria conversar com vocês sobre a unidade de prevenção, não é? Ao
939 PCT a unidade de Custódia. O famoso hospital de Custódia, como é conhecido. Eu
940 acredito que... Eu não sei se todo mundo aqui teve acesso, mas eu acho que isso
941 vai ser reforçado na fala de alguns colegas que vão. Vem depois de mim, é a
942 questão da ampliação, pelo governo do estado, de vagas no hospital de Custódia,
943 não é? Inclusive a gente sabe que isso é inconstitucional. Isso vai contra a lei da
944 reforma psiquiátrica, porque a lei prevê que esses leitos, que de leitos não tem nada.
945 As peritas estiveram lá e atestaram que está, não, não tem muita diferença do
946 sistema prisional e de celas comuns, não é? Então a gente está vivenciando esse
947 retrocesso aqui no estado que é ampliação. De vagas dentro desse hospital de
948 custódia, inclusive com a previsão do aumento para mulheres. O aumento, não, não
949 é? Vai passar a ser uma unidade mista, porque até agora não é, mas o governo
950 acredita que ampliando as vagas e colocando a unidade como mista vai solucionar
951 aí algum problema que é primeiro sobre saúde mental, não é? Que já é um grande
952 fato também aqui no Rio Grande do Norte, atenção à saúde mental e segundo, que
953 é sobre o simples encarceramento e a simples ampliação de vagas no sistema
954 prisional como resposta a tudo que acontece dentro da segurança pública que essa
955 é a postura do governo. Então fica também o pedido para que a gente se atente e
956 cobre e reforce isso aqui, que que o comitê e que o conselho nacional de direitos
957 humanos reforcem o discurso dos órgãos locais de direitos humanos daqui do
958 estado contra a ampliação dessas vagas que inclusive, enquanto a gente está aqui
959 falando, tem tijolo por tijolo sempre colocado lá e logo mais essas vagas vão ser
960 inauguradas? É, acho que O Mecanismo, não é? Como Gustavo já colocou e é um
961 assunto já tão batido a necessidade de um mecanismo aqui dentro desse estado,
962 que é que a gente tem um comitê que faz o papel de mecanismo, não é? Isso gera
963 uma sobrecarga imensa para as pessoas que trabalham no comitê e acabam
964 inviabilizando a efetividade de muitas ações e até a rapidez com que as torturas e
965 esses procedimentos são averiguados e investigados. Então, eu acredito que fica
966 como uma pauta urgente. O reforço da cobrança da instalação de um mecanismo
967 estadual de prevenção e combate à tortura aqui no Rio Grande do Norte, não é?

968 Então acho que é isso, não tinha como ser mais propositiva, não é? Porque a gente
969 já vem batendo nessa tecla há tanto tempo, não é? Ana Carolina, que já é um
970 discurso, infelizmente decorado, a gente sabe muito o que precisa ser feito, mas
971 infelizmente o governo vem fechando, não é? As portas de diálogo a gente teve
972 uma participação ridícula. Se me permitem usar a palavra no comitê gestor da crise
973 em que nem o conselho estadual de direitos humanos, nem o comitê estadual de
974 prevenção e combate à tortura teve oportunidade de fala. Então, se o governo do
975 estado acha que chamar direitos humanos e chamar familiares do sistema prisional
976 só para dizer que chamou para enfeitar a cadeira é fazer política de direitos
977 humanos, a gente precisa dizer que não, não é? Que a empresa de espaço de fala
978 e de diálogo porque está aqui, a gente é um tempão dizendo que precisa ser feito.
979 E só nos consultam ou fingem nos consultar quando a crise acontece. Não é? Então
980 chega de apagar incêndio dentro do sistema prisional do Rio Grande do Norte. Que
981 coisa para fazer não falta. E é isso. Obrigada mais uma vez, reforça a ansiedade.
982 Viu perita pelo relatório? Estamos aqui apenas aguardando a divulgação para a
983 gente poder ter acesso a esse material que com certeza vai reforçar muito aí as
984 nossas denúncias e as nossas necessidades. Obrigada, gente. Um abraço. E até a
985 próxima.

986 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
987 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Juliana. Eu vou passar a palavra é agora para
988 Ana, que está com a mão levantada aqui. Se você puder não esse até esse tempo
989 de 5 minutos, eu agradeço.

990 **Sra. Ana** – Ok, é por favor, Sofia, me avise, está bem? No chat, faltando um minuto.
991 Bom, eu queria antes de mais nada, saudar a todos e todas presentes e me
992 apresentar. Eu sou Anna Karenina, sou professora da universidade federal do Rio
993 Grande do norte e membro do conselho consultivo do centro de referência em
994 direitos humanos Marcos Dionísio daqui e, enfim, minha pauta de trabalho tem sido
995 a desinstitucionalização em saúde mental e, portanto, o tema da privação de
996 Liberdade é um tema constante no nosso trabalho e das práticas de tortura.
997 Historicamente empreendidas nesse campo, não é? Eu estou substituindo nesse

998 momento para o senhor Alex [Ininteligível] que era o titular desse acento e eu queria
999 só reforçar alguns elementos, e também reforçar ou talvez detalhar um pouco mais
1000 os encaminhamentos já propostos por Juliana é no sentido do que a gente pode
1001 fazer ou do que a gente precisa fazer pedindo apoio tanto deste comitê como do
1002 comitê nacional do como da do conselho nacional de direitos humanos para que
1003 haja uma pressão do ao poder executivo na resolução, ou, pelo menos, no
1004 encaminhamento em outro rumo das questões que estão colocadas. Enfim, primeiro
1005 queria também parabenizar ao mecanismo pela é atuação, não é? É pelo relatório
1006 que vai ser colocado. Estamos realmente ansiosos pela publicação desse relatório.
1007 Acho que ele respalda, só com ele a gente respalda muito dos nossos pedidos, não
1008 é? As inspeções que a gente tem feito, seja pelo conselho regional de psicologia,
1009 seja pelo conselho, pelo comitê estadual de prevenção e combate à tortura, tem
1010 revelado essa situação já há algum tempo tanto nas unidades prisionais, quanto nas
1011 unidades prisionais de saúde mental. Eu vou chamar assim, não é? Porque são
1012 todas unidades prisionais, da privação de Liberdade. Então eu queria reforçar, ainda
1013 ontem, essa questão do antes de falar do ainda ontem, antes dessa essa questão
1014 do investimento, eu acho que a questão prioritária quer dizer, é preciso que se
1015 questione o poder executivo sobre qual é a linha de ação que ele pretende incidir,
1016 se ele não está presente ou tem-se feito pouco presente e aberto ao diálogo com
1017 os direitos humanos, seja nas suas diferentes instâncias, é preciso lembrar ele,
1018 então, que modelo é esse de segurança pública e de direitos humanos que se quer
1019 e eu acho que a gente precisa dar visibilidade ao equívoco do modelo que está
1020 sendo implantado ou que está sendo reimplantado, não, que está sendo reforçado
1021 historicamente, não é? Quando a gente espera um progressismo nessa pauta,
1022 quando a gente espera que um novo modelo de fato consiga se instituir no campo
1023 dos direitos humanos. Então, acho que é preciso que esses R\$100.000.000 sejam
1024 questionados na direção desses investimentos. Eu acho isso fundamental, inclusive
1025 eu queria propor, não sei se se vale o apoio da Defensoria presente no
1026 encaminhamento a ao Ministério público de uma ação, não é? Que a gente possa,
1027 é conjuntamente conselhos nacionais e estaduais, comitê de nacional e estadual
1028 pressionando o Ministério público federal para uma ação junto ao poder executivo

1029 estadual em relação a essa, a essa questão dos investimentos, pedindo
1030 esclarecimentos. Quer dizer, por que que nós vamos ampliar o sistema prisional e
1031 não qualificar as ações de desinstitucionalização, que já estão previstas há muitos
1032 anos, é a mesma questão que ainda ontem eu tive que participar de uma de uma
1033 reunião do comitê no conselho municipal de saúde, em que a casa de saúde
1034 Severino Lopes acha que vocês acabaram de ver os horrores apresentados pelo
1035 mecanismo é, pediam descaradamente um reajuste das diárias psiquiátricas. É a
1036 serem feitas pela prefeitura, não é? A prefeitura é investindo e propondo o
1037 investimento de reajuste nessas diárias psiquiátricas a esse hospital, que tem 160
1038 leitos de psiquiatria SUS, quando, na verdade, 40 desses leitos foram há 10 anos
1039 atrás implantados temporariamente pela desativação da casa de saúde de uma
1040 outra casa de saúde que foi desativada por prática de tortura, por assassinato, por
1041 homicídio feito no seu interior. Nós, como na época, junto ao Ministério da saúde,
1042 conseguimos desativar essa unidade, mas é preciso desativar o Severino Lopes.
1043 Eu queria também contar com o apoio de vocês nessa pauta, por quê? Porque mais
1044 uma unidade de privação de Liberdade com práticas de tortura declaradas, a gente
1045 tem vários relatórios de inspeção apontando isso. A gente tem testemunhos de
1046 usuários apontando isso, então é a gente conseguiu ontem que o conselho
1047 municipal não aprovasse esse reajuste e, portanto, não aprovasse a renovação de
1048 contrato. Mas a gente sabe que eles vão insistir e que a coisa vai seguir. Ou seja, o
1049 estado vai seguir financiando o manicômio, o estado vai seguir financiando
1050 previsões torturadoras, então eu acho que é que é preciso uma ação um pouco mais
1051 contundente e pactuada entre os todos os órgãos defensores, direitos humanos em
1052 torno dessa pauta, usando politicamente esse cenário, como eles estão usando
1053 politicamente esse cenário para via visibilizar essa questão. Então a gente não pode
1054 permitir que um governo dito progressista, atue dessa forma diante dos direitos
1055 humanos, não é? Eu acho que isso gravíssimo. Não é? É gravíssimo. Nós temos
1056 agora em relação ao PCT, eu queria só chamar atenção também a esse ponto, nós
1057 fizemos uma inspeção também, que atesta as mesmas coisas que o Mecanismo já
1058 apontou e o Mecanismo consegue apontar ainda mais coisas com mais detalhes, o
1059 que eu louvo a atuação. Ao PCT, é uma. É uma unidade com gravíssimas, é triste,

1060 é um cenário de terror. Não é que está sendo. Veja: Há inúmeras relações, a
1061 ampliação não são só as práticas de tortura já colocadas à ampliação. Como que
1062 vai se colocar numa unidade como essas mulheres e homens, a violação dos
1063 direitos da mulher, a violação de diferentes formas que estão sendo empreendidas
1064 na PCT. A gente tem agora um indicativo de uma política do conselho nacional de
1065 justiça e de manicômio alisa. São do sistema de justiça. Eu acho que a gente precisa
1066 pegar com unhas e dentes essa portaria, pegar com unhas e dentes essa diretriz e
1067 está sendo implantado no estado um GT, só que esse GT não terá, não será bem
1068 sucedido se a gente não acompanhar de perto como é, seja através do mecanismo,
1069 seja através do comitê nacional, seja através do conselho nacional de direitos
1070 humanos. Então eu queria assim apelar a esse comitê para se unir, para que
1071 possamos encaminhar conjuntamente com os demais órgãos direitos humanos a
1072 nível nacional essa pauta de pressão para que o governo executivo do RN consiga
1073 modificar a diretriz com que vem atuando nesse campo, não é? Eu acho que meu
1074 tempo já acabou, Sofia, é isso.

1075 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1076 **e Cidadania – ITTC) – Já.**

1077 **Sra. Ana –** Ok, desculpe, então, mas é isso, é um encaminhamento que eu queria
1078 propor. Não é porque eu acho.

1079 **Interlocutor não identificado –** Está desligado o microfone.

1080 **Sra. Ana –** Desculpe, é só um detalhe que eu não apontei que gostaria de apontar,
1081 não é à toa que o ministro direitos humanos eu queria aqui é apontar para os
1082 representantes, Ministério, direitos humanos presentes por que que o ministro dos
1083 direitos humanos não acompanha as ações que estão sendo feitas no Rio Grande
1084 do Norte, assim como o ministro da justiça. Isso sinaliza para mim uma diretriz de
1085 governo. Então isso não é qualquer coisa. Ausência do Ministério, direitos humanos
1086 aqui com a presença do ministro e dos seus representantes é ou de sua equipe é
1087 para mim sinaliza gravemente essa diretriz política, não é e institucional, não é? Eu

1088 acho que é preciso que a gente sinalize isso, aponte a nossa grave preocupação
1089 em torno dessa questão quer dizer, a questão não está sendo tratada como uma
1090 questão de direitos humanos e sim meramente como uma questão de segurança
1091 pública mais uma vez retratando. Ampliando o estado penal aqui, não é? Então eu
1092 agradeço a atenção de todos. Obrigada.

1093 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1094 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ana, seja bem-vinda. Tem outras pessoas, como
1095 a levantada aqui, mas antes eu vou fazer uma pergunta para Nena e vou, enfim, é
1096 primeiro. Eu queria saber se tem algum membro, Defensoria, Ministério, ou algum
1097 membro do judiciário aqui na reunião. Além disso, se tem, é algum membro
1098 daqueles que foram convidados e se secretaria de estado de segurança pública e
1099 defesa do Rio Grande do Norte está aqui e o secretário de administração
1100 penitenciária da SAP está aqui também. E queria que a Nana me informasse isso,
1101 porque, inclusive, para a gente deixar registrado que eles foram convidados e dizer
1102 que, pelo que eu estou vendo aqui no chat, a Rita agora, que é suplente do ministro,
1103 está presente. Então, aí depois das falas é das pessoas que estão aqui com a mão
1104 levantada, e eu sugiro que enfim, pelo adiantado da hora, também acho que a gente
1105 pode estender um pouco mais que a gente se restringisse ao tempo e que no final
1106 fosse mais encaminhativas aqui para o sentido, não é? Do que a gente vai é tomar
1107 com encaminhamento, mas depois passar a palavra é para esses representantes e
1108 ainda que é, não tenho esses representantes que foram convidados. É, a gente tem
1109 representantes do Ministério da defesa, dos direitos humanos e a suplente do
1110 ministro aqui. Então eu gostaria que ele fizesse uma fala, enfim, se possível fosse,
1111 ao final é da daqui, da de todas essas falas aqui, principalmente das organizações
1112 da sociedade civil. Vou passar para...

1113 **Sr. Gustavo – Sofia.**

1114 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1115 **e Cidadania – ITTC)** – Oi.

1116 **Sr. Gustavo** – Está fazendo forma em relação à questão da [Ininteligível], porque
1117 no começo da reunião é a gente te perguntado, não é, você queria que eu falasse
1118 com o pessoal de lá, a Secretária Adjunta, falou que não recebeu esse convite e aí
1119 eu falei que tinha sido enviado, mas eles falaram que não poderiam participar hoje,
1120 que não tinha recebido esse convite, mas acho que é bom mandar de novo e
1121 reforçar que já tinha sido enviada porque estava vendo, não sei o que aconteceu,
1122 mas só vendo essa informa do contrato que eu fiz a partir da discussão, no começo
1123 da reunião.

1124 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1125 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Gostava de que é importante, então, a Nana,
1126 Débora daria uma olhada o que que aconteceu com esse convite e talvez reforçar
1127 esse convite para que eles estejam presentes amanhã na reunião. Vou passar para
1128 a Gisele a palavra. E eu aviso no chat aqui quando te faltar um minuto.

1129 **Sra. Liane** – Olá, bom dia. No caso, eu não sou Gisele, eu sou Liane, gente. Gisele
1130 está trabalhando e o meu celular deu problema, eu não estou conseguindo acessar
1131 através do meu aparelho, então posso me pronunciar aqui. É através de um
1132 aparelho dela? Olá, gostaria de permissão para poder continuar.

1133 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1134 **e Cidadania – ITTC)** – Pode falar, Liane. Está ouvindo a gente?

1135 **Sra. Liane** – Então, vi aqui bastante, vocês conversarem sobre as leis, sobretudo o
1136 que está acontecendo no nosso estado dentro da lei. Eu venho aqui como familiar,
1137 conversar um pouco e passar nossas falas aqui. Não só minha. Minhas amigas
1138 também que vão estar aqui para vocês sentirem um pouco o que está acontecendo
1139 dentro do sistema prisional. É, primeiramente, venho aqui agradecendo a
1140 oportunidade de estar aqui com vocês, doutor Gustavo, você, Wanderley, seu
1141 Sérgio, dona, Ana Waleska, doutora Bárbara Patrícia, não tenho nem o que
1142 agradecer a vocês toda essa união, essa, essa, esse fortalecimento diante da do
1143 sistema. Diante de toda essa situação que acontece com a gente aqui, vocês estão

1144 realmente nos apoia em todos os sentidos, emocionalmente, psicologicamente,
1145 dentro da lei. Nossa muito obrigado. Bom, gente, é, eu gostaria de falar com
1146 vocês, é o seguinte. Eu sei que vocês já falaram sobre alimentação, sobretudo, mas
1147 eu gostaria de falar o que? A gente vivencia. Um pouco dentro do sistema prisional.
1148 Vamos lá pela um pouco, vou ser bem breve. Vou falar sobre alimentação. Os
1149 nossos internos contam que a alimentação lá dentro é a totalmente azeda. A gente
1150 já, como vocês já viram, presenciaram. Sem contar na situação da alimentação
1151 azeda, ainda existe a opressão sobre a alimentação. Bem, por que, gente? já
1152 aconteceu em visitas, de eu me encontrar em visita e eles na hora que terminou a
1153 visita do nada disseram que ia todo mundo entrar em procedimento na nossa frente.
1154 Eles pegaram um grande saco preto, imenso e colocaram todas as quentinhos deles
1155 dentro e disseram que ninguém comia naquele dia. Você imaginam a tortura
1156 psicológica para uma mãe sair de dentro do presídio que era uma visita para ter de
1157 8 horas da manhã, já era meio-dia aonde a gente já não aguentava de fome, imagine
1158 eles lá dentro. Sobre essa alimentação, que já vem estragada e ainda fazem disso
1159 com eles. Esse novo secretário, antes da pandemia, nós temos 2 horas de visita de
1160 15 em 15 dias, e aí que isso parou devido a situação do COVID, porém, o COVID
1161 está super controlado no nosso estado. Esse novo secretário veio, o secretário
1162 passado veio e deu 2 horas, de 2 em 2 horas deixou prescrito e a volta das visitas
1163 íntimas aonde esse novo secretário não acatou e ainda tirou o nosso direito no
1164 nosso lanche, que eram 4 torradas, ele tirou 2 só, permaneceu 2. Então muita gente
1165 diz ao secretário, deu, não, não deu. Ele tirou, porque antes nós já tínhamos direito
1166 a esse lanchinho de levar para eles lá dentro e agora a gente já foi reduzido o lanche
1167 totalmente. Gente, vocês não têm noção da gravidade? Quando a gente chega lá
1168 dentro, que entra com uma sacolinha de lanche? Eles não olham para a gente, eles
1169 olham para o lanche. É uma, é uma situação Extrema de necessidade. A fome é
1170 fome, é fome dentro dos presídios do sistema carcerário é fome. Eles comem aquela
1171 comidinha que a gente leva, eles comem quase que tudo de uma vez só. É uma
1172 situação muito grave, a pessoa torturar uma pessoa, principalmente
1173 psicologicamente, com fome, aonde a gente já fizemos todas as denúncias,
1174 inclusive no Ministério público, e constatado como foi constatado aí por dona Ana,

1175 por dona Bárbara, pelos direitos humanos que já entrou lá. Eu acho que foi em 2021
1176 certo, e simplesmente Continua do mesmo jeito, é pior. É, vamos lá. Sobre a
1177 questão da saúde, a saúde hoje, eu vou tirar pela saúde dos meus filhos, meus
1178 filhos se encontram numa cela com 35 presos, onde era para caber 15, tem 35.
1179 Sendo que, 8 se encontram vomitando sangue dentro da cela, sem tratamento
1180 nenhum de tuberculose, porque eles, que inclusive o estado está sem fornecer os
1181 medicamentos de tuberculose. E aí, quer dizer que estão matando os nossos aos
1182 poucos? É uma negligência total, é uma falta de entendimento, de tudo o que está
1183 acontecendo, um cinismo total que está acontecendo dentro do nosso estado,
1184 porque venceu Henrique Baltazar, vem é a presidente do sindicato dizer que está
1185 1000 Maravilhas, que lá dentro está um hotel desmentindo tudo o que é falado, não
1186 só pelas familiares, mas também por todos esses órgãos, que estão nos
1187 acompanhando, estão acompanhando o pouco do que está acontecendo dentro do
1188 sistema prisional. Vamos lá, vou falar um pouco sobre as torturas, vocês sabem
1189 como eu iniciei essa luta 4 anos atrás? Vou contar a vocês. Eu sou Socorrista da
1190 SAMU, certo? Precisei de me afastar um pouco do cargo, não, porque não era
1191 totalmente, vamos, quer dizer, não era efetiva. Eu trabalhava para um hospital,
1192 certo? No meu interior, aqui no meu estado, e eu vim embora para Natal, para tentar
1193 buscar essas lutas porque, porque eu entrei dentro do sistema prisional e a Palma
1194 da mão de um dos meus filhos praticamente tirada. Estava em sangue vivo, carne
1195 viva, e a outra o joelho. E quando eu cheguei em casa, eu entrei em desespero,
1196 sem saber o que fazer e aí comecei a mobilizar o grupo das, de todas as unidades
1197 para ver se a gente conseguia fazer alguma coisa pelo sistema prisional, porque
1198 gente, a gente já não aguenta mais ver isso, são várias torturas, eu tenho aqui fotos,
1199 eu tenho foto de pessoas que morreram dentro do sistema prisional. Inclusive, tem
1200 um aqui na minha rua que morreu dentro, o filho dela morreu dentro do sistema
1201 prisional, que você vê totalmente a tortura, foi detectado a tortura no laudo e nem
1202 sequer um advogado quer botar a causa para frente, porque tem medo de botar a
1203 causa para frente. Então, quer dizer, como é que a gente fica numa situação como
1204 essa? Até os advogados tem medo de fazer algo por nós aqui, devido à opressão
1205 que não é sofrida, só lá dentro, como é sofrida, aqui fora também. E esse, e esses

1206 laudos que eu tenho aqui, ele foi constatado a tortura dentro do presídio, o rapaz
1207 morreu sobre tortura. Não é brincadeira, isso foi constatado. Então vamos lá, vou
1208 ser breve, porque minhas amigas também vão falar, não é? Para não se estender
1209 tanto, vamos lá falar sobre a água. Certo? A água. A água, quando eles querem,
1210 eles às vezes ligam é, manda os meninos encher o garrafão, eles dão um minuto
1211 para o garrafão ser cheio, é um minuto, ou caso contrário era, é todo mundo
1212 correndo, diz que é um desespero para encher esses garrafões porque, se não for
1213 assim em um minuto, vai levar para dentro da cela, se tiver só meio garrafão, é meio
1214 garrafão. Tem dia que paga os garrafões para ser cheio, tem dias que não pagam
1215 para ser cheio. E assim eles passam, imensamente a falta de água lá dentro, aonde
1216 a gente sabe, gente que, pelo amor de Deus, ninguém convive sem água e sem
1217 uma alimentação. Então, diante disso daí está imunidade baixa. Eles estão
1218 morrendo, foram várias mortes, vários óbitos devido de muitos tipos de doença,
1219 principalmente tuberculose dentro dos presídios. Quer dizer, nem o básico eles não
1220 têm. E aí que, vem aí muitas autoridades dizer... Vou bater bastante nessa tecla
1221 porque é dessa forma que se encontra o Rio Grande do Norte, do juiz ao Ministério
1222 público, a todos. É assim que eu me sinto certo? Como familiar, estou me
1223 expressando aqui porque aqui eu sei que eu tenho confiança de me expressar.
1224 Porém, a gente vive uma eterna opressão aqui dentro do estado. Então é assim que
1225 a gente se sente, entendeu? Sem direito de se pronunciar, sem direito de falar, e
1226 quando a gente pede, também somos omissos, porque nós somos a voz dos nossos
1227 internos e nós não vamos nos calar, entendeu? Porém, a gente quando fala, que a
1228 gente está precisando de ajuda realmente, de pessoas fora do estado, porque está
1229 aí seu Gustavo entrando dentro dos presídios, O Mecanismo nacional entrando
1230 dentro dos presídios, o que está acontecendo? Exatamente nada, nada está
1231 acontecendo dentro do sistema prisional. Melhor trabalho possível foi o que Dona, é
1232 o Mecanismo nacional fez e vem assim... A sindicata é a presidente do sindicato
1233 dos agentes penal, vem dizer que é mentira que levem para dentro da sua casa,
1234 porque está acontecendo o que está acontecendo no nosso estado, porque o
1235 comitê, porque os direitos humanos estão é se pronunciando a querer alguma
1236 mudança dentro do nosso estado. Mais uma tecla que eu quero bater com vocês,

1237 porque isso daí precisa ser mudado também. Essa mulher tem que ter um freio. Eu
1238 não sei como, mas vocês, autoridades sabem como fazer isso. Inclusive ela pegou
1239 a nossa foto que buscamos por melhorias que estamos de frente por melhorias e
1240 postou no status dela, entendeu? Mostrando que nós estamos, somos do
1241 crime. Olhe, toda eu que estamos aqui hoje, representando, somos pessoas, somos
1242 pessoas honestas, somos pessoas que lutam no sistema prisional. Eu entreguei
1243 meus 2 filhos sabendo que um era culpado e um era inocente. Está os 2 lá dentro,
1244 pela falta de uma investigação correta da polícia civil de dentro do estado, muito,
1245 tem muitos inocentes lá dentro, pagando por erros de outros que estão aqui fora,
1246 entendeu? Por uma má investigação da polícia civil. Vamos lá, é isso que eu ia botar
1247 aqui. Me desculpe gente, eu estou um pouco, é porque quando fala sobre o sistema
1248 prisional, eu quando eu não... Eu fico assim, um pouco alvoroçada, São meus 2 que
1249 estão lá dentro. Vamos lá para banho de sol. Pavilhão um de alcaçuz é um dos
1250 pavilhões que, o banho de sol é extremamente ruim, certo? É pago de 15 em 15
1251 dias, as vezes 20 minutos. Porque não adianta, eles vão dizer que deixa 1 hora,
1252 porque eles não deixam isso é mentira. É um sistema todo que fala, é 20 minutos e
1253 de 15 em 15 dias. O pavilhão um de alcaçuz é um dos únicos pavilhões, que não
1254 existe banho de sol, a gente sabe que o banho de sol é necessário, inclusive para
1255 a saúde física e mental daqueles que estão lá dentro. Existe uma vitamina que ela
1256 só é produzida através do Sol, no nosso corpo. Eu acho que muitos aqui têm
1257 conhecimento disso. E os meninos, lá dentro, eles não tem banho de sol, é uma das
1258 coisas que meus filhos pedem. Mãe consiga pelo amor de Deus, o banho de sol
1259 para gente, porque no dia do banho de sol a gente tem que se, fazer a higienização
1260 de 15 em 15 dias e aí que não dá tempo, ou a gente se higieniza ou a gente toma
1261 banho de sol. Então a gente nunca tem tempo para banho de sol, porque se a gente
1262 ficar sem se higienizar, vai apanhar e vai para o castigo. Vejam que situação, gente.
1263 Então vamos lá. A questão das celas superlotadas como eu já falei aqui no início,
1264 até, até antecipei a questão da, da das celas superlotadas. Gente, olha a questão
1265 das celas superlotadas. Seu Henrique Baltazar simplesmente pega, não é? Todo
1266 respeito à profissão dele, porém, para mim está tendo algum problema aí de, de, de
1267 lei não é? Porque a pessoa pegar, chegar o direito de sair e a pessoa não sair de

1268 dentro do presídio, ter que dar mais 1 ano, um ano e meio, dizendo que todo mundo
1269 é faccionado, porque Para ele todo mundo é faccionado. Então, o que é que
1270 acontece? Fica lá mais, mais 1 ano, mais 6 meses, mais 3 meses. As celas
1271 superlotadas, as pessoas doentes sem tratamento e aí os outros, eu saí daí, da
1272 minha última visita, meu filho olhou, disse mãe; o mesmo que teve já tuberculose
1273 que pegou tuberculose dele. Mãe, eu estou sentindo umas dores. No meu pulmão!
1274 Vai pegar tuberculose novamente. Meu filho quase morre por tuberculose e agora
1275 vai pegar novamente, porque se encontra numa cela com 8 pessoas que não tem
1276 tratamento de tuberculose, já vomitando sangue. O que é que esperam dessas
1277 outras 8 pessoas que vão morrer? Por que vão, se não tiver um tratamento, elas
1278 vão e ainda vão arrastar muitas com elas, entendeu? Porque sabemos que
1279 tuberculose mata. E aí, vamos mais para frente. É questão de é, vou deixar Vicenta
1280 para o final. Materiais que entregamos, a gente sabendo que no nosso estado, nós
1281 temos que arcar com materiais de limpeza. Nós sabemos que temos que arcar com
1282 produtos de higiene. 3 em 3 meses temos que comprar colchão, lençol, cueca,
1283 calção, isso de 3 em 3 meses. O restante, todos os meses. Temos que levar
1284 simplesmente em qualquer procedimento que eles fazem, tiram tudo o que é deles
1285 e jogam lá na frente, aonde todo mundo ver, porque eles fazem para a gente ver
1286 porque não estão mais nem aí com nós, entendeu? Eles fazem na nossa cara, na
1287 nossa lata, do mesmo jeito que vão para a mídia também para desmentir tudo
1288 aquilo. E as autoridades como, porque para mim é uma autoridade, o comitê para
1289 mim é uma autoridade, os direitos humanos, para mim, é uma autoridade do
1290 mecanismo nacional. Tudo aquilo que eles vão lá dentro e presencia, eles
1291 desmentem tudo e nós também, que vivenciamos aquilo, estou. Visita que nós
1292 vamos, não é? Maltratadas do início ao fim. Agora para entrar, temos que rasgar a
1293 roupa. Temos que rasgar a roupa e temos que rasgar a roupa, à mas porque eles
1294 dizem, há porque tem alguma mulher que leva a droga, quem leva a droga? Eu não
1295 sei quem leva a droga, eu. Eu sou obrigada a rasgar minha roupa porque alguém
1296 leva droga? Puna quem leva a droga, pegue uma investigação, qualquer coisa e
1297 não todas pagarem por uma, Entendeu, gente? Então a gente, estamos precisando
1298 estar totalmente falido o sistema prisional, o que é que está esperando para as

1299 maiores autoridades de Brasília ou, se for possível, até fora, entendeu do Brasil
1300 tomar posição sobre essa situação? Está esperando que quantos aconteça mais o
1301 quê? Não tem mais o que acontecer. Vocês querem o quê? Mais de. Não sei, eu
1302 sei que todos que estão aqui estão a nossa, eu creio, não é? Não é a nosso favor,
1303 mas estão dentro da lei, estão dentro da lei, então, dentro da lei nós pedimos que,
1304 por favor tenham essa autonomia, se for preciso, peçam aí ajuda
1305 internacionalmente, mas peçam, faça alguma coisa, entra, entra presidente, sai
1306 presidente e aí todos os estados estão praticamente iguais. E aí vai acontecer, sabe
1307 o que daqui uns dias todos os estados vai, vai fazer o que o estado do RN está
1308 fazendo e vai ser um caos dentro do Brasil, completo porque simplesmente ninguém
1309 aguenta mais, ninguém aguenta mais gente, vamos lá. Não. Agora não, vamos lá
1310 com a questão do remédio. Eu já terminei, gente, eu posso ter mais um tempinho?

1311 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1312 **e Cidadania – ITTC)** – Não é? Então, já terminou seu tempo, mas o que eu estou?
1313 Deixando aqui você falar. Porque eu entendo que, que enfim é. Importante é a sua
1314 fala. Mas eu queria pedir para isso, se você pudesse ser um pouco mais breve aqui
1315 no final, para a gente dar tempo de todo mundo falar.

1316 **Sra. Liane** – Só tenho mais três pontos a frisar, por favor, certo? OK vamos lá,
1317 esses malditos procedimentos, porque são os malditos procedimentos. Saiu um
1318 interno de caicó me procurou, dona Liane, me dê ajuda, ajuda aos meninos de Caicó
1319 o quê? Eles tomam café da manhã, aquele, aquele bendito café, não é, da manhã?
1320 Vamos lá, vamos para o procedimento, mão na cabeça, de joelho encostado um no
1321 outro até a hora do almoço. Terminou de almoçar, volta para o procedimento até a
1322 hora de entrar. Para a cela, e dormir. E sabe o que aconteceu com a situação desse
1323 procedimento? Existe um interno no pavilhão 5 totalmente atrofiado, que é o filho
1324 de dona Isabel, certo? Totalmente atrofiado, aonde todos os, todos os médicos,
1325 inclusive o presídio, disse que ele tem que fazer o tratamento em casa e
1326 simplesmente Henrique Baltazar não deu o tratamento. O menino não quer mais
1327 sair de dentro da cela nem para ir para a visita, porque não aguenta. E aí que dona
1328 Isabel já pediu ajuda a todo mundo e ninguém até agora conseguiu ajudar? Nem

1329 ela, nem o filho dela. Então isso, eu estou contando um caso de dona Isabel, mas
1330 dentre do caso do Izabel, existe vários outros lá dentro, certo, gente? Então vamos
1331 lá para encerrar, e daí, dar continuidade das meninas, não é? É sobre a nossa visita,
1332 quando a gente chega lá, eu, Liane, fui vítima de um agente tentar me bater fora da
1333 visita, eu cheguei lá para fazer uma pergunta a um agente, e o outro agente
1334 simplesmente chegou me engolindo do Nada, entendeu? Me maltratando, muito
1335 mal, perguntando se eu era advogada, o que é que eu era, por eu ter feito uma
1336 pergunta, o porquê não iam deixar aquela criança entrar, que já entrava em toda a
1337 visita e simplesmente disseram que agora na unidade não entrava mais nem
1338 sobrinho nem irmão e tiraram ela da visita. Então eu, eu não estava no dia da minha
1339 visita, estava na entrega, iria para, pedir para uma reunião com o diretor, junto com
1340 outras, é, junto com outras familiares e simplesmente o agente saiu lá de dentro
1341 querendo me agredir, dizendo que queria saber quem era meu, meu interno lá
1342 dentro e na outra visita que teve, digo que aconteceu, o próprio agente foi me
1343 atender e me passar pelo body scanner. É um absurdo, gente, isso foi uma
1344 discussão minha com ele muito grande da onde o diretor do presídio se fez presente
1345 na hora e ficou entre a minha frente e a dele para ele não chegar a me agredir.
1346 Pronto gente, era só isso e sobre a Entrega também de materiais que a gente
1347 entrega e não chega até eles e nem remédio, sobre visita íntima. Gente olha, eu
1348 quero deixar bem claro uma coisa, eu acho que o último ponto, gente que visita
1349 íntima certo, deixa eu deixar bem claro uma coisa para vocês, essa história deles
1350 dizer que é regalia, isso é tortura física e psicológica, porque um interno ter a sua
1351 esposa durante já 6 anos sem um contato físico? Isso é uma tortura física e
1352 psicológica, tanto para ele quanto para ela, isso não existe. Uma situação como
1353 essa, entendeu isso daqui não é regalia, visita íntima não é regalia, visita íntima é
1354 uma, é um, é uma, é uma. A visita íntima é uma necessidade física e mental. Certo?
1355 Para um ser humano, não que só esteja preso como esteja aqui fora também,
1356 entendeu, gente? Então eu não posso mais me estender sei que meu tempo
1357 terminou, aqui fica meu agradecimento a todos os órgãos, a todos vocês que estão
1358 aqui presentes e aqui, o nosso pedido de Socorro. E por favor, as pessoas que são
1359 do mecanismo, volte, é o pessoal aí do, dos direitos humanos a nível nacional ajude

1360 os daqui, entendeu? O pessoal do comitê de prevenção à tortura venham no nosso
1361 estado. Por favor, se faça um presente aqui. Venham ver essa situação antes que
1362 a situação piore. Os daqui eles estão fazendo o que eles. Podem, mas não está
1363 funcionando, então, por favor, vamos, vamos unir essas forças que se unir possa
1364 dar certo isso não conseguir aqui vamos, vamos internacionalmente, vamos ganhar
1365 o mundo e a gente só não vai se calar, muito obrigado pela oportunidade.

1366 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1367 **e Cidadania – ITTC)** – Muito obrigada você pela fala. E por trazer esses elementos
1368 tão importantes de quem é realmente vivencia essas torturas, todas essas torturas
1369 todas e é uma pena que é o ministro, não esteja aqui para escutar ou que outras
1370 pessoas do governo, não estejam aqui para escutar, embora nossa escuta seja
1371 muito atenta, e pensando aqui nos encaminhamentos. E aí na sequência está Ana
1372 Valesca. Rochester, Lis Leide e Geovania. E aí eu vou pedir para vocês realmente
1373 tentarem ser mais breve possível, porque a gente ainda tem que fazer todos os
1374 encaminhamentos, da reunião aqui, a gente já são 15 para meio-dia. Ana, você vai
1375 falar?

1376 **Sra. Ana Valesca** - Ah está Sofia, desculpa, é o seguinte, só fazer algumas
1377 considerações assim é importantes, bem rápidas. O nosso relatório, ele já está
1378 pronto algum tempo, no entanto, a partir do dia 15 de março, algumas autoridades
1379 é começaram a responder, não é? Alguns ofícios assim, de forma muito genô érica
1380 e tal, mas quiseram dar uma satisfação. A gente resolveu considerar isso para
1381 fechar o relatório. Nesse tom de, de mostrar o tanto de diálogo que a gente já está
1382 tentando há muito tempo no Rio Grande do Norte, e o tanto de resposta que a gente
1383 não teve, não é? E, estranhamente, a partir do dia 15 de março, das 18 e 25,
1384 começaram algumas manifestações. Então a gente considerou para colocar em
1385 relatório. Já está pronto. O Mecanismo nacional não tem uma estrutura grande. Nós
1386 fazemos tudo aqui, então a gente tem que diagramar a formatar, são processos
1387 extremamente exaustivos, que a gente tem que fazer, enfim, mas hoje esse relatório
1388 vai estar disponível lá no site do mecanismo e, claro, antes ele vai ser enviado para
1389 todas as autoridades competentes, tanto as previstas em lei quanto todas as

1390 autoridades que a gente já avaliou que são importantes de receber. É o que eu
1391 queria dizer também, nesse momento nós estamos é aguardando a resposta do
1392 governo para apoiar o nosso retorno é super importante, não é? Que a gente possa
1393 fazer esse retorno acompanhado, sobretudo aqui com nos diálogos com o Ministério
1394 de direitos humanos, não é? Para tentar de fato uma intervenção com um nível
1395 maior. Nós enviamos no dia 15 de março, ofício, não é? Tanto para o Ministério,
1396 para o para o senhor ministro, para ouvidoria, direitos humanos, Secretaria Nacional
1397 de, de Proteção Global Direitos Humanos, a Coordenação também de Combate à
1398 Tortura para pedir justamente o apoio para um acompanhamento em loco, não é?
1399 Junto com o Ministério. Então assim, é muito importante, a gente mandou esse, eu
1400 fiz dia 15, dia 15, a tarde a gente mandou outro ofício com é, destacando a
1401 preocupação da ida daqui para o Rio Grande do Norte, porque a gente sabe que
1402 por onde eles passam só deixa rastro de violência, não é? Então assim, a gente
1403 está aguardando essa resposta do governo ainda, acho que é importante a gente
1404 poder ter alguma sinalização, já ter uma reunião no fim do dia, porque é super
1405 importante que nós, que somos o órgão especialista em realizar inspeções, não é?
1406 De forma técnica e circunstanciada, estejamos lá nos desdobramentos nesse
1407 momento tão importante de crise no Rio Grande do Norte, e a nossa ideia também,
1408 só para fechar e dizer que nós queremos criar um monitoramento das ações desse
1409 tipo, não é? O monitoramento em loco por que? O Mecanismo no momento da
1410 transição, ele sugeriu a extinção desse tipo, isso não aconteceu, então que a gente
1411 possa monitorar essas ações para poder entender como é que é esse protocolo de
1412 atuação, não é? Saber de perto como é que essa atuação. Eu queria finalizar
1413 dizendo que o relatório tem 137 recomendações, então fica até difícil fazer agora
1414 um momento de destaque, mas a ideia é que a gente disponibilize, a ideia é que a
1415 gente disponibilize esse relato hoje, para que todos possam ler pelo menos as
1416 recomendações e como a gente tem uma amanhã, um segundo momento da
1417 reunião do comitê, poder fazer esse esforço coletivo de verificar, super difícil falar
1418 sobre principais recomendações, porque de fato a gente tem muitas
1419 recomendações muito graves assim, esta situação do Rio Grande do Norte, é

1420 realmente muito precária, alarmante e precisa da atenção, essas recomendações
1421 todas precisam ser, é, seguidas pelas autoridades locais.

1422 **Sr. Rochester** - Não, é, como a Bárbara disse, não é? É importante destacar a
1423 participação, esse monitoramento nosso, não é? Em relação à atuação e a incursão,
1424 déficit, perda do emprego, do uso da força, como os senhores vão ler depois do
1425 relatório? Eles não têm protocolo de uso de força, não é? Queremos ter
1426 conhecimento desse planejamento, dessas ações e que os órgãos também de
1427 defende desde os anos também locais acompanha juntamente com o Mecanismo,
1428 comitê estadual e o conselho estadual também dos direitos humanos. Eu acho muito
1429 importante a participação nossa até porque a gente conhece e viu de perto as
1430 violações, não é? E, enfim, é isso, obrigada.

1431 Terminar uma coisa para vocês, só que me passou aqui. Vocês mandaram essa
1432 recomendação é para enfim, não é? Para o não uso da FTIP, etc. E aí, se estiverem
1433 uma resposta no Ministério da Justiça?

1434 **Interlocutora não identificada** – A única resposta que a gente tem é que, a força
1435 continuou e, na verdade, o material que a gente foi criado, nada escrito, não é?

1436 Mas a gente enviou só para, espera aí só para dizer que, a gente enviou um material
1437 muito importante, fazendo assim, sugestões detalhadas e muito importantes, não
1438 é? Foi um grande esforço, mas assim, basicamente, o que tem se falado no âmbito
1439 do Ministério da justiça é a questão da carreira dos policiais penais.

1440 É, mas é importante ressaltar que neste relatório vai ter recomendações específicas
1441 ao ministro da justiça. A cena pense e inclusive para a presidência. Da República,
1442 também?

1443 **Interlocutora não identificada** – Está, é, vou passar então para Rochester.

1444 **Sr. Rochester** É então bom dia a todos e a todas, eu sou Rochester. eu sou
1445 defensor público aqui no Rio Grande do Norte, e aí eu quero só esclarecer, desde
1446 já que eu não estou representando a Defensoria, o meu acesso vem, mais por causa

1447 da Associação Nacional de Defensores Públicos, que integram aqui o
1448 Mecanismo, não é? E aí eu pude participar agora e já faço uma ressalva, é que eu
1449 fui questionado a Defensoria Pública, sobre a participação na reunião de hoje. Eles
1450 falaram que não receberam o convite e aí eu peço destaque para isso, inclusive que
1451 tenha a continuação amanhã, da reunião para que seja verificada a se realmente
1452 houve esse convite, aí se teve alguma falha no envio do convite ou até, se quiser
1453 me acionar para que eu faça esse convite, já encaminho diretamente, mas é embora
1454 não esteja representando a Defensoria, eu atuo no sistema prisional aqui no Rio
1455 Grande do Norte, inclusive eu acompanhei a Bárbara é numa das inspeções do
1456 mecanismo e eu queria só destacar aqui realmente o trabalho incrível que foi feito
1457 pelo mecanismo no acompanhamento da situação prisional daqui do Rio Grande do
1458 Norte. É, eu atuei no Rio Grande do Norte, Inclusive em 2016, quando teve o,
1459 Defensoria sem Fronteiras, agora de outra Defensoria, e vim para cá. Então acho
1460 que essa tragédia anunciada, ela é anunciada desde aquela época, porque desde
1461 aquela época, as condutas que foram adotadas por todas as instituições, eu estou
1462 colocando as instituições do sistema de justiça, do executivo e todas as demais são
1463 muito próximas do que está sendo feito agora, que é o recrudescimento das
1464 condutas, é o endurecimento, a repressão de, em tese, esses focos de violência
1465 que estão aparecendo, inclusive com aumento de situações de violação de direitos
1466 humanos. Aí eu estou falando, sobretudo nas abordagens policiais que nós temos,
1467 atualmente aqui no estado. Esse número gigantesco de prisões que estão sendo
1468 anunciado como se fossem saídas. E aí, eu destaco para vocês, por exemplo, a
1469 gente conseguiu na Custódia Liberdade de é 2 pescadores que estavam
1470 abastecendo, pegando o galão de gasolina para abastecer a embarcação e foram
1471 presos como se estivessem participando dessas atuações, não é? Como se fosse
1472 para tacar fogo em alguma coisa. Então assim, o número de prisões arbitrárias está
1473 gigantesco, mas a gente sabe que o foco principal agora tem que ser dentro do
1474 sistema prisional, realmente, porque é absurdo o sistema prisional do Rio do norte,
1475 ele é massacrante de diversos aspectos e ultrapassa muito além dos muros de que
1476 todo mundo que estava detido, não é? É alcançando as famílias, alcançando a
1477 violação, inclusive a prerrogativas funcionais de diversas pessoas que atuam, com

1478 certeza, o pessoal do comitê passa por isso também. E aí é destacar aqui é,
1479 sobretudo em relevante que a gente consiga o apoio, também durante esse período
1480 do Ministério, direitos humanos, a do comitê e do mecanismo para poder tentar
1481 reconduzir as diretrizes que estão sendo tratadas aqui, porque realmente a gente
1482 não vê uma saída sendo desenhada, a gente vê no máximo um foco sendo apagado
1483 e apagado no sentido de uma forma mais opressora possível e que em breve tudo
1484 isso deve retornar de forma mais agravada ainda, porque a estrutura que está
1485 originando todo esse problema não está sendo visualizada, não está sendo
1486 enxergada pelos poderes, pelos órgãos que têm que participar dessa saída. Está
1487 bom? Agora só essa participação, eu agradeço novamente.

1488 Obrigada. É, eu vou passar agora para Liz Leide.

1489 **Sra. Liz Leide** - É bom dia a todos também vou ser breve. Meu nome é Luiz Leide,
1490 eu sou egresso do sistema prisional e também tenho um familiar lá no Rogério
1491 Coutinho madruga, não é? No presídio máximo de tortura do nosso estado,
1492 infelizmente. E quero ressaltar, só algumas coisas que Eliane, falou é no caso sobre
1493 a Vilma Batista, não é? A chefe aí dos agentes penais que postou hoje de manhã,
1494 logo cedo, durante uma entrevista que seu Geraldo também se fez presente, que
1495 os familiares que procuram denunciar esses atos é dentro do dos presídios, é são
1496 da mesma faixa de sindicatos, então são da mesma faixa de faccionado, querendo
1497 dizer que os familiares também são faccionados por fazer denúncia, não é? E
1498 também sobre a os produtos de higiene, também quero ressaltar pelo fato de que
1499 nós, como familiares, somos obrigados a manter, inclusive até as próprias unidades
1500 prisionais, com produtos de higiene e de limpeza para os próprios agentes,
1501 trabalhadores e de mantimento mesmo para a unidade prisional, para as unidades
1502 no caso que, tudo o que eles desejam, que eles querem, eles nos pedem. Tipo
1503 máquina de cortar cabelo? Está? Encanação, tudo o que eles querem, eles solicitam
1504 os familiares, então porque não, para eles é levar um complemento de alimento no
1505 presídio, seja uma regalia? Então Eu Acredito que tudo que está se passando no
1506 nosso, no nosso estado não é novidade aqui nem para ninguém, não é? Já é uma
1507 pauta bem antiga, tanto quanto tudo que se acontece, tanto quanto, quanto o que

1508 se fazer para frear tudo isso, acredito que todo mundo aqui já sabe, não é? Porém,
1509 o estado ele se faz aí de cego, se faz de cego e fez que o problema não existe.
1510 Então a gente como familiares, aqui sentimos muito pelo fato de que, lutamos,
1511 lutamos. Acredito que a maior, a sensação da maioria das pessoas que se faz aqui
1512 presente, nada, nada, enfim da morrendo na beira da praia, não é? Então acredito
1513 que espero que dessa vez, com toda essa repercussão aí o nosso estado tenha
1514 alguma, algo de melhoria de verdade aqui para o sistema carcerário, não como
1515 regalia, que a gente não quer isso. A gente quer direitos básicos constituídos em lei
1516 e que a gente sabe muito bem quais são. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui
1517 presente com todos vocês. Vou continuar assistindo para, poder adquirir mais
1518 conhecimento.

1519 Muito obrigada pela sua fala. É, eu vou passar agora para o Mateus.

1520 **Sr. Mateus Oliveira Moro** - É, obrigado presidência. Eu até tinha levantado a mão
1521 pessoal e depois abaixei, não é? Mas aí eu levantei novamente. É primeiro para
1522 manifestar a solidariedade aqui aos familiares que estão falando, está? É, eu sou
1523 Mateus Moro, sou defensor público do estado de São Paulo, eu sou suplente da
1524 colega Fernanda, que está aqui também, em relação à cadeira da ANADEP,
1525 Associação Nacional de Defensores Públicos. Então resolvi, levanta a mão para
1526 prestar solidariedade aos familiares. É essa última fala que é em relação aos kits de
1527 higiene, é o que acontece, infelizmente, no Brasil inteiro, ainda que o poder público
1528 não faça a privatização do presídio de forma formal, através de uma licitação e aqui
1529 em São Paulo, a gente conseguiu barrar através de uma ação civil pública, a
1530 privatização que o governador João Dória queria fazer na prática é quem leva a
1531 comida que a pessoa come rapidamente. Aí, como foi falado, porque existe a pena
1532 de fome. Quem leva o kit de rirem para pessoa é o familiar. Então, ainda que não
1533 haja a privatização de 2 de uma forma é formal. Essa privatização acontece na
1534 prática, não é? Então eu queria deixar registrado isso e também resolver levantar a
1535 mão, porque o colega Rochester Oliveira Araújo, também é fez a fala é, eu queria
1536 dizer Rochester, é, eu e a Fernanda estamos aqui representando a ANADEP, não
1537 é? É, já há alguns anos representamos a ANADEP aqui nesse espaço, então eu

1538 queria também dizer que a gente está à disposição. É, enfim, então eu queria fazer
1539 esses 2 registros, até porque a gente vai ter muito tempo para debater os
1540 encaminhamentos, não é? Anotei vários aqui, mas queria só deixar de fazer esses
1541 2 registros. Se eu fosse falar aqui eu repeti milhares de coisas, não é? É saúde
1542 mental, água, não é? A gente, é os tratados de guerra, a convenção de Genebra fala
1543 que as pessoas têm que ter água e comida. Então a gente está numa suposta
1544 democracia aqui não tem água e comida. Então é muito triste, pessoal, não vou me
1545 alongar, mas queria fazer esses 2 registros. Obrigado.

1546 Obrigada, Mateus. É tem a Gilvania, que está escrita, eu acho que eu, Patrícia, me
1547 desculpa, porque eu acho que você não levantou a mão aqui, acho eu tinha escrito
1548 no Chat, mas eu não vi. Se você ainda quiser falar. É, pode ser depois da gilvania.

1549 **Gilvania Monay** - Posso falar? Pode sim. Eu sou familiar de um dos internos que
1550 se encontram na penitenciária estadual Seridó, conhecida como Pereirão, e
1551 ressaltando aqui, não é? Com as palavras que Eliana estava falando aqui, não é?
1552 Sobretudo em si, que vem acontecendo no sistema carcerário do Rio Grande do
1553 Norte e também para ressaltar que infelizmente a gente estamos sendo revistada 2
1554 x 1 na hora de sair e outra na hora de entrar no presídio de Caicó, na unidade de
1555 Caicó, alegando eles que a gente está saindo com cartas, essas coisas lá de dentro.
1556 Sendo que não tem como a gente sair com nada disso lá de dentro, infelizmente. E
1557 também a questão da água que eles alegam que fizeram um poço lá e que a água
1558 aí se é aquilo, só que infelizmente de visita a água é suja, para os visitantes, beber
1559 e até com os internos, mesmo lá dentro, a água está chegando quente, tem muitos
1560 que estão adoecendo lá dentro, minha gente com essa situação, infelizmente está
1561 a situação muito crítica e resumindo, também em si as torturas que está
1562 acontecendo, a alimentação, tudo em si que está acontecendo nos outros, está
1563 acontecendo lá também. Infelizmente, está numa situação muito precária desde já,
1564 já agradeço pela oportunidade de estar aqui presente e peço aos órgãos
1565 competentes que se encontram aqui que tome providências da situação que está
1566 acontecendo. Pois a gente, que somos familiares, já não estamos mais aguentando,
1567 mais toda essa situação que os nossos familiares estava passando lá dentro, faz 5

1568 anos, vai fazer próximos 5 anos que meu marido está lá e só é sofrimento,
1569 infelizmente, agradeço a oportunidade mais uma vez de falar.

1570 **Interlocutora não identificada** – Muito obrigada, Giovanni. Todos os familiares
1571 que, que falaram que é, muito importante essas falas. eu vou passar a palavra,
1572 então é para Fernanda. Agora é. E para o Gustavo.

1573 É, e aí depois acho que a gente pode, pensando aqui nos encaminhamentos, como
1574 a gente é, enfim, pensa em conduzir é, a reunião também em relação à hora e tudo
1575 mais. Então vou passar aqui para a Fernanda.

1576

1577 **Fernanda Vieira de Oliveira** – Obrigada, presidenta. Bom dia a todos e todas.
1578 Como o Matheus falou, nós estamos aqui, não é? Juntos representando a ANADEF,
1579 e queria aqui pedir uma complementação aos atores locais, familiares, pessoal do
1580 comitê, quanto a uma notícia que tivemos informalmente relacionada a
1581 criminalização de familiares nas manifestações. Nós recebemos, não é,
1582 informalmente grupos, algumas notícias, não é, e vídeos, imagens, quanto a um
1583 tratamento inadequado de familiares, e eventual criminalização. Então, queria saber
1584 se alguém poderia fazer um registro com a confirmação ou não dessas notícias. E
1585 a outra pergunta que eu queria fazer, bom que o Gustavo vai falar em seguida,
1586 Gustavo, se o relatório de vocês já foi apresentado, seja para a Defensoria, o
1587 Ministério Público e a Juíza Local, e se já teve algum pedido às instâncias locais
1588 para ser, seja em audiência pública, em pedido de providência ou em qualquer outra
1589 medida, para que sejam interrompidas essas violações, ou estabelecida prisão
1590 domiciliar, enfim, se já houve algum pedido em relação às instâncias locais de
1591 magistratura, não é, Tribunal de Justiça, MP e Defensoria? Obrigada. **Sra. Sofia**
1592 **Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho e**
1593 **Cidadania – ITTC)** – Eu vou passar para o Gustavo primeiro, depois eu passo para
1594 você.

1595 **Sr.Gustavo** - Obrigado, Fernanda, por introduzir. A ideia que eu me inscrevi era
1596 para falar um pouco sobre isso, assim, não é, sobre esse processo de
1597 criminalização, que acho que o Comitê Nacional, ele pode também contribuir nesse
1598 sentido, a gente pensar os caminhos de proteção das familiares que estão, não é,
1599 na frente das lutas aqui no Estado, porque não é de hoje que há um processo de
1600 criminalização direta sobre essas famílias, não é, a gente tem vários casos de
1601 perseguição por parte do Sindicato dos Policiais Penais, não é, especialmente pela
1602 presidente desse Sindicato, como o Guilherme comentou, mas também na gestão
1603 anterior da CEAP, houve perseguição direta a algumas familiares que se
1604 pronunciaram, que fizeram protestos e que fizeram denúncias, e também no âmbito
1605 do Poder Judiciário, não é, nada está separado aqui no Estado entre Executivo e
1606 Judiciário, muitas vezes estão juntos nesse processo de criminalização e de
1607 perseguição das famílias que denunciam, não é, que lutam pelos seus milhares que
1608 estão privados de liberdade. Então, acho que é importante destacar isso, não é,
1609 Liana já colocou essa questão, acho que a gente pensar aqui, enquanto
1610 caminhamento para o Comitê Nacional, algumas medidas que possam ser feitas,
1611 não é, para visibilizar que essas famílias não estão sozinhas, não é, porque acho
1612 que isso dá um sentido de segurança também, é claro que isso não será suficiente,
1613 não é, o acompanhamento local ajuda um pouco, mas nunca é suficiente, então
1614 acho que a gente pensar essas estratégias a nível nacional para que essas famílias
1615 possam continuar fazendo, não é, as suas denúncias e continuar acompanhando,
1616 porque quando chega lá dentro da unidade, não é, a história é outra com diretores
1617 e os policiais penais que fazem essa criminalização, como o Guilherme bem
1618 colocou, não é. Sobre a questão do ato que aconteceu na semana passada, se não
1619 me engano, na quarta-feira, corrija se estiver errado, mas teve o ato das familiares
1620 em frente a governadoria, foi proibida a entrada delas, não é, no Centro
1621 Administrativo, do estado, onde concentra a maioria dos órgãos, inclusive a CAP,
1622 inclusive o dominante da governadora, e fora dele, não é, as famílias estavam em
1623 protesto, como fazem em outros momentos, e sofreram repressão direta por parte
1624 das forças policiais, não é, duas familiares foram presas nesse momento, a RENFA,
1625 não é, Rede Nacional de Feminicídios Antiproibicionistas, e o CRDH, o Centro de

1626 Referência de Direitos Humanos, acompanhou essas duas familiares que foram
1627 presas, uma foi liberada no mesmo dia da ocorrência, não é, da prisão, e a outra foi
1628 liberada no dia seguinte na audiência de custódia, mas ainda assim respondendo
1629 ao processo, não é. Esse processo de criminalização que aconteceu no ato, ele não
1630 começa agora, não é, em todos os atos que a gente já pode acompanhar, em todos
1631 os atos que já aconteceram nas famílias. Há um intenso processo de repressão, há
1632 um intenso processo de violência policial também, não é, porque as coisas não
1633 andam juntas, a política de segurança e essa política de sendo aprisionado estão
1634 muito alinhadas, não é, na repressão a quem tenta garantir direitos básicos aqui no
1635 estado. É basicamente um pouco sobre isso, acho que tem mais pessoas que
1636 podem complementar mais outras informações sobre essa questão de Fernanda.
1637 Em relação aos relatórios do comitê, não é, o comitê já tem feito, não é, algumas
1638 inspeções desde 2020, como eu disse, na grande maioria delas com apoio também
1639 da Defensoria Pública, não é, especialmente por Daniel, que é do Núcleo de Direitos
1640 Humanos, e Sidney, que é do Núcleo de Presos provisórios, que tem acompanhado
1641 grande parte dessas inspeções, algumas delas, não é, considerando aí, como você
1642 já sabe, uma estrutura administrativa que é muito fragilizada, não é, se no
1643 mecanismo é, no comitê é muito pior para fazer produção de relatórios, coisas e tal.
1644 A gente conseguiu encaminhar somente ofícios, não é, com denúncias, mas o que
1645 a gente vê é uma, especialmente no sistema prisional, é uma imobilização, não é,
1646 um imobilismo do Poder Executivo e do Poder Judiciário diante das denúncias. Há
1647 uma relatoria que é mais completa, assim, no nível de recomendação e de denúncia,
1648 é a relatoria da Cadeia Pública do Ceramelim. Esse relatório, foi encaminhada para
1649 o Ministério Público, Tribunal de Justiça, para o Poder Executivo e, a nível nacional,
1650 também para os outros órgãos. O Ministério Público fez, mandou um ofício para o
1651 diretor da unidade, o diretor da unidade falou que tudo que a gente constatou era
1652 mentira e, com isso, acabou a investigação. É isso que acontece em todas as
1653 denúncias, seja por âmbito do comitê, seja por âmbito do COEDUC, seja também
1654 pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, e sei também que a Defensoria
1655 enfrenta isso, não é, muitas vezes a própria Defensoria faz denúncias e são
1656 arquivados. Então, acho que o que a gente está, em relação a essa questão, é mais

1657 ou menos nesse sentido. Recentemente, desde 2021 para cá, foi reconstruído um
1658 grupo de trabalho para a construção dos fluxos de prevenção do combate à tortura
1659 no âmbito do GMF, não é, com o Ministério Público, com a Defensoria, e o comitê,
1660 outros órgãos estavam presentes também, foi construído esse fluxo. As denúncias,
1661 hoje em dia, vão para o Caldo Criminal, não é, o Centro de Apoio Operacional, as
1662 promotorias, mas chega no Caldo Criminal, o Caldo Criminal faz uma
1663 recomendação para que seja seguido o protocolo de Istambul, mas quando chega
1664 nas promotorias em si, que vão investigar, isso nunca é seguido. Então, o cenário
1665 é um pouco desse, por isso que eu tinha feito aquela proposta de que houvesse
1666 uma articulação a nível nacional para uma operação no Ministério Público Estadual
1667 também, mas acho que é basicamente isso.

1668 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular- Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1669 Passo a palavra para a Liene.

1670 **Sra. Liene** - Então, a senhora me fez uma pergunta sobre a situação dos protestos,
1671 não é, do protesto, vamos botar o último protesto que houve. Aliás, vamos
1672 generalizar em todos os protestos. Dentro do nosso Estado, qualquer classe pode
1673 protestar, menos nós. Se a gente protestar, é uma situação imensa que leva a nós,
1674 onde a gente tem fotos aqui, vídeos, desse último protesto agora, um senhor saiu
1675 de cima de uma moto, disseram que ele também é policial, mas não estava fardado,
1676 e bateu nas meninas com a faixa, certo? Bateu com o pau da faixa, não é? O pau
1677 que segura a faixa, simplesmente ele bateu. E aí que vem, teve a situação das duas
1678 mulheres presas, porque disseram que as mulheres foram presas, porque bateu no
1679 policial. Gente, a gente estamos vivendo uma situação de estresse imenso. Porém,
1680 eu quero deixar muito claro aqui a vocês que nenhum momento protesto dentro do
1681 nosso Estado equivale à situação de facção. Isso não existe, isso somos nós,
1682 familiares, guerreiras, que não aguentamos mais, e aí vamos para a rua. Se ali
1683 naquele meio existe alguém que faça parte ou não, aí não sabemos, não temos
1684 contato, convidamos a todas as guerreiras, a todas as familiares que se façam
1685 presente no protesto. Procuramos sempre um protesto pacífico. Eu tenho vídeos,
1686 de assim que as meninas chegaram no local para fazer o protesto, eu tenho vídeos

1687 de uma das administradoras dos grupos das famílias que se encontrava lá, que não
1688 precisa citar quem foi, mas existe o vídeo de dois policiais, ou três, batendo nas
1689 meninas que estavam lá. Eram muita porrada. Só foi elas chegarem lá antes do
1690 protesto começar, quando eles viram que ali era uma movimentação, eles pegaram,
1691 encostaram elas na parede, num canto que não dava muita visibilidade, e eles
1692 simplesmente torturaram as meninas fisicamente. Então, eu gostaria de deixar claro
1693 aqui para vocês que nós, familiares, não temos ligação e não fazemos parte de
1694 facção alguma. A gente, estamos lutando pelo direito dos nossos internos, entende?
1695 O que está acontecendo dentro dos nossos estados sobre esses ataques, isso aqui
1696 do outro é sobre o sistema prisional, é. É claro que isso está sendo, eles deixam
1697 claro que é, entendeu? Porém, a gente não faz parte disso, mas o que eu quero
1698 dizer a vocês, para chegar a uma situação como essa, é porque ninguém aguenta
1699 mais. É porque, simplesmente, todas as portas que a gente está nos batendo, que
1700 estamos tentando, inclusive os direitos humanos, o comitê, todos estão tentando,
1701 não há um pouco de melhoria, o menu básico para o sistema prisional, do sistema
1702 carcerário do Rio Grande do Norte, não tem encontrado. Não tem encontrado.
1703 Procura vários meios, vários caminhos. Seu Geraldo fez um documento muito bom,
1704 junto com os outros órgãos competentes, mas, infelizmente, não é ouvido. Então, a
1705 gente, simplesmente, vamos fazer o quê? Vamos para a rua, vamos gritar para que
1706 o mundo veja. Nós, que falamos, protesto. Nós, familiares, entendeu? Mas, mesmo
1707 assim, não podemos fazer. Nós somos discriminadas de todas as formas. Até em a
1708 gente denunciar para o Ministério Público, a Vilma Batista vem e disse que,
1709 simplesmente, a gente está denunciando porque todo mundo está acionado. E aí,
1710 que a gente não sabe mais nem o que é que passa, gente. Então, é o pouco que eu
1711 tenho para dizer com relação a isso. Eu acho que não é uma coisa de outro mundo
1712 também mudar um pouco o sistema prisional do nosso Estado, não. Faltava um
1713 pouco de interesse, faltava um pouco de querer, entendeu? Por parte dos
1714 governantes, dos políticos, dos secretários, não só do nosso Estado, como
1715 nacionalmente, porque eles estão vendo o que está acontecendo. E nós estamos
1716 vendo o que está acontecendo. E, simplesmente, eles falam apenas em abrir um

1717 outro presídio. O que é que vai adiantar abrir um outro presídio? Estou encerrando
1718 a minha voz aqui. Muito obrigada, gente, novamente, pela oportunidade.

1719 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular- Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1720 Muito obrigada, Liane. Eu vou passar aqui para a última fala, que a Joarla, levantou
1721 a mão agora. Não sei se é sobre esse tema, mas depois a gente vai... eu vou
1722 encerrar as falas por agora, para a gente pensar nos encaminhamentos dos horários
1723 e tudo mais. Então, vou passar a palavra agora para a Joarla.

1724 **Sra. joarla Felix** - Olá, boa tarde, gente. Me perdoe aí o jeito que eu estava
1725 trabalhando aqui, escutando a reunião. Assim, eu queria falar só, simplesmente, da
1726 tortura. Tem muitas coisas que eu precisaria falar, mas como o meu tempo é pouco,
1727 eu prefiro falar sobre a tortura. Aqui no nosso estado de Rio Grande do Norte, eu
1728 costumo dizer em todas as reuniões que eu vou, que o sistema prisional, ele se
1729 encontra falido, falido em todas as questões. Tortura, alimentação, medicação,
1730 saúde e tudo mais, mas a maior tortura que eu hoje sofro, eu tenho dois filhos
1731 pequenos, e a tortura, ela não só afeta os presos, a tortura também afeta, eu
1732 costumo dizer, que nós familiares. E eles, por incrível que pareça, além de afetar
1733 nós, familiares, que vamos lá para a visita, eles afetam nossas crianças. Por quê?
1734 Qual o motivo deles afetam nossas crianças? Porque aqui no Rio Grande do Norte,
1735 tem um jeito que eles fazem, na questão de visita, quando a gente estava indo
1736 visitar, que a gente só pode levar uma criança por vez. Minha gente, eu tenho dois
1737 filhos, eu tenho que escolher qual filho eu vou ter que levar. Então, quando chega
1738 um dia do levar o Abizai, a Radassa, ela fica triste, porque o Abizai vai ver o pai e a
1739 Radassa, não vai ver. E aquilo ali torna um terror psicológico na mente da criança.
1740 A minha filha, ela necessita ver o pai e o meu menino também. Então, eu tenho que
1741 escolher por mês qual criança eu vou ter que levar. Então, isso é uma tortura
1742 psicológica tanto para mim, que sou mãe, é dolorido, me dói muito, muito, muito,
1743 muito, muito. Eu ver meu esposo numa situação daquela e eu ver os meus filhos
1744 numa situação daquela também, porque eu não vou privar eles de ver o pai, eles
1745 têm a necessidade de ver o pai e o sistema ele priva os meus filhos de ver o pai,
1746 porque eu vou ter que escolher um ou outro para ter que ir à visita. Isso já foi

1747 reclamado, já debati várias vezes, tanto com o Pedro Florenço, que era o antigo
1748 secretário de segurança, não, o antigo secretário de administração presidencial.
1749 Tanto eu discuti com esse já, Elton, perguntei para ele o porquê que antes da
1750 pandemia, 2019, antes da pandemia, que inclusive, a rebelião foi em 2017 e a
1751 pandemia foi em 2020, mas antes desse meio termo, nós tínhamos duas visitas por
1752 mês, nós tínhamos duas horas de visita por mês, nós podíamos levar nossas
1753 crianças, não tinha esse negócio de limite por criança e depois que teve a pandemia,
1754 veio a pandemia, aí foram lá e cessaram as visitas, eu até entendo, todo mundo
1755 entendeu. Em dezembro, dia 2 de dezembro, eu tive minha visita com meu esposo
1756 de 2020, em dezembro de 2020, foi inclusive só meia hora e isso foi uma tortura, foi
1757 uma tortura que até agora, acabou já a pandemia, quase bem dizer, acabou a
1758 pandemia aqui no estado, está super controlado e eu fiz a pergunta para ele, se o
1759 secretário me diga uma coisa, o porquê disso? Porque antes nós tinha e por que,
1760 que agora nós não pode estar tendo? Então ele ficou calado, não soube nem me
1761 responder, inclusive foi até numa reunião que a gente teve dia 3 de fevereiro, lá na
1762 secretaria de administração penitenciária e eu perguntei para ele o porquê, ele não
1763 soube nem me responder, mas fica meu ato, de indignação. Eu por ser familiar,
1764 tenho filhos, eu lhe pergunto vocês, imagina quem tem 5, 6 filhos, filhos que vão ter
1765 que esperar seis meses para poder ver um pai novamente ou até a mãe, porque
1766 não o presídio feminino também é assim, você tem que escolher qual filho tem que
1767 levar, então tem mãe que necessita ver o filho, pai que necessita ver o filho, familiar
1768 que necessita e outra coisa, a base da ressocialização é a família, se não tiver a
1769 família lhe apoiando, a família lhe ajudando, lhe estruturando fisicamente e
1770 psicologicamente, não tem ressocialização, é meio que estão criando bichos, estão
1771 criando bichos dentro de celas minúsculas, onde que há 30, 40 internos dentro de
1772 uma cela que só suporta 15, 16 internos, então é mesmo que nem você tivesse
1773 tratando um cachorro, se você não der alimentação, não aguenta deixar ele
1774 trancado dentro de um quarto com 30, 40 cachorros, quando eles saírem eles vão
1775 sair totalmente revoltados, não vão sair nada de ressocialização, eu falo assim
1776 porque eu luto, muito, muito, muito pelo sistema prisional, eu luto para que melhore.
1777 Outro ponto também que eu queria falar e é essencial, a questão da educação no

1778 estado do Rio Grande do Norte para os presos, é uma calamidade total, há mais ou
1779 menos uns seis meses eu lutava, porque para meu esposo fazer o Enem, a prova
1780 do Enem, ele fez a prova do Enem, como vários outros presos fizeram a prova do
1781 Enem, só que aí por ele ter tirado uma nota alta, eu quis ingressar ele em uma
1782 faculdade, hoje ele está fazendo gestão comercial na unidade prisional de Alcaçuz,
1783 mas para isso foi duração de seis meses, eu passei lutando seis meses, por um
1784 lado e por outro, porque eles diziam para mim que não tinha vaga, e eu lhe pergunto,
1785 sabe quantos presos fazem faculdade dentro do presídio de Alcaçuz, onde suporta
1786 1.800 presos, e olha, não sei quanto, mas é muito preso, só quatro internos fazem
1787 faculdade no presídio de Alcaçuz, eles dizem que não tem vaga, porque aonde eles
1788 fazem a faculdade é uma sala bem pequeninha e não suporta muitos internos, aí
1789 eu lhe pergunto, quantos e quantos internos quer se ressocializar, quantos e
1790 quantos famílias não quer pagar uma faculdade, presos que tem oportunidade,
1791 porque tirou uma nota boa no Enem, porque terminou os estudos dentro do presídio,
1792 porque a família tem que correr atrás, também se não correr atrás para isso não
1793 consegue não, e eles não dão oportunidade, muitos, muitos, muitos, muitos presos
1794 querem oportunidade de se ressocializar e eles não dão oportunidade, eu tive que
1795 entrar em contato com um diretor de Alcaçuz, quando era ano passado, entrei em
1796 contato com ele, o Ribeiro, o nome dele é Ribeiro, entrei em contato com ele, o
1797 Ribeiro, ele até me contando que estava necessitando de um forno, de um forno
1798 para montar uma padaria, imagine só, você construir uma padaria dentro do
1799 presídio, ele tinha tudo, inclusive eu fui uma que fiz uma doação, porque eu tinha
1800 uma lanchonete, e fiz uma doação de vários itens de padaria, lá para o presídio de
1801 Alcaçuz, e ele disse que, Joarla, para finalizar essa padaria, só necessita de um
1802 forno e o Estado não está podendo me dar um forno para abrir uma padaria, eu lhe
1803 pergunto, imagine só, vários presos, tendo a oportunidade de fazer o seu próprio
1804 pão, criar o seu, fazer o seu próprio pão, para eles poderem comer, se alimentar, e
1805 eles mesmos se ressocializarem, entendeu? Já saí dali um padeiro, porque,
1806 inclusive, ele disse para mim que tinha um padeiro lá, que era profissional e daria
1807 certificados para aqueles presos que poderiam se ressocializar, eu lhe pergunto,
1808 quantas e quantas oportunidades faltam dentro do sistema prisional, e os internos,

1809 os presos, eles querem se ressocializar, mas o Estado não dá brecha, ele não dá,
1810 eles só fazem criar bichos, como se fossem criadores de bichos, um amontoado no
1811 outro, um odor horrível, principalmente a gente, nós familiares que vamos ali para
1812 visita, eu sou uma que visita lá em Alcaçuz, eu chego oito horas da manhã lá na
1813 frente do presídio de Alcaçuz, eu entro lá dentro para ver o meu familiar, já é uma
1814 hora da tarde, eu tenho um filho autista especial, e ele, assim, a gente não pode
1815 entrar com uma comida, um almoço, o que a gente pode entrar é um biscoito, uma
1816 garrafa de suco e uma de danone, mas quando chega lá dentro, já não tem mais
1817 comida, porque ele já tem comida o caminho todo, e um percurso que nós fazemos
1818 na entrada do presídio, até nós chegar lá no pavilhão, ele já tem comida, então, o
1819 tempo que nós passamos lá, passa com fome, o refrigerante que a gente leva, que
1820 a gente pode levar, um refrigerante de um litro, uma água de um litro, um biscoito
1821 de 500 gramas, um chocolate de 150 gramas, a gente tinha direito a maçã também,
1822 mas tiraram a maçã, e quatro torradas, só que agora só pode ser duas torradas,
1823 então, quando a gente chega lá dentro, o refrigerante já está quente, a água está
1824 quente, eu não vou dar para o meu filho um refrigerante quente com água quente,
1825 não pode um negócio desse, agora, sabe por quê? Porque diz eles que não tem
1826 efetivo o suficiente, para fazer o atendimento da gente, para que a gente seja
1827 atendido o mais rápido possível, eles alegam que não tem servidores para fazer o
1828 nosso atendimento, aí fica dois servidores, fazendo toda aquela revista, aquele
1829 negócio, todo mundo no desamramento, dizendo eles que não tem o body scan, está
1830 quebrado o body scan de todas as unidades prisionais, não tem o body scan de
1831 revistar a alimentação, aí eu lhe pergunto, cadê o dinheiro que a governadora
1832 recebeu, para ajeitar todo o sistema prisional e a parte da segurança pública, foi
1833 devolver para os cofres públicos, que eu não sei de onde, porque ela não consertou
1834 o body scan, a gente tanto que pediu, a gente tanto que ralou, agora eu acho que é
1835 pouco isso que está acontecendo, sabe por quê? Porque é para eles aprenderem,
1836 porque falta de aviso não foi não, eu fui uma que bati e sofri as consequências, sofri
1837 as consequências, no dia 7 de setembro, eu fiz um vídeo mostrando a realidade de
1838 Michel Vinicius, ele morreu espancado e torturado até a morte, no presídio de
1839 Ceará-Mirim, onde que, eu fiz um vídeo e o secretário e o pessoal lá da CEAP

1840 conheceu a minha voz, por eu estar em várias e várias reuniões, fui chamada de
1841 faccionária, ele mandou áudios, o próprio secretário Pedro Florêncio, eu tenho
1842 gravado tudo aqui, tanto mostrei para o governo, como mostrei, que eu não tenho
1843 medo de mostrar, o próprio secretário Pedro Florêncio falando que eu era uma
1844 faccionária, que eu era uma baderneira, que os familiares teriam que cobrar de mim,
1845 minha casa, eu tive que se mudar de casa, mudar de telefone, mudar tudo, porque
1846 eles disseram que eu tinha que, eles teriam, os familiares teriam que cobrar de mim,
1847 porque a visita não voltou ao normal, por causa de um vídeo que eu fiz, mostrando
1848 a minha indignação, no funeral do meu primo, o Michel Vinicius, foi torturado
1849 espancado até a morte, aí eu lhe pergunto, o que aconteceu com Michel Vinicius?
1850 Michel Vinicius hoje, ele se encontra no ITEP, no IML, desde setembro, quando a
1851 juiz até terminou, que fosse exonerado o corpo dele, dentro do cemitério, e levado
1852 para o ITEP, para fazer o exame de corpo de delito, e está lá até hoje, ainda não foi
1853 tirado, nem foi enterrado Michel Vinicius, porque eles sabem o que eles fizeram, e
1854 não querem que essa história venha à tona, mas se vocês, quando vierem para cá,
1855 quiserem investigar, lá está, ele está no ITEP, se chama Michel Vinicius, o rapaz
1856 que morreu espancado e torturado até a morte, ele tem maxilar quebrado, costela
1857 quebrada, por pisadas de policial, e foi literalmente tudo que aconteceu com ele,
1858 todo o povo ficou sabendo, todo o Rio Grande do Norte em peso ficou sabendo, foi
1859 divulgado em todas as redes sociais, em tudo, fotos dele, vídeos, e nos atestados
1860 de óbito, sabe o que botaram? Que ele morreu de tuberculose, tinha marcas de
1861 tortura em todo o corpo do Michel Vinicius, e diziam que ele tinha morrido de
1862 tuberculose, o exame do legista do hospital disse que ele morreu de tuberculose, e
1863 o exame do ITEP disse que ele morreu de tuberculose, mas literalmente a gente
1864 conseguia ver as marcas de tortura no corpo dele, e isso não só acontece com
1865 Michel Vinicius, como acontece com todos, dedos quebrados, foi horrível a cena, foi
1866 horrível a cena, eu não gosto nem de lembrar, mas gente, o sistema prisional do
1867 Rio Grande do Norte se encontra falido, a tortura não só é aos presos, também é
1868 nós familiares, as nossas crianças também são afetadas, minha filha eu estou tendo
1869 que levar ela para o psicólogo, já faz três anos que meu esposo está preso, e essa
1870 questão de você ter que escolher qual filho ter que levar, é torturador, isso é muito

1871 torturador, visita íntima, nós não temos visita íntima, há seis anos, no sistema
1872 prisional há seis anos não existe visita íntima, então você não ter o contato físico
1873 com o seu parente, com o seu esposo, é horrível, é uma tortura muito grande, muito
1874 horrível, horrível, horrível. Eu quero agradecer aí a oportunidade de eu falar, tem
1875 muitas e muitas coisas, se eu pudesse eu passaria o dia todo falando com vocês,
1876 mas eu acredito que também têm outras querendo falar, e é isso, muito obrigada
1877 pela oportunidade.

1878 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular- Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1879 Joarla, eu queria agradecer muito a sua fala, e você ter contado tudo isso aqui para
1880 a gente, que eu acho muito difícil, e enfim, eu tenho que fazer esse papel aqui, ele
1881 é muito chato de ficar cortando as pessoas, eu não gostaria de fazer isso, mas a
1882 reunião tem um tempo, e aí a gente estava aqui, enfim, pensando, eu vi que a Gisele
1883 levantou a mão, eu não sei se ela quer falar alguma coisa sobre a questão dos
1884 familiares.

1885 **Sra. joarla Felix** - Deixa eu só terminar de falar um negocinho que eu esqueci de
1886 dizer, é também, logo após a morte do Michel Vinicius, que eu fiz o vídeo me
1887 expressando, falando da minha dor, dizendo, olha, até quando nós vamos ter que
1888 viver isso, vivenciar mortes por cima de mortes, quando eles souberam que era eu
1889 pela minha voz, eles reconheceram, inclusive eu falei até isso, sobre isso na reunião
1890 que teve, quando a doutora Bárbara veio para cá, para o Rio Grande do Norte, eles
1891 cancelaram a minha visita durante 60 dias, eu fiquei 60 dias sem ver o meu esposo,
1892 sem ter um contato por televisita, sem visita presencial, e eles disseram que os
1893 familiares teriam que cobrar de mim, porque a visita não teria voltado ao normal,
1894 então, tipo, muita, muita gente queriam, tipo, me apedrejar, quiseram me apedrejar,
1895 só que muitos também entenderam, graças a Deus, que o que eu fiz, ninguém teve
1896 coragem de fazer, que foi enfrentar eles, por uma certa parte, e é isso, fui
1897 prejudicada pelo secretário Pedro Florêncio, inclusive ele me chamou lá, tentou me
1898 amedrontar, todas sabem aí, quem está aqui conhece um pouco da minha história,
1899 eles tentaram me amedrontar e batia na mesa, quase cuspiu na minha cara, aquele
1900 homem, eu acho que ele não é de Deus, ele veio do sapo e do inferno para cá, mas

1901 eu disse para ele, e vou dizer para vocês, e o que eu disse para ele lá, que ninguém
1902 que estava dentro da sala dele, ele chamou muita gente lá para a sala, eu disse
1903 para ele que ninguém que estivesse lá iria me calar, enquanto eu tivesse vídeo, voz,
1904 meu telefone carregado, eu irei fazer vídeo, eu irei mostrar, eu quero compartilhar
1905 para todo mundo, o que tivesse acontecendo no sistema prisional, porque se
1906 encontra falido, detonado, destruído, pode ter certeza, uma calamidade total, e em
1907 todo canto pode ter, e aqui não tem, e aí é muita gente revoltada com tudo isso, e
1908 é isso, boa tarde aí para vocês.

1909 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1910 Obrigada, e admiro sua coragem de ter gravado vídeo, e ter denunciado, queria
1911 saber se a Gisele queria falar, e daí a gente vai encerrar mesmo as falas aqui para
1912 pensar aqui na nossa organização da reunião.

1913 **Sra. Gizelly** - Boa tarde a todos, vou ser bem breve na minha fala, eu sou Gisele,
1914 sou familiar e faço parte também do desencarcerar estadual, aproveitando essa
1915 parte que a Joarla falou sobre ressocialização, o governo vê que encarcerar é a
1916 solução, mas encarcerar não é a solução, porque o problema, eles não dão
1917 oportunidade, se contando os dedos, os presos que estudam, meu esposo é um
1918 que luta há mais de um ano para tentar um curso, e até agora nada, tem bom
1919 comportamento, então eles pensam que encarcerar é a solução, mas porque não
1920 chega nos que já estão encarcerados e mostra a realidade, eu moro em uma
1921 comunidade, tem muitas crianças que nunca pegam no livro, não tem oportunidade,
1922 então eu fico perguntando a vocês, tem oportunidade para as que já estão
1923 encarcerados. Muito obrigada pela fala.

1924 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1925 Obrigada você, eu acho que a gente poderia, meio dia e 30, talvez a gente pudesse
1926 pensar que a gente tem vários depoimentos para serem feitos, mas eu acho que
1927 eles vão ficar muito corridos, se a gente for fazer eles todos agora, a gente poderia
1928 pensar primeiro no intervalo aqui para o almoço, e aí eu só queria, eu na verdade
1929 eu tinha falado que a Rita estava aqui, mas eu acho que ela não está aqui, porque

1930 eu não sei ler direito esse negócio, mas está escrito só tipo no Chat, eu não sei se
1931 é possível uma pessoa estar aqui, mas não estar aqui, estar só no Chat. Se alguém
1932 puder me ajudar.

1933 **Interlocutora não Identificada** - Ela está na parte de pessoas convidadas, a Rita
1934 e o Bruno.

1935 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Rita,
1936 Bruno, vocês estão aqui?

1937 **Interlocutora não Identificada** - Não, eles não estão.

1938 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1939 Então, eles estão aqui, mas não estão aqui?

1940 **Interlocutora não Identificada** - Não, eles estão só como convidados aqui, que
1941 estariam, teoricamente, participariam da reunião, não é, mas eles não apareceram,
1942 eles não.

1943 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1944 Entendi, o membro do Ministério da Defesa está aqui? Era, como é que ele
1945 chamava?

1946 **Interlocutora não Identificada** - Rafael. Rafael, ele está aqui. Ele está aqui, ele
1947 está com dificuldade com o microfone, mas ele está respondendo no Chat.

1948 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Ah
1949 está, não, porque eu queria, eu acho que seria importante, nesse momento assim,
1950 brevemente, antes da gente fazer os encaminhamentos e todas as pessoas estão
1951 convidadas para ficarem até a reunião, não é, e para ouvirem os encaminhamentos,
1952 e depois do almoço, na hora que a gente retornar, mas entendo que as pessoas
1953 têm outras rotinas e talvez não possam estar aqui, seria importante, até com uma
1954 onda evolutiva, além dos encaminhamentos que a gente vai fazer enquanto comitê.
1955 É ter uma posição institucional do governo, não é, enfim, em relação a todas as

1956 denúncias e tudo o que foi apresentado aqui. Eu queria saber, então, enfim, se o
1957 membro do Ministério da Defesa, mas eu entendi que estava morando uma no Chat,
1958 não, no microfone, mas se ele pode, não é, fazer alguma fala, e acho que seria
1959 importante, e também quem está aqui representando o Ministério dos Direitos
1960 Humanos. Gustavo, você levantou a mão?

1961 **Sr. Gustavo** - Sim, é porque eu tinha colocado no Chat, pelo que eu entendi, tem
1962 uma representação da CENGIT, que é a Secretaria de Estado dos Direitos
1963 Humanos aqui do RN, que acho que seria importante também que essa secretaria
1964 se posicionasse, não é?

1965 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Sim,
1966 o Rafael está escrevendo no Chat, ele respondeu sim, perfeito.

1967 **Interlocutora não Identificada** - Eu acredito que ele vai fazer alguma colocação,
1968 só que aqui no Chat.

1969 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
1970 Está, mas aí quem quiser fazer, então, se o Ministério dos Direitos Humanos quiser
1971 falar.

1972 **Sra. Fernanda** - Bom, nós estamos acompanhando, não é, pelos relatos ao que
1973 está acontecendo no Rio Grande do Norte desde a semana passada. De fato, a
1974 construção da atuação do Ministério da Justiça não foi feita em diálogo, pelo menos
1975 não com a Coordenação Geral de Prevenção e Combate à Tortura, e a gente estava
1976 aguardando essa reunião para ter mais elementos para tomar decisões sobre os
1977 próximos passos, inclusive por causa do relatório, do mecanismo que ainda não
1978 estava disponível, não é? Elas estavam trabalhando incansavelmente para concluir
1979 esse relatório, inclusive, e queríamos ouvir, espera aí que tem uma pessoa
1980 querendo entrar, gente, só um minuto, e queríamos ouvir o relato a partir da
1981 sociedade civil do Estado, não é? Porque a gente sabe que é diferente, não é? Uma
1982 coisa é que os membros de governo vão falar, outra coisa é que a sociedade civil
1983 vai falar. Então, a partir de agora, não é, toda essa questão, esse relato, essa

1984 reunião e os encaminhamentos vão ser apresentados à Secretaria Nacional de
1985 Proteção e para que sejam decididos os próximos passos do Ministério de Direitos
1986 Humanos em relação à situação específica do Rio Grande do Norte. Destacando
1987 que o esforço, não é, é de garantir que os encaminhamentos, não é, enquanto a
1988 gente ainda não tem uma coordenação executiva dedicada ao comitê, é garantir
1989 que os encaminhamentos tomados nessa reunião de hoje e amanhã sejam feitos
1990 de uma forma mais, de forma célere, e monitorados com, vamos dizer assim, com
1991 bastante assertividade.

1992 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1993 Obrigada, Fernanda. A outra Fernanda, na DEP, levantou a mão. A Maria Clara
1994 colocou aqui no Chat que tem um representante do DPEM aqui? Tem.

1995 **Sr. Cristiano Torquato** - Bom dia, Cristiano Torquato.

1996 Bom dia. Você acabou de entrar na reunião?

1997 **Sr. Cristiano Torquato** - Isso.

1998 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Ah,
1999 enfim, bom, então, é que, na verdade, assim, não é, a gente está aqui há um tempo,
2000 assim, mais ou menos umas duas horas e meia, a gente está, não é, debatendo
2001 com organizações da sociedade civil, com familiares de pessoas presas, enfim, a
2002 situação que está acontecendo no Rio Grande do Norte e as diversas violações e
2003 denúncias. Uma pena que você tenha chegado só agora e não tenha podido escutar
2004 esses relatos e a gente estava nesse momento aqui pensando, não é, também nas
2005 posições institucionais de resposta para essas denúncias e para essas violações,
2006 embora a gente vá ainda liberar nossos encaminhamentos, mas, enfim, mesmo
2007 assim, não é, apesar de você não ter escutado os relatos, não é, imagino que o
2008 senhor saiba o que está acontecendo no Rio Grande do Norte e, se quiser fazer um
2009 pronunciamento aqui, acho que seria importante, inclusive, para os familiares e para
2010 as organizações locais.

2011 **Sr. Cristiano Torquato** - Está bom, muito obrigado. Peguei um pedaço da fala, da
2012 última. Um pacote de ações coordenadas por determinação do ministro Dino, em
2013 apoio ao estado do Rio Grande do Norte, com investimentos em diversas frentes
2014 para a melhoria do sistema do Rio Grande do Norte, não é? Não apenas na questão
2015 estrutural, mas também em políticas de saúde, políticas de educação, body scanner,
2016 novos equipamentos, novos para o sistema penitenciário do Rio Grande do Norte e
2017 algumas ações que envolvam ouvidoria, que envolvam corregedoria e
2018 fortalecimento de diversas instituições do Rio Grande do Norte estão sendo
2019 anunciadas. É, há um pacote de ações que está sendo formatado, que ainda não
2020 está definido, de apoio da União para solução ou, pelo menos, para ajudar na
2021 mitigação das situações ruins do sistema penitenciário do Maranhão, não é, que
2022 necessitam de aporte financeiro para apoio, não é? E também, na outra frente
2023 também, não é, transferência de presos para o sistema penitenciário federal, que
2024 também ocorreu, não é, e houve uma diminuição depois dessas transferências
2025 também. E o secretário Rafael Velasco teve aí, não é, passou três dias aí, agora ele
2026 está numa outra situação na Bahia também, não está como está aí, mas existem
2027 outras situações em outros locais do Brasil que também demandam algumas
2028 atenções para que não chegue nesse ponto também.

2029 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2030 Obrigada, vou passar a palavra para a Fernanda.

2031 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira** - Obrigada, presidente. Só para fazer um
2032 contraponto aqui, até com a coordenação, não é, os encaminhamentos obviamente
2033 ainda não foram feitos, mas para deixar registrado, é claro que o colega Matheus e
2034 outros colegas já registraram desde o início, não é, a frustração da ausência de
2035 representantes do governo aqui, mas para registrar que, de fato, até sob o ponto de
2036 vista constitucional, não é, os comitês, conselhos são paretários, com membros da
2037 sociedade civil e membros do governo, exatamente para garantir esse espaço como
2038 um espaço legítimo de voz, e para se ter um espaço legítimo de voz, quem está do
2039 outro lado tem que está para ouvir, não é? Então, até, Dana, colocando aqui que
2040 um dos encaminhamentos que será feito será exatamente, não é, não sei se será

2041 aprovado ou não, mas para que a gente tenha uma relação extraordinária, uma
2042 reunião extraordinária, e as questões que foram colocadas aqui em relatórios e em
2043 falas possam ser efetivamente ouvidas, não é, e serem analisadas e terem as suas
2044 respectivas respostas pelos integrantes do comitê que representam o governo, não
2045 é? Eu penso que, eventualmente, só o encaminhamento de um relatório pode deixar
2046 esvaziado todo o conteúdo aqui de resignação emocional e de toda, não é, a revolta
2047 em relação ao que está acontecendo no estado do Rio Grande do Norte, e que,
2048 eventualmente, um relatório seja virtual ou em papel não vai vir a retratar essa voz
2049 de tantas pessoas que foi colocada hoje aqui em reunião e que é extremamente
2050 importante, não é? Então, é colocar aqui esse contraponto, não é, de que haverá,
2051 não é, esse encaminhamento, não é, o colega Matheus está aqui, já conversando
2052 com outros colegas também da sociedade civil, mas para que exatamente essa
2053 função constitucional, esse valioso instrumento que é o comitê não seja esvaziado
2054 aqui só pela presença da sociedade civil, não é? E um outro ponto que eu queria
2055 colocar aqui, aproveitando que o Torquato está presente, sobre a FTIP, Torquato,
2056 eu lembro que em uma das reuniões do comitê foi colocada que ainda estava
2057 pendente de regulamentação, a gente sabe que já teve a regulamentação, mas
2058 enfim, a sociedade civil a todo o momento, nesse processo de transição, colocou à
2059 disposição dos ministérios vários documentos no sentido de que houvesse a
2060 revogação da FTIP e considerando que tudo que foi colocado aqui, com uma
2061 preocupação constante da sociedade do Rio Grande do Norte em relação à
2062 implementação ainda dessa força naquele estado, eu queria perguntar, não é, e ter
2063 essa sua compreensão sobre a implementação ainda dessa força, não é, a sua
2064 regulamentação de execução e o que está sendo previsto em relação à interrupção
2065 de suas atividades relacionadas a tudo que foi relatado aqui, não é, hoje, quanto à
2066 prática de estrutura, mas também a tudo que foi discutido no âmbito desse comitê,
2067 em diversos episódios, não é, em diversas reuniões anteriores, sempre com a sua
2068 participação muito ativa e muito compreensiva, mas para que a gente possa
2069 compreender também os encaminhamentos viáveis. Obrigada.

2070 **Sr. Cristiano Torquato** - Obrigado, Fernanda. Fernanda, no novo governo, a FTIP
2071 vem sendo toda reformatada, ela não vai nem ser mais chamada FTIP, ela vai ser
2072 uma frente de cooperação e integração. Infelizmente, a crise do Maranhão ocorreu
2073 antes desse produto estar pronto e, nesse momento, ela foi utilizada, o instrumento
2074 jurídico que havia, não é, quando o ministro Dino determinou o apoio ao Estado do
2075 Rio Grande do Norte, esse instrumento, ele é importante. Hoje, o pessoal que está
2076 aí, da Focopem, Força de Cooperação, eles não estão atuando dentro dos
2077 estabelecimentos, estão atuando somente na área periférica, sem nenhuma, se não
2078 houver nenhum tipo de necessidade, nenhum motim, nenhuma rebelião, a FTIP não
2079 vai entrar. A FTIP, ela vai trabalhar somente na contenção de operação presença,
2080 operação de segurança externa e operação de escoltas, muralhas, esse tipo de
2081 segurança, de apoio, para que haja uma presença do Estado maior, não é, diante
2082 desse contexto que está aí. Então, sobre a FTIP, nesse momento, são duas
2083 informações. Uma é que ela está sendo reformatada e com um outro viés, um viés
2084 humanizado, um viés lógico. Evidentemente, quando houver situações de grave
2085 crise, é necessário usar a força proporcional, quando houver necessidade, que não
2086 é o caso. Nesse momento, não existe nenhuma necessidade de, as unidades não
2087 estão com nenhum indício de rebelião, de motim, de coisa do gênero. Então, nesse
2088 momento, não há nenhuma atuação de Força de Cooperação dentro dos
2089 estabelecimentos.

2090 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2091 Obrigada. Eu vou passar a palavra para Maria Clara, na sequência para Mateus e
2092 para Patrícia. Eu não estou te ouvindo. Se quiser falar o Mateus e aí depois a Maria
2093 Clara vem na sequência.

2094 **Sr. Cristiano Torquato** - Eu até sugiro, eu falei já uma vez, a Patrícia falar antes e
2095 eu falo depois, pode ser?

2096 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –Pode.
2097 Patrícia?

2098 **Patrícia de Oliveira (Agenda Nacional pelos Encarceramentos)** - Oi, boa tarde.
2099 Boa tarde, pessoal. Meu nome é Patrícia de Oliveira, estou representando a Agenda
2100 Nacional pelos Encarceramentos aqui no Comitê Estadual de Prevenção e Combate
2101 à Infecção. Eu me inscrevi para falar porque duas coisas me chamaram a atenção
2102 e me preocupa bastante. Mudar o nome da FTIP não resolve a questão. É a mesma
2103 coisa você mudar auto de resistência para intervenção seguida de morte. Na prática,
2104 só muda o nome, mas a situação continua sendo a mesma. Isso é um ponto. Um
2105 outro ponto que o secretário duas vezes na fala dele, ele trocou o estado, não é?
2106 Porque ele vem do Maranhão, então ele falou como se tudo que vem acontecendo
2107 no Rio Grande do Norte fosse Maranhão, não é? Então isso me preocupa também,
2108 porque assim, ao longo dos anos, os familiares do Maranhão, no Maranhão tem
2109 cadeia, nunca conseguiram se movimentar, falar, nem aparecer. Isso me preocupa
2110 muito, não é? Então, assim, estou colocando isso aqui claramente, porque acho
2111 que a gente tem que ter esse cuidado. E uma outra coisa é que, assim, construir
2112 cadeia, investimento em cadeia, não melhora o sistema prisional. Não melhora o
2113 sistema prisional, porque quanto mais você coloca recurso em armamento, em
2114 outras coisas e não olha, não é? Porque assim, muitas pessoas já devem ter os
2115 seus cumprimento de pena, não é? Quando você trata o sistema prisional e quando
2116 você trata as pessoas preservadas de liberdade como inexistente e como não
2117 pessoas e como as pessoas entendem que eles estão privados de liberdade, estão
2118 privados do seu direito, porque a privação de liberdade é somente da liberdade. O
2119 direito à água, saúde, dignidade, tratamento digno para privados de liberdade,
2120 continua existindo. Então, acho que a gente precisa colocar isso de uma forma bem
2121 clara, bem clara. E me preocupa também, não é? Que agora a União vai mandar
2122 recurso para os estados, não é? Sem nenhuma apresentação de nada, que agora
2123 pode ter dinheiro da União, não é? Assim, isso é um problema também, não é?
2124 Porque para construir unidade, comprar arma é muito fácil, mas pensar em
2125 assistente social, saúde, escola, educação, não é? Alimentação, alimentação das
2126 cadeias do Brasil é uma porcaria. É uma porcaria, assim. Eu, Patrícia, tenho pavor
2127 de fígado, pavor de fígado. Eu não como fígado, porque eu fui ao Arirango e vi um
2128 fígado verde. Então, assim, quando eu olho para o fígado, penso que o fígado

2129 acebolado é uma coisa boa, eu lembro da cadeia. Então, eu não consigo, não é?
2130 Esse é o meu trauma do fígado, assim. Eu imagino outras coisas. Então, acho que
2131 a gente também precisa fazer uma reunião, o comitê, não é? Para tratar com o
2132 Conselho de Política Penitenciária, com todas as pastas que envolvem o sistema
2133 prisional. Não dá para ser uma coisa desarticulada, não é? Porque, assim, quem
2134 ratificou a Convenção contra a Tortura foi o Brasil. Foi o Brasil. Então, não foi um
2135 pedacinho do Brasil. O Brasil fez isso, o Estado fez isso. Quando responde na
2136 Comissão Interamericana, quando responde na ONU, quem responde é o Brasil,
2137 não é? Então, acho que a gente também tem que ter esse mente e colocar isso,
2138 assim, prioridade. Eu acho que a gente precisa pautar reuniões, não é? Bom, todos
2139 os ministérios e, assim, o compromisso tem que ser de todos nós. E regulamentação
2140 da FTIP, mudança da FTIP, ela não tem que existir. Aquilo que começa errado, que
2141 dá errado, tinha que ser, assim, excluído. Porque só mudar o nome, na prática, não
2142 muda nada. É a mesma coisa dizer vamos instalar câmera no sistema prisional todo.
2143 Vai ter sempre um ponto cego para ter a prática da tortura. Porque se acha muito
2144 rápido um ponto cego. Se acha num lugar que você nem pensa. Então, assim, eu
2145 estou bem preocupada, assim, no governo Lula, não é? No governo do PT, não é?
2146 De que as coisas estão igualzinho ou pior, não é? Que não pode ser, não é? Afinal,
2147 a gente lutou pela mudança, não é? A gente não está no governo mais dito
2148 bolsonarista. Então, assim, o sistema prisional tem que ser prioridade, claro.

2149 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2150 Antes, Matheus, de passar para você, vou ler aqui as perguntas que você já fez,
2151 porque acho que ela está com um problema no microfone. E as perguntas são para
2152 o Cristiano, que já levantou a mão aqui. Você leu as perguntas? Ou eu posso ler
2153 aqui também no Chat?

2154 **Sr. Cristiano Torquato** - Por favor, se puder ler.

2155 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**Ah,
2156 está. Bom, a primeira pergunta seria de que forma a FTIP está sendo reformulada?
2157 Que nós, do comitê, a gente solicita que a gente seja convocado para participar

2158 dessas deliberações, considerando que precisa de um amplo debate com a
2159 sociedade civil e que há anos já vem denunciando as violações causadas pela FTIP.
2160 Qual a transparência das ações atuais da FTIP do Rio Grande do Norte? E também
2161 que a gente solicita o detalhamento dos recursos federais que estão sendo enviados
2162 para o Rio Grande do Norte para essa construção de novos presídios. Então, se o
2163 senhor puder responder.

2164 **Sr. Cristiano Torquato** - Bom, eu vou responder o que eu puder responder. Tem
2165 algumas informações que eu não tenho, mas vamos lá. Primeiro, obrigado pela
2166 oportunidade. O secretário Verasco me incumbiu agora de participar disso daqui,
2167 porque ele não pôde. E é muito importante dizer que os problemas que existem nos
2168 sistemas, a União, ela atua em apoio. Então, a União não tem, não existe
2169 intervenção no Estado, que a União vai e afasta, como ocorreu em outras situações.
2170 Então, a União presta apoio. A responsabilidade é dos órgãos locais. A
2171 responsabilidade de todas as políticas, da segurança, da educação, enquanto não
2172 houver intervenção da União, ela é do Governo do Estado. Então, a União presta
2173 apoio. E, nesse sentido, não é, a SENAPEM hoje não é mais a DEPEM, agora é a
2174 Secretaria, ela está prestando todo o apoio possível a essa situação, naquilo que o
2175 Governo do Estado solicita. A Força de Cooperação, ela é acionada, ela é
2176 autorizada pelo Ministro da Justiça, mediante pedido do Governador do Estado. Não
2177 existe pedido de Força de Cooperação sem pedido do Governo do Estado. Então,
2178 é bom considerar isso, mas que há um cuidado e há uma reformatação desse
2179 modelo, para que as Forças de Cooperação, elas atuem muito mais em gestão.
2180 Porque aqui, de dentro da Secretaria Nacional de Políticas Penais, se observa que
2181 grande parte dos problemas que existem no Brasil, penitenciários, eles envolvem
2182 gestão, eles envolvem dificuldades de gestão, falta de operacionalização nos três
2183 eixos da execução penal, que são as assistências, a segurança e a gestão. Não
2184 adianta ter só assistência se não tiver gestão, não adianta ter só segurança se não
2185 tiver assistência, não adianta ter só gestão se também não tiver assistência e
2186 gestão. Então, nessas três frentes são importantes. E aí, eu queria consignar que
2187 não há ainda uma definição de plano de trabalho em várias frentes. Estão sendo

2188 enviados vários coordenadores, a diretora de políticas está aí analisando também
2189 a questão de que, de onde vai ser necessário, por exemplo, os coordenadores
2190 nacionais de saúde estão indo para verificar se os convênios foram efetivamente
2191 implementados, se o que está no papel é realmente aquilo que aconteceu e onde é
2192 possível suplementação. O coordenador de educação está indo para verificar se as
2193 ações de educação não estão sendo e porque não estão sendo e fazer articulações
2194 com o Ministério da Educação e com a Secretaria Estadual de Educação, nesse
2195 sentido de criar soluções, não apenas de consignar situações, mas de criar
2196 soluções, mas eu posso dizer que, nesse primeiro momento, o ministro Dino já
2197 anunciou investimentos, só que os investimentos vão consignar de um plano de
2198 trabalho que ainda não está definido e que é possível sim, e que com certeza a
2199 Senapem vai divulgar isso, o meu secretário Velasco vai divulgar isso, e que elas
2200 vão ocupar os eixos que eu vou dizer agora. Educação, trabalho, manutenção de
2201 equipamentos de revista, alternativas penais, expansão de vagas, apoio material,
2202 saúde e um fator que eu acho que todos vocês vão ficar felizes de ouvir, que são
2203 as câmeras.

2204

2205 **2- 38ª Reunião Ordinária do CNPCT-Dia 1-gravação 2:**

2206 **Sr. Cristiano Torquato** - Nos uniformes dos policiais. Essa é provavelmente a
2207 diretriz do governo federal, não apenas para essa situação, mas para toda a
2208 segurança pública e nos estados onde isso foi implantado, tem melhorado muito,
2209 tem diminuído muito as ocorrências, diminuído óbitos e em sistemas penitenciários
2210 onde foi implantado, como no Ceará, foi implantado e também no Espírito Santo,
2211 também vem trazendo efeitos muito positivos na diminuição de ocorrências, tanto
2212 para o policial, que quando ele vai fazer uma ocorrência, ele tem a prova daquilo
2213 que ele está falando, não apenas aquilo que se diz, quanto para quem está sendo
2214 custodiado, tutelado pelo Estado. Então, a proposta é que o primeiro Estado que
2215 receba câmeras para utilização nos uniformes seja o Rio Grande do Norte. Esse é
2216 o pedido da Senapem, porque esse é um projeto que está em andamento, que é

2217 prioridade também da Secretaria de Acesso à Justiça, a secretário Marivaldo está
2218 a frente, e essa deve ser o primeiro Estado que vai receber doação no governo atual
2219 de câmeras para utilização nos uniformes. Bom, eram só as ponderações que eu
2220 queria falar e responder o que eu posso, o que é possível, o que eu tenho
2221 informação para responder aqui.

2222 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2223 Obrigada pelas respostas, acho que antes passava a palavra para a Matheus, para
2224 a Ana Valeska.

2225 **Interlocutora não identificada –** Desculpa, só uma questão com relação a isso, as
2226 câmeras seriam para o policiamento ostensivo ou para dentro do sistema prisional
2227 também?

2228 Eu estou falando de Senapem, dentro do sistema.

2229 **Interlocutora não identificada –** Está ótimo, obrigado.

2230 **Sr. Cristiano Torquato** - A diretriz do atual governo é que todos os serviços
2231 penitenciários tenham policiais com câmeras nos seus uniformes, todos, e isso aí
2232 vai acontecer nesse governo, esperamos que isso... no momento é o momento de
2233 aquisição, no momento é o momento que está sendo qual o modelo, qual a
2234 tecnologia, onde fica armazenado, se fica em storage, se não fica em storage, se
2235 pode desligar, se não pode desligar, porque também não adianta, se puder desligar,
2236 então tem que ser um equipamento que funcione adequadamente. Essas são as
2237 discussões que estão no Ministério da Justiça hoje, qual é a forma de fazer essa
2238 contratação, se vai ser para todos os países, mas com certeza já está decidido pela
2239 Senapem, já foi deliberado isso, que o primeiro Estado que vai receber esse
2240 equipamento vai ser o Rio Grande do Norte.

2241 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2242 Então, acho que seria importante, rapidamente, só falar isso, não é, eu acho que
2243 seria importante a criação até de um grupo de trabalho para pensar nesses

2244 investimentos e a forma com os investimentos, em conjunto também com a
2245 sociedade civil, com os familiares das pessoas presas com o comitê, com o comitê
2246 estadual, não é, porque acho que política pública tem que ser pensada junto com
2247 as pessoas que estão na ponta, não é, não adianta a gente pensar política pública
2248 separado, não é, porque daí assim a gente faz políticas públicas ineficientes,
2249 principalmente em relação ao sistema prisional, que tem tantas violações. Eu vou
2250 passar a palavra para o Matheus e para a Ana Valeska.

2251 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente- Ministério das Relações**
2252 **Exteriores) –**Obrigado, Presidente. Antes de eu fazer uma fala rápida aqui também.
2253 Bom dia, Cristiano. Talvez até o senhor tenha entrado por causa de umas
2254 mensagens de Whatsapp que eu mandei aqui para Deus o mundo, porque a
2255 frustração foi grande, não é, mandei para uma amiga aí do Ministério da Justiça,
2256 não é, mas enfim, chegou com certo atraso, mas chegou, agradecemos a atenção.
2257 Eu vou te fazer uma pergunta rápida em relação às câmeras, não é, essas
2258 câmeras também seriam câmeras para a FTIP usar também?

2259 **Sr. Cristiano Torquato** - Com certeza, Matheus, com certeza. A prioridade, não sei
2260 se você está me enxergando aí, se está me ouvindo, a prioridade, eu estou falando,
2261 a SENASP, vai ter essa frente com as polícias militares dos estados e a Senapem
2262 vai ter uma mesma frente, porque essa é uma diretriz do atual governo, não é,
2263 determinada aí pelo ministro Dino, não é, forçar para que haja as polícias utilização
2264 desse equipamento. Então, dentro do sistema penitenciário, a ideia, alguns estados,
2265 tem dois estados que já colocaram voluntariamente, foi o Ceará e Espírito Santo,
2266 que estão operando o Ceará em todos os agentes e o Espírito Santo somente em
2267 algum, em alguns, em algumas unidades, não na totalidade, mas sistema
2268 penitenciário, me refiro ao sistema penitenciário, policiais da força de cooperação,
2269 todos vão utilizar, entendeu, esse equipamento e acredito, lógico, que as decisões
2270 políticas, até elas se tornarem fatos, ela leva um tempo, orçamentário, licitação,
2271 aquisição, tudo isso leva um tempo, mas eu acredito que isso vai acontecer, sim,
2272 nós vamos testemunhar isso acontecer e nós vamos ter oportunidade de assistir
2273 isso acontecer, essa transformação que vai acontecer no Brasil todo, só por conta

2274 dessa frente, inclusive o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária está
2275 também elaborando uma resolução de recomendação aos sistemas que adotem
2276 esse tipo de equipamento, alguns podem adotar com os próprios recursos dos
2277 estados, seria melhor, nesse caso, o que eu estou falando é a União financiar e
2278 fazer a doação desse equipamento para utilização nos estados.

2279 **Sr. Mateus Oliveira Moro** - Obrigado, Cristiano. Então, eu tentava fazer umas
2280 considerações rápidas, estava adiantada a hora, acho que estamos tentando ver o
2281 horário para almoço, para ver os seus encaminhamentos.

2282 **Sr. Cristiano Torquato** - E eu acho que foi a sua articulação, Matheus, que me
2283 fizeram sair de uma outra reunião para vir para cá.

2284 **Sr. Mateus Oliveira Moro** - Vamos lá, agradeço. E aí, pessoal, eu queria
2285 obviamente falar a todos, falar ao pessoal do Rio Grande do Norte, sejam familiares,
2286 sejam, enfim, órgãos de estados das civis que estão presentes, mas aí eu queria
2287 colocar, e aí eu acho que a gente fez uma reunião já na sexta-feira passada, com o
2288 Ministério dos Direitos Humanos, a Fernanda, a Nana estava aqui presente, estava
2289 presente, Érica, secretaria Isadora, e eu vou retomar algumas reflexões que a gente
2290 colocou lá. E aí, assim, eu tenho usado muita palavra de frustração, mas é o que
2291 vem à cabeça, se pudesse ser outra palavra. O que a gente queria colocar? Quem
2292 está do governo, de forma excepcional, aqui no caso Cristiano, Ana Lúcia, Nana,
2293 assim, a gente, eu e Fernanda, por exemplo, pela ANADEP, estamos aqui há cinco
2294 anos, e aí a gente viu várias manobras do governo Bolsonaro e as coisas não
2295 aconteciam. Então, assim, o que a gente espera muito de vocês, e, enfim, que são
2296 estudiosos desse tema, de temas que tangenciam, é de que haja não só, enfim,
2297 uma cobrança extrema, como foi hoje, como foi na sexta-feira, que venha uma
2298 resposta, não é? Então, assim, a gente queria ver coisas concretas. Então,
2299 obviamente, a gente, o senhor falou em saúde, em educação, em câmeras, eu acho
2300 importante essas questões, não é? Mas o recado que a gente vê, de longe, entre
2301 aspas, mesmo estudando as questões que estão acontecendo, é, parece ser, a
2302 gente torce para não ser, acho que as suas palavras são um pouco em direção

2303 oposta a isso, não é, Cristiano? Parece ser, às vezes, o que vem acontecendo já
2304 nos últimos anos, não é? Então, assim, acontece um problema grave, seja em
2305 Pedrinhas do Maranhão, seja no Conpagem em Manaus, ou no Rio Grande do
2306 Norte, em Alcaçuzes, etc. E a gente vê mais polícia, não é? Mais polícia, mais
2307 câmera, mais tortura. Então, assim, o que tem até, inclusive, documentos do
2308 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, para que a FTIP não fosse
2309 mais utilizada, não é? Aqui em São Paulo, sou defensor público de São Paulo, eu
2310 faço inspeção há oito anos, aqui a gente tem o chamado GIR, Grupo de Intervenção
2311 Rápida. É um grupo que, eu posso dizer com toda clareza, que ele só serve para
2312 torturar, ele não serve para mais nada. Eu já tive numa rebelião, num presídio, e o
2313 GIR só ficava atirando bombas, e quando chegou só o grupo de intervenção ali da
2314 Polícia Militar, não é? Que conseguiram fazer algum tipo de negociação. Então,
2315 assim, o que esse comitê pensa, é que esse órgão, ele deveria ser extinto. Então,
2316 assim, mas as câmeras, elas dão, vamos dizer assim, uma pequena reflexão, mas
2317 é um órgão que deveria ser extinto. E aí, o que eu trago de reflexão é isso, não é,
2318 pessoal? Porque quem está no governo aí, a gente está no final de março, e a gente
2319 acredita nisso, a gente sabe o que foi o governo Bolsonaro. Então, quando o
2320 governo fala não temos orçamento, a gente acredita, não é? Então, assim, a gente
2321 aceitou fazer essa primeira reunião virtual, porque não haveria orçamento. A gente
2322 aceitou fazer essa reunião nos dias de hoje, porque o ministro estaria presente, o
2323 ministro foi para a Argentina. No primeiro, no discurso de posse do ministro Sílvio,
2324 que muita gente compartilha nas redes sociais, que foi um discurso histórico, e
2325 realmente eu acho que para algumas pautas foi um discurso emocionante mesmo,
2326 mas o ministro, ele não falou, o ministro não falou nenhuma vírgula sobre as
2327 pessoas presas. Então, assim, a vida é feita de pequenos detalhes, ninguém
2328 tropeça em montanha. Então, assim, o que a sociedade civil, e aí eu falo enquanto
2329 não defensor público, não é, mas enquanto a sociedade civil lá na DEFA, na
2330 Associação Nacional de Defensores, o que a gente tem visto nesses três primeiros
2331 meses, infelizmente, é um recado muito semelhante ao que vinha do governo
2332 Bolsonaro, a gente não quer acreditar, não é? Então, assim, eu acho que o Cristiano
2333 tem que ouvir isso, a Ana tem que ouvir isso, a Ana Luz tem que ouvir isso. E, assim,

2334 pessoal, o que a gente quer é que haja uma mudança de paradigma. Na sexta-feira,
2335 eu falei para Isadora e para Érica, quem estava presente na reunião aqui, vejo aqui,
2336 enfim, bastante gente aqui, Maria Clara, por exemplo, foi muito firme no debate, a
2337 gente queria que essa reunião fosse um divisor de águas, mas a reunião serviu para
2338 dar voz aos familiares, para dar voz ao mecanismo nacional, para dar voz aos
2339 órgãos estaduais lá do Rio Grande do Norte, mas o governo estava presente
2340 apenas, acho que com três ou quatro representantes. Então, assim, a gente vai
2341 voltar depois do almoço, talvez ela não volte, tem um compromisso, a gente vai
2342 voltar depois do almoço, mas, assim, é para ontem, pessoal, não é? Então, assim,
2343 não é para hoje. Assim, as pessoas não estão tendo água. Se aqui em São Paulo,
2344 que é o estado mais rico também, que a gente faz inspeção, a pessoa não tem
2345 água, a pessoa não tem comida, então, assim, as pessoas estão sem água e
2346 comida, as pessoas estão morrendo. Então, assim, a gente vai cobrar, seja no
2347 WhatsApp, seja numa reunião pública, como é agora, a reunião é pública, seja
2348 através da mídia. Então, assim, o recado que a gente quer mandar para vocês é
2349 que a gente vai enfrentar, tendo o quorum aqui, os encaminhamentos, mas a gente
2350 vai cobrar como a gente cobrava o Bolsonaro, a Damares, a gente vai cobrar como
2351 a gente cobrava o Michel Temer. Então, assim, eu até não vou falar muito de
2352 questões mais técnicas aqui, enfim, a gente falou de saúde mental, a gente falou de
2353 falta de trabalho, falta de estudo, a gente falou, assim, de um caos, não é? Um caos.
2354 Então, assim, e aí, só para eu concluir, Cristiano, assim, desculpa o que está
2355 acontecendo contigo, mas você é um estudante, você estuda muito esse tema e
2356 está há muito tempo aí nessa luta. Eu acho que há um problema de gestão, mas há
2357 um problema de política pública. Então, assim, quando o Louis Vakam, quando o
2358 Michael Moore, falam que pode ser republicano ou democrata e as pessoas presas
2359 são tratadas da mesma forma, eu não queria estar dizendo isso agora, aqui no dia
2360 22 de março, não queria, mas, assim, os governos de esquerda e de direita, eles
2361 tratam as pessoas presas como se não fossem pessoas. Quando começou a
2362 pandemia, eu dava muitas entrevistas e eu dizia, ó, a gente tem a ingenuidade que,
2363 finalmente, as pessoas presas vão ser tratadas como pessoas. Isso não aconteceu.
2364 A gente ouviu vários relatos agora que medidas excepcionais tomadas durante a

2365 pandemia, elas foram cristalizadas, como a redução de pessoas que visitam,
2366 redução do tempo de visita, seja nos estados mais pobres, seja nos estados mais
2367 ricos. Então, assim, existem problemas, no caso, de má administração, como você
2368 colocou, de má gestão, mas existem escolhas políticas. Quando o João
2369 Trabalhador, o João Dora, tomou posse aqui em São Paulo, ele falou que ia
2370 privatizar os presídios, ele falou que ia investir muito em educação e trabalho e o
2371 terceiro pilar era a videoconferência. Ele investiu na videoconferência, ele tentou
2372 fazer a privatização, que a gente barrou numa ação civil pública aqui, mas o trabalho
2373 e o estudo ficaram só no discurso, está? Eu peço desculpas a todos se eu me
2374 alonguei um pouco na minha fala aqui, mas, assim, o que a gente sente aqui em
2375 consultório civil, enquanto as nossas defensoras e prestando solidariedade aos
2376 familiares presentes aqui, o que a gente tem visto é o que a gente está vendo nos
2377 últimos anos. Então, assim, a gente vai cobrar, a gente torce para que as coisas
2378 aconteçam, está? A gente torce pelo fim da FTIP, a gente torce pelo que o Ministério
2379 dos Direitos Humanos tem um orçamento como se fosse o Ministério da Justiça e a
2380 gente, e eu vou registrar aqui na enésima vez, a frustração que a gente tem com
2381 esses primeiros meses, está? Eu até brinquei num grupo de zap, eu não sei se é
2382 dólar ou culpa do governo, a gente torce para ser culpa, não é? Para não ser dólar,
2383 para não ser manobra como era na Damares, mas para ser falta de orçamento, para
2384 ser tempo que é necessário para montar equipes, não é? Agora, independente do
2385 motivo que leve a gente ter uma reunião do Comitê Nacional de Prevenção da
2386 Combate à Tortura depois de três meses tão esvaziada, a gente vai cobrar.
2387 Desculpa me alongar, pessoal, mas assim, enfim, é um absurdo.

2388 **Interlocutora não identificada –** Sofia, está fechado o microfone.

2389 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2390 Agora voltou, não é? Tinha travado aqui. Queria agradecer a fala do Matheus e vou
2391 passar aqui para... Teve uma pergunta aqui no Chat também do Gustavo. Você está
2392 me ouvindo ou está travado? Eu estou sentindo meio travado. Está me ouvindo.
2393 Obrigada. Teve uma pergunta aqui no Gustavo que eu não estou conseguindo subir
2394 porque ficou muito lento o computador. E aí, passar a fala para a Ana Valesca, e

2395 depois eu não vi quem está escrito aqui, se alguém puder me ajudar, porque travou
2396 tudo aqui. E aí, pensar nesse tempo de cinco minutos mesmo, um máximo de fala
2397 para a gente conseguir ter esse intervalo de almoço e voltar para os
2398 encaminhamentos.

2399 **Ana Valeska Duarte** - Obrigada, Sofia. A minha pergunta é bem objetiva, então eu
2400 posso falar para complementar a Bárbara. É para o diretor Cristiano Torquato. Tudo
2401 bem, Torquato? Olha só, a pergunta é quando você fala aí do emprego de recursos
2402 públicos, não é? Por parte que eu vi até a matéria do ministro da Justiça, Cláudio
2403 Dino, eu vi que 100 milhões é do fundo de segurança pública. E eu gostaria de
2404 aproveitar, se no caso você não tem essa resposta aqui no momento, mas que
2405 viesse para nós detalhadamente, de fato, qual vai ser o valor de recursos que vão
2406 investir no sistema prisional, porque você falou da questão da compra de boycott,
2407 não é? Dos policiais, e aí já respondeu o que é para os policiais do sistema prisional,
2408 porque eu fiquei na dúvida se era também. Quando o ministro fez a fala dele, falou
2409 mais investimento na segurança pública, que seria mais a parte externa e não o
2410 sistema prisional. Então, assim, a gente queria mais informações, mais detalhes, de
2411 fato, e assim, porque tipo, nós queríamos, não é? E isso já é um pleito, já são várias
2412 implicações do mecanismo nacional nesse sentido, que, por exemplo, os recursos
2413 do FUPEN não sejam aplicados prioritariamente em compra de material bélico e
2414 nem em construção de novas unidades prisionais. Então, a gente gostaria de
2415 receber detalhadamente, inclusive, assim como o ministro recebeu e o secretário
2416 nacional, o nosso relatório, tem várias informações, nos informar também, foi
2417 escrito, de fato, quais são os valores que vão ser investidos na área de prioridade
2418 de políticas públicas penais e ressocialização e medidas alternativas penais
2419 voltadas para as pessoas privadas de liberdade, e não em compra de material
2420 bélico. Queria só aproveitar para fechar aqui a nossa fala com algumas questões,
2421 acho que mais do que prioritário, inclusive, exclusivo, não é? Tem uma utilização
2422 exclusiva para armamento e atores e tal, que a gente tem tantas outras questões.
2423 Só queria lembrar que a Patrícia fala da questão das câmeras, não é? Tem muitas
2424 discussões, por fato, que a gente gostaria de também contribuir, não é só colocar a

2425 câmera, não é? É o primeiro passo, mas tem várias questões que a gente já
2426 identificou, a partir de tantas experiências ricas aqui, que devem ser debatidas. O
2427 Gustavo também traz uma observação importante, essa ampliação das vagas. A
2428 gente não constatou que tem nada nesse sentido, nenhuma necessidade, mas
2429 constatou que o judiciário é extremamente inoperante no Rio Grande do Norte.
2430 Então, na verdade, o que a gente tem que fazer a articulação e chamar para essa
2431 atividade é o judiciário. E para finalizar, trazendo um pouquinho sobre essas
2432 questões, como também disse a Sofia, a gente precisa desenvolver sociedade civil,
2433 não é? A participação social, ela precisa existir, e o mecanismo como órgão de
2434 Estado e não de governo também precisa estar, não é? Porque tem um trabalho em
2435 parcial isento em relação à legislação, não é? A gente acaba sendo fiscal da
2436 legislação e debates, eu acho que se tem essa perspectiva, Torquato, que você traz
2437 da humanização nesse momento, não teriam o melhor espaço para a gente debater
2438 do que aqui, no âmbito do Comitê Nacional, do Mecanismo Nacional, com tantas,
2439 realmente, contribuições valorosas. Então, eu só queria dizer que a gente sente falta
2440 dessas participações, não é? O DPEM, assim como o Ministério da Justiça lá, o
2441 CNPC-PEM, enfim, está todo mundo na estrutura do Sistema Nacional de
2442 Prevenção, Combate à Tortura. Eu acho que é importante a gente, enquanto
2443 integrante desse sistema importantíssimo para o país, poder ter os diálogos
2444 restabelecidos nesse sentido. Eu acho que, em relação à humanização, a gente vai
2445 ter bastante para contribuir. Obrigada.

2446 **Sr. Cristiano Torquato** - Posso falar uma palavrinha?

2447 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
2448 Pode.

2449 **Sr. Cristiano Torquato** - Muito importante a participação da sociedade civil,
2450 sempre foi, em todos os contextos, porque são das reclamações, das denúncias
2451 que se pautam várias agendas governamentais. A política pública se constrói
2452 daquilo que vem da sociedade civil. E, se não tiver essa movimentação, as políticas
2453 vão construindo da cabeça ou dos estudos que são feitos técnicos de cada área de

2454 política. Então, influencia muito. Com relação ao pedido que a Valeska fez, eu acho
2455 que é disponível isso daí. Lógico que talvez eu não tenha detalhamento para dar
2456 neste momento, mas é só oficiar. Eu peço que oficie aqui a Senapem sobre a
2457 composição de como será feito esse investimento. E isso, como eu disse, acredito
2458 que está em análise, mas vão ser recursos. Eu posso dizer para vocês, com certeza,
2459 porque eu estou participando de várias reuniões nesse sentido, que os esforços da
2460 União não são para armamento. Os esforços da União são para políticas públicas,
2461 são para trabalho, educação, alternativas penais. Isso eu digo para vocês, porque
2462 toda a movimentação de suplementação de convênios, porque não é simplesmente
2463 repassar recursos. Como você repassa o recurso? Você pode repassar um recurso
2464 via fundo a fundo, que o Estado faz um plano de trabalho e vai fazer uma ação em
2465 cima daquilo. Isso leva tempo. Você pode fazer suplementando um convênio que já
2466 existe, leva menos tempo. Você pode fazer comprando em equipamento e doando,
2467 é o tempo da licitação. Então, as soluções emergenciais são realmente de
2468 movimentação de pessoas, de levar de reuniões e de conseguir definir diretrizes. E
2469 aí, a participação na cidade civil é muito importante. Os técnicos de cada área vão.
2470 Então, quem vai definir o que precisa ser colocado de alternativas penais não é o
2471 político. Vai ser o pessoal da coordenação de alternativas penais, que vai sentar
2472 com o pessoal do judiciário, que vai sentar com o pessoal da secretaria, que cuida
2473 disso, e vão ver como implementar mais uma central, como contratar equipe
2474 multidisciplinar. Se vai fazer uma ação de saúde, como fazer a suplementação? Já
2475 teve uma UBS que foi financiada para o estado do Rio Grande do Norte, com o
2476 recurso do fundo penitenciário. É possível financiar mais uma? Onde seria essa
2477 UBS? Quais equipamentos? O que dá para fazer dentro do sistema e o que não dá
2478 para fazer? São respostas que precisam das pessoas especialistas para essa UBS.
2479 Então, esse é o momento que está se vivendo, de deslocamento das equipes de
2480 especialistas para a verificação em loco daquilo que pode ser feito. E,
2481 evidentemente, a questão é penitenciária é uma caixa de problemas. Sempre são
2482 problemas, de vez em quando explode algum problema, mas, mesmo onde não está
2483 hoje no holofote, estão tendo os mesmos problemas. E o trabalho dos órgãos de
2484 governo, das secretarias de administração penitenciária, da Secretaria Nacional de

2485 Políticas Penitenciárias, é apoiar para tentar, cada vez mais, usar os recursos que
2486 a União dispõe para resolver esses problemas, da forma mais efetiva possível. E
2487 isso envolve os três eixos, segurança, gestão e assistência. Agora, digo para vocês
2488 com certeza que, de tudo que eu tenho visto, testemunhado, participado e assistido,
2489 realmente são esforços que estão sendo feitos muito grandes para conseguir fazer
2490 ações efetivas. E isso envolve também, como acho que foi a Valeska que colocou,
2491 a ação dos atores, porque a execução penal tem vários atores. Conselho de Política,
2492 Conselho da Sociedade, Conselho da Comunidade, Juiz da Execução, Defensoria
2493 Pública, OAB, Secretarias. São todos os atores de envolvimento e todos os atores
2494 que trazem soluções, não é apenas o envolvimento de um ou outro ator. Ou a
2495 liberação de recursos também não resolve. A liberação de recursos é uma etapa
2496 desse problema. Enfim, queria deixar essa breve fala de último testemunho do que
2497 a gente tem feito aqui. E eu acredito que vocês podem, sim, solicitar o secretário
2498 Rafael Velasco. Eu acredito que ele participará com prazer de uma reunião dessa
2499 aqui, porque ele tem muita disponibilidade para o diálogo e tem conversado muito
2500 com organismos. Acredito que talvez tenha sido a agenda. Depois, quem quiser,
2501 algumas pessoas têm meu contato. Se quiser, fala comigo, eu passo o contato do
2502 secretário Rafael. É só uma questão de combinar a agenda.

2503 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2504 Antes de passar a palavra para a Fernanda e para a Ana Lúcia, que realmente vão
2505 ser as últimas falas mesmo, eu só queria apontar uma coisa na sua fala, Cristiano,
2506 que eu acho importante e relevante dizer, que acho que é muito comum, às vezes,
2507 os representantes de governo dizerem isso e acho que talvez nem tenha se
2508 atentado, mas você disse uma série de atores. Você falou de Defensoria Pública,
2509 Ministério Público, Judiciário, Secretaria, etc., Conselho da Comunidade, mas eu
2510 acho que falta, em algum lugar, do governo, de um modo geral, enxergar outros
2511 atores que não esses com papel institucional. E esses atores que eu estou falando
2512 aqui são os familiares das pessoas presas, que estão aqui presentes na reunião e
2513 acho que, muitas vezes, eles estão, por exemplo, no Rio Grande do Norte, que,
2514 infelizmente, o senhor não estava aqui e não pôde escutar, tiveram relatos de

2515 diversas familiares que foram criminalizadas quando estavam fazendo
2516 manifestações em relação a todas as violações. Então, eu acho que, não estou te
2517 culpando necessariamente por isso, mas eu acho que isso tem que estar muito
2518 claro, que essas pessoas, na verdade, não são os atores tradicionais, mas elas são
2519 pessoas que estão ocupando esse lugar e elas devem ter o protagonizo nessa
2520 discussão. Então, eu acho que isso é muito importante ser levado em conta. E aí,
2521 eu só chamo a atenção porque, infelizmente, acabou que, na sua fala, não vieram
2522 essas pessoas. E aí, acho que não por acaso, não necessariamente está na sua
2523 fala, mas acho que, de um modo geral, tem essa dificuldade de compreender essas
2524 pessoas e outros tipos de saberes que não saberes tradicionais. Eu vou passar a
2525 palavra para a Fernanda e depois para a Ana Lúcia. Acho que a Fernanda, não sei
2526 se...

2527 **Fernanda Vieira de Oliveira** – Agora que eu te ouvi. Agora foi. Eu estou na Internet,
2528 meu celular, porque a administradora está pior. Bom, eu queria aproveitar uma
2529 questão que eu deixei passar, que as familiares trouxeram, que é a questão da visita
2530 íntima tratada como regalia. Isso é uma resolução do Conselho Nacional de Política
2531 Penitenciária e Criminal. Que colocou a revista íntima nessa condição. Isso saiu no
2532 final do ano. Então, como o Cristiano Torquato mencionou, essa questão de
2533 articulação com o Conselho, aproveitando pela Coordenação Geral de Prevenção
2534 e Combate à Tortura, seria importante estabelecer um diálogo com esse Conselho
2535 para a revogação dessa resolução. Porque, infelizmente, apesar do Governo
2536 Federal não ter o poder de intervir nos estados, quando as resoluções que vêm de
2537 órgãos nacionais estão alinhadas com o pensamento político de alguns gestores
2538 nos estados, elas são acolhidas e cumpridas, como tem acontecido aqui no DF,
2539 como está acontecendo no Rio Grande do Norte, tem acontecido em vários outros
2540 estados. Então, acho que mais do que pensar um plano de ação, acho que era
2541 preciso que houvesse uma articulação maior, não só com o Comitê Nacional de
2542 Prevenção e Combate à Tortura, com o Mecanismo Nacional de Prevenção e
2543 Combate à Tortura, com os atores do Sistema Nacional de Prevenção e Combate
2544 à Tortura, para pensar a concepção que estrutura esse plano de ação. Porque se

2545 mantém a concepção, a gente sabe que todo o resto vai ser contaminado por essa
2546 mesma concepção. Isso significa mais armamento, mais vagas, e ainda que se
2547 ponha lá educação, saúde, o que acaba acontecendo é que os recursos e os
2548 esforços para essas outras áreas não são os mesmos. Então, é preciso, Cristiano,
2549 que se estabeleça de fato uma interlocução entre a pauta da segurança pública, do
2550 sistema prisional e os direitos humanos, que as coisas não corram de forma
2551 dissociada, porque senão a gente não consegue cumprir a nossa missão que é de
2552 prevenir e combater a tortura. Porque tudo que está acontecendo no Rio Grande do
2553 Norte, no país inteiro, porque você disse várias vezes e eu também acompanho, e
2554 é assim...

2555 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2556 Travou, não é?

2557 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos**
2558 **Humanos - MDH) –** Posso fazer, sim. Só que eu acho que a minha conexão é a
2559 mesma da dela. Não sei se a minha vai ficar melhor, porque a gente está aqui no
2560 mesmo lugar. Vocês estão me ouvindo bem?

2561 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Sim.

2562 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos**
2563 **Humanos - MDH) –** Bom, então... Até o Matheus, não sei se ele já saiu, ele tinha
2564 questionado aqui para eu fazer uma fala. E, na verdade, eu nem tinha me
2565 candidatado, porque estou no mesmo órgão que a Nana, no Ministério dos Direitos
2566 Humanos, e entendi que a fala dela já tinha contemplado, mas, assim, preciso dizer
2567 que existe uma preocupação do Ministério, sim. Tanto que, é claro que a gente está
2568 iniciando a composição da equipe. A minha coordenação é uma coordenação que
2569 não existia, que é uma coordenação geral de Segurança Pública e Direitos
2570 Humanos. E acho que ela foi muito contemplada na fala da Nana, no final, de que
2571 a gente realmente não pode ver o antagonismo dessas duas instituições, Segurança
2572 Pública e Direitos Humanos, têm, sim, que andar juntos. E essa coordenação foi

2573 criada justamente para isso. Também sou defensora pública, vim do Conselho
2574 Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, que eu também era parte. Lido aí com o
2575 sistema prisional já há 13 anos. Acho que seu microfone está aberto, Nana. E queria
2576 aqui agradecer também, não é, vou agradecer na pessoa da Joarla, que é essa
2577 familiar que relatou aí, de ter sido criminalizada e perdido um familiar. Agradecer
2578 todos os depoimentos. E, realmente, o Ministério estava aguardando a vinda do
2579 relatório, que é um relatório de fôlego, que a gente está aqui, também, ansioso, não
2580 é, assim, parabenizar já as peritas que fizeram esse relatório, que estão aí
2581 terminando esse relatório, mas a gente estava realmente aguardando a vinda do
2582 relatório e acontecer a reunião aqui para que a gente pudesse, a gente já estava
2583 articulando, não é, Nana, a gente já está articulando algumas coisas, mas a gente
2584 queria ouvir realmente aqui o comitê e o relatório para a gente poder sentar e se
2585 debruçar exatamente nas missões. E aí eu acho que o comitê, até para preservar a
2586 autonomia do comitê, assim, não é, a gente está aqui enquanto órgão de governo,
2587 que é, como a gente falou, essencial, não à toa essa composição, ela é mista,
2588 sociedade civil e órgão de governo, mas também a gente precisa entender que o
2589 comitê, ele tem a sua autonomia e preservar essa autonomia, sabe? Então, assim,
2590 se a gente tirar como encaminhamento, fazer uma reunião, uma missão, enquanto
2591 comitê, independente de estar junto com o Ministério da Justiça, com o Ministério
2592 dos Direitos Humanos, enquanto comitê a gente pode, sim, fazer esse
2593 encaminhamento e denunciar, não é? Denunciar e cobrar, e aí eu agradeço a
2594 cobrança, acho que a cobrança move a gente, como o Matheus falou, a cobrança
2595 realmente move a gente, então a gente espera ser cobrado e espera entregar, a
2596 ideia é que a gente esteja aqui, viemos para compor esse novo governo para que a
2597 gente faça realmente entregas. Então, colocar aqui novamente o Ministério à
2598 disposição e que vocês sabem que esse tema não está sendo alijado pelo ministro.

2599 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2600 Obrigada pela fala, acho que dá um tom mais contemplativo, mas acho que é isso,
2601 não é? Acho que os, apesar disso aí também, e só vou falar isso para você, eu acho
2602 que as posições individuais, e a Isadora também se mostrou super aberta, etc, e tal,

2603 isso tem acontecido, mas, na verdade, na prática, o que vem acontecendo é outra
2604 coisa, então, assim, a gente tem respostas formais e respostas num diálogo, etc, e
2605 tal, mas é na prática acontece o que aconteceu aqui na reunião hoje, na prática a
2606 gente não tem todos os membros indicados ainda para o comitê, e a gente está em
2607 março, então, assim, na prática a gente só conseguiu o orçamento para, um pedaço
2608 do orçamento agora, então, eu acho que é isso, acho que na prática as coisas têm
2609 que funcionar um pouco mais, de uma maneira mais intensa do que na conversa,
2610 não é?

2611 **Sra. Ana Lúcia (Coordenadora Geral de Segurança Pública e Direitos**
2612 **Humanos - MDH)** – Então, mas só complementando essa questão, assim, de a
2613 questão orçamentária, ela permeia todos os comitês, todos os coletivos, não é? E
2614 o Conselho Nacional de Direitos Humanos, enfim, e realmente a gente veio de um
2615 orçamento que foi, não é, era bem menor do que o que a gente precisava, então a
2616 ideia é de que a gente consiga fazer essa recomposição orçamentária e fazer essas
2617 parcerias realmente no diálogo, assim, até na fala aí, as últimas falas eu acho que
2618 a gente tem aqui dentro da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa, temos a
2619 parte também do Sistema Socioeducativo, que eu acho que a gente pode trabalhar
2620 também, e a parceria com a Secretaria LGBTQIA +, que foi levantada aqui também,
2621 que a gente possa, dentro do Ministério de Direitos Humanos, fazer essas
2622 articulações.

2623 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2624 Claro, eu acho que essas questões todas estão sendo, enfim, não é, trabalhadas,
2625 etc e tal, e foi a mesma coisa que eu falei para a Isadora, e falo agora assim, não é,
2626 a gente da Sociedade Civil o nosso papel é tencionar, não é, também as questões,
2627 não é, então é isso, não é, se eu me falar assim ah, eu não tenho orçamento nem
2628 para isso, nem para aquilo, nem para aquele outro, eu vou falar assim, ah, está bom,
2629 sinto muito, mas eu quero a garantia do orçamento, não é, então eu acho que é um
2630 pouco essa questão, não é, de a gente compreender de um lado que realmente a
2631 gente vê, não é, o que está acontecendo, e que não é fruto necessariamente desse
2632 governo, é fruto do governo passado, não é, e do orçamento que foi deixado pelo

2633 governo passado, mas a gente tem que fazer esses tencionamentos, enfim, acho
2634 que isso é uma coisa invariável do trabalho aqui do comitê. Eu vou sugerir que a
2635 gente tenha uma pausa agora para o almoço, e a gente volte em uma hora, então
2636 a gente volta às 14:25h, é, para os encaminhamentos, está, daqui, e aí eu convido,
2637 não é, o Cristiano, é, para estar aqui no segundo momento, se puder, e acho que
2638 seria importante esse reforço aí interno para que, por exemplo, outros membros do
2639 governo, ministério, não é, um membro do Ministério da Justiça, o ouvidor, a própria
2640 Rita, é, que não puderam estar aqui no primeiro momento, estivessem nesse
2641 segundo, é, momento de reunião. E queria agradecer em especial a participação,
2642 é, não é, do representante do Gustavo, do representante do comitê estadual de
2643 profissão de combate à tortura, é, também do representante da pastoral carcerária,
2644 e de todas as mulheres familiares de pessoas presas que estiveram aqui, e, não é,
2645 trouxeram esses relatos que são, enfim, muito duros, mas que a gente vai tentar, é,
2646 dentro daquilo que está na nossa competência, é, promover encaminhamentos e
2647 continuar o diálogo, e também convido vocês para que, se quiserem, permaneçam
2648 na sequência da reunião que a gente vai fazer os encaminhamentos de fato. E a
2649 gente volta por esse mesmo link aqui, e agradecer, por fim, é, toda, não é, Nana,
2650 Débora, e as peritas aqui que apresentaram o trabalho. Obrigada. Sofia, qual o
2651 horário de retorno? Duas e meia. Duas e meia, está bom. Está. Obrigada, gente.
2652 Bom almoço, pessoal. Obrigada, gente, a todos. Obrigado. Boa tarde.

2653 **3- 38ª Reunião Ordinária do CNPCT-Dia 1-gravação 3:**

2654 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
2655 gente vai esperar até duas e quarenta, aí a gente volta aqui para os
2656 encaminhamentos.

2657 **Interlocutora não identificada** – Ok, Sofia.

2658 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Boa
2659 tarde, então, de novo para todas, todas, todos. Vamos começar agora aqui com o
2660 ponto que a gente tinha parado, não é, que são as recomendações, depois de enfim,

2661 tudo que a gente escutou, e aí eu vou abrir a palavra para a gente ir elencando as
2662 recomendações aqui, e quem quiser deixar no Chat também, pode deixar no Chat
2663 e tal, mas, enfim, a Débora e a Nana estão aí já, não é?

2664 **Interlocutora não identificada** – Eu já estou aqui.

2665 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2666 Talvez a gente possa fazer como a gente fazia, não é? Talvez abrir um documento
2667 e ir colocando todas as recomendações ali no documento.

2668 **Interlocutora não identificada** – Sim, dá para a gente fazer isso. Só um pouquinho
2669 que eu vou compartilhar aqui na tela, está?

2670 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2671 Obrigada.

2672 **Interlocutora não identificada** – Você está conseguindo ver, Sofia?

2673 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2674 Estou. Se você colocar um pouquinho maior, fica melhor também. Eu vou dar aqui
2675 algumas sugestões, eu mesma, mas nada fixo sobre o que, das coisas que a gente
2676 foi ouvindo aqui, e aí você, aí todo mundo pode falar, não é? Primeiro, tem a questão
2677 da atuação da FTIP, não é? Não sei se é caso de a gente pegar a própria
2678 recomendação do mecanismo e endossar a recomendação do mecanismo. A gente
2679 ouviu, agora, pouco, o representante do DEPEN, que disse em relação ao uso de,
2680 à instalação de câmeras nos uniformes, não é? Dos agentes, eu não sei se é caso
2681 da gente oficiar, entender o prazo, entender a licitação, etc., não é? Quando isso for
2682 feito. Tem a questão da falta de inspeção do juiz da VEC, não é? Aí, não sei se é
2683 caso da gente, enfim, mandar o ofício para ele, entender quais foram às inspeções,
2684 ou se é caso da gente fazer uma representação no CNJ. Tem um ofício, não é, de
2685 detalhamento desses recursos que foram destinados para o Ministério da Justiça, a
2686 gente pode oficiar para entender exatamente para que, que vai ser alocado cada
2687 verba e também, não é, pedir a participação ou criação de um grupo de trabalho

2688 que a gente possa fazer parte e possa incidir para onde esse dinheiro vai ser
2689 encaminhado. Tem a questão aqui, estou trazendo um pouco daquilo que eu fui
2690 anotando.

2691 **Interlocutora não identificada** – Sofia desculpa.

2692 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
2693 ofício sobre a alocação da verba vai ser para quem? Para o Ministério da Justiça.
2694 Estou só falando aqui os pontos que eu fui anotando de todas as falas, está? E a
2695 criação de um grupo de trabalho para que a gente possa incidir também sobre esses
2696 recursos. A fiscalização, não é, para construção, se eventualmente for isso, não é,
2697 de outra unidade prisional, etc, entender qual que seria a necessidade real disso.
2698 Uma ação que daí eu estou falando aqui dos pontos, mas não sei exatamente o que
2699 a gente encaminha sobre isso, mas da necessidade e a criação do mecanismo, não
2700 é, estadual. E aí eu acho que tem uma coisa aqui específica da fala de uma familiar
2701 em relação ao... É Maicon ou Vinícius estava em Ceará-mirim, e aí vocês podem
2702 me ajudar a lembrar, enfim, que o corpo dele não teria sido enterrado até hoje, acho
2703 que talvez seja caso de algum ofício específico nesse caso, ou para a própria
2704 Defensoria Pública. E aí, junto com tudo isso, eu acho que a gente deveria fazer,
2705 como a gente estava fazendo em outras ocasiões, uma reunião extraordinária,
2706 urgente, não é, para que a gente oficiasse, então, todas as pessoas que deveriam
2707 estar aqui hoje, algumas falaram que não receberam o convite, mas os órgãos de
2708 Estado, os próprios ministérios, etc. Além disso, Ministério Federal, Defensoria
2709 Pública, Judiciário, as organizações da sociedade civil, familiares, para que a gente
2710 pudesse debater esse tema com maior profundidade depois da apresentação ainda
2711 do relatório. Essas foram às coisas que eu anotei, mas aí eu vou deixar em aberto
2712 aqui, para a gente pensar os encaminhamentos, daí quem quiser pode ir levantando
2713 a mão e falando encaminhamentos para o tema. E aí, Ana Valeska levantou a mão.

2714 **Ana Valeska Duarte** - Então, sustentavam perfeitamente os encaminhamentos.
2715 Com relação à questão de enviar o ofício para o juiz da VEP, o juiz da Vale de
2716 Execuções Penais, a gente fez um ofício, logo quando a gente chegou no Rio e no

2717 Norte, de demandas jurídicas urgentes, inclusive esse ofício não foi respondido até
2718 hoje. Talvez seria o caso da gente passar para vocês, de repente, reiterar, cobrar,
2719 já que não houve resposta. Tem também ofício, isso para o juiz, não é? E ofício
2720 também foi ofício também para o Ministério Público, inclusive isso também é
2721 nominado, não é, o número dos ofícios no corpo do relatório, em relação também
2722 ao Ministério Público, que também não nos responderam, não é, como também a
2723 gente encaminhou solicitações de apuração de algumas situações, também não nos
2724 responderam e a gente, de repente, está também separando esses ofícios para
2725 vocês reiterarem também quanto comitê, não é? E em todos os ofícios, registram-
2726 se, nós encaminhamos todos, com cópia também, para o CNJ, não é, seja em
2727 relação à questão jurídica, em questão de violações, à denúncia das retaliações,
2728 assim que chegaram aqui para nós, encaminhamos com cópia para o CNJ, para o
2729 Ministério Público, para o Ministério Público, ou seja, não é, para autoridades locais
2730 também, não é, que tem o papel também de estar investigando e não houve
2731 resposta nesse sentido do Ministério Público. O CNJ deu um despacho, que
2732 recebeu, abriu o processo e deu agora um despacho recente em cima das
2733 denúncias e dos relatórios anteriores do mecanismo, considerando que esse ainda
2734 vai ser publicado, não é? Então, assim, trago apenas como uma sugestão
2735 complementar, que eu acho que talvez seja o caso de vocês também cobrarem
2736 essas respostas, a gente pode estar separando o, não é, esses números dos
2737 expedientes, para vocês estarem também reiterando e, lógico, acho pertinente
2738 também fazer o ofício para o CNJ, em relação a essa ausência de atuação dos
2739 juízes da vaga de execução penal no sistema regional, não é, a não fiscalização,
2740 não é, no decorrer desses últimos anos, dois anos, porque recebeu denúncia e
2741 mandava formulário para ser preenchido. É só isso, só apenas para complementar
2742 aqui. Obrigada.

2743 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2744 Obrigada, Ana. Patrícia.

2745 **Patrícia de Oliveira (Agenda Nacional pelos Encarceramentos)** - Além do ofício,
2746 porque, assim, é muito papel, às vezes, não é, e, assim, a justiça no Brasil trata tudo

2747 enquanto papel, não é, até as pessoas comam papel também. O que a gente
2748 também precisa marcar são reuniões, assim, vai reforçar o ofício que já foi
2749 encaminhado, não é, tudo é seita, tudo lá no sistema, a vida está no sistema, não
2750 é? Então, assim, além do ofício, é marcar reuniões. Tem que marcar uma reunião
2751 com o Flávio Dino, Ministro da Justiça, tem que marcar uma reunião com o
2752 Marivaldo tem que marcar uma reunião com um grupo de fiscalização do Ministério
2753 Público, não é, que existe um grupo de fiscalização, não é, tanto do sistema
2754 prisional, quanto, enfim, quanto ao externo da polícia, tem que marcar uma reunião
2755 com esses, com essas pessoas, tem que falar com essas pessoas, porque, assim,
2756 às vezes, o papel fica muito seco. Então, acho que a gente precisa marcar reuniões
2757 separadas. Uma outra coisa que a gente tem que ter muito cuidado, que agora a
2758 gente vive a era das câmeras, não é? Todo mundo descobriu que câmera no
2759 uniforme é bom, não é? No Rio de Janeiro, as câmeras que estão sendo
2760 implementadas, não é, e olha que eu não sou muito boa na Internet, eu não sou
2761 muito boa com isso, não é? Mas eu descobri que é o lixo da Internet. A geração do
2762 Rio de Janeiro que está sendo implementada no uniforme da polícia, ela já está
2763 ultrapassada dez vezes, não é? Então, tem que ter cuidado com isso, porque se
2764 não adianta gastar um dinheiro com uma câmera, não é, de que ela só vai gravar
2765 se o policial açãoar, ela só vai ter som se o policial açãoar, porque depois isso não
2766 vai servir de nada. Então, tem que, por exemplo, no Rio de Janeiro é Motorola, e a
2767 Motorola já é o lixo da Internet. Então, tem que ter cuidado com esse recurso que
2768 vai ser gasto com essas câmeras, tem que saber qual é a melhor, e estou falando
2769 isso porque a rede contra violência é a micro escuridão, a DPF das favelas, a gente
2770 fez um levantamento sobre isso, a gente tem falado sobre isso muito, muito, muito,
2771 muito mesmo, não é? Inclusive, a gente já andou descobrindo que algumas
2772 empresas, não é, que tem essas câmeras, alguns policiais são sócios. Por exemplo,
2773 a empresa que tem as câmeras do Rio de Janeiro é do Paraná, não é? E a polícia
2774 é, tem 90%, inclusive, até essa nuvem, que não era para ter, mas tem. Então, tudo
2775 isso tem que ter muito cuidado, porque às vezes traz, diz, ah, estamos fazendo isso,
2776 estamos fazendo aquilo, e aí depois não vai mais a frente fluir isso. Então, assim,
2777 com as câmeras, o grupo de trabalho tem que ter comitê nacional, não é, o as

2778 recomendações do mecanismo nacional, não é? Então, assim, acho que também a
2779 gente tem que deixar isso bem claro, assim, a locação de recursos públicos, federal,
2780 não é, tem que passar pelo comitê tem que passar pelo mecanismo nacional, sim,
2781 porque são recursos federais, se o comitê e o mecanismo é ligado, não é, ao
2782 governo federal, a gente tem que saber quantas, quanto que foi, quanto que deixou
2783 de ser, assim, e esse negócio de construção de unidade prisional é outra coisa muito
2784 complicada. Para construir uma unidade prisional, tem que fechar três, não é,
2785 porque, assim, sempre, nunca vai ter vaga, nunca vai ter vaga, porque quanto mais
2786 construir, mais vai prender, não é? E uma outra coisa que a gente tem que ter
2787 enquanto comitê nacional foram todos os ofícios que foram mandados, não é, para
2788 esses outros ministérios que disseram que não receberam, acho que a gente
2789 também tem que ter isso em mãos, não é, e até na reunião de amanhã apresentar
2790 no dia tal, foi encaminhado o ofício tal, tal, tal, porque aí, assim, o que a gente não
2791 tem na mão, a gente não consegue demonstrar, não é? Então, acho que é
2792 importante a gente ter tudo isso muito bem organizadinho, assim, porque é
2793 importante, assim, e a gente está falando do sistema, a gente está falando de
2794 políticas públicas.

2795 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2796 Obrigada, Patrícia. Vou passar para Gustavo, e daí acho que uma coisa que a gente
2797 pode adotar a partir daqui, independente da situação do Rio Grande do Norte ou
2798 não, eu acho que uma coisa que a Maria Clara já tinha falado, mas que acho que a
2799 gente tem que deixar consignado aqui, é que a ausência de cada membro do
2800 Ministério, ela tem que ser justificada oficialmente, não é? Então, não adianta só
2801 não vir na reunião mesmo, porque eles têm os suplentes deles, não é? Então, essa
2802 ausência tem que ser justificada tem que ser uma justificativa, não é, plausível em
2803 caso de ausência. Vou passar para o Gustavo, depois para a Maria Clara.

2804 **Sr. Gustavo –** Oi, gente, boa tarde. Vou retificar algumas das propostas que eu
2805 tinha colocado antes, e desculpa se eu estiver atropelando o plano, fazendo essas
2806 propostas, mas, enfim, qualquer tipo de discussão. Vou ter que sair, mas a Ana
2807 Karoline é aqui da FRN, e acompanha como testador também, vai poder ficar.

2808 Então, acho que ela pode ir acompanhando também depois, mas seriam três
2809 propostas de encaminhamento que a gente gostaria que vocês avaliassem. O
2810 primeiro delas é tentar fazer um diálogo com o Conselho Nacional do Ministério
2811 Público, acho que é ofício, e talvez uma reunião com o Conselho Nacional do
2812 Ministério Público e Ministério Público Federal, para que haja uma atuação no
2813 âmbito do Ministério Público Estadual, na investigação das práticas de estrutura,
2814 porque acho que isso é um desafio justo aqui no Estado, então talvez essa
2815 articulação a nível nacional contribua nesse sentido. A questão sobre a ampliação
2816 de vagas na unidade psiquiátrica, tipo hospital de tratamento, ou PCP. O Comitê
2817 Estadual já tem um posicionamento público sobre, em setembro a gente
2818 encaminhou para o Comitê Nacional, assim como encaminhou para outros órgãos.
2819 A denúncia da ampliação de vagas, em sementes do sistema de justiça, do CNJ, a
2820 gente tem uma resolução que vai contra essa ampliação no Poder Executivo
2821 Estadual, essa ampliação está em curso, como já foi dito hoje mais cedo. Então
2822 acho que seria interessante que o Comitê também colocasse o posicionamento a
2823 nível nacional em relação a isso, e considerando também que os recursos para a
2824 ampliação dessa unidade são recursos estaduais, e esses recursos podem ser
2825 realocados para outras questões, dentro do âmbito do sistema prisional, dentro do
2826 âmbito da saúde mental. Então, eu sugeriria isso, e também a questão do apoio do
2827 Comitê Nacional para a vinda, para o retorno do Mecanismo Nacional de Prevenção
2828 e Combate à Tortura ao Rio Grande do Norte, já que teve esse ofício encaminhado
2829 no dia 15, e até agora não tem uma resposta nos ministérios, para que o mecanismo
2830 possa estar aqui, porque acho que a gente vai enfrentar momentos muito difíceis
2831 essas próximas semanas, com a situação atual e com o lançamento do relatório do
2832 mecanismo, mas enfim, as minhas propostas que eu tinha colocado mais cedo e
2833 que eu reposto elas aqui são essas, e obrigado pela participação. Vamos ver se eu
2834 consigo retornar mais tarde, mas ainda não sei.

2835 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2836 Obrigada, Gustavo. Maria Clara.

2837 **Sra. Maria Clara** – Boa tarde, gente. Vocês me escutam agora? Sim. Bom, de
2838 acordo com os encaminhamentos já propostos, só para somar, eu acredito que é
2839 necessário convocar, acho que a Patrícia colocou nessa, convocar a presença do
2840 Ministro de Direitos Humanos e também do Ministro da Justiça, para que o
2841 mecanismo apresente diretamente o relatório a eles, já que não tivemos a presença
2842 desse representante, nem sequer Ministro de Direitos Humanos também nessa
2843 reunião, é essencial que eles tenham essas informações, da mesma forma que nós
2844 tivemos hoje, porque mostra a sistematicidade da situação, mostra que a crise não
2845 é de segurança pública, a crise é do sistema carcerário, mostra quanto tempo essa
2846 situação vem se agravando desde 2017, inclusive se agrava em decorrência
2847 também da má gestão, inclusive do próprio Governo Federal em encaminhar FTIP
2848 para lá, sendo que eles estão reformulando a FTIP sem a presença também desses
2849 mesmos órgãos que estão denunciando a situação, então é necessário que eles
2850 sejam sim presentes para ouvir e receber formalmente esse. Relatório mediante a
2851 apresentação dos peritos e peritos do mecanismo que fizeram essas inspeções. Eu
2852 acredito que seria bem importante essa audiência com esses dois ministros,
2853 inclusive se o Flávio Dino está se implicando diretamente nisso e falando
2854 constantemente à imprensa sobre as ações que vão ser tomadas, mas não está em
2855 nenhum diálogo com a pasta atuante do Direito Humano, e se que a pasta do Direito
2856 Humano está ouvindo internamente também o mecanismo e o comitê, então acho
2857 que isso precisa ser provocado de uma forma mais direta. Para, além disso,
2858 reiterando aqui o que o Gustavo também acabou de colocar muito grave, o
2859 mecanismo ter solicitado desde o dia 15 a ida para Enfoco, sendo que eles
2860 acompanham essa situação desde 2017, e no ano passado também fizeram essa
2861 visita super recente, solicitaram ao Ministério um apoio logístico para a ida deles e
2862 isso não teve resposta, e isso é extremamente necessário, é nosso papel enquanto
2863 comitê também reiterar essa solicitação da ida do mecanismo. Uma outra questão
2864 também é que a gente, eu acho que não sei se isso já foi colocado, o ofício a
2865 Senapem, ah está, ao Ministério da Justiça não é, sobre a alocação da véspera, já
2866 está contemplada então essa sugestão.

2867 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Se
2868 quiser, desculpa Maria Clara, se quiser complementar, pode complementar.

2869 **Sra. Maria Clara –** Não era só porque o Torquato tinha dito para enviar a Senapem
2870 especificamente, a solicitação do detalhamento da alocação das verbas para
2871 construção dos novos presídios, das novas unidades, mas aí é uma dúvida mesmo
2872 se seria mais genericamente ao Ministério da Justiça ou a Senapem. E aí uma outra
2873 questão que eu acho importante também não perder de vista é a situação das
2874 familiares que foram presas nos protestos, eu não sei se seria o caso da gente
2875 oficiar o Ministério Público, eu não sei se lá no Rio Grande do Norte tem uma
2876 promotora especializada em controle externo da atividade policial, mas mesmo que
2877 elas tenham sido liberadas em audiência de custódia, eu acredito que elas ainda
2878 estejam respondendo processos criminais, então é importante que se verifique a
2879 questão do abuso policial e na criminalização de familiares sobre esses processos,
2880 para que isso não seja deixado de lado e elas acabem tendo que ficar respondendo
2881 aí e sejam condenadas. Ótimo, Gustavo, se puder, o Gustavo colocou aí, acho que
2882 é importante acrescentar no encaminhamento, é a 19^a promotoria, o Wendell
2883 Beethoven, se tiver o contato dele melhor ainda, Gustavo. E aí, por fim, nós
2884 recebemos também essa solicitação, acho que chegou hoje pela manhã, do
2885 acompanhamento pelo comitê, a visita que vai ser realizada pelo CNDH na
2886 segunda, e aí queria colocar isso também para a deliberação, eu entendo que nós
2887 não temos recursos para ir, da mesma forma que não alocaram recursos até agora
2888 para viabilização da ida do mecanismo, então o que o CNDH está fazendo é uma
2889 ida com recursos próprios, ou seja, das organizações da sociedade civil que estão
2890 compondo o CNDH e que estão próximos aqui do Nordeste, então queria colocar
2891 também essa possibilidade de acompanharmos enquanto comitê, lá também tem a
2892 UFRN, que é um membro do comitê, nós estamos aqui também em Pernambuco,
2893 podemos viabilizar também recursos próprios na saída, não sei se outra
2894 organização do comitê também poderia participar dessa missão, com recursos
2895 próprios, já que ainda não temos, pelo menos formalmente, a viabilização dos
2896 recursos para o comitê, inclusive para a previsão dessas visitas em... Caráter

2897 emergencial, mas sem excluir a necessidade da ida do mecanismo que foi uma
2898 solicitação já anterior, para que a gente possa também se fazer presente nessa
2899 visita conjunta com o CNDH, como órgão de conselhos da sociedade civil, da pauta
2900 dos direitos humanos, e que estão em articulação com os conselhos locais também.

2901 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2902 Maria Clara está certinho aqui?

2903 **Sra. Maria Clara** – Sim.

2904 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
2905 Patrícia levantou a mão.

2906 **Patrícia de Oliveira (Agenda Nacional pelos Encarceramentos)** - Sim, eu acho
2907 importante deixar claro que o CNDH está fazendo essa movimentação em torno da
2908 sociedade civil, quem do comitê nacional quiser ir, mas a gente precisa deixar claro
2909 que o comitê nacional também quer ir, e o mecanismo vai ao Rio Grande do Norte,
2910 tem que ter recurso para isso. Independente dessa força, porque isso é uma
2911 excepcionalidade, o que a sociedade civil está fazendo nesse momento é uma
2912 excepcionalidade, não pode ser a regra. Então, acho que é importante a gente
2913 deixar isso bem claro, bem posicionado e bem marcado. Porque senão, é igual à
2914 pandemia, várias coisas aconteceram na pandemia e essa excepcionalidade está
2915 virando regra. Então, acho que a gente precisa deixar bem claro que o comitê
2916 nacional também quer ir ao Rio Grande do Norte, acompanhando o mecanismo,
2917 mas tem que ter recurso. Esse é o papel institucional, esse é o papel do governo, e
2918 tem que aportar o recurso.

2919 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2920 Sobre essa questão, eu queria perguntar para as peritas que estão aqui, que o
2921 orçamento de vocês já estava mais garantido, etc. Vocês estão pensando como?
2922 Estão pensando em ir até lá? Como que está sendo isso? Tem esse recurso para
2923 vocês?

2924 **Interlocutora não identificada** – Oi, Sofia. É assim, o nosso orçamento esse ano
2925 foi 126 mil reais, e alguns já estão definidos para algumas atividades que já vão
2926 acontecer, e no momento a gente não tem muito recurso. Não sei se a gente teria,
2927 talvez, recurso só para diárias. Estou falando do orçamento do mecanismo. Agora,
2928 uma dúvida que eu tenho, por exemplo, eu percebo que o Ministério de Gentes
2929 Humanas, quando eles vão em equipe, em missão, como foi lá em Roraima agora,
2930 foi agora também em Mato Grosso, eles vão, eles montam uma equipe grande, se
2931 caso a gente fosse com eles, eles vão, às vezes, até de avião da FAB. Não sei se
2932 o mecanismo poderia, se fossem montar realmente umas missões conjuntas, que
2933 fosse o Ministério de Gentes Humanas, MDH, mecanismo, comitê nacional, se
2934 haveria essa possibilidade, porque eu já vi algumas missões que eles vão com o
2935 avião da FAB. Aí, as diárias é que eu acho que deve ser, talvez, cada uma do seu
2936 setor, eu não sei se sairia do Ministério de Gentes Humanas, estou trazendo uma
2937 sugestão diante de outras missões que eu já vi, que já aconteceram aqui no
2938 Ministério. Atualmente, eu acho que a gente só teria, talvez, pouco recurso, um
2939 pouco para diárias, porque já está definindo para várias missões, nossa equipas já
2940 nesse ano. Não sei se eu respondi sua pergunta e também trouxe essa ideia.

2941 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2942 Deixa-me entender uma coisa aqui. Quem que está do governo aqui na reunião, por
2943 exemplo, porque o comitê tem um orçamento, que a Isadora, ela falou para a gente,
2944 desse orçamento, de R \$290 mil, que foi aprovado. E eu queria entender se tem
2945 alguém aqui, porque esse orçamento poderia ser usado também para que um dos
2946 membros do comitê fosse nessa missão específica.

2947 **Interlocutora não identificada** – R\$ 250 mil, na verdade. R \$250 mil. É só deliberar
2948 essa reunião e oficiar a Secretaria Nacional, pedindo recurso.

2949 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2950 Está, mas a missão é quando? Segunda-feira, foi isso que você falou? Mas teria
2951 esse tempo para isso?

- 2952 **Interlocutora não identificada** – Com propassagem e regime de urgência têm. E
2953 esse mesmo recurso também não poderia ser usado, então, para o...
- 2954 **Interlocutora não identificada** – O mecanismo pode pedir uma missão de
2955 urgência e aí é suplementado o recurso. Eu já tinha falado isso, inclusive.
- 2956 **Interlocutora não identificada** – Pelo que eu entendi, foi essa solicitação que foi
2957 feita no dia 15.
- 2958 **Interlocutora não identificada** – O Não, eu pedi umas missões conjuntas com o
2959 Ministério, é diferente. Uma missão de urgência do mecanismo,
- 2960 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – mas
2961 aí com os recursos do mecanismo, não do comitê, ou só do comitê?
- 2962 **Interlocutora não identificada** – Nem do comitê, nem do mecanismo. É tipo uma
2963 suplementação de recurso, um recurso extra, entendeu?
- 2964 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2965 Entendi.
- 2966 **Interlocutora não identificada** – Que as missões extraordinárias têm que ser
2967 autorizadas justamente porque elas não estão previstas no planejamento financeiro.
2968 Porque, óbvio, é extraordinário, não é?
- 2969 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2970 Pode falar.
- 2971 **Interlocutora não identificada** – De fato, não tem como estar previsto no
2972 orçamento do mecanismo algo que não foi esperado mesmo. Que ele põe na
2973 previsão orçamentária as missões ordinárias, não é? Que eles planejaram fazer.
- 2974 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2975 Você pensando aqui, estrategicamente, eu não sei. A Ana está aqui em nome da

2976 UFRN, não é? Eu não sei, vocês por estarem aí no Rio Grande do Norte, se vocês
2977 poderiam participar dessa inspeção, por exemplo.

2978 **Sra. Ana** - Oi, gente, estão me ouvindo? Sim, eu penso que sim. A depender da
2979 data, do horário, é possível.

2980 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Não
2981 está funcionando. Eu não sei se você está com a câmera. Oi? Espera aí. Bárbara,
2982 pode falar. Pode falar. A câmera não está funcionando, mas Bárbara vai falar.

2983 **Sra. Barbara Suelen Coloniese** - Não, então... Eu estou acompanhando aqui, não
2984 é? Eu acho importante que a gente possa, não só... Claro, fazer essa deliberação,
2985 porque é super importante à participação de todos os atores. Acho que o Comitê
2986 Nacional também é super importante, mas a gente tem que desenhar um pouco
2987 essa missão. O mecanismo estava construindo uma coisa talvez um pouco diferente
2988 do que está sendo proposto. Não é só ir até lá e fazer uma articulação institucional,
2989 não. A gente quer acompanhar e precisa acompanhar de perto a perspectiva da
2990 atuação da FTIP. Por mais que o Torquato venha, diga a coisa, ir para e focou o
2991 peito, a gente precisa ir lá também para olhar a situação dessas pessoas. Aqui, pelo
2992 mecanismo, a nossa avaliação é impossível até o Rio Grande do Norte não voltar,
2993 sobretudo em Alcaçuz, para ver o que está acontecendo. Só para fazer reuniões,
2994 não achamos prudente. Não vamos ir até lá para não ver de um loco. Tem que ver
2995 se essa agenda é de um dia, de dois dias, porque, pelo que eu ouvi falar, de um dia,
2996 tem que ver se dá conta. Queria só dizer que é melhor a gente desenhar. Se for
2997 acontecer de forma conjunta, que é o nosso pedido, desde o dia 15 de março, acho
2998 que é bom a gente afinar e alinhar um pouco essas questões, porque até lá e não
2999 ir para Alcaçuz, acho que é bem complicado.

3000 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
3001 forma conjunta que você está falando, Bárbara, vocês pensaram em quem?

3002 **Sra. Barbara Suelen Coloniese** - Principalmente naquele ofício que eu citei do dia
3003 15, a gente mandou para o Ministério, para o Sr. Ministro, para a Secretaria Nacional

3004 de Proteção Global, para o Nacional de Direitos Humanos e para a Coordenação
3005 de Combate à Tortura, que poderiam fazer esse link com o comitê, tinha esse
3006 momento de hoje, para ver se o comitê também participaria dessa inspeção. A gente
3007 também está falando com a ADP1 e com o Ministério Público Federal. Então seriam
3008 esses atores, mas para não deixar de acompanhar de fato essa atuação. Porque
3009 sempre começa com essa narrativa de que está fazendo afora. Aí quando a gente
3010 chega no espaço está extremamente dentro. Então a gente tem que estar lá para
3011 constatar isso.

3012 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** O
3013 Sim, mas aí também imagino, de fato, concordo de acordo com você, mas uma
3014 missão que já tem uma data pré-determinada e que a gente está falando aqui
3015 publicamente, outras pessoas sabem também e a gente sabe como isso pode
3016 acontecer na prática. Se você chegar lá com uma data que todo mundo sabe, as
3017 violações, enfim, talvez a gente possa apurar coisas porque as marcas no corpo
3018 vão ser muito recentes e isso vai dar para ser apurado, mas eu acho que é isso.
3019 Acho que tem que tomar cuidado com essas coisas. Só que infelizmente, de novo,
3020 as pessoas que poderiam estar aqui nessa reunião, que poderiam dar respostas
3021 mais institucionais para a gente, por exemplo, a Rita, ela não está, o Bruno, que é
3022 o ouvidor, também não está. Então acho que a gente está aqui discutindo entre a
3023 gente, a gente delibera entre a gente, mas assim, pessoas que poderiam dar
3024 respostas mais objetivas para essa questão continuam não estando aqui. E isso eu
3025 vou deixar aqui porque está sendo gravado, etc. Eu não sei se vocês se lembram,
3026 quem participou da reunião na sexta-feira passada, quando a gente a Maria Clara
3027 falou da questão do Rio Grande do Norte, a Isadora, ela pontuou que não teria
3028 problema nenhum que o ministro não estivesse, inclusive porque a Rita era uma
3029 pessoa que estava muito à frente do que estava acontecendo e o Bruno também. E
3030 eles sabiam que ia acontecer essa reunião e não estão aqui. E aí, não só não estão
3031 aqui na parte de amanhã, assim como eles souberam que estava acontecendo a
3032 reunião, e não estão presentes na parte da tarde também. Então eu só estou
3033 deixando registrado aqui porque é importante a gente ter isso documentado aqui,

3034 que está sendo gravada a reunião. Eu vou passar a palavra para a Maria Cecília,
3035 não sei se vocês estão juntas todas e vocês falaram já ou era outra fala?

3036 **Sra. Barbara Suelen Coloniese** - Não, só para terminar. Eu acho que o que tinha
3037 que ser aqui deliberado, o mais interessante é que em aprovando uma missão
3038 conjunta, vamos fazer um GT fora daqui para dialogar, porque tem muitas coisas
3039 para serem desenhadas. Como isso já está desenhado? Está desenhado a partir
3040 do quê? A gente tem muitas idéias, então se a gente vai fazer missão conjunta,
3041 precisa de um diálogo conjunto. Então que a gente se for deliberar por isso, que a
3042 gente faça um subgrupo para fazer todas essas questões, incluindo datas, porque
3043 a gente não está sabendo dessa data, enfim, está um pouco... Acho que a gente
3044 precisa... Deliberar o que vai fazer, vai ser conjunta, sai um grupo daqui, vai fazer
3045 essa conversa fora daqui.

3046 **Interlocutora não identificada** – É... Patrícia...

3047 **Patrícia de Oliveira (Agenda Nacional pelos Encarceramentos)** - Assim, eu
3048 fiquei com uma dúvida, assim, eu não estava sabendo que tinha chegado um ofício
3049 para o Comitê Nacional para fazer uma ação conjunta, assim, acho que isso me
3050 escapou em algum momento. E eu acho também que a gente precisa colocar uma
3051 coisa que me... E aí eu vou falar de novo do passado, não é? É... O fato do Comitê
3052 Nacional não ter acesso ao e-mail do Comitê Nacional, isso é muito ruim. E aí agora
3053 tem o e-mail da vice-presidência, então, assim, todas as comunicações precisam
3054 ser encaminhadas para a vice-presidência, porque, assim, muitas vezes quem
3055 detém a informação tem o poder na mão. Então, assim, a gente fica meio perdido,
3056 a gente fica se repetindo, a gente fica falando, e aí, assim, não dá para ser assim.
3057 E, assim, eu entendi que é uma ação do Conselho Nacional. Beleza, não é? Mas
3058 também não dá para articular uma coisa de hoje para segunda-feira. Precisa ser
3059 bem planejado, precisa ser articulado, precisa se pensar muito bem ponto a ponto.
3060 E muito sinceramente, também, ter o cuidado de não fragilizar quem é do Rio
3061 Grande do Norte, porque não adianta nada botar as pessoas do Rio Grande do
3062 Norte, do Comitê do Rio Grande do Norte, se eles estão lá dia a dia, se o comitê de

3063 Iá vem falando, falando, falando, falando, falando, e eles não são ouvidos. Não é?
3064 Então, assim, não é para enfraquecer o Comitê do Rio Grande do Norte, é para
3065 fortalecimento. Então, é uma ação conjunta. E eu também queria saber qual foi a
3066 resposta do ministro, porque, assim, eu não sei a resposta do ministro sobre essa
3067 solicitação do mecanismo nacional. Eu acho que tudo que precisa ser dito, eu acho
3068 que tudo precisa ficar bem pontuado e bem claro, que não está. Sabe? É, não está.
3069 Como a Sofia falou, a Isadora falou na reunião, e assim, e é o que eu falo. Para
3070 mim, as práticas demonstram várias coisas. A não participação, assim, o
3071 desprestígio do Comitê Nacional começou há muito tempo. Começou há muito
3072 tempo. Não é prioridade. O sistema prisional, a cadeia, não é prioridade. Então,
3073 acho que a gente tem que fazer para todos que isso vai ser uma prioridade. E o
3074 papel da sociedade civil é cobrar mesmo. É cobrar. E o papel do governo é fazer. E
3075 lembrando que, na posse, o governo Lula falou que era um governo de diálogo, que
3076 era para a sociedade civil ficar cobrando, cobrando, e é isso que a gente está
3077 fazendo. E a gente vai cobrar. E aí, eu quis entender essas solicitações. Eu acho
3078 que precisa ser planejado. Precisa ser uma ida do Comitê Nacional, mas precisa ter
3079 uma articulação feita com antecedência.

3080 **Interlocutora não identificada** – uma questão de ordem. O mecanismo não pediu
3081 uma missão com o Comitê. O e-mail foi encaminhado para a Coordenação Geral,
3082 para encaminhar para o Ministério. Era uma missão conjunta com o Ministério.
3083 Então, nós não deixamos de encaminhar nada que era do Comitê para o Comitê.
3084 Tudo que chega no e-mail do Comitê, desde que eu estou aqui, eu peço para
3085 encaminhar para todos os membros da sociedade civil do Comitê. E essa do
3086 Conselho Nacional de Direitos Humanos chegou ontem à noite. E aí, hoje à cedo, a
3087 Débora viu e encaminhou para todos os membros do Comitê. Então, não foi pedido
3088 uma missão conjunta com o Comitê, e a gente não comunicou o Comitê. Agora, se
3089 a partir dessa reunião, o Comitê e o Mecanismo forem fazer uma missão conjunta,
3090 aí é uma articulação do Comitê e do Mecanismo. Já não tem... O Ministério não tem
3091 que se intrometer, a não ser na questão de discutir recursos, meios, essas coisas.

3092 **Interlocutora não identificada** – Sim.

3093 **Interlocutora não identificada** – Eu acho assim... Eu estou falando isso porque
3094 as coisas vão ficar claras. A Patrícia demandou que as coisas fiquem claras, então
3095 vamos deixar as coisas claras para todos os lados, porque tem que cobrar mesmo,
3096 mas tem que cobrar dentro do que está rolando, porque senão fica complicado. Fica
3097 bem complicado, mas eu também acho que tem que tomar cuidado para não
3098 fragilizar as entidades do Rio Grande do Norte, as pessoas do Rio Grande do Norte.
3099 E em relação aos encaminhamentos, depois eu queria incluir uma coisa em relação
3100 à proteção daquela familiar, uma das familiares que falou.

3101 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Eu já
3102 te passo a palavra para isso, Ana? Só uma questão aqui, vou passar para todo
3103 mundo que está aqui na lista. Eu acho que tem que observar todos esses pontos, e
3104 assim, isso é a minha opinião, eu acho que o Comitê nesse momento está
3105 enfraquecido, porque a gente não tem a composição completa, a gente está aqui
3106 enquanto sociedade civil, e eu acho que seria importante, se essa missão fosse
3107 acontecer mesmo de fato, que fosse uma missão conjunta com o Ministério de
3108 Direitos Humanos. O que a gente precisa, na minha opinião, é do ministro se
3109 manifestando. Ele não se manifestou até agora, então a gente precisa da
3110 manifestação dele, a gente precisa que ele vá lá e veja, a gente precisa que ele veja
3111 o relatório, porque uma coisa é a gente fazer a reunião aqui, e tudo bem, a gente
3112 está, o pleno está aqui, a gente tem coro para reunião e a gente delibera o que a
3113 gente quiser no final dos contos, porque a gente está em maioria, e é isso, só que
3114 isso tem um peso político muito diferente do ministro estar aqui, da suplente do
3115 ministro estar aqui, e deles estarem no Rio Grande do Norte. Então, eu não sei se
3116 faz sentido, ainda que a gente, e acho que isso é para a gente pensar aqui, não é,
3117 a nossa representação enquanto comitê é nesse lugar, desse jeito, não é, então eu
3118 acho que sim, eu acho que a gente tem que, se for para fazer essa missão conjunto,
3119 etc., e daí eu acho que um dos encaminhamentos que foi dado pela Patrícia, e
3120 sugestão de outras pessoas também, que são as reuniões, essas reuniões
3121 unilaterais, que eu não sei o quanto que a gente vai conseguir essas reuniões
3122 unilaterais, porque até agora a gente conseguiu uma única reunião com o ministro,

3123 que ele ficou menos de uma hora na reunião, então, assim, eu acho que isso tem
3124 que estar posto nesse cenário aqui, que a gente precisa de uma força política, não
3125 é, nesse lugar. Eu vou passar agora para a Fernanda da ANADEF.

3126 **Fernanda ANADEF (Convidado)** - Obrigada, presidente. Bom, eu vou colocar
3127 antes aqui, de fazer os encaminhamentos, umas questões que eu não sei se a gente
3128 já fez o registro, se tiver feito o registro, eu já me desculpo por antecipação. A
3129 primeira questão, se a gente vai fazer, hoje ou não, a posse do Conselho de
3130 Enfermagem e da AJD, ainda que seja por uma questão de registrar que, não é,
3131 que tomaram posse e por isso fizeram parte do quorum. A segunda questão, Nana,
3132 eu não sei, eu não entendi, na verdade, qual foi o nexo de causalidade da não
3133 presença dos membros do governo, se foi só pela questão do diário oficial ou se,
3134 de fato, foram todos comunicados e convocados, mas que não vieram porque não
3135 quiseram. Eu não sei se isso teve uma inter-relação ou não. E até pergunto isso,
3136 porque se tivesse sido só a questão do diário oficial, para esclarecer se amanhã
3137 todos têm um compromisso de comparecer ou não, para que a gente saiba se a
3138 reunião hoje foi esvaziada de forma proposital, se teve um fundamento jurídico e se
3139 amanhã vai ser da mesma forma, não é, de maneira que a gente possa entender
3140 também se vai prosseguir ou não com os outros temas de pauta. Então, essas duas
3141 questões de ordem antes, não é. Primeiro, registrar porque que os membros do
3142 governo não estão presentes, não é, se foi só a questão do diário oficial ou se, de
3143 fato, não houve convocação de todos. E pergunta tem esse, porque o Torquato, na
3144 reunião da parte da manhã, falou que o secretário Rafael não tinha conhecimento,
3145 ou que foi por uma questão de agenda, parecia um erro de comunicação, não é.
3146 Então, acho que essa questão precisa ficar pontuada e registrada na ata e na
3147 reunião, porque dessa ausência massiva. E sobre essa posse, não é, formalizada,
3148 não é, como uma questão precedente para a configuração de fórum. A terceira coisa
3149 que eu coloco aqui para vocês é, primeiro, não é, como a Sofia colocou e outros
3150 membros também e outras pessoas que falaram, a necessidade realmente de ter
3151 uma reunião extraordinária, não é. Repito o que eu falei de manhã, um comitê é um
3152 espaço público, onde as pessoas da sociedade civil estão presentes para

3153 deliberação, mas também aqueles interessados vêm e colocam a sua voz para ser
3154 ouvida no espaço público. E o espaço público aí só se configura com a sua
3155 importância e o seu valor se os membros do governo estão. Se não estão, o
3156 enfraquecimento desse espaço é notório, é evidente. Então, de repente, a reunião
3157 extraordinária seria um movimento de mais urgência, não é, para que tudo que foi
3158 colocado aqui seja, de fato, ouvido e tenha, de fato, a resposta necessária. Não sei
3159 quanto tempo poderia ser feito em relação a isso e nessa reunião extraordinária
3160 poderia ser questionado tanto do Ministério da Justiça, do Ministério de Direitos
3161 Humanos, dos outros ministérios, secretarias, sobre FTIP, sobre familiares nos
3162 protestos, sobre as outras demandas todas, inclusive o esclarecimento sobre essas
3163 missões que estão sendo articuladas, seja com o CNDH, o Ministério dos Direitos
3164 Humanos, ou só o Ministério dos Direitos Humanos, para a gente saber realmente
3165 o que está sendo já feito em relação ao Rio Grande do Norte e o que precisa ainda
3166 ser feito. Inclusive com o chamamento dos atores locais, Defensoria Pública,
3167 Ministério Público, CNJ, etc. Então, primeiro, eu reforço a necessidade de se ter
3168 uma reunião extraordinária para conversa e diálogo com esses atores, seja dos
3169 ministérios e secretarias, seja com os atores locais e se evidenciar o que está sendo
3170 feito ou não. O segundo encaminhamento, que sejam expedidos ofícios sobre as
3171 demandas específicas que eu acho que foram trazidas aqui. A gente teve um
3172 momento de oitiva muito longo e pode ser que eu não tenha ouvido errado, pode
3173 ser que eu tenha ouvido errado, então até peço a ajuda dos atores que estavam
3174 aqui, locais, caso eventualmente eu fale alguma coisa equivocada, mas me parece
3175 que algumas premissas foram colocadas como imediatas, como restabelecimento
3176 imediato da visita íntima, o imediato restabelecimento da água nos
3177 estabelecimentos, ingresso da Cobal, que eu não sei como é o nome que se refere
3178 no local do Rio Grande do Norte, e eventualmente caso haja outra demanda
3179 imediata, que me parece também, esse é o outro ponto que eu não sei, para mim
3180 não ficou claro se a FTIP de fato está dentro das unidades, o Torquato falou que
3181 não está dentro das unidades prisionais, mas ao mesmo tempo a Sociedade Civil
3182 falou que a FTIP está dentro das unidades prisionais, então caso realmente esteja,
3183 a imediata interrupção da atuação da FTIP nas unidades prisionais, considerado

3184 toda a narrativa de tortura que foi trazida, então esses ofícios seriam os pedidos
3185 tanto para a Secretaria Estadual, a Juíza Local, CNJ, e aqui o Ministério da Justiça,
3186 e o antigo DPEN, que agora tem um outro nome, que é CENAPEM, CENAPEM,
3187 CENAPEM.

3188 **Interlocutora não identificada – Fernanda?**

3189 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Alguém falou alguma coisa?

3190 **Interlocutora não identificada –** Você poderia só repetir para quem que vão ser
3191 emitidos esses ofícios?

3192 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Claro, para a Secretaria Local, responsável
3193 pelas unidades prisionais, eu imagino que seja, não sei se deve o nome da
3194 Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Justiça, não sei o nome
3195 da Secretaria Local do Rio Grande do Norte, para o Ministério da Justiça.

3196 **Interlocutora não identificada –** Eu posso esclarecer, Fernanda, é a CENAPEM,
3197 eu vou botar aqui a sigla, está?

3198 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Beleza. CENAPEM em âmbito nacional ou
3199 estadual?

3200 **Interlocutora não identificada –** Em âmbito nacional.

3201 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Em âmbito nacional, CENAPEM, não é? Em
3202 âmbito estadual é?

3203 **Interlocutor não identificado –** CEAP.

3204 **Interlocutora não identificada –** CEAP.

3205 **Fernanda ANADEP (Convidado)** – Administração CEAP, beleza. Para a Juíza
3206 Local, pode ser Ministério Público e Defensoria Local também, e para o Ministério

3207 de Direitos Humanos, não é? Como alerta para quê? Juiz da PEP. Juiz da PEP,
3208 sim.

3209 **Interlocutora não identificada** – O caso é a Secretaria Estadual de Direitos
3210 Humanos, não é? Que é um nome enorme, que ninguém decora, porque ela tem
3211 voto no... Essa aqui mesmo? Eu acho que é.

3212 **Interlocutor não identificado** – Secretaria de Estado das Mulheres, Juventude e
3213 Igualdade Racial e Direitos Humanos.

3214 **Fernanda ANADEP (Convidado)** – CEAP, CENAPEM, não é? Que é o nacional.
3215 A Secretaria Estadual de Direitos Humanos, a Juíza da PEP, Defensoria Estadual,
3216 Ministério Público Estadual, e aqui o Ministério de Direitos Humanos, não é?
3217 Consignando que esses são direitos das pessoas privadas de liberdade, e a recusa
3218 a esse direito de forma dolosa ou a omissão em garantia, não é? É passível de
3219 caracterizar tortura. Então, para fins de conhecimento dessas autoridades, porque
3220 tomem as medidas necessárias, só que apenas elas responderem também por
3221 tortura, não é? E por último, colocar aqui uma questão, que eu sei que muitas
3222 pessoas narraram aqui a necessidade de missão conjunta, uma nova missão do
3223 mecanismo, como o Ministério de Direitos Humanos, não é? E as outras entidades.
3224 E até pergunta aqui a Bárbara e as demais representantes do mecanismo nacional,
3225 sobre a seguinte questão. Me parece que o relatório de vocês, que é recente, já traz
3226 muita informação sobre o que está errado lá no Rio Grande do Norte. E aí, eu não
3227 sei se a partir do relatório de vocês já seria suficiente, por exemplo, para criar uma
3228 espécie de comitê de crise, não é? Com articulação interinstitucional, de maneira a
3229 enfrentar esses desafios e acompanhar as medidas e talvez as recomendações que
3230 vocês no mecanismo já fizeram. Então, eu não sei se isso seria mais adequado
3231 tomar já o relatório de vocês e do comitê estadual como base, não que fique
3232 afastado da visita ao local, mas eu fico preocupada de uma nova visita ser colocada
3233 como prioridade e deixado de lado que já se tem de informação que poderia já gerar
3234 uma série de medidas e acompanhamentos do que vocês já sugeriram. Então, até
3235 no sentido que a Bárbara sugeriu, que tivesse um grupo de trabalho, não sei se aqui

3236 pelo comitê, se poderia sugerir ao Ministério de Direitos Humanos e ao Ministério
3237 da Justiça, a criação emergencial de um comitê de crise com articulação
3238 interinstitucional e presença obrigatória do Mecanismo Nacional, do Comitê
3239 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Comitê Estadual do Rio Grande do
3240 Norte, para enfrentar todos os desafios relacionados à tortura e acompanhar as
3241 medidas e recomendações já realizadas até agora. Não sei se eu queria ouvir o
3242 pessoal do Mecanismo Nacional, se essa seria uma sugestão que seria pertinente
3243 eventualmente, ou se realmente preferem ir lá novamente com o Ministério de
3244 Direitos Humanos e a Coordenação Nacional e os outros atores. Obrigada,
3245 Presidenta.

3246 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3247 Obrigada, Fernanda. Acho que a Fernanda colocou duas questões que eram de
3248 ordem aqui, além de todos os encaminhamentos que ela propôs, e acho que a gente
3249 poderia, primeiro, rapidamente, não é, acho que a posse tanto do Conselho Federal
3250 de Enfermagem quanto da JDD, ela pode ser feita a partir do momento que a gente
3251 contou, ela fez a contagem do quórum, não é, e pode ser publicada amanhã. Então
3252 a gente pode considerar já que foi feitas essa posse, e amanhã a gente, enfim, não
3253 é, se tiver alguém aqui do governo, não sei, também pode fazer aquela coisa mais
3254 solene, etc., e tal.

3255 **Sra. Luísa (Secretaria de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos**
3256 **Humanos do Estado) -** Boa tarde. Estão me ouvindo?

3257 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Sim.
3258 Quem é?

3259 **Sra. Luísa (Secretaria de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos**
3260 **Humanos do Estado) -** Eu me chamo Luísa e eu sou da Secretaria de Mulheres,
3261 Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Estado. Sandra, que é a titular
3262 da nossa coordenadoria, ela hoje precisou fazer um exame que não deu para
3263 participar, que foi uma endoscopia, e me pediu para participar, é a primeira vez que

3264 eu participo, mas eu estou escutando os questionamentos de vocês, e eu queria só
3265 informar, eu acho que eu informei na mensagem, que foi instalado um comitê de
3266 crise aqui no Estado, e os nossos secretários, todos estão exatamente em uma
3267 reunião neste momento, neste comitê, por isso não estão aqui. Eu fico aqui na
3268 escuta, estou anotando algumas coisas para exatamente passar para eles quando
3269 amanhã eles estiverem na secretaria.

3270 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3271 Estão bom. Obrigada. Se você puder colocar aqui no Chat quem que está fazendo
3272 parte dessa articulação, acho que seria importante para a gente pensar aqui nesse
3273 comitê de crise).

3274 **Sra. Luísa (Secretaria de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos**
3275 **Humanos do Estado) -** Esse comitê de crise foi instalado já no Estado, e está sendo
3276 visto as situações, tanto na área dos presídios, quanto na área das pessoas que
3277 foram prejudicadas nesses atos, população no caso.

3278 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3279 Obrigada. Então, eu acho que é isso, é importante a gente, porque às vezes a gente
3280 acaba atropelando... Oi?

3281 **Interlocutora não identificada** - Desculpe, só um minuto, eu acho que é importante
3282 que a representante da Secretaria de Direitos Humanos esclareça do Estado quem
3283 são, liste as entidades que compõem o comitê. Eu queria reforçar isso. Eu queria
3284 reforçar seu pedido, porque Gustavo já vai falar, dizendo como foi a participação do
3285 comitê estadual, que eu acho importante também a gente conversar sobre isso. Eu
3286 não sei quem são as instituições que estão neste comitê, que foi instalado essa
3287 semana ou semana passada, e como eu falei, eu estou aqui para ouvir pela minha
3288 coordenadora, que é ela quem participa de todas essas reuniões. Então, eu fico
3289 devendo o que... Mas posso passar aqui a mensagem para o secretário? Ele tem
3290 condição de responder isso, mas, assim, é só para informar que o Estado está
3291 também fazendo alguma coisa extra no comitê, não é? Para avaliar tudo isso.

3292 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Seria
3293 importante se você conseguisse aqui ao longo da reunião o nome, enfim, das
3294 organizações, dos órgãos, enfim, que estão compondo esse comitê, porque tem
3295 várias organizações aqui que acho que você só entrou agora na reunião, nesse
3296 período da tarde, mas várias outras organizações que estavam aqui, que estão
3297 acompanhando a situação, acham que talvez não tivessem conhecimento **Sra.**
3298 **Luísa (Secretaria de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos**
3299 **Humanos do Estado)** - desse comitê, porque talvez não foram chamadas para
3300 participar desse comitê, etc. Então, acho que seria importante a gente saber dessa
3301 articulação. Amanhã participou também uma pessoa da CPDH, que é a nossa
3302 coordenadoria, que é a GENI, exatamente para a gente ouvir e repassar isso para
3303 os nossos secretários que estão nesse momento direto em reunião, não é? Assim,
3304 fica complicado, porque o Estado também precisa se articular dentro dele, não é?
3305 De forma assim, é uma reunião longa e a gente, eu participei de uma de manhã, e
3306 hoje, e agora tarde, eu estou participando ouvindo esse questionamento, mas eu
3307 vou tentar ver aqui se eles conseguem me responder quem são os atores desse
3308 comitê.

3309 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
3310 Obrigada. Nana, então, essa questão, só que a Fernanda tinha colocado aqui, eu
3311 acho que a gente... Enfim, a questão da posse, ela pode ser feita, não é? A posse
3312 é um ato mais solene do que... Como é que fala?

3313 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
3314 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - A posse é um ato mais solene, o que importa
3315 é a publicação entendeu? Está, mas então, aí, já pode publicar que a JD e o
3316 Conselho tomaram posse e já fizeram parte do quórum dessa reunião, não é?

3317 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - A gente está entendendo que não precisa ter
3318 tido a publicação, que basta a indicação, não é? E, então, acho que já tem o quórum.

3319 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Está,
3320 não, só para deixar consignado. E aí, a outra pergunta que ela tinha...

3321 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - É o que a gente fez no início da reunião, quase,
3322 da semana passada.

3323 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - E aí,
3324 só a outra pergunta, só porque daí acha que também isso já deixa consignada, a
3325 gente segue para a lista aqui de pessoas. Todos os membros que vão compor, que
3326 ainda não foram nomeados, enfim, mas os ministérios que compõem o comitê, eles
3327 foram chamados para a reunião, não é?

3328 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Foram.

3329 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)**
3330 Quando os pedidos de indicação dos membros foram encaminhados, junto com
3331 eles, já foi encaminhada a data da reunião. Mesmo aqueles que não fizeram a
3332 indicação ainda receberam o convite para a reunião?

3333 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Receberam, porque foi encaminhado junto
3334 com o e-mail do pedido da indicação.

3335 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Está,
3336 entendi. E não teve nenhuma justificativa? A primeira data, não é? A primeira data,
3337 porque o calendário ainda seria aprovado. Está, mas não teve nenhuma justificativa
3338 formal para eles não terem comparecido. Não tenha chegado via CEI até o
3339 momento, eu não tenho nada. Está. Eu vou passar para a Maria Clara.

3340 Em relação aos membros do Ministério de Direitos Humanos, eu posso dizer, não
3341 é? Que depois que eu falei com você, eu acho que houve uma, porque eu não
3342 estava meio confusa, houve uma falha de comunicação. Acho que a Rita entendeu
3343 que ela precisaria só estar amanhã. Por causa da questão da posse, essas outras
3344 coisas, mas, e o Bruno foi dispensado da suplência do Ministério de Direitos

3345 Humanos, porque avaliou-se que poderia gerar um conflito de competência e
3346 prejudicar a autonomia dos dois órgãos, tanto da ouvidoria quanto do comitê.

3347 **Fernanda ANADEP (Convidado)** - Então, quem está pelos Direitos Humanos é
3348 você, a Rita e a Ana Lúcia, é isso? Isso. É um quadro completo de pessoal, porque
3349 nós não temos um quadro completo de pessoal. Nós não temos nem gente para
3350 indicar a posse suplente porque a gente literalmente não tem gente. Está.

3351 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Maria
3352 Clara? Retomando aqui, então, os encaminhamentos, eu estou de acordo com a
3353 criação do GT com o comitê e do mecanismo para tratar da missão, mas eu acho
3354 que é importante a gente entender a resposta do Ministério quanto à solicitação da
3355 visita, porque isso é bem importante para entender como que o Ministério também
3356 está lidando com essa questão, já que tudo que a gente está tentando colocar até
3357 a forma como foi tratada a reunião, considerando que tinha esse ponto de pauta,
3358 enfim, e o fato de não terem respondido também o ofício do mecanismo, acho que
3359 é fundamental entender isso. A outra questão é o ofício que chegou hoje pela manhã
3360 com a solicitação da participação do comitê nessa visita do CNDH. E aí eu queria
3361 pedir para o Gustavo e para a Juliana que falem um pouco sobre essa solicitação,
3362 a necessidade, como visualizam que pode contribuir. Eu entendo extremamente
3363 necessária a ida do mecanismo lá. Eu acho que uma coisa não exclui a outra, mas
3364 entendo que tem articulações importantes a ser feito também paralelamente, como
3365 forma de dar maior visibilidade, potencializar também o trabalho que está sendo
3366 feito lá no local, mas eu acho que é relevante entender o que os movimentos de lá
3367 que fizeram essa solicitação pensam sobre isso para a gente debater melhor aqui.
3368 Oi, então?

3369 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - É a
3370 Ana agora.

3371 **Juliana (Coeduce)** - Ah está. Foi mal. É que eu estou pelo celular e é muito ruim
3372 de ver a ordem, mas então é a Ana. Como é que está a ordem, por favor?

- 3373 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3374 Espera, mas quem é você?
- 3375 **Juliana (Coeduce) -** Desculpa, eu não estou vendo. Juliana do Coeduce.
- 3376 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -** Ah,
3377 está. É a Ana, o Gustavo e você.
- 3378 **Juliana (Coeduce) -** Ah, beleza.
- 3379 **Fernanda ANADEP (Convidado) -** Eu vou pedir para que o Gustavo e a Juliana
3380 falem primeiro, porque meus pontos vão se referir ainda a uma colocação muito
3381 passada. Eu acho que é importante que eles peguem o quente dessas solicitações
3382 da Agora, inclusive em relação ao comitê de crise, por favor. Está,
- 3383 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3384 Então o Gustavo, na sequência a Juliana.
- 3385 **Sr. Gustavo –** Certo. Gente, eu vou falar sobre o Governante de Gestão Integrada,
3386 e Juliana fala sobre essa questão do CNBH. Respondendo a Luísa, o Governante
3387 de Gestão Integrada que foi instituído aqui no Estado é um gabinete de gestão. Não
3388 tem participação da sociedade civil pelo menos parte do coeduce e comitê de baixa
3389 estrutura, não fazem parte desse espaço. A gente a uma semana, não é. Quando a
3390 crise se instalou, a gente fez uma nota pública com uma recomendação que fosse
3391 criado o gabinete de gestão de crise, para que fosse acompanhado a questão do
3392 sistema prisional em particular, mas nunca tivemos resposta sobre isso. Que a
3393 gente conseguiu, conselho estadual dos direitos humanos e conselho estadual,
3394 comitê estadual de prevenção e combate à tortura e, foi participar de uma reunião
3395 desse gabinete de gestão integrada, que a gente não teve nem acerto e de direito
3396 a fala, foi uma reunião que foi para o ministro Fábio Dino, falar que vai fazer entre
3397 as coisas, a ampliação de uma unidade prisional agente não pode me responder,
3398 então assim eu cheguei como estava se falando disso, alguém tinha pedido mais

3399 informações e Anna pediu para eu falar, esse é o cenário as sociedades de civil não
3400 está na gestão dessa crise, só para responder o questionamento.

3401

3402 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Vou
3403 passar para Juliana, mas então eu acho que fica mais evidente ainda que a criação,
3404 a importância da criação com a participação das organizações locais, de fato talvez
3405 a gente possa até oficial e já que existe um e a representante que está aqui como
3406 ouvinte e etc. Talvez a gente pode oficial para entender tem que compõem
3407 oficialmente a esse comitê, então eu acho que esse é um dos encaminhamentos,
3408 também para entender para entender tem que está ali.

3409

3410 **Juliana (Coeduce)** - Eu só perdi o começo, oficial quem?

3411

3412 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
3413 Oficial esse, eu acho que... Gabinete de comitê, de crise que foi instalada no estado,
3414 que a colega comentou o aqui agora, e que hoje mais membros e autoridades locais
3415 não estavam sabendo que não foram convidadas, então disse que já teriam, não se
3416 é um GT ou se é um comitê eu não sei exatamente o nome, mas acho que a
3417 Secretaria de estado.

3418

3419 **Interlocutora não Identificada** - É um gabinete de gestão, Sofia. Não é um comitê
3420 de crise, é um gabinete de gestão integrada de crise.

3421

3422 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Isso,
3423 só do governo.

3424

3425 Está, só para gente entender que faz parte desse gabinete, oficialmente obrigada.

3426

3427 Só um instante, é que sobre isso ela falou que é só do governo, eu entendi que
3428 desde já não a participação da sociedade civil, é isso? Eu acho que a gente poderia
3429 já incluir na recomendação que tivesse a participação da sociedade civil.

3430

3431 **Interlocutora não Identificada** Pronto, a Fernanda já colocou aí no Chat a
3432 informação sobre o gabinete, isso aí.

3433

3434 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Bom,
3435 acho que pode acertar a informação de que compõem o gabinete e a recomendação
3436 para que seja convidada a organização da sociedade civil, para compor o gabinete.

3437

3438 **Interlocutora não Identificada** - Desculpe.

3439 **Interlocutora não Identificada** - É o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à
3440 Tortura, com direito à voz e voto, não por genericamente, só por Organizações da
3441 Sociedade Civil, mas foi expressamente o Comitê Estadual de Prevenção e
3442 Combate à Tortura, entendeu?

3443 **Interlocutora não Identificada** - Pode ser. Pelo que o Gustavo narrou, não é? Da
3444 forma que aconteceu, não é?

3445 **Interlocutora não Identificada** - E o Coeduce também, Ana, acho importante.

3446 **Interlocutora não Identificada** - Está.

3447 **Interlocutora não Identificada** - O Coeduce é o Comitê Estadual. É o Comitê
3448 Estadual. Não, é porque, não, desculpe.

3449 **Interlocutora não Identificada** - Um é o Comitê Estadual de Prevenção e Combate
3450 à Tortura e o outro é a Comissão, é o Conselho Estadual de Direitos Humanos e
3451 Cidadania.

3452 **Interlocutora não Identificada -** Desculpa.

3453 **Interlocutora não Identificada -** Eu só pedi a questão de ordem porque eu acho
3454 que seria mais importante do que perguntar, não precisa perguntar mais, eu acho
3455 que a gente pode até mandar, talvez, uma informação mais oficial, um documento
3456 mais oficial do Estado na composição do gabinete, acho que facilmente a gente
3457 consegue entender isso. Então, para não demorar muito nessa coisa deles
3458 responderem com a composição e tal, isso termina demorando muito, não é? É
3459 melhor que a gente expressa a recomendação já para a participação, para que
3460 essas entidades, essas duas, componham o gabinete. Está, acho que ficou nesse
3461 sentido, então, no final. Melhor tirar, então, essa parte aqui? Deixa só a
3462 recomendação. Pode tirar.

3463 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -** É
3464 que eu acho que seria importante a gente saber quem que está oficialmente,
3465 entendeu? De todo modo. Eu acho que uma coisa está junto com a outra, porque
3466 daí a gente vai entender quem que está fazendo parte e recomendando para que
3467 os dois façam, estejam, não é? Tenham assento e participem do gabinete.

3468 **Interlocutora não Identificada -** Desculpa, Sofia. Só conhecendo como funcionam
3469 as entidades, essas secretarias, eles vão usar o ofício, só vão responder o ofício da
3470 composição. Não vão responder nada sobre a integração. Por isso que eu estou
3471 dizendo que é importante que a gente seja enfático já direto. Eu posso mandar o
3472 documento oficial de composição desse, que vocês já têm isso aí.

3473 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -** Bom,
3474 então está bom. Então, tira o pedaço de cima.

3475 Comitê de monitoramento e acompanhamento dos acontecimentos, certo?

3476 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3477 Espera aí, quem está falando?

3478 **Interlocutora não Identificada** - Como eu sou a companhia de pesquisa, atendida
3479 e do Rio Grande do Norte. Estão me ouvindo?

3480 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Sim.

3481 **Interlocutora não Identificada** - Então, eu falei agora sobre nossos secretários
3482 estavam nessa reunião de acompanhamento porque o Estado necessita de fazer
3483 alguma coisa, não é? E esse comitê foi um decreto estadual, 32.459.19.03.2023. É
3484 um comitê extraordinário de monitoramento e acompanhamento dos
3485 acontecimentos, não é? Aqui. Então, como eu estou aqui no celular, eu não estou
3486 conseguindo ver direito o decreto, certo? Mas, se vocês puderem anotar,
3487 32.459.19.03.2023. Eu não estou conseguindo ver quem está nesse decreto. Eu
3488 vou tentar entrar aqui no computador e ver se eu consigo passar esse decreto. Não
3489 sei como é que eu vou fazer, mas, isso é um decreto do governo do Estado e se os
3490 órgãos, se os atores, se as instituições não estão neste decreto como atores
3491 importantes, eu acho válido e muito importante que se peça que existam essas
3492 pessoas dentro desse comitê, entendeu? Não vejo dificuldade nisso. Eu acho que
3493 foi um comitê extraordinário e que foi uma coisa que foi feita rapidamente, que tem
3494 que ser, e talvez seja necessário essa solicitação.

3495 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Bom,
3496 está. A gente já fez esse pedido aqui, em um dos encaminhamentos para a
3497 recomendação. Tem outras pessoas que estão escritas aqui na ordem de fala e aí
3498 eu vou passar para elas, que é a Maria Clara agora.

3499 **Maria Clara (gajop)** - Falado. Eu já tinha falado.

3500 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - A
3501 Ana, você falou para a Juliana falar antes de você, não foi isso?

3502 **Sra. Ana** - Foi sim, eu tinha pedido justamente para esclarecer essas questões que
3503 estavam mais quentes aí.

3504 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -** Está,
3505 então se a Juliana quiser falar.

3506 **Sra. Juliana -** Quero sim, gente. Boa tarde de novo. Vamos lá, vamos ver se a gente
3507 alinha aqui as coisas, porque a gente precisa, eu quero falar especificamente sobre
3508 essa questão da vinda do mecanismo do comitê e do CNDH, está? Eu quero falar
3509 exatamente sobre isso. Caso alguém não tenha me ouvido falar pela manhã, não é,
3510 eu faço parte do Conselho Estadual de Direitos Humanos, e assim, primeiro é situar
3511 vocês numa coisa. Eu e Gustavo estamos compartilhando de um exausto tão
3512 imenso, porque tem muita gente falando com a gente ao mesmo tempo, para tentar
3513 saber como incidir. E isso é perfeito, assim, isso é maravilhoso. Eu digo eu e
3514 Gustavo, porque é quem está aqui, mas eu digo do comitê e do Conselho como um
3515 todo. E é perfeito que os órgãos a nível nacional estejam fazendo isso, mas
3516 justamente por a gente estar nesse movimento de existe uma coisa na qual a gente
3517 precisa incidir o mais rápido possível, as informações vão se perdendo um pouco e
3518 a gente acaba tendo alguns ruídos, assim, do que, que realmente está
3519 encaminhado, do que não está, do que está fechado, do que não está. Vamos lá.
3520 Eu participei de uma reunião com a Comissão Permanente dos Direitos das
3521 Pessoas Privadas de Liberdade na última sexta-feira do Conselho Nacional. Isso
3522 por quê? Porque o Conselho viu o que estava acontecendo aqui e percebeu da
3523 importância de fazer alguma coisa, de incidir, de cobrar, de sei lá o quê. Tivemos
3524 essa reunião e nela estavam presentes cinco familiares, não é, de pessoas privadas
3525 de liberdade, as mesmas que estavam hoje pela manhã na reunião desse comitê e
3526 lá a gente falou tudo sobre a situação do sistema, tudo que já foi colocado no
3527 relatório de hoje pela manhã, enfim. O Conselho, a partir disso, disse eita,
3528 realmente, muito grave, vamos ver como é que a gente pode incidir lá no Rio Grande
3529 do Norte. O CNDH, assim, não tem um histórico de acompanhamento das pautas
3530 do sistema prisional aqui no Rio Grande do Norte, diferente do mecanismo, não é,
3531 que veio no contexto de 2017, que, enfim, é um contexto, assim, divisor de águas
3532 sobre o que é o sistema prisional que a gente tem hoje aqui. Então, assim, o
3533 Conselho não tem esse histórico de acompanhamento por motivos diversos, assim,

3534 porque existe um órgão específico para isso na política nacional, porque o Conselho
3535 passou agora por uma mudança de gestão, em dezembro do ano passado assumiu
3536 uma nova gestão do Conselho, que pode estar olhando mais atentamente para
3537 essas questões do sistema prisional e que nos procurou. Beleza. A partir dessa
3538 reunião que teve na sexta-feira, o Conselho disse, seria importante que vocês
3539 formalizassem uma denúncia para a gente conseguir apreciar no pleno do Conselho
3540 e solicitar uma missão, não é, para a gente poder ir aí e conversar com seja lá quem
3541 for que tiver que conversar. Em nenhum momento foi dito assim, só vai o Conselho
3542 ou só vai o comitê, não. O Conselho fez isso por causa dessa reunião que a gente
3543 teve. O que a gente está discutindo aqui é outra coisa, é agora que eu estou
3544 entendendo um GT, não é, de comitê mais mecanismo para vir, e eu e Gustavo
3545 estávamos agora numa reunião, antes de entrar aqui, a gente estava numa reunião
3546 com Edna Jatobá, que está na mesa diretora do Conselho Nacional de Direitos
3547 Humanos, e eu acho que o que está acontecendo é que existem três órgãos, não
3548 é, três espaços, querendo fazer a mesma coisa no mesmo lugar, e a gente está com
3549 dificuldade de agenda para isso. O que importa mesmo é que existe um momento
3550 em que a gente sente com a governadora, Conselho Nacional, comitê, mecanismo,
3551 quem puder vir, é como eu avalio, eu não sei como Gustavo avalia, a gente está
3552 falando sobre isso, mas eu avalio que os órgãos que conseguirem vir, sentar com a
3553 governadora e cobrar ações e cobrar o que está acontecendo, enfim, fazer o que a
3554 gente já sabe que tem que ser feito aqui é estratégico e é bom que a gente reforce.
3555 Agora o que está acontecendo? Me corrija se eu estiver errada. O GT, que a gente
3556 está pensando em formar de comitê e mecanismo, tem data...

3557 **Interlocutora não Identificada -** Alô?

3558 **Sra. Juliana** - Oi estou ouvindo. Existe uma data prevista para vir desse GT? Tipo,
3559 não, não é? Seria um GT formado para depois tirar uma data para vir para cá, é
3560 isso?

3561 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Para
3562 alinhar, como seria essa missão?

3563 **Sra. Juliana** - Beleza, só que aí o que acontece? O Conselho Nacional falou com a
3564 gente e disse, olha, conseguimos estar no Rio Grande do Norte no dia 27, vamos
3565 com poucos recursos, não temos dinheiro, mas é aqui de Recife, se eu não me
3566 engano, tem o Gajop, não é, que Maria Clara está aqui também, e o que ela disse?
3567 A gente consegue, por quê? Por uma questão de logística, para ver se faz sentido,
3568 levar a Maria Clara, que é do comitê, para esse momento do Conselho Nacional.
3569 Aí, por isso que entra Comitê Nacional no meio, porque existiria essa possibilidade
3570 do Conselho Nacional oportunizar essa missão aqui e trazer uma pessoa do comitê,
3571 certo? É isso que está acontecendo, até agora. E aí começou a coisa do, ah, o
3572 comitê não vem, o mecanismo não vem, não sei o quê, quem é que vem dos dois,
3573 ou o Conselho Nacional, enfim, aí eu e Gustavo voltamos para cá, saímos da
3574 reunião com Edna, e a gente está aqui dizendo o seguinte, o Conselho deu uma
3575 data, dia 27, está? Conseguem vir aqui, seja com a pessoa do comitê ou não, eles
3576 vêm e querem conversar com a governadora. Eu avalio, pessoalmente, não é, e
3577 acho que Gustavo também compartilha disso, que não faz muito sentido que só o
3578 Conselho venha, porque, como eu disse, o Conselho não tem um histórico de
3579 acompanhamento dos times aprisionados do Rio Grande do Norte, diferente do
3580 mecanismo e do Comitê Nacional, muito mais do mecanismo, não é, na verdade,
3581 que é, enfim, um órgão autônomo e veio para cá, e estava aqui até um dia desse,
3582 no ano passado. Então, não faz muito sentido. E a gente precisa pensar em
3583 agendas estratégicas e em logística, porque a governadora, minha gente, ela não
3584 está afim, entendeu? Assim, ela não está afim. Edna falou comigo da ideia de, nessa
3585 reunião, irem sete pessoas, aí ela citou lá alguns que eu não lembro, mas eu lembro
3586 de estar. Uma representação de familiares de pessoas privadas de liberdade, o
3587 mecanismo, não é, assim, pensando nesse contexto em que a gente consegue
3588 oportunizar essas agendas e alinhar, o Conselho Nacional e o Comitê Nacional. E
3589 aí, assim, acho incrível, acho maravilhoso, mas da última vez que a gente tentou
3590 colocar uma familiar de pessoa privada de liberdade dentro da CEAP, ela foi
3591 expulsa. Não tem outra palavra para definir, não. Ela foi expulsa, o secretário disse,
3592 ah, não é o momento. Estou ficando em Miúdos, ele não queria que tirassem uma
3593 foto dele do lado de uma pessoa, é, é, familiar e preso no meio de uma crise que

3594 está sendo surpreender todo mundo. Ponto. Não sabemos qual vai ser a resposta
3595 de Fátima a essa reunião se acontecer no dia 27 com o Conselho Nacional. Ao
3596 mesmo tempo, como pessoa local aqui que está acompanhando a situação e
3597 percebendo a disponibilidade do governo para diálogo com a sociedade civil, que
3598 está sendo quase nula, pelo que a gente está observando, a gente precisa pensar
3599 numa forma que, enfim, se é para juntar Conselho, Mecanismo e Comitê, beleza,
3600 eu não me oponho, mas o fato é que o Conselho deu uma data, aí eu estou
3601 querendo resumir assim, só para a gente entender o que está acontecendo e ter as
3602 informações necessárias. O que o Conselho vai fazer aqui não exclui o que o
3603 Mecanismo e o Comitê fariam, ou se vem só o Mecanismo, ou se não vem o Comitê,
3604 enfim, tanto faz, entendeu? O que eu estou dizendo é que o Conselho Nacional deu
3605 para gente uma data, que foi o dia 27, que é segunda-feira agora, porque eles vão
3606 vir aqui de Recife, e aí, se possível, e se assim fosse alinhado, porque aí já se trata
3607 de outro órgão, Maria Clara viria enquanto Comitê, certo? Assim, isso foi uma coisa
3608 de ah, se der certo, é isso, mas o que a gente precisa pensar é nisso, sabe? Porque,
3609 vindo o Conselho Nacional, dia 27, não vejo muita, muito assim, sabe? Vai ter que
3610 demandar muito mais de Gustavo, de mim, que já estamos assim, do Conselho e
3611 do Comitê, que já estão esgotados, assim, de ter que estar ocupando. A gente sabe
3612 que Conselho e Comitê nunca é todo mundo, não é? Que está lá no decreto, sempre
3613 umas pessoas estão mais à frente do que outras. Enfim, e o Mecanismo, vindo para
3614 cá, teria muito mais base, muito mais material para apresentar para o governo.
3615 Então, o que a gente precisa resolver é alinhar essas agendas. Se esse GT for
3616 formado, vai ser massa, mas não sei se existe a possibilidade, mesmo que seja
3617 remota, de vir Comitê e Mecanismo já na segunda-feira, não sei, não é? Questões
3618 de orçamento, logística, disponibilidade, enfim, mas é isso que eu queria repassar
3619 para vocês, para a gente pensar juntos, entendeu? Assim, seria a reunião dos
3620 sonhos, Conselho Nacional, Comitê, Mecanismo, enfim, quem tiver lá dizendo que
3621 tem alguma coisa errada com o sistema prisional do Rio Grande do Norte, perfeito,
3622 mas o governo não está muito disponível e a gente precisa alinhar essas agendas.
3623 E como não havia um repasse ainda tão assim, não é, do que a gente vem
3624 conversando com o Conselho Nacional, eu estou trazendo isso aqui para vocês. No

3625 fim, não encaminhei nada, mas acho que a gente precisa pensar a partir daí, para
3626 saber que agenda a gente quer, quando e com quem, sabe? Porque é isso que
3627 precisa chegar na agenda da governadora. Não sei se Gustavo quer dizer mais
3628 alguma coisa.

3629 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Eu
3630 vou passar antes a palavra para Ana, mas eu só queria deixar aqui um esforço para
3631 ver se eu entendi, assim, não é? Porque, pelo que estou entendendo, essa missão
3632 do Conselho de Direitos Humanos é uma missão mais institucional, não é? É uma
3633 missão de reunião com atores aí no Rio Grande do Norte e organizações do Rio
3634 Grande do Norte, não é? Não é uma missão, não é, que a gente está chamando de
3635 missão, mas não é necessariamente a missão que é a missão típica, não é,
3636 característica da função do mecanismo, não é? Que é uma missão de inspeção.
3637 São duas coisas diferentes, acho que a gente tem que deixar bem claro a diferença.
3638 Eu acho que como a Fernanda pontuou aqui, em relação às violações, eu não acho
3639 que faz sentido ter uma nova missão, não é? Porque essa missão, ela é recente.
3640 Então, assim, as violações, talvez, certamente, elas são as mesmas, elas são até
3641 piores, mas, assim, eu acho que, enfim, a gente sabe o tempo que demora para
3642 organizar, para produzir um relatório, etc. Eu acho que se fosse para ter uma missão
3643 específica do mecanismo, e aí isso levando em consideração, inclusive, o
3644 conhecimento do mecanismo de entrar em unidades prisionais, de fazer essa
3645 atividade de inspeção, seria para averiguar a questão da FTIP, não é? Se a FTIP
3646 está fora, de fato, da unidade prisional ou se está dentro da unidade prisional, não
3647 é? E se estiver dentro da unidade prisional, daí sim eu acho que é caso de fazer
3648 oitiva com algumas pessoas e daí o mecanismo sabe melhor como se organiza,
3649 mas se tiver denúncias ali de agressões e de torturas, para que isso seja apurado.
3650 E aí eu acho que faz sentido nesse lugar, não é? Em relação a FTIP. Agora, a gente
3651 se mobilizar aqui para estar, não é? Porque eu acho que é isso, não é? Eu acho
3652 que é muito importante a presença da Juliana, do Gustavo, da Ana, enfim, todo
3653 mundo que está aí no território, porque senão a gente atropela as coisas, não é? E
3654 a gente pensa medidas que não necessariamente fazem sentido para o que vocês

3655 já estão fazendo aí, não é? Então, eu acho que é isso. E aí uma outra coisa que eu
3656 acho que talvez fizesse sentido, e eu já vou passar a palavra, é que esse GT, enfim,
3657 não sei como que a gente pode chamar, se quiser dar um outro nome, enfim, para
3658 um GT, mas eu acho que poderia ser um GT, poderia também ocorrer no âmbito
3659 nacional, não é? No sentido de que a gente poderia, a gente tem vários ministérios
3660 aqui que compõem esse comitê, etc e tal, não é? O próprio comitê, o mecanismo,
3661 mas a gente poderia mobilizar esses atores federais para estarem, não é? Nessa
3662 gestão de crise também, não só, não é? E em contato com esse GT que já existe
3663 no âmbito estadual, não é? É um gabinete, não é? Mas a gente pode, não
3664 necessariamente a gente precisa ter um gabinete, a gente pode ter um grupo de
3665 trabalho, a gente, ou pode ter, enfim. Porque, na verdade, assim, não é? Pela
3666 organização interna do nosso comitê, assim, não é? Do ordenamento do nosso
3667 comitê, o que a gente pode fazer é um grupo de trabalho também, não é? Uma das
3668 nossas possibilidades é um grupo de trabalho. Então, eu acho que, talvez,
3669 independente de qualquer coisa, que esse grupo de trabalho, ele tem um tempo
3670 também para acontecer, e aí eu só estou falando isso porque a gente pensar no
3671 nosso ordenamento e nas, enfim, e nas limitações que a gente tem também,
3672 enquanto comitê, das coisas que a gente pode fazer. E uma delas é a criação de
3673 um grupo de trabalho específico, não é? E que a gente pode contar com membros
3674 do comitê e também com membros externos e convidados e etc. Então, eu acho
3675 que isso a gente consegue fazer aqui internamente. Eu vou passar a palavra para
3676 a Ana agora, dando a sequência para a Ana Lúcia e depois para o Gustavo.

3677 **Ana Lucia (Mdhc)** - Não, gente, primeiro assim, eu acho que está claro que eu
3678 estou chegando agora aqui no comitê nacional e tenho acompanhado um tanto mais
3679 à distância essas questões do que de dentro, como o Gustavo e a Juliana, mas
3680 pelas reuniões que a gente tem participado ultimamente, enfim, diante dessa crise,
3681 eu queria reforçar o pedido de Juliana, que eu acho que é muito importante que a
3682 gente nem demore muito, nem também seja tão curto a ponto de não ser
3683 estratégico. Então, eu queria propor que a gente, assim, solicitasse essa reunião ao
3684 gabinete, que a gente fizesse primeiro uma comunicação com o Conselho Nacional,

3685 que está solicitando esse momento agora com o gabinete da governadora, que eu
3686 acho pouco provável que consiga essa agenda, mas em conseguindo pedir uma
3687 agenda para, talvez, mais para o final da semana e que a gente, e aí eu pergunto
3688 ao mecanismo se não seria possível que o mecanismo fosse para essa reunião
3689 junto conosco, do comitê nacional, junto conosco do comitê estadual, junto conosco
3690 do comitê estadual de direitos humanos, comitê nacional de direitos humanos, que
3691 foi isso que eu falei na minha fala pela manhã, porque eu acho que eu não fui tão
3692 clara com isso, a gente precisa se reunir, conversar diretamente, cobrando o
3693 governo executivo local, do encaminhamento dos fatos. E para isso, eu acho que
3694 seria muito importante que nessa reunião, o mecanismo apresentasse o relatório,
3695 viesse para apresentar o relatório, e a partir disso a gente fazer essa discussão. Eu
3696 não sei se isso é possível, eu não sei se eu estou viajando, volto a dizer, estou
3697 entrando agora para ver a dinâmica das coisas, como vocês trabalham, entender
3698 também o institucionalmente e o funcionamento daqui, das pessoas, das entidades,
3699 mas é uma proposição que eu acho que é importante, com a presença do executivo
3700 local e dessas entidades, para ouvir a apresentação do relatório, debater sobre isso
3701 e cobrar, e aí sim, inspecionar na sequência a FTIP, a atuação da FTIP, e ao mesmo
3702 tempo a gente cobrar os encaminhamentos da pauta pelo governo estadual. Enfim,
3703 é isso que eu queria dizer. E um outro ponto, que é só do ponto de vista de uma
3704 sugestão de encaminhamento para a presença aqui nas reuniões do comitê, eu ia
3705 sugerir que todos os membros que são convocados para as reuniões extraordinárias
3706 confirmem participação, seja da titularidade, seja da suplência, e quando não,
3707 justifiquem a ausência, porque isso dá à secretaria do comitê, que eu imagino que
3708 é quem encaminha esses ofícios de convocação, possam ter um tempo hábil para
3709 reencaminhar, caso aquela entidade não responda e tal. A gente, assim, cria um
3710 mecanismo de ver o quórum, a possibilidade de quórum, ou não, das reuniões, de
3711 modo que a gente não repita isso que a gente está vivendo hoje. Não sei se isso já
3712 foi feito, enfim, essa é uma sugestão.

3713 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) - É,**
3714 Ana Lúcia.

3715 **Sra. Ana Lúcia** - Eu acho que o Gustavo pode falar, que talvez tenha link com a
3716 Ana, e eu falo depois.

3717 **Sr. Gustavo** - Certo, gente, peguei no meio, estava na outra reunião, como a Juliana
3718 colocou, com a Edna de trabalho do CNBH, acho que vou no caminho do que foi
3719 colocado aqui. A gente tem que pensar que nesse período de crise está todo mundo
3720 querendo fazer alguma coisa, a gente precisa se fazer junto, porque senão a gente
3721 não vai conseguir. Assim, o cenário do Rio Grande do Norte, com o governo
3722 progressista, é um governo que não atende as pessoas que trabalham com essa
3723 pauta. Não se atende pessoas que trabalham com direitos humanos, pessoas
3724 privadas de liberdade, com saúde mental, outras pautas sim, mas essa não. O
3725 cenário, nesses quatro anos de governo, é que o Comitê Estadual e o Conselho
3726 Estadual de Direitos Humanos nunca se reuniram com o Fátima. Então, assim, acho
3727 que a gente tem que ser muito estratégico, estratégico, para pensar. A gente precisa
3728 fazer isso de forma conversada. Eu sei que cada uma dessas instituições, Conselho
3729 Nacional de Direitos Humanos, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à
3730 Estrutura e Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Estrutura, são órgãos
3731 independentes, que fazem agendas independentes, que podem vir os três
3732 momentos diferentes, mas acho que a gente precisa ser muito estratégica nesse
3733 momento, porque senão a gente vai, me parece, que tem uma possibilidade da
3734 gente, primeira, é que não cartuche, no sentido de um diálogo com o Fátima, porque
3735 se vem uma depois a Fátima talvez não queira receber a outra pessoa, porque já
3736 reuniu com outra, e aí não se entende qual é a diferença, qual é a atribuição desses
3737 três espaços. Acho que a gente precisa muito qualificar a discussão, qualificar o
3738 contato entre essas três entidades e as entidades locais. A Luísa colocou sobre a
3739 possibilidade do IGT, se isso for uma possibilidade. Acho que a criação desse IGT
3740 é para dialogar, para poder fazer isso. A gente não pode, no momento da crise,
3741 tomar decisões precipitadas. Acho que precisa ser muito dialogado. E aí, nesse
3742 sentido, para mim, ao meu ver, considerando o trabalho que o mecanismo fez, o
3743 relatório apresentado, e considerando que, desde o final do ano passado, depois da
3744 inspeção do mecanismo, o mecanismo tenta conversar com a governadora, eu acho

3745 que é o momento de a gente juntar esforços ao mecanismo nacional, para que haja
3746 essa conversa. Então, acho que a prioridade deve ser nesse sentido, porque, ao
3747 meu ver, quem deve apresentar primeiro, quem deve reivindicar primeiro as
3748 recomendações do mecanismo é o próprio mecanismo, e, se possível, na melhor
3749 das hipóteses, as outras organizações e os outros órgãos colegiais em conjunto,
3750 mas, ao meu ver, deve ser primeiro ou concomitante com o mecanismo, mas não
3751 outra organização antes. Ao meu ver, é esse o mais estratégico, considerando que
3752 quem esteve no Rio Grande do Norte foi o mecanismo nacional e os órgãos
3753 estaduais. Ao meu ver, acho que a gente precisa pensar nesse sentido. Fazer um
3754 diálogo com o CNBH da possibilidade ou da gente conseguir que o mecanismo
3755 nacional e o Comitê Nacional estejam no dia 27, ou que a gente adie para que todo
3756 mundo esteja na mesma data. Eu acho que o cenário para mim é esse, mas, ao
3757 meu ver, enquanto Comitê Estadual, pessoa que está aqui localmente, a prioridade
3758 deve ser nesse momento que o mecanismo seja fortalecido para estar aqui. E aí, o
3759 mecanismo estando aqui para fazer o diálogo com o Poder Executivo e o Poder
3760 Judiciário, mas também, se possível, fazer o acompanhamento, porque quando o
3761 relatório sai, a situação dentro do presídio piora. E, se já está piorada por conta da
3762 situação da crise, vai piorar com o saído desse relatório. Acho que a gente precisa
3763 se dialogar mais nesse sentido, mas, é isso, minha proposta.

3764 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) - Ana**
3765 **Lúcia.**

3766 **Sra. Ana Lúcia** - Bom, a minha fala, na verdade, que eu pedi para você depois do
3767 Gustavo, tem relação com a sua fala, Sofia, com relação a... Vocês estão me
3768 ouvindo? Estão me ouvindo, não é? Com relação a... aqui ao Ministério, não é?
3769 Então, a gente está no diálogo aqui, a ideia é facilitar e não dificultar a atuação.
3770 Então, eu gostaria de saber, de forma objetiva, o que foi pedido e não teve resposta?
3771 Porque, até onde eu sei, o que foi pedido foi a emissão conjunta e houve a resposta
3772 de que não seria feito de forma conjunta, mas que o mecanismo podia fazer. E eu
3773 não sei se teve algum pedido formal do comitê. Porque, assim, eu queria entender,

3774 de forma objetiva, ficar com essa comunicação ativa, qual foi a demanda que não
3775 foi respondida?

3776 **Interlocutora não Identificada** - Eu não entendi. Cortou um pouco para mim o
3777 áudio, era no sentido de saber se houve uma solicitação formal ao comitê sobre
3778 uma... Uma visita. Eu não entendi, desculpa.

3779 **Sra. Ana Lúcia** - Não, ó, a Sofia fez uma fala dizendo que, como a Rita não estaria
3780 aqui, que o Bruno, não é, ela pediu para deixar registrado que a Rita não estaria
3781 aqui, que o Bruno não estaria aqui hoje, que, por isso, não teria resposta para as
3782 demandas. Ao vingando, foi isso que eu entendi, mas, se não, por favor, me corrija.
3783 Porque, como, na verdade, o que acontece? O ministro é o presidente do comitê
3784 nacional. A suplência do ministro é da secretaria executiva. Nesse caso específico,
3785 hoje, o ministro está fora, está numa missão no exterior. Então, a secretaria
3786 executiva, ela está exercendo o papel de ministro, está fazendo a agenda do
3787 ministro. Ela virá amanhã para dar posse. Porque, acho que, com essa questão da
3788 posse, enfim, não poder acontecer hoje, por conta dos trânsitos administrativos. E,
3789 aí, nesse caso, o Ministério dos Direitos Humanos fez a indicação dos seus
3790 membros, eu acho que os outros ministérios, enfim, é que não fizeram. E, aí, você
3791 tinha perguntado sobre essa questão do esvaziamento, de, de repente, ter tido um
3792 esvaziamento. Se teve, não foi por conta do ministério, porque estamos aqui, não
3793 é, eu e Fernanda, com as indicações do ministério. E, aí, o Bruno e a Rita, eles não
3794 estão mais como se ventilou inicialmente. A Rita não, perdão. O Bruno e a Isadora
3795 não estão mais como se ventilou inicialmente como membros do comitê pelo
3796 ministério. Então, os membros do ministério indicados pelo comitê estão presentes.
3797 E a gente vai fazer o possível para responder todas as demandas, não é, no que
3798 diz respeito ao ministério. E, no que a gente não souber responder neste momento,
3799 a gente vai dar os encaminhamentos. Então, eu gostaria de saber, de forma
3800 objetiva, o que não teve resposta do ministério. Porque, até onde eu sei, houve uma
3801 solicitação do mecanismo para que fosse feitas uma missão conjunta com o
3802 ministério e isso foi respondido. Eu não sei se teve mais alguma coisa que não

3803 houve resposta. Enfim, para a gente trazer nitidez aqui e tentar fazer com que o
3804 fluxo fluia.

3805 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Se
3806 me permite, o que eu disse, na verdade, primeiro que a gente está sabendo disso
3807 agora, dessa mudança de nomes, etc. Porque não foi isso que foi dito na sexta-
3808 feira, não foi isso que foi dito antes. Então, eu estou sabendo agora, mas, o que eu
3809 disse, e reitero...

3810 **Sra. Ana Lúcia** - Desculpa, agora é mais cedo, quando a gente se apresentou, só
3811 para... Está.

3812 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
3813 Modo de falar. Modo de falar. Agora, nove horas da manhã. A questão toda que eu
3814 estou falando é uma questão política. Não é uma questão, necessariamente, enfim.
3815 Primeiro que a gente, vamos lá, se for para organizar assim, a gente só teve quórum
3816 às dez horas da manhã, não é, para começar a reunião. E eu não estou falando que
3817 é culpa do Ministério de Direitos Humanos. Os outros ministérios tinham que estar
3818 aqui e não estão. E sim, eu entendo, nessa minha função de vice-presidência, e
3819 acho que as pessoas expressaram isso aqui. E acho que, sim, existe uma diferença
3820 muito grande da minha figura, politicamente, e da figura do ministro. Então, quando
3821 eu digo que eles poderiam dar respostas, o Ministério de Direitos Humanos poderia
3822 dar uma resposta, é uma resposta política a tudo isso que está acontecendo, não
3823 é. Eu não tenho conhecimento, e aqui a gente ouviu vários atores, sobre uma
3824 resposta formal do Ministério de Direitos Humanos sobre o que está acontecendo
3825 no Rio Grande do Norte, não é. E não necessariamente você precisa ser provocado
3826 para responder. Você vê o que está acontecendo, você é o ministro, você, enfim,
3827 está nesses cargos, você responde. E se eles estivessem aqui, não é, tanto o
3828 ministro quanto a suplente, teriam respostas, eu acho, não é, para dar para essas
3829 pessoas, que é de um outro lugar. E isso é invariável, gente, é isso. É diferentes a
3830 gente falar com o representante do representante de alguém e falar com uma outra
3831 pessoa. Então, é nesse lugar que eu estou dizendo. Agora, eu não estou dizendo

3832 que a gente, alguém, mandou um ofício e que o governo não respondeu. Porque
3833 sobre isso eu não tenho gerência. O ofício que a gente havia mandado, com
3834 algumas perguntas, antes do carnaval, por exemplo, foi respondido antes de ontem.
3835 Tudo bem, o ofício que a gente mandou foi respondido. Agora, eu não sei se
3836 mandaram perguntas, enfim, oficiais, por essa via, elas não foram respondidas,
3837 mas, sim, acho que há um descontentamento e que, enfim, foi expresso aqui de
3838 diversas formas. Sobre a não presença dessas autoridades que têm essa força
3839 política. E acho que é nesse lugar. E tudo que está acontecendo no Rio Grande do
3840 Norte também, por exemplo, do que eles estão dizendo que não há um contato com
3841 o governador, etc., é tudo uma questão política. Enfim, então eu acho que é desse
3842 lugar que eu disse. Eu não disse que não havia sido respondido algo que tinha sido
3843 solicitado, isso eu não falei.

3844 **Sra. Ana Lúcia** - Bom, é, então eu tinha entendido que aqui, não sei, também agora,
3845 talvez você, Maria Clara, talvez alguém tinha falado isso, que não tinha tido uma
3846 resposta, mas, então, teve a resposta, assim, a resposta ao ofício. Isso foi feito. E
3847 com relação à resposta política, a gente falou na parte da manhã, inclusive, para os
3848 familiares que estavam presentes, que seria feita essa avaliação com base no
3849 relatório e com a própria reunião, até para prestigiar aquilo que teria sido debatido
3850 no comitê, mas, então, só porque eu tinha entendido de outra forma.

3851 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Eu
3852 acho que a gente pode olhar aqui os encaminhamentos, não é? Para, se você
3853 quiser, ler eles aqui. E a gente, daí, vai fechando eles já. E, daí, pensa também na
3854 melhor forma. Daí, eu só ia falar com o pessoal do Mecanismo. Porque, pelo que
3855 eu entendi, não é, da fala do Gustavo e da Juliana, seria importante, para esse lugar
3856 institucional, que o Mecanismo, essa missão institucional que eu estou chamando,
3857 assim, como uma missão de entrar nas unidades prisionais e tal, que alguém do
3858 Mecanismo estivesse. E, aí, eu não sei como vocês se articulariam com isso,
3859 porque, e daí, também, acho que depois que a gente passasse isso todo, vocês
3860 podem falar da ideia, também, que a Bárbara tinha falado de fazer uma outra
3861 expressão conjunta e tudo mais, só para ficar mais claro ainda. Aí, Débora, se você

3862 quiser ir lendo e a gente ir fechando esses encaminhamentos, acho que, enfim, se
3863 mais alguém tiver algum encaminhamento objetivo aqui e quiser colocar.

3864 **Deboraline Valis de Oliveira Marques** - É para a gente melhorar, porque eu fui
3865 colocando aqui bem por alto, não é? Então, com relação aos apontamentos que
3866 você tinha feito, está aqui sobre a atuação da FTIP, seria para saber como a gente
3867 pode colocar melhor no texto.

3868 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
3869 Deixa eu perguntar para a Bárbara, a Ana Valesca, a Cecília, etc. Vocês têm
3870 recomendação do Mecanismo, não é, da FTIP, não tem, já?

3871 **Sra. Ana Lúcia** - Oi, Sofia. Sim, a gente teve, não é, aquela resenha que
3872 escrevemos para a Equipe Transição, mas a gente fez agora uma comunicação
3873 bem forte nesse relatório que vai ser publicado daqui a pouco sobre a FTIP, levando
3874 em consideração todo o contexto dela, além de citar que ela é regida por uma
3875 portaria, não é, que amplia atribuições dela de forma ilegal e não através de lei, a
3876 gente cita também as irregularidades apontadas no último relatório da CGU em
3877 2021, não é, de todas as ações que foram praticadas pela FTIP, que não tinha
3878 protocolos, processos de monitoramentos e relatórios dessas ações, não é. Então,
3879 a gente tem, sim, uma recomendação nesse sentido, que inclusive vai estar também
3880 no corpo do relatório. Esclarece, esclarece. Tem recomendação nesse sentido no
3881 final do relatório sobre a FTIP ao ministro, não é, da Justiça, ao secretário do
3882 Senapem, como também tem alguma coisa também para a Presidência da
3883 República, mas é especificamente em relação à FTIP por ela estar dentro do
3884 Ministério da Justiça ao ministro, não é, da Justiça e ao secretário do Senapem, em
3885 relação à, em razão da ilegalidade e de outros argumentos que a gente apresenta,
3886 não é, da atuação da FTIP, do reconhecimento, do procedimento disciplinar, não é,
3887 a gente pede, recomenda, não é, nesse sentido, a extinção da FTIP, não é, em
3888 decorrência de várias utilizações e denúncias dos procedimentos praticados pela
3889 FTIP, que ela faz a gestão dentro do sistema, não é, da unidade e aplica os
3890 procedimentos de recomendação nesse sentido.

3891 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3892 Está. Obrigada, Ana. Deixo perguntar para vocês, vocês acham, porque, assim,
3893 como a gente não viu as recomendações todas, não é, e elas, não sei o tanto que
3894 elas já foram encaminhadas enquanto elas já tiveram essa resposta, não sei se a
3895 gente reitera elas, não é, enquanto Comitê Nacional, as recomendações do
3896 mecanismo, ou se a gente espera as respostas que o mecanismo eventualmente
3897 vai ter em relação a esse ponto específico.

3898 **Sra. Ana Lúcia** - Eu acho, Sofia, importante, acho que todo o reforço é muito
3899 importante, principalmente do Comitê Nacional também. Acho importante também.
3900 Independentemente de a gente aguardar as respostas, não é, depois que foram
3901 enviadas os ofícios com relatórios a autoridades competentes, acho importante
3902 também vocês estarem reforçando assim que vocês estão recebendo.

3903 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3904 Está. Então, esse encaminhamento seria para reiterar os pontos de recomendação
3905 em relação à FTIP no relatório do Rio Grande do Norte. Então, depois, quando ele
3906 for publicado, a gente reitera na mesma medida que o mecanismo fez, só que agora
3907 no lugar do Comitê.

3908 **Interlocutora não Identificada** - Sofia, se o mecanismo conseguisse enviar para a
3909 gente construir o texto dos ofícios mais robustamente, a data que eles enviaram os
3910 ofícios, para a gente falar, tem tanto tempo aguardando a resposta, entendeu?
3911 Consegue fazer isso, Ana?

3912 **Sra. Ana Lúcia** - Você está falando dos ofícios em relação à FTIP, você está falando
3913 dos ofícios dos desdobramentos da expressão aos encaminhamentos urgentes que
3914 nós identificamos e enviamos às autoridades do Rio Grande do Norte. Os da FTIP
3915 vocês já mandaram? Os da FTIP nós mandamos na época para uma resenha a
3916 equipe de transição. Agora está indo um ofício com relatório. Ainda é. Então, não é
3917 descrito agora qual ofício para cobrar respostas dos encaminhamentos urgentes
3918 dos desdobramentos da expressão que muitas autoridades não nos responderam,

3919 principalmente do Estado do Norte, a gente também, não tem problema, a gente
3920 também repassa para que vocês reiterem aquelas autoridades que não nos
3921 responderam as demandas mais urgentes.

3922 **Interlocutora não Identificada** - Ana, só um pouquinho. Se você tiver com o
3923 relatório aberto aí, acho que o que elas estão precisando mais agora são aquelas
3924 recomendações em relação à FTIP para incorporar nos encaminhamentos. Esse
3925 ofício que vocês perguntaram, a gente está assim nos 45 do segundo tempo da
3926 formatação do relatório, por isso que a gente vai e tem o que a gente quer colocar
3927 no ar hoje. Então, algumas figuras desconfiguraram porque chegaram e-mails hoje,
3928 inclusive de algumas respostas e a gente resolveu colocar e no final do nosso
3929 relatório nós colocamos todos os ofícios que foram enviados e para quem, desde a
3930 nossa missão. Então, eu acho que vai ser legal que vocês vão poder acompanhar
3931 todos que nós mandamos e quais foram respondidos ou não. Hoje à noite vocês já
3932 vão ter isso para ver também. Daí amanhã a gente até pode conversar sobre isso.

3933 **Sra. Ana Lúcia** - Eu já falei exatamente dessa informação que nós colocamos aqui
3934 à Sofia, mas é só para registrar, algumas autoridades agora estão nos 45 segundos
3935 também do segundo tempo respondendo, mandando algumas respostas ao
3936 mecanismo depois do boom. A gente está recebendo aqui, isso que vai estar no
3937 relatório.

3938 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
3939 Então, acho que assim, os deptips especificamente não tinham sido enviados, então
3940 a gente reitera na mesma medida da recomendação de vocês. E aí e os outros que
3941 já foram enviados, mas que a gente não teve resposta ainda, daí a gente pode fazer
3942 isso que a Nana falou, de cobrar a resposta e dizer do tempo de demora do que
3943 vocês mandaram e do que não foi respondido ainda. O próximo vou esperar acabar
3944 de escrever aqui. A Juliana levantou a mão. Pode falar.

3945 **Sra. Juliana** - Muito rápido, porque como a lista de encaminhamento está em cima,
3946 eu não li se isso foi escrito, mas eu estou entendendo que a gente conseguiu

3947 caminhar um pouquinho na coisa da agenda, não é? Acho que fica esse indicativo
3948 de que comitê, mecanismo e CNDH tentem alinhar uma data em conjunto. Ou eu
3949 estou atropelando alguma coisa, mas eu entendi que a gente...

3950 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
3951 Não, eu acho que sim, mas acho que é um dos últimos pontos esse. Eu estava
3952 passando o primeiro nesses primeiros aqui, e aí depois a gente vai para esse último
3953 ponto. E daí a gente pode definir melhor ele, a partir de tudo que todo mundo falou.
3954 Essa da instalação de câmeras uniformes seria para oficiar agora que não é DPEN,
3955 não é? Como é? CENAPEN. Isso. Acredito que seja isso. Eu acho que esse ofício
3956 poderia ter... Como vocês querem fazer assim? Porque antes a gente fazia tipo
3957 uma... um esboço, mais ou menos, das perguntas, mas eu não sei como vocês
3958 querem fazer, porque... Nana, Débora...

3959 **Interlocutora não Identificada** - Dá para a gente fazer um esboço, mas também a
3960 gente pode colocar alguns pontos importantes a serem questionados, e aí a gente
3961 faz o restante, e você pode rever antes da gente mandar. É você que vai assinar.

3962 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -** É
3963 você que vai assinar. Está, não, tudo bem. Só para falar aqui, porque a Patrícia
3964 falou um ponto que era importante, mas eu acho que é depois, não é? Porque a
3965 gente poderia saber dos prazos para a instalação das câmeras, e também...
3966 Qualidade, não é? É, mas é que eu não sei como que vai ser... Acho que o quanto
3967 avançado que está esse processo aqui, eu não sei se é leilão, se é pregão, não sei
3968 o que vai ser feito, mas com quem que eles estão conversando, quais são as
3969 empresas que estão conversando, qual tipo de licitação vai ser feita para adquirir
3970 essas câmeras, e acho que qual é o custo disso, porque eles liberaram um tanto de
3971 verba, que a gente também vai perguntar como ela vai ser direcionada, mas a partir
3972 dessa resposta também de qual vai ser o custo da instalação das câmeras, a gente
3973 vai saber também o quanto vai sobrar para o resto, que eles estão dizendo que eles
3974 vão fazer. Cecília?

3975 **Sra. Cecília** - Importante colocar nesse ofício a questão do tempo de armazenagem
3976 das... Ah, esse é dos uniformes, não é? Desculpa, pensei que era dos prédios,
3977 porque dos prédios eu também acho que seria interessante ter um ofício em relação
3978 a isso, e ter um prazo mínimo de arquivamento das imagens, que foi um dos grandes
3979 problemas que a gente teve, sabe, no mínimo por um mês, um mês e meio, eu acho
3980 que é uma..., mas,

3981 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Mas
3982 tinham câmeras funcionando nas unidades prisionais?

3983 **Sra. Cecília** - Algumas tinham, mas assim, grava por um ou dois dias, daí você
3984 pede o período de uma semana, já não tem mais a gravação, e a gente tem que
3985 levar em conta que as principais denúncias acontecem quando a visita vai lá e
3986 recebe a denúncia, daí você vai pedir a câmera, já não tem mais gravado.

3987 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Mas
3988 vocês fizeram essa pergunta, oficiaram, não é, para saber como a Secretaria de
3989 Administração Penitenciária, o tempo de arquivamento que eles oficiais das
3990 câmeras e...

3991 **Sra. Cecília** - Varia de cada contrato, não é, então eu acho que isso é importante
3992 também ter delimitado no mínimo um mês, um mês e meio em todos os lugares,
3993 não é, porque cada lugar tem um tempo de armazenamento, porque tem um custo
3994 maior quanto tempo mais fica armazenado, não é, mas eu acho que a gente tinha
3995 que eliminar...,

3996 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Mas
3997 aí você tem uma recomendação, não é?

3998 **Sra. Cecília** - Sim, eu acho que se fosse fazer algum ofício para garantir um tempo
3999 mínimo, eu acho que isso precisaria... Bom, na nossa recomendação está, não é,
4000 isso é certeza que já tem, agora não sei...

4001 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Mas
4002 então a gente pode reforçar a recomendação de vocês, porque ela já está elaborada
4003 lá, a gente reforça ela.

4004 **Interlocutora não Identificada** - Acho que na verdade também tem que pensar
4005 nas configurações da câmera e no armazenamento, não só no tempo, mas aonde
4006 vai ficar armazenado, porque ele já falou isso, não é? Se ia ser na nuvem, quem vai
4007 ter acesso a essas imagens que vão ficar armazenadas?

4008 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Mas
4009 os dois lugares diferentes, um da... Aí aqui se levantou a mão, mas uma coisa é
4010 das câmeras que já estão instaladas nas unidades prisionais e onde fica o
4011 armazenamento, quem tem acesso a esses dados. E outra coisa que é num futuro,
4012 que a gente não sabe ainda, que não aconteceu, que é onde vai armazenar os
4013 dados, as câmeras instaladas nos coletos dos agentes penais. Patrícia?

4014 **Patrícia Oliveira (agenda nacional)** - Sobre isso, eu vou botar no grupo do comitê
4015 daqui a pouco algumas informações que acho que dá para ajudar nas perguntas de
4016 elaboração. E aí já tem bastante informação em relação a DTS, então dão para
4017 saber quais são as perguntas, não é? Precisa ter realmente, precisa ter um software
4018 de melhor qualidade para armazenamento, que esse é o maior problema, mas eu
4019 vou botar lá no grupo e aí dá para fazer as perguntas todas certas. E o prazo de
4020 duração pelo menos seis meses. Então dá para saber o que é isso.

4021 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - E daí
4022 o que dá para fazer em relação a isso também, Patrícia? Porque daí você pode
4023 colocar isso e daí elas elaboram esse ofício. E aí depois, antes de eu assinar, eu
4024 complemento. Não precisa fazer isso necessariamente agora, daí quando elas,
4025 antes da assinatura, complementa o ofício com essas perguntas específicas. Então
4026 também se você não quiser mandar agora, se tiver que pesquisar muita coisa, daí
4027 a gente pode, antes da assinatura, colocar complemento. Depois tinha esse ofício
4028 a SINAP, está, esse aqui já fui eu. Oficial CNJ para saber da atuação do juiz, mas

4029 isso daqui, vocês, o mecanismo falou que já vocês mandaram cópia, é isso para o
4030 CNJ de tudo?

4031 **Interlocutora não Identificada** - Não. Sofia, as demandas, todas as mais urgentes,
4032 as denúncias de retaliação, após inspeção do mecanismo, que aconteceram outras
4033 suas, demandas jurídicas, de progressão de regime, tecidos, liberdade condicional,
4034 pedidos, benefícios, como também demandas graves, seríssimas, são de tudo,
4035 cuidamos com cópia para o CNJ. Inclusive também, como a gente não conseguiu
4036 uma agenda presencial com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, que tanto
4037 nós convidamos para uma audiência que a gente realiza ao final da missão, que foi
4038 aberto, como também a gente tentou fazer uma audiência até lá, indo lá no local
4039 com eles, ter uma conversa, para fazer o feedback das demandas mais urgentes,
4040 não conseguimos, todos estavam não sei quem de viagem, com compromisso, até
4041 a gente perguntou, não tem substitutos? Ficamos ligando. Então a gente tem ofícios
4042 que comprovam o convite para uma reunião institucional, para uma audiência, como
4043 também ofícios cobrando do Tribunal de Justiça em cópia do GNF, que veja
4044 questões de dependências jurídicas das pessoas privadas de liberdade, como
4045 também questão de saúde, que não recebemos até hoje resposta. E do INP
4046 também, com relação às investigações e apurações que solicitamos. Então a gente
4047 tem que interagir.

4048 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)**
4049 Porque daí eu pergunto aqui para o pessoal da sociedade civil que está aqui
4050 presente, porque tinha, como encaminhamento também, uma das coisas era a
4051 reunião com o juiz da VEP, com o Ministério Público, etc. Se a gente faz uma
4052 representação para o CNJ, não é o melhor jeito de conseguir uma reunião com um
4053 juiz, se a gente representa ele. E aí pergunto aqui para vocês, se é caso da gente
4054 tentar uma conversa antes, ou se a gente parte para uma questão mais, enfim, mais
4055 prepositiva?

4056 **Interlocutora não Identificada** Eu acho, primeiro, eu acho sempre bom tentar
4057 primeiro marcar uma também, agora nesse momento, uma reunião, considerando

4058 assim, que ainda, ou então uma reiteração dos ofícios, mas eu acho interessante
4059 porque, até porque o juiz a qual é responsável, pelo Alcaçuz, como também pelo
4060 Mossoró, que é onde a gente sofre a maior parte da reclamação, ele compõe o GNF.
4061 Então eu acho que se for fazer uma reunião com o TJ, eu também acho que seria
4062 importante a presença do CNJ também, se caso o Comitê Nacional se chamar para
4063 uma reunião, não é? Além, lógico, se também, acho também dá para fazer
4064 paralelamente também reiterar os ofícios que ficaram presentes, não é, que foi o
4065 MP e o TJ, e chamar também o Ministério Público. Nós mandamos para o CAO
4066 Criminal, que é responsável por investigações do Ministério Público, também com
4067 conta do PJJ. Então eu acho importante também se for chamar, além de reiterar os
4068 ofícios, não é, chamar essas autoridades para reunião com o Comitê e o
4069 Mecanismo, também o Ministério Público local.

4070 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania) -**
4071 Então, aí eu acho que tem duas questões aí, porque uma coisa é... Às vezes a gente
4072 fica reiterando, reiterando ofício e não tem resposta de nada, não é? E aí, talvez,
4073 tem essa ideia aí, tipo, de uma reunião extraordinário, que a gente já fez, assim,
4074 não é, com outros estados, tipo, Amazônia e tal, que a gente chamou as autoridades
4075 locais, não é? E aí eu não sei se nesse lugar a gente tenta fazer isso, tipo, de uma
4076 reunião extraordinária que a gente chama as autoridades locais, ou se a gente tenta
4077 reuniões unilaterais com essas autoridades. Eu tendo a achar que a audiência, ela,
4078 enfim, pode ser mais, enfim, mais acertada do que essas reuniões unilaterais, mas
4079 eu não sei, também, eu queria ouvir a opinião de todo mundo, porque, enfim.

4080 **Interlocutor não Identificado** - Não sei se alguém é inscrito?

4081 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Não,
4082 pode falar.

4083 **Interlocutor não Identificado** - Certo, assim, pensando um pouco do cenário, não
4084 é? Eu acho que é um juiz específico que está se falando mais, aqui a gente não
4085 precisa falar o nome dele, mas ele faz companhia do GMF. Acho que não há muita

4086 possibilidade de um diálogo frutífero diretamente com ele, assim. Acho que será
4087 necessário, para que haja alguma adesão a esse diálogo, a presença do Conselho
4088 Nacional de Justiça. Então, me parece que seria interessante que fosse uma
4089 reunião com o DMF e com o GMF já juntos, assim, porque acho que a gente não
4090 teve, o Comitê Nacional, o Mecanismo Nacional já tentou, não é? E viu, mais ou
4091 menos, como que é a resposta do GMF, especialmente desse juiz que faz parte.
4092 Então, me parece que talvez seja um caso já de articular o DMF, porque o DMF já
4093 tem feito alguma atuação de cobrança ao GMF.

4094 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Então,
4095 acho que já seria essa linha conjunta, ao meu ver. Bom, mas aí, se a gente fosse
4096 fazer uma reunião extraordinária, a gente teria que ter quanto tempo para fazer essa
4097 coisa do Regimento Interno? Porque tem um tempo, eu não lembro quanto que é
4098 de publicação e tal. Sete dias? Sete dias? Sete dias. Online, não é? É, online. Então,
4099 a gente poderia hoje, dia 23, não é? 1, 2, 3. Hoje é quarta. Talvez, tipo, para sexta-
4100 feira, dia 31. Dá sete dias. Dá até um pouco mais de sete dias para as pessoas
4101 poderem de fato... Quem, Quem que a gente convidaria? Porque a gente teria que
4102 expedir o ofício amanhã. É, então, ou pode ser, não sei, assim, a gente convidaria
4103 representante GMF, DMF, eu acho que, comitê, mecanismo, MP, defensoria, CEAP,
4104 enfim, eu acho que... Defensoria, CEAP, aham, e daí a gente pensa, assim... Vale
4105 o Senapem, o secretário nacional também? Pode ser, a gente pode chamar a
4106 governadora também, representante da governadora. Eu acho super válido.

4107 **Interlocutora não Identificada** Sofia. Oi. A gente tem um encaminhamento aqui,
4108 um pedido de reunião extraordinário. Essa seria uma outra reunião? Que reunião é
4109 essa? Com os familiares, órgãos de governo, ministérios. Quando que marcaram
4110 isso? Não, não marcaram, é um encaminhamento, não é? Ah é a mesma coisa.
4111 Seria a mesma coisa, então está.

4112 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** Eu
4113 anotei aqui, ó, Débora, de qualquer forma, se tivesse faltando alguém para trás.
4114 GMF, DMF, Secretaria de Sistema Penitenciário, Comitê, Mecanismo, MP, DPE,

4115 Senapem e Governadora. E daí eu acho que se a gente não tiver a composição
4116 completa aqui do comitê, é importante. O membro, eu acho, é do Ministério da
4117 Justiça, não é? Se ele não indicou. O próprio... Estava aí agora. Ah dá para me
4118 corrigir agora o nome? Ah, é Senapem? Está, está. Então é isso, que não é mais
4119 DPE. Tinha um nome também, Torquato. Isso. Você, Patrícia, você tem mais uma
4120 pessoa para falar?

4121 **Patrícia Oliveira** - Eu só tenho preocupações de ser uma reunião com muitos
4122 órgãos e muita gente inuída. A reunião acabar não fluindo, entendeu? Eu acho
4123 que... Todo mundo vai juntar, tribunal, governadora, não é? Eu acho que, assim, vai
4124 acabar sendo uma reunião longa demais e vai acabar perdendo, digamos, o foco.
4125 Porque eu acho que tem que ser reuniões separadas. Se vamos fazer reunião com
4126 o CNJ, a DMF e o Tribunal de Justiça, vamos fazer uma reunião com foco, sabe,
4127 nessa parte da Justiça. Eu acho que tem que ser mais amarrado, mais separado,
4128 porque senão não vai... Porque, assim, normalmente cada um empurra a culpa para
4129 o outro. Essa é a praxe, não é? Eu acho que a gente tem que ter cuidado com essas
4130 reuniões muito grandes, assim. E, assim, a gente também vai querer a participação
4131 dos familiares, também vai querer a participação, então vai ser uma reunião com
4132 40, 50 pessoas e a gente acha que não vai alcançar o objetivo. Acho que tem que
4133 ter reuniões com o objetivo, foco. Essa reunião aqui vai ser com o Tribunal. O que
4134 compete o Tribunal de Justiça? O que compete o CNJ? O que compete o DMF? E
4135 assim, menino, é isso.

4136 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
4137 Enfim, não sei, se vocês acharem que é melhor reuniões separadas, a gente tem
4138 feito aqui no comitê esse formato meio de audiência pública chamando vários
4139 atores, não é? Eu acho que tem seus pontos positivos e seus pontos negativos. Eu
4140 não sei, de várias reuniões, qual a possibilidade até mesmo de todos os membros
4141 do comitê, mecanismo, etc, estarem em tantas agendas, assim, diferentes. Eu acho
4142 que pode ser, isso pode ser um fator que impede um pouco o trabalho. Porque aqui
4143 já falando, mesmo se for juntar em grupos, é uma coisa de, sei lá, de três, no mínimo
4144 três reuniões, não é? Então, não sei, acho que a gente tem que pensar aqui, entre

4145 nós, o que faz mais sentido. Foi isso que eu tinha dito ali, não é? Se é nesse formato
4146 de audiência pública ou de uma reunião unilateral com esses atores aí. Aí, eu não
4147 sei, eu estou abrindo aqui a possibilidade de se manifestarem aqui o pessoal da
4148 sociedade civil, enfim, e governo que está aqui também, que faz parte do comitê. O
4149 Gustavo também sugeriu a corregedoria do TJRN, eu não sei. Pode ser também,
4150 acho que a gente pode sentir muito bem. Alguém mandou aqui no Chat alguma
4151 coisa. Não consigo ver aqui, o computador está meio lento.

4152 **Interlocutora não Identificada** - A Ana Karolina, desculpa, teve a sugestão do
4153 Gustavo. A Nana também deu uma sugestão de recomendação para a defensoria
4154 para pedir prisão domiciliar humanitária para os presos com tuberculose, não é?

4155 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Eu
4156 acho que esse pode ser um dos encaminhamentos, mas eu tendo a achar que a
4157 questão da audiência ela pode ser mais produtiva se a gente criar um formato e daí
4158 o formato que a gente fez nas últimas vezes que a gente fez eram algumas falas
4159 dos familiares e a gente pode se organizar para que, enfim, tem alguns
4160 representantes de familiares e que tem um tempo de fala determinado, mas, no
4161 mais, assumir, que é isso que a gente tem que assumir, não é? Que essas pessoas
4162 tiveram contato com, é virtual, que essas pessoas tiveram contato com o relatório,
4163 que elas sabem do que está acontecendo, que elas sabem da situação do sistema
4164 prisional no Rio Grande do Norte, não é? Então, elas não podem se furtar disso,
4165 não é? Então, enfim, não é uma reunião com elementos novos, não é uma audiência
4166 com elementos novos, são elementos que já estão aí e que elas já sabem, não é?
4167 Então, eu acho que a gente poderia manter no formato de audiência e se isso, não
4168 é, enfim, e aí dessa audiência tem encaminhamentos, etc., e se isso não for frutífero,
4169 a gente pensa em ações separadas. Agora, se quiser fazer uma reunião específica
4170 com o Ministério da Justiça para tratar da questão da FTIP, por exemplo, não é, que
4171 é uma questão específica não só das violações, mas disso talvez possa fazer
4172 sentido. Uma reunião específica que não é uma reunião extraordinária, é uma
4173 reunião com o Ministério, não é? Então, enfim, a Ana Valêncilevantou a mão.

4174 **Ana Valeska** - Complementando, Sofia, assim como vai chamar o CNIJ, vai chamar
4175 o CNIP, por quê? Porque também no nosso relatório tem uma atuação específica
4176 ao CNIP, porque o CNIP tem uma comissão chamada também Comissão de
4177 Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional, e eles também
4178 realizaram uma missão em 2019, tem um relatório deles, específico em relação ao
4179 Alcaçuz, não é? Inclusive, a gente encaminha agora este relatório e faz a
4180 apresentação ao CNIP para reforçar também, cobrar dos membros do Ministério
4181 Público do Rio Grande do Norte as apurações e investigações exaustivamente das
4182 denúncias de tortura, como também monitorar as afinações do relatório do
4183 Mecanismo Nacional, como também do próprio relatório do CNIP, não é, desta
4184 comissão, que foi elaborado também em 2019, em relação ao Alcaçuz, e que
4185 menciona também em relação à atuação do FTI. Também acho importante o CNIP
4186 estar presente, só para a gente estar discutindo. Aí depois eu te passo ali o nome,
4187 inclusive, da comissão do CNIP, mas manda para o presidente, não é? Está, então
4188 a gente pode deixar essa sugestão de audiência pública, mandando ofício para
4189 todos os atores, para sexta-feira, dia 31, na parte da manhã? Já quer definir o
4190 horário? Eu acho que pode ser das nove ao meio-dia. Então pode tirar essa questão
4191 aqui de oficiar o CNJ sobre a anotação do juízo. Bom, aí tinha esse ofício, não é, o
4192 Ministério da Justiça. Sobre a alocação da verba que vai ser disponibilizada para o
4193 Estado. Especificar, especificar, não é, o detalhamento. Esse aqui, se eu não me
4194 engano, foi... Está suficiente esse aqui, do MJSP, sobre a verba? Que, que é esse
4195 SP? Esse aqui? MJ, Ministério da Justiça, o que é? Segurança Pública, o CNAP.
4196 Segurança Pública, chama Segurança Pública. Isso. Esse ofício, a reunião com o
4197 CNMP, quem que foi? Acredito que tenha sido um encaminhamento do Gustavo.

4198 **Sr. Gustavo** - Oi, gente. Oi foi. Então, acho que talvez está um pouco alinhada com
4199 essa questão da reunião extraordinária, mas acho que tem que ter uma incidência,
4200 não é, talvez também com o ofício, para que o Conselho Nacional do Ministério
4201 Público faça uma atuação muito mais vinculada ao Ministério Público Local. Sei lá,
4202 que seja um workshop, como o CNJ tem feito em alguns casos, alguma capacitação,
4203 alguma coisa assim, para que incida que o Ministério Público Estadual atue melhor

4204 na política de prevenção e combate à tortura, especialmente na investigação das
4205 práticas de tortura. Então, seria um pouco desse reforço no âmbito do Conselho
4206 Nacional. A proposta inicial era essa.

4207 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Está.
4208 O próximo seria... E daí, aqui, o verbo não é convocar, não é, porque a gente não
4209 pode convocar, não é, o ministro. E aí, só que eu vou perguntar da viabilidade disso,
4210 não é, porque, enfim, a gente pode oficiar, e daí isso seria, tipo, um pedido de uma
4211 reunião. Aí eu estou perguntando para quem fez esse encaminhamento aqui, está?
4212 A sugestão, não é? Porque isso é um pedido de uma reunião com o ministro, com
4213 o Silvio e com o Flávio, para apresentar o relatório do mecanismo. Ou é o envio do
4214 relatório do mecanismo e chamar eles para essa audiência pública, por exemplo.
4215 Ou é uma atuação específica com eles, não é? Porque, enfim, não sei muito bem
4216 como que... Porque, assim, o relatório a gente pressupõe que vai ser enviado já
4217 para o Ministério, não é? Ministério da Justiça, Ministério dos Direitos Humanos.
4218 Então, o que a gente quer especificamente com isso, não é? Não sei quem fez aqui.
4219 Eu não lembro de quem que é o encaminhamento. Não sei se foi da Fernanda, da
4220 Maria Clara.

4221 **Interlocutora não Identificada** - Eu acho que a ideia era para essa reunião
4222 extraordinária, não é? Porque, acho que aqui foi falado, o envio do relatório não é a
4223 mesma coisa da apresentação pelas peritas do relatório, não é? E aí, considerando
4224 também o esvaziamento por esses representantes desse Ministério em relação à
4225 pauta, seria essa forma, não é? De garantir que eles estejam presentes nessa
4226 apresentação e que possam dialogar diretamente com os peritos e as peritas do
4227 mecanismo, mas aí, sobre o formato, pode ser em formato de reunião extraordinária
4228 ou na própria audiência, se ela for ocorrer. Aí, tendo a audiência, acho que não faz
4229 sentido ter as duas coisas, não é? Mas é diferente de só enviar o relatório,
4230 entendeu? Acho necessário, sim, esse momento da apresentação. Que deveria ter
4231 sido hoje, não é? A ideia era que fosse hoje, mas como não ocorreu, seria em função
4232 dessa necessidade de implicar eles nos encaminhamentos.

4233 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Eu
4234 acho que a gente pode, a Fernanda levantou a mão, mas acho que a gente pode,
4235 nesses ofícios, oficiar diretamente o gabinete do ministro Silvio e do Flávio para que
4236 eles participem da audiência, ainda que o ministro seja o presidente aqui do CNPCT,
4237 mas que ele esteja na audiência. E talvez a gente possa pensar nessa audiência
4238 que é reunião extraordinária e tudo mais, num tempo, e daí falar aqui com as peritas,
4239 porque infelizmente é isso, não é? Eu acho que é um desrespeito com o trabalho
4240 de todo mundo, na verdade, não é? Os atores não estarem presentes da forma
4241 como deveriam, mas que fizessem uma apresentação desses pontos que vocês
4242 trouxeram mais importantes, tendo em vista que o relatório já vai estar publicado,
4243 então a gente vai ter um conhecimento mais aprofundado do relatório, e daí teria
4244 um período de apresentação do relatório e também da fala dos familiares ali, a gente
4245 delimita bastante o tempo, que é uma coisa muito desagradável de fazer, mas para
4246 dar tempo de, enfim, das autoridades falarem, se manifestarem. Você quer falar?
4247 Levantou a mão, não levantou? Não? Ah, eu? Não, eu estava tentando baixar,
4248 desculpa. Não, mas a Fernanda tinha levantado a mão, você não tinha levantado a
4249 mão?

4250 **Interlocutora não Identificada** - Tinha, tinha levantado, mas eu acho que o que
4251 você falou já contempla. O que eu ia dizer é que, de fato, se eles estiverem na
4252 reunião extraordinária, de repente na reunião extraordinária, o mecanismo faz
4253 novamente as considerações de forma mais breve do seu relatório, mas eu achei
4254 ótima a sua ideia, Sofia, de oficiar eles para que eles estejam na reunião
4255 extraordinária, realmente, reiterando essa importância.

4256 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** -
4257 Então, eu acho que lá em cima a gente pode colocar diretamente o ofício do
4258 gabinete, do ministro e do Flávio, porque daí, assim, eles não vão ter tempo na
4259 agenda deles para participar. Aí, o próximo seria... Ah, daí essa daqui, não é, que é
4260 da questão dessa visita, missão e tal, do Conselho de Direitos Humanos, não é, que
4261 daí seria reiterar a solicitação do mecanismo, e daí eu não sei como a gente pode
4262 articular isso, porque a Ana levantou a mão, não sei se ela ficou com a mão

4263 levantada, levantou agora, mas eu não sei como, porque, assim, o que eu estou
4264 entendendo é a Maria Clara, o Gajop, ele está no comitê, não é, no Conselho de
4265 Direitos Humanos, não é, e já, e aí, teria essa possibilidade, por exemplo, da Maria
4266 Clara ir enquanto representante do comitê. Teria, Maria Clara?

4267 **Sra. Maria Clara** - Isso, porque a gente está aqui do lado, não é, na verdade, a
4268 gente iria de carro, então, seria mais essa... Desculpa, gente, o meu computador
4269 travou, estou com dificuldade aqui no celular. Seria mais essa facilidade logística
4270 mesmo de conseguir ir de carro até o Rio Grande do Norte garantindo essa agenda,
4271 mas, pelo que eu estou entendendo, também foi deliberado para verificar se seria
4272 possível que o mecanismo estivesse presente nessa mesma agenda, então, tentar
4273 coincidir para a participação de todo mundo. Também foi deliberado que essa
4274 questão de usar os recursos próprios e não o governo, não é, teve essa questão da
4275 resposta do governo, então, com a negativa, não é, da visita da missão conjunta,
4276 não é, ministerial. Então, eu queria entender, na verdade, o que o coletivo vai
4277 decidir, mas a gente está disponível só por essa facilidade logística, pela urgência
4278 das coisas, não é, para tentar garantir uma ida rápida e diante da demanda da
4279 sociedade civil local, mas ninguém quer também atrapalhar, não é, enfim, os
4280 encaminhamentos, ninguém quer, como é queimar cartucho, como foi colocado,
4281 não é, no caso de conseguir uma reunião com a governadora. Então, o que vocês
4282 acham que seria melhor? A gente está à disposição, a gente está aqui do lado, a
4283 gente pode ir de carro e garantir essa presença do comitê, mas queria ver o que
4284 vocês vão deliberar sobre isso.

4285 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular-Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - Eu,
4286 na minha opinião, está? Vou falar a minha opinião. Eu acho que seria importante a
4287 presença do comitê. E aí, acho assim, claro, existe essa facilidade de você estar aí,
4288 etc, e estar do lado e tal, apesar de não ser o mesmo Estado e tudo mais, mas eu
4289 acho que a gente deveria pedir verba para a diárida, porque não faz sentido, não é,
4290 isso que não é um trabalho, assim, a gente já não recebe para isso, mas, assim,
4291 embora, eu acho que as coisas às vezes se confundem nesse lugar. Militância e
4292 trabalho, porque a gente também é militante, mas eu acho que não faz sentido, acho

4293 que a gente tem que pedir, não é, já que tem uma verba, a gente tem que pedir essa
4294 verba. Se essa verba não for garantida, daí a gente pode pensar o que a gente faz
4295 a partir disso, mas eu acho que deveria ter uma diária para você, Maria Clara, fazer
4296 parte dessa reunião no dia 27, não é?

4297 **Sra. Maria Clara** - Só uma questão, Sofia, eu acho que sim, mas acho que não é
4298 só sobre isso que foi colocado aqui, não é, que seria essa possibilidade do próprio
4299 mecanismo apresentar o relatório nessa mesma oportunidade, porque caso a
4300 governadora aceite a reunião, isso seria uma outra oportunidade, então eu estou
4301 colocando aqui, considerando que o Ministério, sim, recebeu a solicitação do
4302 mecanismo, seria possível, então, garantir a presença do mecanismo na semana
4303 que vem, nessa mesma agenda, porque aí a gente consegue alinhar essa data.

4304 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4305 **e Cidadania – ITTC**) – Eu acho que o esforço todo é esse, eu estava perguntando
4306 de vocês, basicamente, mas acho que o que foi sugerido é mecanismo, comitê e as
4307 organizações locais, e daí está falando aqui do nosso orçamento, que eu acho que
4308 a gente tem que pedir. Aí, eu não sei se, aqui, uma coisa que... Juliana e Ana Lúcia
4309 estão com a mão levantada ou se elas não abaixaram.

4310 **Interlocutora não identificada** – Não, eu, particularmente, estou com a mão
4311 levantada. Ah, está. Para falar sobre essa questão do... da verba, assim, não é,
4312 porque, salvo engano, aí alguém do mecanismo pode me dizer, salvo engano, vocês
4313 fizeram um pedido dessa missão conjunta e teve uma resposta dizendo que a
4314 missão não seria conjunta, mas garantindo a ida de vocês para apresentação, ou
4315 não. Só para a gente também, de novo, ativar a comunicação aí.

4316 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4317 **e Cidadania – ITTC**) – Não sei, acho que foi um pedido do mecanismo, Ana
4318 Valencia pode falar melhor. Já está com a mão levantada.

4319 **Interlocutora não identificada** – Em relação ao pedido da missão conjunta, nesse
4320 sentido, o ofício...

4321 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4322 **e Cidadania – ITTC**) – Eu só quero entender uma coisa, só para esclarecer para
4323 mim mesmo, porque eu estou um pouco na dúvida. Essa missão que vocês
4324 pediram, foi que missão? Porque é diferente do que está acontecendo no Conselho
4325 e a gente chegou ao consenso aqui que seria melhor o mecanismo ir do Conselho
4326 de Direito Humano. Então, qual que é? Estou um pouco na dúvida.

4327 **Interlocutora não identificada** – Só um minuto, espera só um pouquinho, Sofia.

4328 **Interlocutora não identificada** – Bom, então, só complementando, e a ideia é isso,
4329 assim, porque também tinha ficado com a impressão de que existia, assim, algum
4330 ruído com relação à questão, assim, ah, o Ministério não estaria facilitando a ida,
4331 enfim. E aí a gente precisa realmente que o comitê, aqui, enquanto membro
4332 também, que a gente delibere sobre a necessidade de ida do comitê e aí a gente
4333 formalize isso, o pedido de área, para ver se vai ter uma negativa ou não, porque,
4334 em princípio, acho que o caminho é esse, não é contar com a louvável, boa vontade
4335 da sociedade civil. Acho que a gente pode fazer o pedido da verba e se tiver
4336 negativa, mas há que ter uma deliberação do comitê nesse sentido.

4337 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4338 **e Cidadania – ITTC**) – Não, está bem, mas em relação ao comitê, acho que vou
4339 passar a palavra depois para a Ana, mas em relação ao comitê, não é, Ana e
4340 Débora, acho que a gente já pode fazer esse pedido aí, que eu não sei como que
4341 ele é formalmente, mas para a verba de área, para a Maria Clara, que está mais
4342 próximo, representar o comitê nessa reunião. Ana, você quer falar?

4343 **Sra. Ana** – Ah, sim. Não, só para responder. Então, é que foi assim, diante daqueles
4344 últimos acontecimentos, não é, que aconteceram no Rio Grande do Norte no dia,
4345 não é, a gente até, inclusive, já tinha concluído a relatório, faltava só aquela fase de
4346 montar a foto, diagramação, o tempo mais demora, porque a gente não tem
4347 assessoria específica para isso, não é, somos nós mesmos aqui que nos viramos.
4348 Foi feita uma proposta, não é, um ofício ao presidente do ministro, não é, no sentido

4349 de fazer um retorno institucional pontual, não é, em conjunto, não é, mecanismo,
4350 não é, ministério de direitos humanos, enfim, até porque, assim, a gente estava
4351 vendo os desdobramentos, não é, e, assim, hoje nós vamos participar, não é, Sofia,
4352 a primeira vez de uma reunião sobre, fomos convidados, não é, agora para
4353 conversar às 18h30, uma reunião sobre essa situação também no Rio Grande do
4354 Norte e outros pontos, não é, e, então, foi a primeira vez que a gente vai ter uma
4355 conversa especificamente sobre isso, não é, e que também tem a ver com essa
4356 proposta que a gente fez inicialmente, não é, desse ofício, que a gente estava
4357 aguardando até, talvez, sair realmente, efetivamente, alguma resposta conclusiva
4358 e, aí, hoje a gente vai para essa reunião. Então, aí, a gente vai saber de fato, não
4359 é, e, a princípio, foi isso que aconteceu, foi uma proposta de missão, não é missão,
4360 uma proposta de uma ida em conjunto para acompanhar a crise no Rio Grande do
4361 Norte que também estava ligada ao sistema, o que vem acontecendo ao sistema
4362 prisional, entendeu? E, a princípio, não é, foi respondido que ia passar para outros
4363 setores e que também reconhecia também a nossa autonomia. É isso, e é hoje que
4364 a gente foi chamado agora para uma reunião.

4365 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4366 **e Cidadania – ITTC)** – Mas isso não teria data ainda?

4367 **Interlocutora não identificada** – O que, data para ir? Não, é, vocês não fecharam
4368 uma data para isso, porque... Não, não ficou fechado nada, mas...

4369 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4370 **e Cidadania – ITTC)** – Mas seria possível vocês estarem nessa agenda do dia 27?

4371 **Interlocutora não identificada** – Olha, eu acho que sim, dependendo, não é, eu
4372 não sei quanto tempo que leva os trâmites para fazer o pedido de urgência, tem
4373 uma situação de urgência, não vai dar aquele tempo legal, não é, do pedido de
4374 passagem, não é, a gente não sabe também, não é, porque, assim, a gente não
4375 tem orçamento para passagem, não é? Então, a gente não saberia se vai ser um
4376 orçamento como a Ananda tinha de experimentar, ou se é a Secretaria que vai

4377 arcar, ou se a gente vai ter, não é, junto com o São pelo governo, com a sua
4378 estrutura, não é, o de voo, não sei. A gente não sabe nada, mas, assim, dia 27,
4379 então, eles vão estar lá, a SNBH, é isso?

4380 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4381 **e Cidadania – ITTC)** – É, a ideia é toda essa, não é? E aí, eu acho que...

4382 **Interlocutora não identificada** – Deixa eu dando e falar, aproveitar aqui para
4383 compartilhar. Eu recebi, acho que foi ontem ou ontem, o contato, não é? Eu soube
4384 que vai estar lá, foi passado, não é, até compartilhei com os colegas já aqui, as
4385 defensorias sem fronteiras, vai uma coletiva, era para essa semana, ficou para outra
4386 semana, de defensores públicos, não é, defensores públicos estaduais, convidados
4387 de outros estados, como também defensores públicos da União, para iniciar,
4388 retomar, não é, aquele projeto de defensoria sem fronteiras, justamente para ver as
4389 questões jurídicas, pendências, não é, de processos [Ininteligível], e direitos e
4390 benefícios das pessoas privadas de liberdade. Então, ficou para a semana que vem.
4391 Então, eles também vão estar lá a semana que vem. Então, de fato, para nós
4392 seríamos interessantes também irmos para estar lá a semana que vem, não é? A
4393 princípio, se a gente pudesse ir, não é, segunda ou terça já, e ficar uns dois, três
4394 dias, enfim, mas semana que vem também vai estar essa equipe lá, defensoria sem
4395 fronteiras, se existir o conhecimento disso.

4396 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4397 **e Cidadania – ITTC)** – Não, eu não tinha, mas então eu acho que é algo que eu
4398 não sei como que vocês podem internamente ver essa questão. Enquanto eu estou
4399 entendendo, assim, que tem uma vontade de vocês estarem lá, teria uma questão
4400 da verba, não é? Só que eu acho que é isso, precisaria confirmar essa data, mas a
4401 sugestão que eu vou dar também, enfim, é a seguinte, não sei se para a gente
4402 encaminhar isso, não é, se dia 27 foi o dia que marcaram, etc., e talvez dê tempo
4403 de uma verba extraordinária, mas se isso não acontecer também, eu não sei se, por
4404 exemplo, o mecanismo não pode apresentar o relatório de uma forma online, ainda
4405 que seja prejudicial, eu acho que seria melhor se estivesse lá, mas talvez possa

4406 apresentar esse relatório online para não acabar com a agenda da reunião, já que
4407 várias pessoas foram mobilizadas para essa reunião. Dando sugestão, Fernanda
4408 está com a mão levantada, depois a Patrícia e a Maria Clara, não sei se está com
4409 a mão levantada ou não. Pode falar, Fernanda.

4410 **Sra. Fernanda** – Obrigada. Só para reiterar realmente esse encaminhamento oficial
4411 da Maria Clara, caso haja inspeção para que ela possa, de repente, até se valer das
4412 mesmas condições de transporte junto com o mecanismo de segurança,

4413 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4414 **e Cidadania – ITTC)** – Cortou um pouco para mim. Vocês estão ouvindo? Porque
4415 para mim cortou.

4416 **Interlocutora não identificada** – Fernanda, o seu áudio está ruim. Fernanda, o seu
4417 áudio está ruim.

4418 **Sra. Fernanda** – Está ruim?

4419 **Interlocutora não identificada** – Está.

4420 **Sra. Fernanda** – Eu estava falando da necessidade, realmente, de oficializar aqui.
4421 Não está nada, não?

4422 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4423 **e Cidadania – ITTC)** – Agora melhorou. Não, mas na verdade está ruim. Você vai
4424 escrever no chat. A Patrícia, se quiser falar quanto a isso.

4425 **Sra. Patrícia** – É, mas eu fiquei bem na dúvida, porque a fala da Bárbara foi vamos
4426 com calma, vamos devagar, a gente pode criar um grupo depois para conversar
4427 sobre isso. E agora, Ana Valeiro, eu queria entender, porque a gente está na reunião
4428 desde de manhã, e eu acho que tudo tem que ficar muito amarradinho, porque
4429 senão, um vai estar lá, um vem para cá, e a gente acaba se perdendo e o objetivo
4430 alcançado acaba não entendendo. O mecanismo nacional, todo mundo vai estar no
4431 dia 27, vai ter uma articulação, vai ter uma coisa, porque, assim, só por ir, porque

4432 vai não ser quem, vai não ser quem, talvez não seja o objetivo também. Então,
4433 assim, eu acho que precisa ter essa articulação e precisa ser pactuada por todo
4434 mundo, porque, assim, eu conheço várias pessoas que estão no Conselho Nacional,
4435 o Conselho Nacional já esteve no Rio de Janeiro várias vezes no sistema prisional,
4436 acho super bom essa articulação, mas eu acho que, de hoje para o dia 27, eu acho
4437 meio precipitado, assim. Eu acho que tem que, pelo menos, jogar mais para frente
4438 para estruturar uma coisa, todo mundo está falando a mesma língua, a mesma fala,
4439 o mesmo objetivo, só para ir por ir, porque, às vezes, tem quem que vai estar em
4440 outro lugar, que vai estar, a governadora depois pode estar recebendo outra pessoa,
4441 então, acho que tem que fazer mais coisas. O organismo nacional já vem falando,
4442 falando das visitas, já vem falando do relatório, já vem falando das...

4443 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4444 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, Maria Cecília está com a mão levantada.

4445 **Sra. Maria Cecília** – Pessoal, estou tentando acompanhar duas coisas ao mesmo
4446 tempo, Cecília estava me assessorando aqui também, assim, eu sou ponto focal do
4447 Rio Grande do Norte, então, na verdade, os detalhes sobre as intervenções
4448 realizadas nesse momento conjunto, como eu já disse, acho que não deve ser
4449 tratado aqui, não foi gravado, a gente teve até presença de jornalista, então, acho
4450 que a gente precisa, de fato, daquele primeiro momento, quando eu disse, de ter
4451 um jeito para conversar isso fora dessa reunião, nesse modo que não está muito
4452 coerente com a missão que a gente tem, na minha opinião, mas, de fato, enquanto
4453 o mecanismo, enquanto o órgão que faz fiscalização de inspeção, é muito
4454 complicado fazer uma ida meramente de articulação política, então, gostaria, de
4455 novo, de retomar essa perspectiva de a gente criar um grupo para discutir algumas
4456 coisas em relação ao que seria essa missão conjunto e quais órgãos fariam essa
4457 composição e, fora daqui, poder discutir melhor, construir isso juntos, não é?
4458 Embora a gente saiba que o tempo está correndo, que tem algumas coisas que já
4459 foram colocadas por outras instituições, que já são outras articulações, mas que a
4460 gente tenha um momento para poder dialogar de forma mais profunda e detalhada
4461 no ambiente civil.

4462 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4463 **e Cidadania – ITTC) – Maria Clara.**

4464 **Sra. Maria Clara** – Olha, eu acho que não foi uma ida só por ir. Eu acho que teve
4465 uma demanda muito concreta de quem está lá, solicitação de atenção dos órgãos
4466 nacionais, os órgãos, inclusive, vinculados ao Ministério dos Direitos Humanos, que
4467 até agora não se manifestaram sobre a situação e teve uma finalidade bem objetiva.
4468 Juliana colocou aqui, Gustavo colocou aqui, então, acho que não seria uma ida à
4469 toa, mas, eu também acho que o CNDH, e aí, assim, o [Ininteligível] está no CNDH,
4470 mas não sou eu que faço a representação, então, também não posso falar pelo
4471 CNDH, não estou lá, mas, pelo que eu entendi, eles estão abertos também a
4472 readequar essa data para garantir essa presença, inclusive, essa reunião que a
4473 Juliana tinha mencionado na sexta-feira com a presença dos familiares, foi feito o
4474 convite para o comitê, só que ela colidiu com o memorário da reunião que a gente
4475 teve com a coordenação, não sei se vocês lembram. Enfim, eu acho que eles estão
4476 abertos, sim, para readequar a data, para garantir uma visita que tenha mais
4477 potencialidade, mas eu acho importante também não perder o timing das coisas, a
4478 urgência das coisas, que, na verdade, ia estar agravando mais a situação. Então,
4479 eu sugeri para tirar alguém aqui para fazer essa conversa com o CNDH e, talvez,
4480 readjustar essa data, eu acho que a gente não iria só porque está agendada, porque
4481 vai ser na segunda, não, a ideia sempre foi dar mais potência, sim, para essa
4482 agenda e foi feito esse convite. E aí, eu acho que poderia marcar uma nova data
4483 para o final da semana, como a Ana Carolina tinha sugerido, mas é importante ter
4484 uma resolução também sobre se o mecanismo vai ou não. E eu acho, assim, grave
4485 que, com essa informação, que o governo ficou de dar uma resposta ainda hoje,
4486 mais tarde, sendo que a gente está o dia todo falando sobre isso aqui e o governo
4487 não está presente para dar essas respostas. Então, como assim o governo vai, mais
4488 tarde, falar com o mecanismo sobre a solicitação que eles fizeram, super importante
4489 para a ida deles lá, e não, e se negaram a comparecer aqui, não é? Eu acho que
4490 essa é uma informação bem importante. Então, a gente pode aguardar até mais
4491 tarde para saber qual é o posicionamento do governo? O mecanismo pode nos dar

4492 essa devolutiva, mas eu acho importante também que amanhã, talvez, a gente pode
4493 deixar esse ponto para a gente decidir amanhã com mais representantes do
4494 governo que estejam presentes, depois que ocorra essa reunião, então, do
4495 mecanismo com o governo, mas que tenha uma resolução sobre essa questão, até
4496 porque, se o governo puder realmente financiar a ida, nem precisa ser eu indo aqui
4497 de carro, pode ser outra pessoa do comitê também, seria uma coisa assim só para
4498 facilitar, mas eu acho que a gente tem que pressionar o governo, então, para tomar
4499 essa decisão. Eu não acho também que o fato do CNH estar se movimentando
4500 impede e engessa o comitê e o mecanismo de fazer qualquer coisa. Eu acho que,
4501 desde o início, foi posto para fazer uma missão conjunta e, desde o início, os
4502 movimentos locais fizeram essa convocação. Então, a ideia também não é ser uma
4503 ida por qualquer motivo, porque tem que ser, porque tem que ser urgente, não,
4504 vamos fazer isso, vamos articular, espera até amanhã, então, vocês querem deixar
4505 esse ponto de pauta para decidir amanhã de manhã com a presença do
4506 representante do governo e depois dessa reunião com o mecanismo? Pode ser?

4507 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4508 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que, talvez possa ser, Maria Clara, mas o que eu
4509 queria dizer, inclusive para a Bárbara e tal, para o pessoal do mecanismo, é que eu,
4510 escutando as demandas das pessoas que estavam aqui na reunião, ficou claro para
4511 mim que tinha um certo, não sei se, não é desconforto a palavra, mas foi visto com
4512 bons olhos a questão do conselho, mas é que, o que eles disseram aqui é que não
4513 é um órgão que originalmente trata dessa pauta, então, que seria importante a
4514 reunião e a representatividade de órgãos que estão mais próximos da situação e,
4515 nesse caso, o mecanismo, não é? Então, acho que essa solicitação foi feita nesse
4516 sentido e de que, inclusive, seria complexo para eles, o que eu estou interpretando
4517 do que eu ouvi aqui até agora, várias articulações e várias agendas, porque isso
4518 poderia, inclusive, enfraquecer a articulação total. Então, por exemplo, não é, eu
4519 acho que é isso, eu acho que esse é o cuidado que tem que ser tomado, não é? Se
4520 daí um mecanismo ou comitê ou qualquer órgão que seja consiga uma reunião
4521 com a governadora e aí outros órgãos não estão presentes ou qualquer coisa assim.

4522 Então, eu acho que as articulações elas podem ser paralelas e podem ser de vários
4523 órgãos, não é? Mas eu acho que a preocupação deles era essa, de que uma coisa
4524 não atravessasse a outra, não é? De que porque, enfim, tem uma representação do
4525 mecanismo, daí consegue uma reunião e tal. Então, acho que foi um pouco nesse
4526 sentido a preocupação, mas, a Ana Lúcia está com a mão levantada e o Gustavo
4527 também. Então, acho que poderão falar melhor do que eu aqui. Ana Lúcia e depois
4528 o Gustavo. Ana Lúcia, sei que você vai falar ou posso passar para o Gustavo?
4529 Gustavo, se você quiser ir falando enquanto isso que acho que talvez tenha dado
4530 um problema lá.

4531 **Sr. Gustavo** – Certo. Então, assim, essa é uma proposta, não é? Acho que é muito
4532 no sentido que o Sofia estava falando, a minha preocupação, não é? Enquanto o
4533 comitê, assim, local, essa questão de a gente fazer várias articulações, acho que a
4534 gente pode concentrar força para fazer uma articulação de peso, não é? Com todo
4535 mundo no mesmo espaço, assim, não é? Pelo que eu tinha comentado antes,
4536 repassando isso aqui agora, assim. Uma sugestão talvez fosse encaminhar, não é?
4537 Do comitê nacional aprovar a possibilidade da ida e aí talvez, não é? Definir alguém
4538 que poderia ir, Maria Clara, outra pessoa poderia vir, não é? E aí a partir disso fazer
4539 a proposta de Bárbara de fechar essa agenda comum a partir dessa interrupção
4540 entre o Conselho Nacional de Direitos Humanos, Comitê Nacional de Combate à
4541 Tortura e Mecanismo, porque aí acho que articula melhor, fechando talvez já a
4542 pessoa que ficaria responsável nessa possibilidade de vinda pelo Comitê Nacional.
4543 Não sei se é um caminho, se é viável isso na articulação, não é? Na forma de
4544 funcionamento do Comitê Nacional, mas talvez isso ajudaria a qualificar esse
4545 debate, não é? Tentar pensar essa estratégia mais decididamente dentro de um
4546 grupo de trabalho ou alguma coisa que seja assim com esses três órgãos. Não sei.

4547 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4548 **e Cidadania – ITTC)** – Maria Clara, você queria falar?

4549 **Sra. Maria Clara** – Não, eu tinha esquecido de baixar a minha mão. Coloquei já no
4550 chat.

- 4551 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4552 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem. O que você colocou no chat? Está meio lento
4553 aqui. Para gente esperar até amanhã, é isso? Não sei se está carregando.
- 4554 **Interlocutora não identificada** – Isso. Maria Clara...
- 4555 **Interlocutora não identificada** – É, eu não estou vendo uma outra saída. É assim,
4556 o Comitê aprova a necessidade do mecanismo e aprova a possibilidade também,
4557 seria ainda melhor se fosse uma ida conjunta. Então, assim, talvez precisa
4558 formalizar nos encaminhamentos, não sei, mas tem essa aprovação, mas, de
4559 qualquer forma, depende agora só do governo, é isso? A gente precisa fazer mais
4560 uma notificação ao governo, outro ofício, só para ver como a gente encaminha.
- 4561 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4562 **e Cidadania – ITTC)** – Eu confesso que eu me perdi um pouquinho numa coisa.
4563 Com quem que o mecanismo tem reunião agora às seis da tarde?
- 4564 **Interlocutora não identificada** – Com a Secretaria Nacional.
- 4565 **Interlocutora não identificada** – É, a Secretaria Nacional. Proteção Global. A
4566 questão é...
- 4567 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4568 **e Cidadania – ITTC)** – Para tratar essa questão do Rio Grande do Norte?
- 4569 **Interlocutora não identificada** – Não só, outras questões de fluxo, de tramitação,
4570 que está todo mundo apanhando do SEI, mas a questão é que eu queria ver, para
4571 eu entender, o convite do CNDH, para vocês acompanharem o CNDH nessa
4572 missão, nessa visita. Não vamos usar o termo missão, que dá confusão. Nessa
4573 visita que o CNDH está proondo. Vocês vão aceitar ou não? Ou vão deixar para
4574 deliberar sobre isso amanhã? É só porque eu me perdi também, não consegui
4575 entender.

4576 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4577 **e Cidadania – ITTC)** – Eu vou dar a minha opinião aqui. Eu acho que a gente
4578 enquanto comitê aceita. Agora, se o mecanismo vai pensar internamente se quer
4579 aceitar ou não, eu acho que deve deliberar entre eles, porque na minha opinião, as
4580 pessoas estão convidadas, a gente colocou aqui que é importante que o comitê
4581 entende que é importante o mecanismo ir. Agora, vocês têm autonomia, enfim, para
4582 definir se vocês acham que é importante ou não, está nessa agenda. E teve um
4583 pedido também do comitê estadual e de outros atores aqui que foram ouvidos, da
4584 importância do mecanismo. Então, eu entendo que a gente pode deliberar que o
4585 comitê vai. E aí, acho que é isso. A gente faz essa discussão toda aqui, porque
4586 vocês estão aqui também, então a gente consegue pensar assim, ah, vocês acham
4587 que é importante ir, mas vocês gostariam de outra data? É possível também. Agora,
4588 é isso, entendeu? É essa conversa. Agora, se vocês precisam deliberar entre vocês
4589 e, por exemplo, amanhã, até amanhã, vocês conseguem chegar com uma resposta
4590 de que, ah, a gente vai, a gente não vai, a gente pode esperar até amanhã. Então,
4591 eu estou perguntando diretamente para Bárbara, que é ponto focal, para Ana
4592 Valesca, para Cecília, que estão aqui, se vocês querem dar essa resposta amanhã,
4593 e a gente libera esse ponto específico amanhã, só no sentido de que, bom, enfim,
4594 se vocês falarem que não, que vocês não vão participar, a gente também pode
4595 definir que a gente vai participar independente da presença de vocês ou não.

4596 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que o mecanismo dá a resposta amanhã,
4597 está bem? Porque hoje a gente não tem condições nem de conversar, porque
4598 estamos para colocar o relatório no ar.

4599 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4600 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então está bem. Então, a gente deixa esse ponto para
4601 amanhã, sinalizando que a gente do comitê acha importante a nossa presença e
4602 também é do mecanismo. Vou passar esse, vou passar para esse outro ponto,
4603 então, que seria oficiar o MP para verificar a prisão das mulheres que estavam na
4604 manifestação. Em relação à visita íntima, restabelecer a água no estabelecimento,
4605 isso seriam recomendações, não é?

- 4606 **Interlocutora não identificada** – Na verdade, seriam ofícios, não é?
- 4607 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
- 4608 **e Cidadania – ITTC)** – Então, mas é o ofício para restabelecer, acho que não tem
- 4609 muita força, tem?
- 4610 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que, em relação à visita íntima, eu tinha
- 4611 até falado no chat da mesa diretora, eu penso que poderia se pensar numa
- 4612 resolução, enquanto, para ter um pouco mais de força com a gente, não é? Porque
- 4613 o CNPCT fez solto uma resolução transformando a visita íntima em regalia e, pelo
- 4614 que eu observei da configuração do CNPCT, a gente não tem muita chance de
- 4615 reverter isso lá, não. Assim, mas é só uma opinião, que eu dei uma olhada nas
- 4616 pessoas e achei uma configuração não muito positiva em termos progressistas
- 4617 de política penal, entendeu?
- 4618 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
- 4619 **e Cidadania – ITTC)** – Mas aí seria num âmbito nacional?
- 4620 **Interlocutora não identificada** – Sim. Eu acho que seria um impacto nacional
- 4621 porque essa resolução do CNPCT está sendo usada em vários estados, inclusive
- 4622 na audiência pública do DF, que falaram disso o tempo todo. Daria um pouco mais
- 4623 de trabalho porque a gente teria que vincular a ideia da resolução da visita íntima
- 4624 com os tratados de direitos internacionais, direitos humanos, OPCAD, essas coisas
- 4625 todas, mas eu acho que ficaria uma ação mais interessante, não sei.
- 4626 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
- 4627 **e Cidadania – ITTC)** – Mas aí, eu acho que talvez a gente possa deixar isso, eu
- 4628 concordo com você, mas talvez a gente possa deixar isso para elaborar num outro
- 4629 ponto de pauta, como teria uma abrangência sobre visitas. É, só que assim, a
- 4630 realidade é que a nossa pauta da reunião está completamente comprometida
- 4631 porque a gente não conta, assim, são cinco e meia da tarde e tipo, de fato, é isso
- 4632 mesmo, assim. Infelizmente, por várias razões, é infelizmente que o governo não
- 4633 pode participar, mas inclusive para ver que esse formato, assim, é extenuante,

4634 sinceramente, é muito cansativo esse formato online e a gente não, assim, e aí fica
4635 claro, mais uma vez, outra questão, que é, ainda que sejam dois dias inteiros de
4636 reunião, é pouco tempo para o tanto de coisa que a gente tem que tratar aqui, não
4637 é? E essas reuniões, elas são abertas e elas são abertas e tem, enfim, a gente teve
4638 várias participações hoje que foram super importantes, os familiares, etc. e tal, e
4639 assim, eu, por mais que eu tenha tentado delimitar o tempo de fala das pessoas, eu
4640 não sou uma pessoa que vou cortar a fala de um familiar. Então, a gente teve aqui
4641 pessoas que falaram 15 minutos e eu acho que esse espaço aqui é para isso. Então,
4642 realmente, de fato, a gente tem que pensar nessa configuração, porque não dá
4643 tempo de tratar tudo o que a gente tem para tratar aqui nesse tempo que a gente
4644 tem. Isso é um fato, não é? E aí, cada vez fica mais atrasada as demandas. Então,
4645 eu acho que isso da revista íntima, talvez a gente pudesse colocar como uma
4646 recomendação específica, não é, agora do Rio Grande do Norte, depois pensar
4647 numa resolução como você sugeriu.

4648 **Interlocutora não identificada** – Eu só falei isso porque os estados que estão se
4649 recusando a conceder a visita íntima estão se escorando nessa resolução do
4650 CNPCT. Todos eles estão falando: “Ah, mas tem uma resolução.” Inclusive, eles
4651 falam DEPEN. Depois eu fui pesquisar e descobri que era o CNPCT. Faz o ofício e
4652 fundamenta o melhor possível e aí, vai passar pela revisão, mas é só para deixar
4653 isso no radar porque é uma coisa que vai começar a bater na porta do comitê toda
4654 hora.

4655 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4656 **e Cidadania – ITTC)** – Sim. De acordo. E daí, teria essa... Foi a Fernanda que falou
4657 essas coisas todas. Quando você pensou nessa recomendação, esse ofício, o que
4658 você pensou nesse aqui de, por exemplo, o ingresso da COBAL para restabelecer
4659 que é uma recomendação?

4660 **Sra. Fernanda** – Pensei num ofício sinalizando que o comitê recebeu a denúncia
4661 de que esses direitos estão sendo violados que a partir desse momento do
4662 encaminhamento do ofício, as autoridades tomam ciência o ofício para que eles

4663 tomem ciência que os direitos estão sendo violados e que em caso de omissão em
4664 relação ao restabelecimento desses direitos, a partir dessa ciência, seguro que se
4665 configuraria uma omissão dolosa passiva, inclusive, de caracterizar a tortura por
4666 parte do agente que deve ter a incumbência de agir. Então, nesse sentido, um ofício
4667 para dar ciência que o comitê recebeu as denúncias de violência quanto à
4668 interrupção de visita íntima, à interrupção de água nos estabelecimentos e quanto
4669 ao ingresso de COBAL, dizendo que sejam adotadas pelas autoridades
4670 competentes imediatamente as ações para o restabelecimento desses direitos sob
4671 pena de se configurar eventual omissão dolosa apta a caracterizar a tortura. Então,
4672 foi isso que eu tinha pensado, pedindo inclusive que num prazo X, eles cada
4673 autoridade encaminhe as informações quanto às providências adotadas. Então, juiz,
4674 promotor, defensoria, CNJ, enfim, todos que a gente já tinha listado, CEAP,
4675 Secretaria Estadual de Direitos Humanos, foi nesse sentido. Sofia, não sei se...

4676 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4677 **e Cidadania – ITTC)** – Não, acho que é isso. E aí, depois desse encaminhamento
4678 aí, tem o pedido de imediata interrupção da FTIP nas unidades.

4679 **Interlocutora não identificada** – Seria para oficial [Ininteligível]? Seria interrupção
4680 da FTIP? Acredito que em todas as unidades que talvez...

4681 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4682 **e Cidadania – ITTC)** – É, porque eu acho que o decreto fala em todas as unidades,
4683 não é? Então, é isso. E aí, recomendação para que o Conselho Estadual de
4684 Prevenção e Combate à Tortura, o Conselho Estadual...

4685 **Interlocutora não identificada** – Ah, o Conselho Estadual... Ah, está, está.
4686 Compõe o Gabinete de Crise, é uma recomendação.

4687 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4688 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem. É isso, não é? Essa é a última, não é? Não, tem
4689 mais algumas aqui.

4690 **Sra. Débora** – O ofício para a Defensoria Pública para pedir a prisão domiciliar
4691 humanitária para os presos com tuberculose. É uma sugestão, um encaminhamento
4692 da Nana, que era para pedir proteção sobre a familiar que denuncia a ameaça. Só
4693 que eu fiquei na dúvida a quem oficiar, a quem pedir essa proteção.

4694 **Interlocutora não identificada** – É, tem que ver se o seu colegiado concorda,
4695 Débora, mas seria o Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos,
4696 não é?

4697 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4698 **e Cidadania – ITTC**) – É, eu acho que seria importante ter uma conversa com ela
4699 mesma, não é, para ver se ela, enfim, entende que ela gostaria de fazer parte do
4700 programa, porque tem o programa tem várias limitações, não é, também.

4701 **Interlocutora não identificada** – O programa faz uma entrevista antes.

4702 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4703 **e Cidadania – ITTC**) – A gente indica isso e daí o programa faz uma entrevista com
4704 ela, é isso?

4705 **Interlocutora não identificada** – O programa faz uma entrevista antes para ver se
4706 a pessoa quer também, não é, porque entre oficiar e conversar com a pessoa é para
4707 mudar de ideia, não é?

4708 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4709 **e Cidadania – ITTC**) – Está bem. Maria Clara, você quer comentar?

4710 **Sra. Maria Clara** – É, estou. É porque a gente faz bastante isso aqui. Eu acho que
4711 o programa faz essa entrevista antes, mas é bom alguém de nós, não sei se você,
4712 Nana, já poderia fazer essa conversa mesmo, mas explicar para ela antes do
4713 contato previamente com o programa, não é, porque o programa já vai mais
4714 direcionando, então para ela também não ser pega de surpresa, não é, porque está
4715 chegando o programa e até para não ter uma desconfiança. Então, acho que tem
4716 que tirar alguém de nós, fazer esse contato com ela para perguntar se é do interesse

4717 dela que o programa entre em contato, para explicar melhor, porque ela pode, desde
4718 já, também rejeitar isso.

4719 **Interlocutora não identificada** – Vocês anotaram o nome dela? Porque eu, de fato,
4720 na hora não anotei, assim, o contato, acho que é o Gustavo que tem, não é? A
4721 Patrícia falou que pode falar com ela. Ah, está. Então a Patrícia fala com ela.

4722 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
4723 e Cidadania – ITTC)** – Aí, gente, eu acho que era a última coisa que tinha.

4724 **Interlocutora não identificada** – Isso.

4725 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
4726 e Cidadania – ITTC)** – E daí, assim, eu falei da pauta, não é, a gente realmente não
4727 conseguiu cumprir toda a pauta, mesmo porque acho que foi se desorganizando por
4728 completo com o primeiro momento de ausência dos membros do governo e da
4729 configuração diferente que a gente tinha imaginado para a reunião. Acho que
4730 algumas pessoas já tiveram que sair e etc., enfim, está todo mundo cansado. Eu
4731 confesso que eu estou bastante cansado também. Eu acho que a gente poderia
4732 encerrar hoje a reunião. E seria mais ou menos esse horário de encerramento. E
4733 amanhã de manhã a gente rearranja a nossa pauta com os pontos mais
4734 importantes. E aí, deixando essa questão aí da confirmação do mecanismo, do que
4735 a gente ia fazer como um único encaminhamento pendente. E aí, também, um
4736 encaminhamento pendente sobre este tema, não é, porque encaminhamentos
4737 pendentes temos vários. E aí amanhã a gente, de manhã, a gente rearranja a pauta
4738 para entender o que daquilo que está na pauta dos dois dias é o mais relevante
4739 para a gente tratar amanhã. E espero que com os membros do governo e, enfim,
4740 aqueles que fazem parte e que já são oficialmente parte do comitê, mas aqueles
4741 que também não são oficialmente parte do comitê, mas ainda assim estão no
4742 comitê, não é. Aí, eu não sei, vou abrir se alguém quiser falar alguma coisa, mas eu
4743 acho que a gente poderia encerrar agora a reunião. Alguém quer falar alguma

4744 coisa? A Ana Valesca mandou aqui uma mensagem que era na audiência pública.
4745 Você quer falar para elas já notarem quem você tinha falado para convidar?

4746 **Sra. Ana Valesca** – Eu já tinha falado anteriormente, assim, além de convidar os
4747 membros do Ministério Público do Rio Grande do Norte, e como também já vai
4748 convidar o CNJ, por causa do [Ininteligível], convidar também o Conselho Nacional
4749 do... Vou convidar também o Conselho Nacional do Ministério Público para
4750 participar dessa audiência também com os membros do Ministério Público.

4751 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4752 **e Cidadania – ITTC)** – Já estão aqui.

4753 **Sra. Ana Valesca** – Ok. Aí, eu já mandei já certinho o envelhecimento e o e-mail.

4754 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4755 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, gente, muito obrigada pela presença de todos, todas,
4756 todes, pela ajuda ainda da Nana, da Débora. Daí, amanhã, a gente volta às 9h e
4757 rearanja a pauta e agradecer de novo a presença do Gustavo e da Juliana, que
4758 acho que são os que estão aqui, continuam aqui, quer dizer, acho que a Juliana
4759 saiu, mas acho que foi super importante para a gente pensar aqui nos
4760 encaminhamentos que fazem mais sentido para a questão do Rio Grande do Norte
4761 e dizer que nós estamos abertas aqui ao diálogo, à conversa e que, se vocês
4762 quiserem participar da reunião também, mas é uma reunião aberta. Então, muito
4763 obrigada e também para agradecer também aos membros do governo que
4764 estiveram aqui na reunião. Acho que é isso, gente.

4765 **Interlocutora não identificada** – Obrigada.

4766 **Interlocutora não identificada** – Boa noite. Até amanhã, até daqui a pouco. Está
4767 bom?

4768 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4769 **e Cidadania – ITTC)** – Tchau, gente.

4770 **4- 38ª Reunião Ordinária do CNPCT-Dia 2-gravação 1:**

4771 **Interlocutora Não Identificada** – Começando da Patrícia, que toma posse. Ah, sim,
4772 pois não. Obrigada. Então, tomou posse hoje pela Agenda Nacional pelo
4773 Desencarceramento, como suplente à Patrícia de Oliveira da Silva, como
4774 representante da Associação dos Juízes pela Democracia, como titular Cristiana de
4775 Faria Cordeiro, como suplente Cláudia Maria da Dico, pelo Ministério dos Direitos
4776 Humanos da Cidadania, como suplente do ministro Eu, como representantes do
4777 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, como titular a Fernanda Vieira de
4778 Oliveira, também como titular a Ana Lúcia Castro de Oliveira, pelo Ministério da
4779 Defesa, como titular o Ricardo de Mello Araújo, como suplente o Rafael Abrita, pelo
4780 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,
4781 como titular o Francisco Coulanges Xavier e como suplente Domitila Mendonça de
4782 Mesquita Peixoto, pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da
4783 República, como titular o Murilo Vieira Komininski e como suplente o Francisco
4784 Denis Pereira, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, ainda não foram
4785 indicados os membros, aliás, desculpa, pelo Ministério da Justiça e Segurança
4786 Pública, pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, o titular Cristiano Tavares
4787 Torquato e suplente o Sandro Abel Souza Barradas e pela Secretaria Nacional de
4788 Segurança Pública, como titular Isabel Seixas de Figueiredo e suplente Márcio Júlio
4789 da Silva Matos. Um pouquinho baixo, mas... Ah está, não, mas é porque tava, de
4790 novo, problemas técnicos aqui com os headsets. Sim. Voltando por um erro nosso,
4791 Conselho Federal de Enfermagem. Faltou aqui? É, o Conselho Federal de
4792 Enfermagem, que foi eleito no final do ano passado. Tem o nome das pessoas aqui?
4793 Está sendo levado para você nesse minuto. Está. Só um momento, por favor, então.
4794 Era uma portaria mais antiga, mas o... Sim, dando continuidade, então, pelo
4795 Conselho Federal de Enfermagem, o Antônio José Coutinho de Jesus e a Zenaide
4796 Cavalcante de Medeiros. Acho que agora estamos corretos, né? Exatamente. Bom,
4797 então, considero, então, empossados esses membros e, mais uma vez, saúdo a
4798 presença de todos, agradeço, coloco a Secretaria Executiva do Ministério dos
4799 Direitos Humanos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas, fazer quaisquer

4800 esclarecimentos que os membros do comitê desejem fazer nessa oportunidade.
4801 Tenho alguns informes em relação à questão de orçamento, mas não sei se é o
4802 momento agora de fazê-los. Aí peço auxílio da Secretaria e da Vice-Presidência
4803 para me dizer se é possível tratar desse ponto agora ou se vamos ter um outro
4804 momento para isso. Só para entender, você vai permanecer na reunião nos dois
4805 períodos hoje? Eu estou como ministra interina, então vou cumprindo a agenda do
4806 ministro também, não vou poder ficar o período todo programado era que eu ficasse
4807 nesse primeiro momento da reunião. Nesse primeiro momento até meio-dia ou
4808 nesse primeiro momento até antes do meio-dia? Até por volta das 11 horas. Está.
4809 Eu acho que pode trazer esse ponto, já era um ponto aqui da pauta, mas não sei.
4810 Enfim, acho que a gente está vendo aqui como é difícil fazer reunião online com
4811 esse tanto de gente. Tem vários problemas técnicos, ainda bem que a próxima
4812 reunião vai ser presencial. Então eu acho que talvez, enfim, são vários membros do
4813 Governo Novo, são membros da sociedade civil que não conheciam os membros
4814 do governo. Talvez a gente pudesse fazer uma rápida apresentação, muito rápida,
4815 das pessoas assim, falar em quem elas são, que organização elas representam. Só
4816 para que a gente possa se conhecer, conhecer os rostos das pessoas aqui de uma
4817 maneira menos que só com essa coisa que está escrita aqui. Então vou pedir para
4818 primeiro as organizações da sociedade civil se apresentarem rapidamente, depois
4819 os membros do governo que tomaram posse agora, e aí a gente segue para esse
4820 informe do orçamento, pode ser? Ok, pode ser. Está, eu vou me apresentar aqui
4821 rapidamente. Eu sou a Sofia, estou na função de vice-presidência e eu represento
4822 o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, que é uma organização que, em linhas
4823 gerais, trata sobre encarceramento feminino, do estado de São Paulo. Eu posso
4824 chamar aqui também, para ser mais rápido também, vou chamar a Maria Clara. Olá
4825 a todos e todas, bom dia, meu nome é Maria Clara, sou advogada, estou aqui
4826 representando o Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares, o
4827 GAJOP, que é uma organização da sociedade civil, de defesa de direitos humanos,
4828 com base no estado de Pernambuco. Eu hoje tô aqui com o meu suplente também,
4829 o Romero, vou pedir para ele se apresentar também rapidamente. Romero, tu
4830 consegue se apresentar aí? Eu não sei se está com algum problema. Olá, bom dia,

4831 vocês me escutam? A internet aqui está um pouco... Me escutam? Escutamos. Ah,
4832 bom dia a todas, todos e todas. Eu me chamo Romero Silva, assim como a Maria
4833 Clara apresentou, represento o GAJOP e estou na suplência dessa representação
4834 junto à Maria Clara. Obrigada, vou chamar o Matheus, que está aqui agora na minha
4835 frente na tela. Bom dia a todas as pessoas, eu sou Matheus Oliveira Moura, sou
4836 defensor público do estado de São Paulo e represento a Associação Nacional de
4837 Defensoras e Defensores Públicos. Eu sou suplente da colega Fernanda, que é
4838 defensora pública em Goiás. Eu não sei se já entrou, deve estar entrando também.
4839 É um prazer falar com todas as pessoas. Vitor? Bom dia a todos, me chamo Vitor
4840 Miranda, sou advogado e represento a Educafro Brasil. Obrigada. Mauricleia? Eu
4841 sou Mauricleia, sou assistente social e represento o Conselho Federal de Serviço
4842 Social. A minha suplente é a Dácia, mas essas reuniões, pelo horário de trabalho
4843 dela, ela geralmente nunca vai conseguir participar. Ela trabalha na Petrobras e aí
4844 tem dificuldade de participar das reuniões. Obrigada, Mauricleia. A Cláudia? Bom
4845 dia a todas as pessoas, meu nome é Cláudia Maria Dadico, eu estou aqui
4846 representando a Associação Juízes para a Democracia, que é uma associação que
4847 reúne juízas e juízes de todo o Brasil, de todos os ramos do Poder Judiciário, com
4848 compromisso de defesa da democracia e dos grupos mais vulnerabilizados. Eu
4849 estou aqui na qualidade de suplente da presidente da nossa associação, que é a
4850 Cristiana Faria Cordeiro. Obrigada, Cláudia. Márcia? Bom dia a todos, eu sou a
4851 Márcia, sou estudante de psicologia e represento a Rede Contra o Genocídio no
4852 estado de São Paulo. Caio?

4853 **Sr. Caio César Klein (Titular- Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) –**
4854 Bom dia, meu nome é Caio, eu falo de Porto Alegre, sou advogado e diretor da ONG
4855 Somos, que é uma organização LGBT, nosso segundo mandato no comitê. Bom
4856 dia.

4857 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4858 **e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Caio. Antônio e Zenaide.

4859 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular- Conselho Federal De**
4860 **Enfermagem – CONFEN)** – Olá, meu nome é Antônio Coutinho.

4861 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4862 **e Cidadania – ITTC)** – Antônio, para mim, cortou.

4863 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular- Conselho Federal De**
4864 **Enfermagem – CONFEN)** – Tem nome dos dois milhões.

4865 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4866 **e Cidadania – ITTC)** – Não sei, gente, para vocês, mas é que para mim cortou a
4867 fala do Antônio.

4868 **Interlocutor não identificado** – Parece que ele desligou o microfone no meio da
4869 fala.

4870 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4871 **e Cidadania – ITTC)** – Zenaide, se você quiser ir se apresentando.

4872 **Sra. Zenaide Cavalcanti De Medeiros Kelbeis (Suplente- Conselho Federal De**
4873 **Enfermagem – CONFEN)** – Bom dia, eu me chamo Zenaide, eu sou enfermeira
4874 forense e sou a suplente do Antônio Coutinho pelo COFEM.

4875 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4876 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Acho que tirando o Antônio, todo mundo que está
4877 aqui representando... Você quer falar agora, Antônio? Porque eu estou vendo a sua
4878 câmera aqui, porque cortou quando você falou.

4879 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular- Conselho Federal De**
4880 **Enfermagem – CONFEN)** – Aqui é o enfermeiro Antônio Coutinho, eu e a doutora
4881 Zenaide Cavalcante, estamos aqui representando o Conselho Federal de
4882 Enfermagem e também nome dos dois milhões e seiscentos mil profissionais de
4883 enfermagem inscritos em todo o Brasil.

4884 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4885 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu acho que das organizações da sociedade civil,
4886 todo mundo que está aqui presente já se apresentou. E agora vou pedir para...
4887 Desculpa, Patrícia. Pode falar.

4888 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
4889 **Desencarceramento)** – Oi, bom dia. É porque é Patrícia e [Ininteligível], eu entendi
4890 o contexto, tranquilo. Meu nome é Patrícia de Oliveira, sou representante aqui da
4891 Agenda Nacional pelo Desencarceramento, mas acompanho o comitê desde a sua
4892 criação, porque sou perita do Mecanismo do Rio de Janeiro, o primeiro do Brasil
4893 que surge em 2010. A minha companheira, Priscila Serra, que é a titular, ela está
4894 em uma outra agenda aqui no Rio de Janeiro, por isso que ela não está podendo
4895 participar das reuniões desde ontem, mas para quem não sabe, a Agenda Nacional
4896 surge quando a candidata à presidente Dilma Rousseff toma posse. Temos dez
4897 pontos e esse movimento vem se alargando pelo Brasil. Sejam bem-vindos. Essa é
4898 uma pauta que é muito importante para todos nós, para os familiares, para a Agenda
4899 Nacional, quem já foi perito, quem já foi membro de comitê, é uma agenda
4900 prioritariamente para todos nós. A prevenção em combate à tortura tem que ser uma
4901 palavra que precisa estar na prática, na boca de todo mundo.

4902 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4903 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. E aí vou pedir para os membros que
4904 estão aqui, desculpa, não peguei os nomes, para que se apresentem rapidamente

4905 aqui representando os ministérios, se vocês puderem espontaneamente se
4906 apresentando.

4907 **Sr. Francisco Coullanges Xavier (Ministério do Desenvolvimento, Assistência**
4908 **Social, Família e Combate à Fome) –** Bom, pessoal, bom dia. Eu sou Francisco
4909 Xavier, sou assistente social de formação. Já estive no comitê até o ano de 2018,
4910 agora estou voltando, represento aqui o Ministério do Desenvolvimento, Assistência
4911 Social, Família e Combate à Fome, mas pode chamar de MDS porque facilita. E, na
4912 verdade, eu trabalho com o Sistema Único de Assistência Social, essa política
4913 pública, e estou aqui à disposição para contribuir, no que for possível, para o
4914 sucesso da nossa política.

4915 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4916 **e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Francisco. Prazer.

4917 **Sra. Ana Lúcia Castro De Oliveira (Titular- Ministério Dos Direitos Humanos E**
4918 **Cidadania – MDHC) –** Bom dia, eu sou Ana Lúcia Castro de Oliveira, assumi agora
4919 a Coordenação Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos do Ministério de
4920 Direitos Humanos e Cidadania, que é uma coordenação nova, justamente
4921 demonstrando a preocupação com a pauta pelo Ministério. De formação, sou
4922 defensora pública federal, trabalhei no Conselho de Defesa do Rio de Janeiro e
4923 espero aí contribuir também com essa agenda tão importante.

4924 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4925 **e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Ana Lúcia. Tem o Ministério da Defesa também.
4926 Socorro, seu microfone está fechado.

4927 **Sra. Socorro Pena (Secretaria de Relações Institucionais) –** Obrigada. Bom dia,
4928 meu nome é Socorro Pena, eu estou na Secretaria de Relações Institucionais, estou
4929 representando aqui o doutor José do Carmo e acompanhando aqui o processo para

4930 eu repassar e qualquer eventualidade dar uma contribuição na medida do possível.
4931 Obrigada.

4932 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4933 **e Cidadania – ITTC)** – E daí, tem o Ministério da Justiça, é isso?

4934 **Interlocutora não identificada** – Estou conferindo aqui na listagem. Ministério da
4935 Defesa.

4936 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4937 **e Cidadania – ITTC)** – Não foi esse, não foi agora, é isso?

4938 **Interlocutora não identificada** – Gente... Está com a mão levantada.

4939 **Interlocutora não identificada** – É o Rafaelo.

4940 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4941 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, está bem. Pode falar.

4942 **Interlocutora não identificada** – Seu microfone está fechado. Ah, está bem, você
4943 vai digitar. Está bom.

4944 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4945 **e Cidadania – ITTC)** – E aí só faltaria, então, o representante do Ministério da
4946 Justiça, né? O grupo de amigos também não se apresentou. Amigos e familiares
4947 das pessoas presas. Você colocou aqui.

4948 **Interlocutora não identificada** – Coloquei, eu não ouvi, mas pode ter sido distração
4949 minha.

4950 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4951 **e Cidadania – ITTC)** – Não, não, não se apresentou também.

4952 **Sra. Miriam Estefânia (GAFPPL/MG)** – Oi, bom dia a todos e todas. Meu nome é
4953 Miriam Estefânia, eu sou [Ininteligível], sou presidente da Associação de Amigos e
4954 Familiares de Pessoas em Privação e Liberdade. Eu sou a titular e a suplente é a
4955 Adriana Ribeiro, que está em outra agenda com os familiares de Uberlândia.

4956 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4957 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Miriam. E aí, tem esse representante do Ministério
4958 da Justiça aqui? Porque eles tomaram posse agora também, não tomaram?

4959 **Interlocutora não identificada** – Demos posse para todo mundo, mas por causa
4960 das publicações, mas ontem ele chegou um pouco mais tarde. Ele chegou mais ou
4961 menos por volta de 11 horas, o Torquato.

4962 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4963 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, feitas todas as apresentações, né? Bem-vindo a todos
4964 e todas que não estavam aqui, quem tomou posse hoje. Acho que a gente tem muito
4965 trabalho pela frente. Espero que a gente consiga dar conta, minimamente, das
4966 coisas que a gente veio aqui fazer e se propôs a fazer, porque no ano passado e no
4967 ano retrasado, enfim, nesse tempo todo de governo Bolsonaro, foi muito difícil essa
4968 pauta de prevenção e combate à tortura. Então, acho que o que o comitê espera,
4969 em nome aqui da sociedade civil, é que a gente possa ter um diálogo aberto e que
4970 a gente possa realmente avançar nesses temas e tratar eles com a prioridade e o
4971 respeito que eles precisam ser tratados. Dito isso, eu vou passar a palavra aqui para
4972 o Matheus, que levantou a mão, e aí depois a gente segue para os pontos de pauta
4973 aqui.

4974 **Sr. Mateus Moro (Suplente- Associação Nacional Das Defensoras E**
4975 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Pessoal, obrigado, vice-presidência. Eu queria
4976 destacar aqui algo que a gente já conversou, quem estava na reunião de sexta-feira
4977 com a secretária Isadora Brandão, com a Erika Meirelles também do Ministério, a
4978 Nana estava também, mas, enfim, a sociedade civil estava, estávamos lá na
4979 ANADEP, estava eu, estava a Maria Clara, a vice-presidência, enfim, tinham outras
4980 pessoas, não era uma reunião completa, foi uma reunião mais rápida de trabalho,
4981 e eu já tinha levado essa reflexão na sexta-feira, e até antes, depois que eu levantei
4982 a mão, a própria vice-presidência Sofia trouxe essa reflexão. Então, o que eu queria
4983 trazer aqui era tentar colocar um ponto de pauta bem rápido e fazer um convite ao
4984 governo, esse convite que a gente já fez na própria sexta-feira, no seguinte sentido:
4985 Nos quatro anos de governo Bolsonaro, a ministra, a senhora Damares, a gente
4986 teve N dificuldades, haviam manobras para implodir reuniões, sejam presenciais,
4987 sejam virtuais, a gente deliberava algumas questões aqui e depois o próprio
4988 Ministério, a coordenação geral não encaminhava os ofícios que eram para serem
4989 encaminhados, enfim. Então, uma situação que, mesmo quem não estava muito a
4990 par das questões tratadas por esse comitê, pôde, inclusive, muitas vezes na própria
4991 mídia, seja nos veículos grandes, como for a de São Paulo, ou mesmo em mídias
4992 mais alternativas, aí Brasil de fato, mas, enfim, sempre foi esse tema muito tratado
4993 ou não tratado pelo governo anterior. E, enfim, dita essa introdução, o convite que
4994 a gente fez e que a gente faz novamente era para que o governo, claro que o comitê
4995 não pode votar isso, porque isso seria, vamos dizer assim, na minha visão, seria
4996 uma liberalidade do governo, que ele aceitasse manter a vice-presidência com a
4997 sociedade civil, independente do membro ou da membra da sociedade civil que
4998 esteja na vice-presidência, porque como foi falado aqui agora pela própria vice-
4999 presidente, muitas associações, enfim, entidades que eram para ter tomado posse
5000 há muitos meses não tomaram posse. No último ano, no final do ano, as reuniões
5001 não aconteceram, o governo anterior não deu cor de forma proposital. Então, o que
5002 eu faria aqui aos membros do governo presentes era reiterar o que a gente trouxe
5003 para Isadora na sexta-feira no sentido de que, embora a lei federal de 2013 diga
5004 que haveria uma alternatividade na vice-presidência, ou seja, um mandato para a

5005 sociedade civil e outro mandato para o governo, a gente debateu isso internamente
5006 e a gente acha que seria não só simbólico desse novo governo para quebrar os
5007 paradigmas do governo anterior, mas também seria muito importante para a
5008 sociedade civil poder exercer o seu mandato na vice-presidência de forma plena e
5009 não como aconteceu nos últimos meses, nos últimos anos. Então, o que eu queria
5010 trazer, obrigado pela fala, vice-presidente, nesse sentido, reforçar esse convite ao
5011 governo que foi feito na última sexta-feira, não sei se houve algum debate interno
5012 no governo, mas era trazer isso como um ponto de pauta aqui para ser debatido o
5013 quanto antes. Eu vou ter um compromisso também em breve, a colega Fernanda
5014 vai continuar representando a ANAEP, mas eu não podia deixar de fazer em nome
5015 da sociedade civil, em nome de todos os membros e membras da sociedade civil,
5016 esse pedido. Obrigado.

5017 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5018 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Matheus. Acho que é algo que não precisa ter
5019 necessariamente uma resposta agora, mesmo porque o mandato da vice-
5020 presidência, acho que, se não me engano, acabaria no meio do ano, então isso
5021 pode ser inclusive debatido nos próximos dias, mas acho que seria importante
5022 pensar sobre isso e depois, mais para frente, inclusive, acho que a gente já falou
5023 sobre isso, mas que também seria um debate mais para frente, mas para a gente
5024 pensar aqui sobre também a alternância da própria presidência do comitê, que a lei
5025 não prevê uma alternância, só prevê uma alternância da vice-presidência, mas seria
5026 interessante inclusive uma questão de equidade também que a sociedade civil
5027 ocupasse esse lugar de presidência alternando com o governo. Não sei se vocês
5028 querem falar alguma coisa sobre isso, se a Rita quer falar alguma coisa sobre esse
5029 ponto específico agora.

5030 **Interlocutora não identificada** – Posso falar. Bom, sobre esse ponto específico,
5031 de fato a gente, pelo menos da parte do Ministério dos Direitos Humanos e da
5032 Cidadania, recebe com absoluta concordância essa questão da alternância, tanto

5033 na vice-presidência quanto na presidência, porém a gente sabe que a gente tem
5034 uma amarra jurídica, que é a previsão legal, mas estamos dispostos aqui a buscar
5035 a construção de uma solução jurídica que contemple essa expectativa. Teria que
5036 passar obviamente pela nossa consultoria jurídica, por um debate interno também
5037 com os outros ministérios aqui componentes do comitê, mas como diretriz do
5038 governo, que é a ampliação da participação social, acredito que todos recebem com
5039 simpatia essa proposta, com a expectativa de podermos construir uma solução que
5040 contemple essa ampliação da participação social, inclusive com a alternância na
5041 presidência do colegiado.

5042 **Sra. Sofia Frommer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,
5043 Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Uma boa sinalização que a gente está
5044 juntos na mesma ideia. E acho que a gente tem que amadurecer isso e pensar
5045 realmente como isso pode na prática acontecer, mas que isso de fato venha a
5046 acontecer. E aí, passando para o próximo ponto de pauta, seria esse informe do
5047 orçamento. Se você também quiser apresentar agora. Estou invertendo um pouco
5048 aqui os pontos, mas é porque estou aproveitando que a secretaria está aqui para a
5049 gente tratar os pontos que têm que ser tratados com ela. E depois a gente vai
5050 voltando para os outros pontos que a gente ainda não tratou.

5051 **Interlocutora não identificada** – Bom, antes até de entrar no ponto do orçamento,
5052 eu queria dialogar rapidamente com vocês alguns pontos de informação que eu
5053 achei que são importantes. Primeiro dizer que era desejo do ministro estar nessa
5054 primeira reunião. Infelizmente, ele já tinha uma agenda no Fórum Regional de
5055 Direitos Humanos na América Latina, em Buenos Aires, uma agenda importante e
5056 que infelizmente não foi possível compatibilizar com a definição de agenda
5057 estabelecida por esse colegiado, mas, obviamente, em outra oportunidade assim
5058 que a agenda permitir, o ministro estará presente para dialogar com todos vocês.
5059 Também nós estamos, junto com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos
5060 Direitos Humanos, pensando em fluxos de atuação com esse colegiado, buscando

5061 preservar e assegurar da melhor forma possível a autonomia e o pleno exercício
5062 das funções desse colegiado, juntamente com o mecanismo de combate à tortura.
5063 Entendemos que é preciso realmente dialogar sobre esses fluxos de atuação para
5064 a gente compreender bem como que o colegiado, os peritos, entendem a melhor
5065 forma de atuarem com autonomia, com tecnicidade e com respeito às suas
5066 prerrogativas. Então estamos à disposição para dialogar sobre isso. Entendemos
5067 que tivemos no passado recente uma ingerência absolutamente nefasta no
5068 funcionamento do comitê e do mecanismo e estamos extremamente
5069 comprometidos com a garantia da autonomia e da tecnicidade do trabalho do
5070 colegiado e do mecanismo. E em razão disso também, dessa compreensão,
5071 estamos com representantes do Ministério que estão compondo esse comitê que
5072 atuam diretamente com a política na ponta e que vão poder também nos municiar
5073 de informações precisas sobre as melhores formas de preservar as prerrogativas
5074 do colegiado e do mecanismo. Em relação ao orçamento, nós sabemos que
5075 recebemos um orçamento extremamente prejudicado, justamente por uma visão
5076 ideológica que não tinha um compromisso com a importância das funções do
5077 colegiado e do mecanismo. Então, nós temos aqui a informação de que o orçamento
5078 do comitê atualmente era de R\$ 32.394,00. Embora a gente tenha observado já de
5079 início um orçamento insuficiente, sempre nos colocamos à disposição para atender
5080 eventuais pedidos que chegassem à Secretaria Executiva, no sentido de autorizar
5081 missões e reuniões, assim como fizemos com outros colegiados também, mas, em
5082 relação à recomposição orçamentária, precisamos de um prazo, que se encerrou
5083 essa semana, para estudar um remanejamento, porque tivemos um processo aqui
5084 também no âmbito do Ministério de Divisão Orçamentária com outros ministérios
5085 criados. Então, foi preciso avaliar o que efetivamente ficaria disponível para o
5086 Ministério nos respectivos programas orçamentários das secretarias, das ações,
5087 para que a gente pudesse pensar, estudar aqui junto com a nossa Subsecretaria de
5088 Orçamento e Planejamento, como a gente poderia fazer a recomposição do
5089 orçamento dos colegiados. E essa informação já foi levantada e nós temos então,
5090 acho que é uma notícia boa para passar para todos os colegiados, de que nós
5091 conseguimos com esses esforços internos ter uma recomposição orçamentária de

5092 todos os colegiados atendendo as estimativas que foram apresentadas pela nossa
5093 Secretaria Executiva na semana passada. E em relação ao Comitê, nós vamos
5094 conseguir fazer a recomposição solicitada de R\$ 685 mil. Então, acho que com isso
5095 nós vamos contemplar as expectativas do Comitê de realizar as suas atividades
5096 dentro da programação que foi apresentada a Secretaria Executiva. Acho que ainda
5097 hoje esse ofício circular com a informação da recomposição do orçamento será
5098 encaminhada a todos os colegiados. Bom, além disso, nós queremos informar
5099 também que nós entendemos que a questão do sistema prisional, no que diz
5100 respeito a violações de direitos humanos situações de tortura, é algo que nos
5101 preocupa bastante. Já há algum tempo nós estamos trabalhando com um projeto
5102 nessa temática para ser entregue no balanço de 100 dias da gestão. Já estamos
5103 em diálogo com a Casa Civil, com o Ministério da Justiça, para que a gente consiga
5104 implementar esse projeto. E esse projeto vai trabalhar com uma atuação sobre
5105 fatores estruturantes que têm tornado essa situação de violação e de tortura e de
5106 tratamento desumano e degradante um fator estruturante do sistema prisional.
5107 Também estamos em diálogo com o CRJ para a implementação desse projeto. Em
5108 breve ele deve ser anunciado. Já tivemos uma conversa preliminar com o
5109 mecanismo sobre esse projeto. E tão logo ele tenha o seu plano de trabalho
5110 estruturado, seu decreto já alinhado com o Ministério da Justiça, nós também vamos
5111 apresentá-lo aqui no âmbito do comitê. E esperamos contar com a participação
5112 desse colegiado para nos auxiliar nesse trabalho. Esse é o informe inicial que eu
5113 posso passar nesse momento. Como a gente está ainda em uma fase de
5114 alinhamento, prefiro não passar detalhes justamente porque a gente ainda está em
5115 conversas e é preciso ter uma certa cautela, mas é um projeto que já está bastante
5116 avançado em termos de tratativas com o Ministério da Justiça e com a Casa Civil e
5117 que vai dar, de fato, uma importância a essa temática e a todos os atores envolvidos
5118 na defesa dos direitos humanos em relação aos direitos das pessoas em situação
5119 de prisão para que a gente possa fazer um esforço não só governamental, mas
5120 também com a sociedade civil de enfrentar esse grave problema estrutural que a
5121 gente tem no nosso país. Acho que é isso. Se tiverem alguma dúvida eu estou à
5122 disposição para responder.

5123 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5124 **E Cidadania – ITTC**) – Obrigada, Rita. Eu só queria entender, fiquei um pouco na
5125 dúvida eu sei que esse dinheiro vai ser direcionado, mas eu não entendi 685 mil é
5126 exatamente dividido em quê? Para mim não ficou muito claro.

5127 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5128 **Ministro Silvio De Almeida**) – Não, é porque foi apresentado pelo comitê uma
5129 estimativa de custos de 685 mil necessários para a recomposição. Isso foi o que a
5130 gente recebeu. Esse é exatamente o valor que a gente vai disponibilizar ainda hoje
5131 ou mais tarde amanhã para o programa orçamentário do comitê.

5132 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5133 **E Cidadania – ITTC**) – Entendi, obrigada, porque a informação que tinha tido até
5134 então era que tinha 250 mil disponibilizados para o comitê.

5135 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5136 **Ministro Silvio De Almeida**) – Quando a Isadora me consultou a gente ainda não
5137 tinha conseguido ter uma estimativa segura de quanto a gente ia poder disponibilizar
5138 para todos os colegiados. Então o que eu passei para ela de informação é que a
5139 gente poderia assegurar inicialmente era 250 mil, porque era o mínimo que a gente
5140 sabia que podia oferecer, sem os estudos que a gente precisava fazer ainda para
5141 ver de onde a gente ia remanejar outros recursos. E nós fizemos esse estudo
5142 concluímos esse estudo com a Secretaria de Planejamento e Orçamento na sexta-
5143 feira à noite depois tivemos algumas confirmações ao longo da segunda e da terça,
5144 e ontem mesmo eu assinei esse ofício para informar todos os colegiados da
5145 recomposição.

5146 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5147 **E Cidadania – ITTC**) – Bom, gente, que ótimo, acho que é muito importante que
5148 tenha essa sinalização clara do governo não só dos nossos diálogos, mas também

5149 com um orçamento para garantir esse trabalho, então acho que teve um momento
5150 ontem de uma certa frustração que certamente vocês ficaram sabendo, mas eu
5151 acho que é isso acho que as coisas vão se ajeitando e é isso acho que quando a
5152 gente vê a oportunidade de fato de estarmos presencialmente as coisas também
5153 levam para outros lugares que são diferentes de uma reunião aqui online, etc. Então
5154 acho que é um ótimo caminho aqui e... Pode falar.

5155 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5156 **Ministro Silvio De Almeida)** – Eu entendo que existe uma ansiedade justa e
5157 legítima de terem respostas rápidas, mas o tempo da técnica nem sempre nos
5158 favorece, então nós tivemos aqui também um período longo aqui de ajuste
5159 orçamentário com outros ministérios, com a Secretaria de Orçamento e Finanças,
5160 então a gente não pôde passar informações mais precisas antes, precisamos
5161 esperar esse momento, mas desde o primeiro dia nós estávamos já com esses
5162 esforços de recomposição orçamentária.

5163 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5164 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Acho que é isso, acho que a gente teve algumas
5165 falhas de comunicação ontem, achando que algumas pessoas estariam presentes
5166 na reunião e acho que é isso, essa ansiedade mesmo de ter passado quatro anos
5167 e antes também dois anos de governo Temer, então são seis anos de um governo
5168 que nos comprometia com essa pauta então acho que tinha realmente muita
5169 ansiedade, em especial também uma pena, Rita, que você não tenha podido estar
5170 ontem porque a gente teriam outras oportunidades certamente, mas tiveram falas e
5171 momentos muito significativos dos familiares, das pessoas presas e das
5172 organizações do Rio Grande do Norte, sobre a situação que está acontecendo lá,
5173 acho que vocês obviamente estão inteirados, mas enfim, a gente propôs aqui
5174 diversos encaminhamentos e isso vai seguir também, e um desses
5175 encaminhamentos, que só para ir te adiantando, assim, de algumas coisas, foi uma
5176 reunião extraordinária num formato de audiência pública, que vão ser chamados

5177 todos os atores, tanto do Poder de Justiça, quanto o Executivo, para organizações
5178 e sociedades civis e familiares, para que a gente possa debater esse tema com
5179 maior profundidade, então essa reunião ficou marcada para o dia, teoricamente,
5180 essa reunião extraordinária do comitê, para o dia 31 desse mês, dada a urgência
5181 da pauta. E aí eu vou passar agora a palavra para a Carolina, que está com a mão
5182 levantada, na sequência para a Maria Clara, e assim como ontem, eu vou pedir para
5183 que as falas, elas sejam curtas, para que a gente consiga fazer tudo que a gente se
5184 propôs a fazer aqui. Pode falar, Carolina.

5185 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
5186 **Democracia)** – Bom, primeiro, bom dia a todos, a todas e a todes. É muito bom
5187 estar aqui participando dessa reunião, retomar esse trabalho junto a vocês. Na
5188 verdade, era só uma coisa muito pequena, mas é porque a gente tem percebido
5189 uma certa confusão em termos do que é um órgão colegiado, e muitas vezes se
5190 refere ao mecanismo como órgão colegiado, mas a gente não é um órgão colegiado,
5191 na verdade. O comitê é um órgão colegiado. O que é um órgão colegiado? É um
5192 órgão que tem representações de diferentes órgãos e entidades, e nós não estamos
5193 aqui enquanto representação de órgãos ou entidades. A gente está aqui a título
5194 pessoal, enquanto especialistas, para cumprir o mandato. Então, é só fazer essa
5195 pequena retificação, porque às vezes não fica tão claro a forma. Então, são
5196 naturezas bastante distintas, e só reiterar que a gente está muito esperançoso em
5197 relação a esse novo momento que se inicia de fazer contribuições junto ao governo,
5198 de fazer atuações conjuntas, colaborações, porque a gente sabe que o nosso
5199 trabalho, na verdade, é um trabalho para articular e impulsionar políticas públicas.
5200 Então, se a gente puder participar de construção de políticas públicas, isso é
5201 fundamental, da mesma forma que eu acho fundamental que o comitê participe.
5202 Então, é só reiterar a nossa total disposição para fazer esse trabalho conjunto, tanto
5203 com o Ministério, quanto com a sociedade civil. Não só o Ministério, mas o governo
5204 de modo geral, de várias pastas. Enfim, é isso. Obrigada, pessoal.

5205 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5206 **E Cidadania – ITTC) – Obrigada, Carol. Maria Clara.**

5207 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5208 **Organizações Populares – GAJOP) – Bom dia. Obrigada, Rita, por essa evolutiva.**
5209 **Realmente é uma questão fundamental, porque as reuniões online, como a Sofia**
5210 **falou, realmente prejudicam bastante o desenvolvimento das pautas. Então, acho**
5211 **que com esse orçamento vamos poder garantir as reuniões presenciais e também**
5212 **as outras ações que estávamos planejando, como a realização do encontro, do**
5213 **sistema, enfim. Eu queria aproveitar para perguntar também sobre o orçamento do**
5214 **mecanismo, se tem também essa confirmação do valor. Enfim, por enquanto é essa**
5215 **pergunta. Depois, quando a gente avançar com a pauta, também tem outros**
5216 **questionamentos relacionados ao orçamento.**

5217 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5218 **Ministro Silvio De Almeida) – Mais alguém tem perguntas?**

5219 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5220 **E Cidadania – ITTC) – Já não tem ninguém com a mão levantada.**

5221 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5222 **Defensores Públicos – ANADEP) – Se me permite, Rita, estava digitando aqui no**
5223 **chat, mas como a senhora perguntou, eu não sei se o governo teria condição de**
5224 **garantir, por exemplo, não só presencialmente, mas a reunião híbrida, ou seja, se**
5225 **no espaço de reunião do comitê a gente conseguiria garantir a participação, por**
5226 **exemplo, de órgãos e cidadãos do Brasil inteiro que quisessem participar, como**
5227 **acontece com a virtual, ou seja, uma reunião presencial é muito importante, os**
5228 **trabalhos fluem mais fácil, enfim, a gente consegue se dividir, às vezes, em grupos**
5229 **de trabalho, etc., mas, às vezes, talvez o modelo híbrido pudesse contemplar**

5230 também pessoas do Brasil inteiro que queiram participar. Então, só trazer essa
5231 reflexão também.

5232 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5233 **Da Cidadania – MDHC)** – Questão de ordem, Matheus, a gente já estava fazendo
5234 isso. As últimas reuniões foram assim no passado.

5235 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5236 **Defensores Pùblicos – ANADEP)** – Mas teve só uma?

5237 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5238 **Da Cidadania – MDHC)** – Não, tiveram duas.

5239 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5240 **Defensores Pùblicos – ANADEP)** – Beleza, eu achei que a segunda fosse aquela
5241 que foi implodida e não teve quórum, mas, ou seja, o governo não estava, mas
5242 mesmo assim foi híbrida, então é isso. Legal, obrigado, Nana.

5243 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5244 **Da Cidadania – MDHC)** – É uma sala que fica bom.

5245 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5246 **Ministro Silvio De Almeida)** – Bom, posso responder, então?

5247 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5248 **E Cidadania – ITTC)** – Pode.

5249 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5250 **Ministro Silvio De Almeida)** – Bom, com relação à nossa não presença ontem,

5251 acho que houve uma falha de comunicação, de fato, nós tínhamos entendido que a
5252 nossa presença seria na data de hoje, em razão da necessidade de publicação da
5253 portaria, e foi essa conversa que nós tivemos com a coordenação, mas sem
5254 prejuízo, nós tivemos aí a presença das representantes do Ministério, justamente
5255 para acompanhar essa primeira reunião, que a princípio nós entendemos que seria
5256 de uma discussão preliminar. E para além disso, eu já justifiquei que a ausência do
5257 ministro pelo fato de ter uma agenda internacional inadiável. Bom, com relação ao
5258 orçamento do mecanismo, também quero informar que nós também atendemos ao
5259 pedido do mecanismo, conforme a estimativa informada da Secretaria Executiva,
5260 de recomposição do orçamento no valor de R\$ 514.661,93. Então, acho que
5261 atendemos a todas as estimativas. Obviamente que nós, quando encaminhamos
5262 um ofício a todos os colegiados, pedindo uma reavaliação dos custos das atividades
5263 com as devidas programações, nós pedimos que fosse feita uma avaliação
5264 ponderada com a questão de uma redução de custos na medida do possível, sem
5265 prejuízo das atividades, porque entendemos a importância, mas também há uma
5266 diretriz de governo de alguma forma, na medida do possível, se realizar reuniões
5267 híbridas ou virtuais para ter essa redução de custos. Por exemplo, o Consea, que é
5268 um conselho importante também, tem feito reuniões virtuais, em grande medida,
5269 porque nós queremos, de alguma forma, priorizar o orçamento para ações que
5270 efetivamente exijam a presença dos representantes da sociedade civil, missões,
5271 enfim. Acredito que os colegiados entenderam essa orientação e compreenderam
5272 essa necessidade e nos mandaram uma estimativa atual que foi possível
5273 contemplar aqui com os nossos esforços de remanejamento interno. Então, acho
5274 que nessa parte a gente está atendendo mais uma expectativa de todos os
5275 colegiados em relação à situação no Rio Grande do Norte. O Ministério dos Direitos
5276 Humanos tem acompanhado, através da ouvidoria que tem feito interlocuções com
5277 os equipamentos locais. Também nos responderam muito rapidamente um ofício do
5278 mecanismo para a realização de uma missão. Entendemos, no primeiro momento,
5279 que o mecanismo teria total autonomia para realizar essa missão de forma
5280 destacada do Ministério, porque estamos ainda nesse esforço, como eu disse
5281 inicialmente, de compreender como a atuação do Ministério, ao contrário dos

5282 últimos anos, deve se pautar para respeitar a autonomia e a expertise técnica dos
5283 peritos, que nós entendemos que não é um grupo, um colegiado, mas sim
5284 profissionais, técnicos com autonomia para realizar o seu trabalho, em diálogo com
5285 esse colegiado, com esse comitê. Então, nós estamos também junto com a
5286 Secretaria dialogando sobre a melhor forma de nós envidarmos esforços conjuntos
5287 de atuação, mas que respeitem esses espaços de autonomia e de atuação técnica
5288 dos peritos. Estamos à disposição para dialogar com todos vocês sobre a melhor
5289 forma de fazer isso. Nós não queremos de forma alguma incorrer em erros do
5290 passado, que estiveram, de alguma forma, muito presentes, mas estiveram também
5291 presentes para interditar a atuação desse colegiado e para interditar a atuação do
5292 mecanismo. Não é essa nossa intenção de forma alguma. Nossa intenção é que
5293 esses espaços sejam preservados e atuem da melhor forma possível com a
5294 sociedade civil e em perfeita harmonia e autonomia em relação à sociedade social.

5295 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5296 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada. A Fernanda tinha levantado a mão e, na
5297 sequência, a Maria Clara. Fernanda.

5298 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
5299 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – Obrigada, Presidenta. Bom
5300 dia a todos e todas. Me chamo Fernanda, sou representante da ANADEP em
5301 conjunto com o colega Mateus e queria agradecer à Secretaria quanto às
5302 explicações e ponderações colocadas aqui de forma muito gentil, educada e aberta,
5303 mas Secretaria, aproveito para trazer aqui uma preocupação. Enquanto ANADEP,
5304 nós participamos desse colegiado desde 2019 e tivemos participação nesse
5305 momento difícil do comitê durante o governo anterior em uma série de questões,
5306 não só a época orçamentária, mas relacionadas à própria sobrevivência desse
5307 comitê. A questão das reuniões virtuais foi, à época, uma imposição decorrente da
5308 pandemia e, para isso, tivemos que fazer uma resolução especialíssima que
5309 excepcionalizasse a presença desse comitê e a sua efetivação de maneira

5310 presencial. Depois de um tempo em que as atividades foram se retomando
5311 gradualmente ao ambiente natural de convivência presencial das pessoas, foi um
5312 movimento de muita luta e resistência para que a gente retomasse as
5313 atividades no formato presencial. Lembro os peritos que estão aqui, que
5314 acompanharam naquela época, o quanto foram discussões intensas para que a
5315 gente pudesse revogar a resolução, justificando que não havia mais justificativa
5316 para que elas ocorressem no formato virtual, e uma negociação muito grande para
5317 que apenas em casos excepcionalíssimos, como em reuniões extraordinárias, a
5318 gente pudesse realizar as reuniões no formato virtual. Eu coloco então aqui,
5319 secretário, e compartilho, obviamente compreendendo toda essa questão de
5320 orçamento que foi amplamente divulgada, notória, e que abrange também a
5321 sociedade, e obviamente cometer nesse contexto e nesse cenário, como um
5322 problema que foi também colocado pela gestão anterior, quase que impedindo o
5323 funcionamento de uma série de atividades, mas coloco aqui a preocupação,
5324 secretária, como podemos fazer esse diálogo e essa construção sem permitir
5325 novamente que a gente tenha um retrocesso, talvez não pelas condições atuais,
5326 mas como um precedente. Eu acho importante compartilhar aqui todo esse histórico
5327 e esse contexto para que, de fato, a gente possa compreender que as reuniões
5328 presenciais foram uma luta, trazer essa memória, que me pareceu muito importante,
5329 e de que, de repente, a gente tenha que estudar uma resolução que excepcione
5330 novamente essas reuniões virtuais e, de repente, estabelecendo um período de
5331 tempo que a gente precise para reestabelecer o orçamento, momento em que essa
5332 resolução seria revogada. Então, coloco essa questão aqui como proposta para
5333 todos pensarem, todos e todas aqui presentes, porque me parece uma preocupação
5334 muito grande, obviamente, sabendo do compromisso que a senhora colocou aqui e
5335 que recebemos todos com muita alegria, esse compromisso com a pauta de
5336 prevenção e combate à tortura e com a manutenção do funcionamento desse comitê
5337 e do sistema, mas realmente não há como a gente não se preocupar com esse
5338 ponto, com esse precedente e do que devemos fazer para que a gente possa voltar
5339 ao funcionamento desse comitê em bases salutares e em bases que nos garantam
5340 realmente o seu funcionamento efetivo. E coloco aqui também, até para os outros

5341 representantes que estão aqui presentes e também para a secretária, que muito
5342 bem colocou aqui toda a dificuldade de organização para a realização hoje dessa
5343 reunião, se eventualmente uma reunião extraordinária, com a garantia de presença
5344 de todos os representantes do governo, mas que pudéssemos eventualmente
5345 discutir todas as pautas de uma forma mais consistente, em um prazo curto até,
5346 essa reunião extraordinária poderia ser realizada, já que estamos falando aqui de
5347 reuniões virtuais, mas que a gente pudesse construir todas as pautas que estão
5348 previstas aqui para hoje de uma forma mais sólida e no formato não só que nossa
5349 Constituição, mas nossos regimentos e as leis que tratam aqui do comitê preveem.
5350 Então, coloco aqui essas duas preocupações para que a gente possa pensar em
5351 conjunto na melhor forma de restabelecimento dos trabalhos. Obrigada. Eu entendi
5352 que essa questão das reuniões online já estariam superadas com o nosso
5353 orçamento que foi aprovado, então a gente já teria garantia para fazer nossas
5354 reuniões presenciais. Esse foi o meu entendimento. E acho que a reunião híbrida
5355 seria no sentido, acho que inclusive porque a reunião é pública, e às vezes a gente
5356 tem participação de familiares, de organizações de outros estados, etc. E aí seria
5357 importante garantir essa presença que não seria possível de forma física,
5358 presencial. E aí vocês podem me corrigir se eu tivesse entendimento equivocado,
5359 mas pelo que entendi essa questão estava superada. E acho que antes, deixa eu
5360 passar a palavra para Maria Clara, mas aproveitar a presença aqui da Rita e a gente
5361 poderia ver essa questão do calendário anual, para que a gente pudesse acertar
5362 isso e que bater inclusive com a agenda que o ministro vai se formando com as
5363 urgências e etc., mas que uma vez estabelecido isso, a gente teria a garantia da
5364 presença. E aí só lembrando, que acho que é importante isso, para além do quórum,
5365 que pode se formar com menos membros da sociedade civil ou menos membros do
5366 governo, é importante, acho que a presença de todos para além do quórum, porque
5367 essas discussões elas envolvem, elas são multidisciplinares e envolvem os diversos
5368 ministérios. Então acho que com esse fechamento de calendário a gente consegue
5369 garantir a presença de todos. Eu vou passar para Maria Clara e eu vi que a Patrícia
5370 também levantou a mão. Então, Maria Clara, na sequência a Patrícia e não sei se

5371 a Rita quer falar também, acho que depois a gente pode partir para essa questão
5372 do calendário antes da Rita ir embora.

5373 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5374 **Organizações Populares – GAJOP) –** Eu vou falar sobre outro assunto que é a
5375 questão do Rio Grande do Norte. Não sei se a secretaria quer concluir só sobre
5376 essa questão das reuniões.

5377 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5378 **Ministro Silvio De Almeida) –** Maria Clara não tem uma pergunta sobre a questão
5379 das reuniões também?

5380 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5381 **Organizações Populares – GAJOP) –** Da questão que a Fernanda trouxe. Estou
5382 só avisando que eu vou mudar de assunto, não sei se tem mais alguma questão
5383 sobre isso, mas só confirmo então, realmente elas vão permanecer presenciais,
5384 não é agora que nós temos o orçamento?

5385 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5386 **Ministro Silvio De Almeida) –** Isso, o orçamento vai ficar disponível para o comitê,
5387 que vai poder cumprir as suas atividades conforme o seu calendário, seu
5388 cronograma e realizar as reuniões de forma presencial, híbrida também, para que
5389 possa oportunizar a participação de outros atores que não possam se deslocar para
5390 o antigo. Ou também a participação, o acompanhamento público e obviamente gerir
5391 o seu orçamento de maneira autônoma com outros colegiados dentro dessa
5392 estimativa que foi apresentada a Secretaria Executiva. Estamos à disposição para
5393 o diálogo em relação a mudanças normativas que aprimorem funcionamento e
5394 trabalhos, trabalhos do comitê. Estaremos sempre abertos à discussão conforme o
5395 que foi proposto. Enfim, eu acredito que com isso a gente inaugura uma nova era

5396 de diálogo aberto, transparente, cooperativo, para que a gente tenha o trabalho do
5397 colegiado apresentado e assegurado da melhor forma possível.

5398 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5399 **Organizações Populares – GAJOP) – Obrigada. Eu vou só...**

5400 **Interlocutora Não Identificada –** Só uma questão de ordem aqui, só para eu
5401 entender, a gente vai mudar de tema, vai mudar para outro tema e depois volta para
5402 aprovação do calendário?

5403 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5404 **E Cidadania – ITTC) –** Não, eu acho que eu ia propor que não, que a gente aprove
5405 o calendário primeiro, já que a gente está falando sobre as datas das reuniões e
5406 etc., e depois a gente volte com esse tema do Rio Grande do Norte, pode ser, Maria
5407 Clara?

5408 **Interlocutora Não Identificada –** Está certo, então eu vou me inscrever para esse
5409 tema.

5410 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5411 **E Cidadania – ITTC) –** Patrícia, você queria falar algo sobre esse tema ou era sobre
5412 outro assunto?

5413 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5414 **Desencarceramento) –** É sobre esse tema, sobre as reuniões do comitê, eu queria,
5415 eu queria não, eu quero fazer uma lembrança que eu acho importante, é assim,
5416 desde que o Comitê Nacional surge isso lá em 2013, as reuniões do Comitê
5417 Nacional, elas são reuniões abertas inclusive os outros comitês pelo Brasil sempre
5418 receberam e-mail de reunião, inclusive no governo da presidenta Dilma Rousseff,
5419 esses outros comitês tinham passagem para ir para as reuniões então eu acho que

5420 também precisa lembrar disso porque é uma coisa importante então assim, eu estou
5421 trazendo essa história de lá atrás e nesse momento era, a ministra de Direitos
5422 Humanos era Maria do Rosário como já foi Pepe Vargas, como já foi tantos outros,
5423 como já foi Nilmário Miranda, podia que fazer uma lista aqui de ministros então eu
5424 acho, eu tenho sentido isso desde a gestão do antigo governo e para os membros
5425 dos outros comitês, isso não está muito acertado, recebe link, não recebe link e aí
5426 uma outra coisa, desculpa, uma outra coisa que eu queria aproveitar, tem a ver com
5427 as fichas federativas, para ter esse cuidado porque às vezes uma secretaria vai
5428 responder que tem comitê e que não existe, assim ter uma lei que diz que tem, vou
5429 dar um exemplo aqui, claro, Nana é de Minas pode dizer também não existe o
5430 Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Minas, inclusive a lei de
5431 Minas, ela não foi reconhecida pela ONU, então acho que a gente tem que ter esse
5432 cuidado, assim, as reuniões precisam se fazer presente, até porque o Comitê
5433 Nacional precisa ter uma articulação em Brasília também além da reunião do Comitê
5434 Nacional, o Comitê tem que ir aos outros ministérios, tem que dialogar, tentar se
5435 fazer presente, então, assim, pensar nisso também, sabe, no orçamento, no
5436 calendário e, assim, ter esse cuidado assim, uma excepcionalidade, seja um
5437 problema com a reunião e uma outra coisa que é mais importante ainda, é a gente
5438 aprovou no calendário aqui hoje, vai ser colocadas datas, então, assim, não comprar
5439 passagem de última hora não vai subir o preço da passagem, que aí também perde
5440 recurso então acho que tem que ter todos esses olhares, todas essas coisas,
5441 porque, assim, se comprar uma passagem de 5 mil, uma passagem de 3 mil, vai
5442 ficar perdendo recurso, acho que o planejamento vai ser muito bom, obrigada.

5443 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5444 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Mauricléia, você tinha levantado a mão?

5445 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
5446 **Social – CFSS)** – Era, levantei, desculpa, era, é que as datas... com outras coisas
5447 na verdade eu tenho uma audiência dia 25, e aí eu gostaria de saber se poderia

5448 essa data ser 23 e 24 da reunião, era isso, se poderia alterar, mas é uma coisa bom,
5449 enfim, era isso.

5450 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5451 **E Cidadania – ITTC)** – A Nana levantou a mão também, e depois a gente segue
5452 para aprovação do calendário aqui. Nana?

5453 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5454 **Da Cidadania – MDHC)** – Oi, eu estou tentando lembrar os dias da semana que a
5455 gente pôs, é que eu acho que teve uma demanda anterior sobre isso, você lembra?

5456 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5457 **E Cidadania – ITTC)** – Quarta e quinta, porque sexta-feira era muito cara a
5458 passagem. Geralmente a passagem subiu muito para voltar, mas aí a gente pode
5459 mudar uma excepcionalmente para garantir a presença do CFS. Não, em relação à
5460 questão do mapeamento dos comitês de fato Minas Gerais insiste em mentir
5461 descaradamente falando que tem comitê porque eu não consigo achar outra
5462 expressão para dizer isso, e a gente está refazendo todas essas fichas que tinham
5463 sido feitas pelo governo anterior, que chamaram de fichas federativas, um nome
5464 horroroso, refazendo todo esse mapeamento, e depois vamos bater esse
5465 mapeamento tanto com o comitê quanto com o mecanismo, que tem suas
5466 informações também, para aí a gente ter um mapeamento mais próximo possível
5467 da realidade, porque se a intencionalidade é fazer um encontro, a gente precisa ter
5468 dados mais confiáveis até para garantir a representatividade, não vir só membro de
5469 governo, de comitê, não vir membro da sociedade civil, que a gente sabe que isso
5470 acontece então a gente vai trabalhando nisso. Quando a coordenação executiva do
5471 comitê chegar, vai ficar mais célere esse trabalho, por enquanto a gente está
5472 fazendo entre uma coisa e outra, fazendo esse esforço para chegar a essa
5473 conclusão. O [Ininteligível] tinha feito um mapeamento pela Lei de Acesso à
5474 Informação, que em muitas coisas não coincide com o mapeamento que já tinha

5475 aqui no Ministério, então a gente já sabe, já entendeu que vai precisar cruzar dados
5476 com o comitê e com o mecanismo, para ter algo mais fiel, mais próximo da realidade,
5477 então assim, não estamos assumindo que qualquer pessoa que responde, que o
5478 comitê existe inclusive estamos separando em categorias o que existe algum tipo
5479 de normativa, do que existe de fato com membros empossados, reuniões
5480 periódicas, cumprindo suas atribuições, só para informar isso.

5481 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5482 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Nana. Então, vamos passar aqui as datas, daí
5483 queria também confirmar com a Rita também, não sei a agenda da Ministra, mas a
5484 primeira data seria, quer dizer, a segunda da segunda reunião, seria 24 e 25 de
5485 maio, com esse pedido da Mauricleia, não sei se todo mundo poderia ou você que
5486 dia que você falou que você tem essa audiência, Moricleia?

5487 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
5488 **Social – CFSS)** – Eu tenho no dia 25.

5489 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5490 **E Cidadania – ITTC)** – Então, a Carol mandou aqui que, nessa semana, quatro
5491 peritos estarão com missão. Aí, em maio, não sei se a gente muda, então, para dia
5492 31, é para dia 30 e 31 de maio.

5493 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5494 **Da Cidadania – MDHC)** – É, porque eles vão estar, de qualquer forma, estarão
5495 ausentes a semana inteira certo?

5496 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5497 **E Cidadania – ITTC)** – É, pelo que eu entendi, é isso. Então, se a gente mudasse
5498 para 30 e 31 de maio, daí resolveria a questão da Mauricleia e também dos peritos.

5499 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5500 **Da Cidadania – MDHC) – Sim, sim.**

5501 **Interlocutora Não Identificada – Só um instante, Sofia.**

5502 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5503 **Da Cidadania – MDHC) – A Débora só vai conferir, se não vai coincidir a página da**
5504 **reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos, por causa do espaço melhor**
5505 **para a gente utilizar.**

5506 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5507 **E Cidadania – ITTC) – Está bem, mas a gente pode ir na próxima que daí seria 19**
5508 **e 20 de julho, e depois 20 e 21 de setembro, e 22 e 23 de novembro, é, de novembro.**
5509 **Acho que essas outras atos já tinham confirmado, né?**

5510 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5511 **Da Cidadania – MDHC) – E aí, depois, vem as da mesa diretora.**

5512 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5513 **E Cidadania – ITTC) – Está bem, que daí teria que mudar só essa, mas aí ela é**
5514 **online mais fácil.**

5515 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5516 **Da Cidadania – MDHC) – É porque as datas que a gente tinha previsto**
5517 **anteriormente, só para explicar, a gente já tinha olhado os espaços, para ter certeza**
5518 **que teria. Então, quando mudar a data, a gente tem que reolhar os espaços de novo.**
5519 **Pronto, temos espaço já, garantido, já resolvemos.**

5520 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5521 **E Cidadania – ITTC) – Obrigada. Então, daí seria 30 e 31 de maio, 19 e 20 de julho,**

5522 20 e 21 de setembro, 22 e 23 de novembro. A gente pode confirmar essas datas de
5523 reunião, alguém, em alguma posição? Bom, ninguém se manifestou com nada aqui,
5524 acho que eu vou entender que está todo mundo de acordo, então, com essas datas.
5525 Obrigada, Débora, por ter ligado, confirmado e ter apresentado aqui. Acho que a
5526 gente pode parar a apresentação, e daí a gente pode organizar, melhorar a reunião
5527 da mesa diretora, só mudando essa, até pode ser nove do cinco, ou talvez fique
5528 muito longe, a gente coloque uma semana para frente ela, e aí acho que dá o tempo
5529 certo. Patrícia, você levantou a mão, quer falar alguma coisa?

5530 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5531 **Desencarceramento)** – Eu acho que era bom todo mundo das representações do
5532 comitê falar que ficou de acordo, porque assim, está gravando, aí depois tem a ata,
5533 aí depois, assim, quem vai fazer a ata, às vezes, depois, fica meio perdido, porque
5534 assim, porque nesse momento ninguém falou nada. Eu acho que é importante
5535 colocar lá todo mundo por exemplo, a Agenda Nacional está de acordo com essas
5536 datas, eu acho que é uma coisa também que fica organizadinha, é uma sugestão
5537 só.

5538 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5539 **E Cidadania – ITTC)** – Então, se vocês quiserem escrever aqui no chat que vocês
5540 estão de acordo com as datas, acho que facilita. Obrigada, Patrícia. E aí eu vou
5541 passar para a Maria Clara, que tinha uma outra questão, porque acho que superado
5542 esse ponto, a gente pode tratar dessa outra questão que a Maria Clara queria tratar
5543 aqui antes da Rita ter que se ausentar.

5544 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5545 **Organizações Populares – GAJOP)** – Boa tarde, bom dia. Bom, vocês me
5546 escutam bem? Estava dando uma oscilada aqui. Queria atualizar um pouco também
5547 a secretaria da discussão que tivemos ontem para tratar da questão do Rio Grande
5548 do Norte nós convocamos representantes de familiares do Conselho Estadual de

5549 Direitos Humanos, do Comitê Estadual de Direitos Humanos, para estarem
5550 presentes na reunião, foram também convocados representantes da Secretaria de
5551 Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária, porém não
5552 compareceram. E, dentre as deliberações, ficou, foi muito falado pela necessidade,
5553 em primeiro lugar, da ida do mecanismo ao local, então, já esclarecido o ponto,
5554 então, de que o Ministério não se opôs à ida, mas se opôs à ida em conjunto com o
5555 mecanismo. E aí, eu queria só colocar aqui a necessidade de que a situação do Rio
5556 Grande do Norte, eu acho que ela expõe bem como as peritas colocaram na
5557 apresentação do relatório, que se trata, em realidade, de uma questão que se
5558 origina do sistema carcerário, que se origina do sistema penitenciário, que se origina
5559 da má gestão pelo Estado desse sistema. E o que tem tomado o discurso público,
5560 a mídia, de forma primordial, nesses últimos dias, é que se trata de um programa
5561 de segurança pública, de uma manipulação pelas organizações criminosas. Em
5562 função disso, a resposta pública do próprio governo federal tem sido tomada à
5563 frente, o Ministério da Justiça, no envio de armamentos, construção de novos
5564 presídios, e o que nós estamos debatendo aqui desde ontem. Na verdade, desde
5565 muito tempo mas o que foi discutido aqui ontem, é que isso passa longe de atingir
5566 a origem do problema, isso passa longe de atingir o diagnóstico do problema, e
5567 seria uma função primordial do Ministério de Direitos Humanos de assumir, também,
5568 à frente desse problema, de assumir, inclusive, publicamente esse problema, de dar
5569 visibilidade ao trabalho do mecanismo desse relatório que foi apresentado ontem,
5570 de estar em conjunto com o Ministério da Justiça, apontando que essas soluções
5571 não vão resolver, necessariamente, o problema, pelo contrário, elas podem,
5572 inclusive, agravar, como é o caso da FTIP, que nós temos falado aqui,
5573 exaustivamente, e que tem sido falado, na verdade, desde 2017. Então, eu até
5574 entendo e respeito muito a preocupação de vocês de preservar a independência do
5575 mecanismo que, de fato, é essencial, porém, queria instigar aqui o papel do
5576 Ministério de Direitos Humanos de se implicar nisso, inclusive, publicamente, por
5577 isso que nós estamos aqui requerendo, desde ontem, a presença do ministro, a
5578 presença, inclusive, da senhora, de outros representantes aqui do governo que teve
5579 pouca, inclusive, indicação dos outros representantes, mas denunciamos, inclusive,

5580 a falta da presença do Ministério da Justiça, também, aqui no comitê, é um órgão
5581 colegiado, não é só da sociedade civil, e que, portanto, seria fundamental ter uma
5582 articulação conjunta do Ministério, com a sociedade civil, com o comitê, com o
5583 mecanismo, para que tivesse uma resposta pública na mesma altura que o
5584 Ministério da Justiça dá, só que a resposta que o Ministério da Justiça está dando
5585 está indo de encontro com o que esses órgãos e a sociedade civil têm falado, então,
5586 nós temos uma, de certa forma, uma certa oposição entre as respostas públicas
5587 que têm sido dadas, inclusive, isso está gerando uma certa, um certo, uma
5588 confusão, porque esses órgãos colegiados que estão vinculados ao Ministério de
5589 Direitos Humanos têm sido acionados pela sociedade civil local, para que possam
5590 dar esse tipo de resposta, que deveria estar sendo dada pelo Ministério de Direitos
5591 Humanos, só que acabou dando diversos conflitos, porque todo mundo quer ajudar,
5592 mas, e tem uma urgência, a coisa está acontecendo agora, as pessoas, enfim, estão
5593 com medo, enfim, está uma situação que está latente, mas, provavelmente, semana
5594 que vem, a mídia já não vai estar pautando, os problemas vão continuar no sistema
5595 carcerário, vão se agravar, as pessoas vão ter retaliação, mas se perde o timing de
5596 dar uma resposta pública à altura que se esperaria de um Ministério de Direitos
5597 Humanos, então, qual que é a questão aqui? Nós precisamos garantir, sim, a ida do
5598 mecanismo até lá, como foi requerido, e entendo que realmente é necessário, sim,
5599 respeitar a ida do mecanismo, é importante que a senhora tenha pontuado isso, é
5600 importante que o comitê vá, inclusive, em conjunto com o Conselho de Direitos
5601 Humanos, mas é importante que o Ministério também assuma publicamente essa
5602 missão de dar visibilidade, são questões diferentes, tem a questão do discurso
5603 público e das ações que o Ministério de Direitos Humanos vai assumir para apontar
5604 soluções para esse problema, para apontar que, na verdade, a responsabilidade do
5605 Estado, faz muito tempo que era a responsabilidade do Estado, e que o que está
5606 acontecendo agora não é uma questão de segurança pública, não é uma questão
5607 das organizações criminosas, foi problema gerado pelo sistema carcerário, e o
5608 Ministério de Direitos Humanos se omitir agora, nesse momento, perde essa
5609 oportunidade e vai agravar o problema, porque agora tem, sim, aumentado o
5610 investimento em armas, em criação de novas unidades, que as familiares, os órgãos

5611 que estiveram aqui ontem, falaram reiteradamente como isso é problemático, criar
5612 novas unidades sem resolver os problemas das violações sistemáticas de direitos
5613 humanos que estão acontecendo, enfim, então, está tendo um desalinhamento, o
5614 que a gente está querendo falar é que está tendo um desalinhamento no que o
5615 Governo Federal tem apontado, no que esses órgãos colegiados estão apontando
5616 aqui, vinculados ao Ministério de Direitos Humanos, do que os peritos e as peritas
5617 do mecanismo têm apontado também nesse relatório importantíssimo que foi
5618 publicado ontem, que foi apresentado aqui para nós, e que não contou com a
5619 presença majoritária dos membros do governo, e que por isso nós queríamos
5620 indagar a vocês de que modo o Ministério dos Direitos Humanos, ele pode
5621 potencializar, visibilizar esse relatório, pode contribuir, inclusive, tecnicamente, mas
5622 também com as ações, viabilizar essas idas emergenciais do mecanismo, do comitê
5623 ao local, podem dar esse apoio público também para fazer parte dessa disputa de
5624 narrativa que é essencial, é essencial para a gente poder... ter esse problema,
5625 porque o sistema carcerário é invisibilizado, e toda vez que isso acontece, eles
5626 culpam a sociedade civil, culpam os direitos humanos, culpam as familiares,
5627 criminalizam as familiares, culpam todo mundo, menos o Estado que é responsável
5628 por essa crise de direitos humanos que é ocasionada dentro do sistema carcerário.
5629 Então esse é um momento, um momento-chave, é um time essencial para que o
5630 Ministério, ele tome essa ação, ele tome essa frente. E é por isso que nós falamos
5631 disso tanto ontem, nós entendemos os conflitos de agenda, a questão da publicação
5632 é no diário oficial, enfim, mas nós estamos constantemente vendo as notícias sendo
5633 publicadas. O Ministro dos Direitos Humanos não fez nenhum pronunciamento
5634 público a respeito, não esteve presente na apresentação desse relatório do
5635 mecanismo, e nós queríamos saber assim, para além da informação de que o
5636 ouvidor está se envolvendo, para além da informação que estão sendo feitas coisas,
5637 nós queremos saber que coisas são, que ações são essas, e como elas podem
5638 envolver também esses representantes de peritos, esses representantes da
5639 sociedade civil que estão aqui presentes, para que a gente faça isso de forma
5640 conjunta e de acordo com as análises diagnósticas que têm sido apresentadas faz

5641 muito tempo, que foram apresentadas inclusive ontem, então é isso que eu queria
5642 colocar aqui para essa discussão.

5643 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5644 **Ministro Silvio De Almeida)** – A Fernanda está com a mão levantada, mas tem
5645 alguma pergunta para mim, eu posso responder? Fernanda?

5646 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5647 **Da Cidadania – MDHC)** – Não, eu esqueci de abaixar, desculpa. Está bom. Clara,
5648 eu não estou te vendo aqui no vídeo, mas enfim, vou te responder, eu acho que a
5649 gente tem que pensar um pouco, quando eu disse que a gente estava preocupado
5650 em preservar a autonomia do mecanismo, acho que não é nenhuma questão de
5651 não nos opormos à ida do mecanismo, a gente não pode se opor à ida do
5652 mecanismo, essa é a nossa compreensão, e acho que não há omissão da nossa
5653 parte, na medida em que a gente assegura que as estruturas responsáveis pela
5654 fiscalização tenham pleno funcionamento de atuar nessa situação. Agora, a
5655 preocupação que nós temos com o sistema prisional não começa com a situação
5656 do Rio Grande do Norte, a gente já estava, como eu disse inicialmente, com um
5657 projeto em alinhamento com o Ministério da Justiça, inclusive nós tivemos uma
5658 reunião anteriormente à divulgação desse caso com o mecanismo, inclusive
5659 informando desse projeto, que vai justamente buscar soluções mais estruturais para
5660 esse sistema de violações de direitos humanos que se transformou, o sistema
5661 prisional brasileiro, que a gente sabe, então nós nos colocamos já orientados a
5662 enfrentar esse problema de maneira sistêmica, não de maneira pontual, mas de
5663 maneira que abranja o problema na sua amplitude. E em relação à situação do Rio
5664 Grande do Norte, mas por uma cautela, inclusive, que exige de nós, como governo,
5665 como sociedade civil, estratégias de enfrentar o problema que não escapem
5666 justamente por uma discussão casuística, por uma discussão que não enfrenta de
5667 fato os problemas estruturais, mas que busca uma visão mais ampla do problema
5668 e que, de fato, venha a dialogar com as estruturas de governo e da sociedade civil

5669 que nos ajudem a enfrentar o problema na sua magnitude. Então, era preciso que
5670 a gente fizesse um trabalho de compreensão da situação. Até a semana passada,
5671 o relatório do mecanismo, da inspeção que foi realizada em outubro, se não me
5672 engano, do ano passado, não estava nem divulgado, mas chegamos até a pedir
5673 esse relatório para que a gente pudesse entender a situação. Então, como ele não
5674 estava divulgado, a gente também não tinha uma segurança de entender a situação
5675 e organizar as nossas estruturas aqui para fazer uma missão juntamente com o
5676 próprio mecanismo e optamos por uma atuação destacada justamente respeitando
5677 a autonomia e a tecnicidade do mecanismo para realizar uma nova missão no local.
5678 Para além das próprias missões dos conselhos, o Conselho Internacional de
5679 Direitos Humanos, o próprio comitê, mas estamos em conversas bastante
5680 adiantadas e, digamos assim, muito bem alinhadas com o Ministério da Justiça para
5681 dar o início a esse projeto o mais rápido possível, também tendo em mira essa crise
5682 que se instalou lá no Rio Grande do Norte, porque nós entendemos que não é uma
5683 crise só do local, é uma crise, como vocês já disseram, do sistema prisional e
5684 sabemos quanto que esses fatores de violações que estão instalados no sistema
5685 prisional dialogam com essas crises, com essas rebeliões já há muito tempo, mas
5686 é preciso planejar como órgão de governo que a gente faça essa atuação de uma
5687 maneira mais sistêmica, mais planejada e que, de fato, venha a propor medidas
5688 mais estruturantes e que nos permitam também fazer articulações importantes com
5689 os órgãos de governo local para que, de fato, solucionemos o problema. A gente
5690 entende que o nosso papel não é um papel só de fiscalizar e apontar o dedo para
5691 os problemas, mas, sobretudo, é de construir soluções e construir soluções de
5692 maneira dialogada para que a gente, inclusive, tenha um espaço democrático
5693 preservado para que essas soluções sejam efetivas. Então, nós saímos de um
5694 momento em que havia um sufocamento dessas tensões para, justamente,
5695 invisibilizar o problema para um momento em que a gente quer dialogar sobre o
5696 problema, quer construir e nós tivemos conversas com o ministro Flávio Dino,
5697 tivemos conversas com os secretários do Ministério da Justiça para construir
5698 mecanismos de controle sobre a intervenção pontual que, às vezes, acontece
5699 nesses momentos de crise. Há uma abertura ampla do Ministério da Justiça em

5700 dialogar sobre isso. Não é nem de longe, eu acho, uma visão do ministro Dino de
5701 atuar nesse sistema apenas com o olhar de segurança pública. Ele quer a nossa
5702 parceria para a atuação. Ele também tem um olhar compreensivo. Nós temos
5703 pessoas extremamente comprometidas com a preservação e a defesa dos direitos
5704 humanos no Ministério da Justiça e que estão também monitorando essa situação
5705 com esse compromisso e em diálogo conosco. O que nós precisamos agora é de
5706 um tempo para planejar as ações de maneira mais estratégica e mais profícua. Isso
5707 vai acontecer. Só que, obviamente, a gente precisa ter esse planejamento muito
5708 bem alinhado, inclusive com o governo local, para que a gente tenha soluções
5709 efetivas e não simplesmente um escalonamento de tensões para que a gente,
5710 inclusive, alimente um discurso enviesado, desinformação no espaço público e que
5711 não são saudáveis para essa retomada que nós estamos tendo agora de
5712 participação democrática, de olhar efetivo para a promoção de políticas públicas em
5713 direitos humanos.

5714 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5715 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rita. Antes de passar a palavra para a Bárbara e,
5716 na sequência, para...

5717 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5718 **Ministro Silvio De Almeida)** – Eu vou ter que realmente me ausentar porque eu
5719 estou só me esperando e a minha fiscal já veio me buscar aqui.

5720 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5721 **E Cidadania – ITTC)** – Então, eu acho que... Eu entendo que você precisa se
5722 ausentar, mas eu acho que é isso, né? Acho que essa necessidade dessas falas
5723 aqui são importantes nesse sentido de que foi o que eu falei ontem na reunião, né?
5724 Eu estou aqui presidindo a reunião e tenho esse papel da vice-presidência da
5725 sociedade civil, mas o quanto é importante politicamente a presença do ministro e
5726 na ausência da presença do ministro é a sua presença aqui, né? Porque existem

5727 questões realmente que a gente não dá conta, né? Ainda que a gente tenha a nossa
5728 autonomia, etc., a gente não dá conta. E existem, acho que, indagações, etc., e
5729 questões que são fundamentais, e acho que a Bárbara e a Camila queriam falar
5730 isso, e eu estou aqui entendendo se vai ter que sair, mas que é isso, né? Que é do
5731 compromisso, que eu entendo que vocês tenham com a vida dessas pessoas, mas
5732 é essa questão que a gente precisa tratar aqui. Então, por isso que é muito
5733 importante, acho que, a presença em todos os períodos da reunião do governo, do
5734 ministro ou do representante do ministro. Porque senão a gente não tem algumas
5735 respostas que a gente precisa para questões que são fundamentais, né?

5736 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5737 **Ministro Silvio De Almeida)** – Eu só queria ressaltar que existem representantes
5738 do ministério aqui, que estão em condições também de dialogar. Obviamente, acho
5739 que ontem foi uma primeira reunião, acho que a gente não teve tempo, inclusive, de
5740 alinhar aqui internamente algumas respostas. Enfim, por todo esse momento de
5741 estruturação que a gente está passando, peço a compreensão de vocês para isso,
5742 mas, tanto Fernanda quanto Ana Lúcia, nas próximas reuniões, caso a gente não
5743 consiga estar todos os momentos, até porque é muito difícil para a gente estar em
5744 reuniões com um tempo tão dilatado, né? Porque a nossa agenda é de meia hora,
5745 no máximo uma hora para cada compromisso, por conta do volume de compromisso
5746 que é muito extenso. E, de fato, a gente tem uma agenda com muitas demandas
5747 diariamente, mas fica aqui o nosso compromisso para que os representantes do
5748 ministério estejam sempre alimentadas por informações suficientes para poder
5749 trazer aqui o nosso posicionamento, a nossa compreensão. E, caso, por alguma
5750 situação que elas não possam de imediato responder, também tem um diálogo
5751 sempre aberto e direto conosco para nos repassar e nós encaminharmos as
5752 respostas o mais rápido possível, está? Enfim, queria colocar isso como uma
5753 resposta bastante transparente para vocês, né? A gente precisa também tratar aqui
5754 de uma compreensão mútua de que a gente não vai conseguir corresponder a essa
5755 expectativa de estar em todas as reuniões, em todo o tempo, porque é
5756 absolutamente inviável, né? Mas a gente vai fazer o esforço de estar presente em

5757 momentos importantes de discussão e responder e ter a pauta previamente
5758 alinhada com as nossas apresentações para a gente poder, de alguma forma,
5759 corresponder às expectativas.

5760 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5761 **E Cidadania – ITTC)** – Então, você vai sair agora?

5762 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5763 **Ministro Silvio De Almeida)** – É, eu estou com uma agenda já, me esperando aqui
5764 já tem um tempo, vou precisar sair, mas eu vi que a Bárbara e a Fernanda têm uma
5765 pergunta, se for alguma coisa que eu possa responder muito objetivamente.

5766 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5767 **E Cidadania – ITTC)** – A Bárbara e a... estavam na frente, na verdade, que são as
5768 peritas do mecanismo.

5769 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5770 **Ministro Silvio De Almeida)** – Ah, sim, se eu puder responder muito objetivamente,
5771 que eu tenho dois minutos. Estou esgotando.

5772 **Sra. Bárbara** – Então, bom, fala rapidamente. Primeiro, agradecer que a gente
5773 tenha esse diálogo mais próximo e, sendo muito objetiva, eu só queria dizer que,
5774 bom, nós tivemos o Rio Grande do Norte, foi dia 21 a 25 de novembro, relatório não
5775 consegue ser produzido em uma semana, muito pelo contrário, a gente, inclusive,
5776 como não tem a cooperação da maioria das unidades inspecionadas, eles demoram
5777 para fazer o envio oficial dos documentos solicitados, enfim, é um processo longo,
5778 no início do ano nós tivemos o advento das manifestações, que também gerou
5779 impacto no Distrito Federal, enfim, nosso trabalho, e ainda mais com as nove peritas
5780 e peritos fazendo todo o trabalho, sem qualquer tipo de apoio que a gente poderia
5781 avançar na produção dos relatórios, se tivesse. Então, realmente, o mecanismo, há

5782 muito tempo, está bem desestruturado e faz o melhor que consegue a partir das
5783 possibilidades e estrutura que tem. Queria dizer que, mais do que nos pedir o
5784 relatório, eu sinto a necessidade de conversar. Nós estamos totalmente disponíveis
5785 e, assim, muito próximos, né? Eu acho que fazer um diálogo com o mecanismo
5786 nacional através do relatório, talvez não seja o caminho mais interessante, o
5787 relatório é um documento público importantíssimo, todo mundo tem que ter acesso,
5788 tem que ter leitura, a gente tem que debater, mas, mais importante, a gente está à
5789 disposição, tem uma equipe de especialistas que está à disposição para conversar,
5790 inclusive, tem muitas coisas que não estão no relatório, tem várias questões
5791 sensíveis, de conjuntura do Estado, que devem ser debatidas no âmbito do
5792 Ministério, na perspectiva privada e com sigilo, né? Então, eu senti muito isso nesse
5793 processo inicial, e eu sei que é um processo inicial, né? E a gente está se
5794 conhecendo, mas eu acho que a gente tem que ter mais acesso umas às outras,
5795 porque, de fato, só falar a partir do relatório, eu acho que a gente está tendo um
5796 prejuízo muito grande aí, né? Que a gente está à disposição para fazer esse diálogo
5797 em loco. Acho que por isso, também, a residência em Brasília. A questão de
5798 soluções, a gente aponta, no fim do diagnóstico do relatório, as soluções, que são
5799 as nossas recomendações. Então, assim, a gente faz um trabalho que não é só
5800 diagnosticar, mas também apontar. E eu entendo que nós temos, às vezes, tempos
5801 diferentes, mas o mecanismo nacional, ele se rege pelo tempo da prioridade do que
5802 está acontecendo. Então, eu queria fazer esse convite para a gente pensar que
5803 várias questões nós vamos e podemos construir e alinhar com mais tempo, mas
5804 algumas exigem de nós esse caráter emergencial. Então, assim, rapidamente, por
5805 mais que nós tenhamos autonomia, eu acho muito válido sempre esse discurso
5806 muito gentil e importante sobre as nossas diferenças na perspectiva de autonomia,
5807 mas eu acho mais importante ainda que, no momento desse governo, que a gente
5808 possa, de fato, construir lado a lado essas soluções e nos fortalecer. O mecanismo
5809 já fez a inspeção. Esse é o momento de articulação, não só de refazer uma... Eu
5810 não sei quem está falando. Podia fechar o microfone, por favor, aí? Já estou
5811 finalizando, mas só para dizer que esse momento, retornar para fazer uma nova
5812 inspeção não seria... Pessoal, não tem como falar assim com outra pessoa falando.

5813 Bom, para finalizar, esse momento não seria de voltar e fazer uma nova inspeção.
5814 A gente já tem uma inspeção, já tem um cenário que, inclusive, a gente acompanha
5815 em loco desde 2017, 2018 e agora 2022, mas o que a gente precisa é, de fato, ainda
5816 que com independência e autonomia, nós temos o mesmo objetivo, eu tenho
5817 certeza disso, que o Ministério dos Direitos Humanos tem o mesmo objetivo que o
5818 Mecanismo Nacional, que a Secretaria Nacional, que a Coordenação de Combate
5819 à Tortura. Então, nesse momento, uma articulação política na perspectiva de
5820 acompanhar o trabalho de perto e em loco, pela primeira vez, dessa força-tarefa
5821 que está instalada, que nos causa uma preocupação muito grande e também poder
5822 dialogar com as autoridades locais, com essa força do governo federal,
5823 conversando com o governo, é super importante. E só lembrando que, em 2017, a
5824 gente fez uma missão conjunta após os massacres do Amazonas, que envolveu a
5825 Oficina de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a
5826 Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Mecanismo Nacional. Então, assim, é
5827 importante essa articulação e, sobretudo, para ter o acompanhamento local da
5828 sociedade civil, do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, da
5829 Defensoria Pública Estadual e outras instituições. Então, eu queria que a senhora
5830 pensasse nesse sentido, que, às vezes, a gente vai precisar de um tempo mais
5831 acelerado e prioritário para demandas que exijam essa urgência de todos nós e o
5832 interesse do Mecanismo Nacional em apoiar, porque nós temos objetivos em
5833 comum, os direitos humanos no Brasil. Então, com certeza, ainda que tenhamos
5834 autonomia, esse momento é de articulação política, esse momento é de mostrar a
5835 preocupação em comum e de criar essas estratégias de diálogos construtivos com
5836 as autoridades a fim, de fato, de sanar esse problema. Muito obrigada, a gente está
5837 à disposição e a gente espera, enquanto o Mecanismo Nacional, ter essa
5838 proximidade de diálogo, que não dependa de um instrumento como relatório, mas
5839 estamos aqui à disposição em Brasília para poder dialogar quando for necessário.
5840 Muito obrigada.

5841 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5842 **Ministro Silvio De Almeida) –** Eu posso responder rapidamente para poder me

5843 retirar, pedindo já desculpas pela impossibilidade de permanecer. Bom, a
5844 Secretaria-Executiva, e falo também em nome do gabinete do ministro, estão
5845 abertos a uma proposição de agenda para tratar especificamente das atuações do
5846 mecanismo, do relatório. Chegando a esse pedido, nós estamos abertos a acolher
5847 e ter aqui uma oportunidade de agenda. De toda forma, como eu disse, quando nós
5848 começamos o alinhamento de projeto que visa tratar das questões de violação de
5849 direitos humanos no sistema prisional, em articulação com o Ministério da Justiça,
5850 nós convidamos o mecanismo a estar presente e dialogar conosco sobre esse
5851 projeto, a nos auxiliar na estruturação desse projeto. Estiveram aqui duas
5852 representantes do mecanismo. Também em conversa com o Fórum Nacional de
5853 Segurança Pública. Então, a abertura para esse diálogo sempre esteve presente.
5854 Obviamente, algumas questões a gente vai precisar alinhar com a Secretaria
5855 Nacional, que é responsável também, conduzir e dar um apoio administrativo ao
5856 trabalho do mecanismo e do comitê, mas, para além disso, tenho certeza que falo
5857 que em nome do ministro Silvio sempre houve uma abertura para esse diálogo.
5858 Então, nos demandem com a necessidade dessa agenda, com esse diálogo, que
5859 nós vamos contemplar essa conversa assim que possível. Acho que é isso.

5860 **Sra. Bárbara** – Só me perdoe dizer que nós entendemos dois ofícios já, né? Então,
5861 a gente já deu esse start, só para lembrar.

5862 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5863 **Ministro Silvio De Almeida)** – Sobre a questão do Rio Grande do Norte ou sobre...

5864 **Sra. Bárbara** – Rio Grande do Norte.

5865 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos –**
5866 **Ministro Silvio De Almeida)** – Então, a questão do Rio Grande do Norte foi pedido
5867 uma atuação conjunta, né? Como eu expliquei, a gente optou no primeiro momento
5868 de informar que a missão do mecanismo poderia ser feita de maneira destacada,

5869 porque a nossa ainda estaria em planejamento, foi essa a resposta. E a outra foi,
5870 eu acho, em relação ao envio da Força Nacional e que nós ainda não respondemos,
5871 porque fizemos alinhamentos e conversas com o Ministério da Justiça. Então, logo
5872 a gente tenha essa resposta, esse alinhamento que a gente possa informar a todos
5873 de uma maneira mais segura, a gente vai fazer a resposta e encaminhar o
5874 mecanismo, mas, de toda forma, é isso que eu já falei. Existe, por parte do Ministério
5875 da Justiça, já mencionado pelo próprio ministro Flávio Dino e pelo secretário
5876 nacional de Acesso à Justiça, o Marivaldo, uma preocupação específica em ter um
5877 controle sobre essa intervenção, uma perspectiva de preservação dos direitos
5878 humanos. Essa foi a resposta que nós recebemos, mas vamos alinhar ainda,
5879 principalmente para poder informar sobre o que vamos fazer, uma resposta mais
5880 completa para o mecanismo assim que possível. Bom, dito isso, eu quero pedir
5881 licença a todos de dizer que foi muito importante esse momento de escuta, esse
5882 momento de troca. Estou à disposição para outros momentos na medida que a
5883 agenda nos permitir, mas, de toda forma, as nossas representantes aqui do
5884 Ministério vão poder nos repassar depois todas as informações da continuidade
5885 dessa reunião. Agradeço a todos e desejo a todos um bom trabalho, um bom dia.
5886 Muito obrigada.

5887 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5888 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada pela presença, acho que foi muito importante para
5889 a gente ter um alinhamento de algumas questões. Espero que em breve, nas
5890 próximas reuniões presenciais, a gente possa contar com a sua presença e com a
5891 do ministro. E também que a gente possa, ainda entendendo que a agenda de vocês
5892 é complexa, que a gente possa se organizar melhor para entender o tempo que
5893 vocês vão ficar na reunião para que a gente possa tratar dessas questões que
5894 digam respeito especificamente a essas respostas quando vocês estiverem na
5895 reunião. Muito obrigada. Vou seguir aqui abrindo a palavra para a Camila, que tinha
5896 levantado a mão.

5897 **Sra. Camila** – Gente, bom dia. Todos me escutam? Gente, eu queria só trazer
5898 alguns elementos para essa questão da nossa incidência no [Ininteligível]. O
5899 mecanismo fez uma proposta de atuação conjunta para o governo federal
5900 envolvendo vários atores. Não tem sentido o mecanismo voltar ao Rio Grande do
5901 Norte sozinho. Foram uma série de questões. Primeiro que nós... Melhorou o eco?
5902 Não tem sentido o mecanismo retornar ao Rio Grande do Norte sozinho porque nós
5903 já fizemos a missão regular [Ininteligível] . E aí está o resultado, o relatório do
5904 governo do Norte, que traz um amplo diagnóstico das razões dessa crise
5905 humanitária que está havendo no Rio Grande do Norte, uma crise humanitária
5906 prisional. Nossas colegas foram amplamente ameaçadas, foram coagidas, sofreram
5907 diversas retaliações no campo simbólico quando fizeram essa missão [Ininteligível].
5908 E desde os [Ininteligível] da nossa missão, as informações preliminares que foram
5909 passadas, nós já estamos sofrendo pressões. Então, o mecanismo voltar sozinho
5910 seria algo temerário do ponto de vista da segurança. Então, quando nós nos
5911 dirigimos ao governo federal, nós fizemos uma proposta de atuação conjunta, onde
5912 o mecanismo viria apenas como mais uma entidade a compor um monitoramento
5913 mais amplo do que está acontecendo no Rio Grande do Norte. Se o governo federal,
5914 por várias razões, o governo federal já sinalizou que isso não vai acontecer agora,
5915 estão aguardando um alinhamento com o Ministério da Justiça, a gente sabe que,
5916 como a Sofia já falou, é uma atuação complexa, mas, desde logo, nós queríamos
5917 sinalizar que o governo pode se engajar na questão das recomendações e das
5918 proposições que a gente faz no rosto do relatório. Tem, inclusive, que precisar fazer
5919 essa atuação logo, desde logo. Porque nós não somos um órgão que simplesmente
5920 aponta os casos problemáticos, nós não somos um órgão que também faz
5921 proposições. E as políticas públicas desenvolvidas por esse governo, por lei, têm
5922 que observar as nossas recomendações. Porque esse é o nosso trabalho. Nós
5923 subsidiamos políticas públicas. Então, não faz muito sentido, inclusive, a afirmação
5924 de que seria algo que pudesse violar nossa autonomia, ou algo assim. Porque nós
5925 que estamos propondo esse tipo de regulação conjunta. Já ficou sinalizado que não
5926 vai acontecer agora, mas é mais isso mesmo. Eu gostaria de falar para vocês que
5927 a proposta não é o mesmo que eu vim lá fazer com a nova missão regular. Já foi

5928 feita e o resultado está aí. E agora nós temos que trazer esse resultado, esse
5929 diagnóstico e começar a trabalhar em cima dele. E acho que é isso.

5930 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5931 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Camila. Eu acho que, antes de passar a palavra
5932 para a Liane, eu acho que a gente, ontem, já estava pensando aqui em algumas
5933 atuações que poderiam ser feitas em relação a encaminhamentos, etc. Uma das
5934 coisas que a gente fechou como encaminhamento era essa audiência pública, que
5935 é no formato de uma reunião extraordinária, que vai acontecer no dia 31. A gente
5936 elencou uma série de atores para serem chamados e tinha a própria questão do
5937 Conselho de Direitos Humanos, de uma articulação que teria tido um convite para
5938 o mecanismo, para o comitê. Eu acho que a gente teve uma questão superada aqui,
5939 que seria a questão da verba. Porque a gente entendeu que a gente vai ter a verba
5940 que a gente precisa para fazer todas as nossas ações, inclusive para fazer essas
5941 questões, para ter um valor pontual para essas questões extraordinárias. Então, eu
5942 acho que era caso de pensar aqui em conjunto com vocês, porque vocês, digo, o
5943 mecanismo e o próprio comitê, e como bem disse a Rita, apesar de ela ter ido
5944 embora, tem representantes aqui do Ministério dos Direitos Humanos. Eu acho que
5945 a gente deveria pensar nessa ação conjunta, e levando em consideração que, pelo
5946 que eu entendi da fala, há uma conversa que é uma conversa mais institucional e
5947 interna dentro dos ministérios do governo. Porque a Rita disse que está em diálogo
5948 com o Ministério da Justiça, etc., mas a gente não necessariamente está sendo
5949 informada sobre esse diálogo. A gente não está participando desse diálogo. E acho
5950 que a gente tem que continuar reivindicando o nosso espaço, enquanto o
5951 mecanismo no lugar do mecanismo, enquanto especialistas no tema, que estiveram
5952 in loco para fazer as missões, e o comitê também, a partir do conhecimento que tem
5953 sobre a temática. Então, acho que a gente tem que continuar garantindo e
5954 tensionando o nosso espaço. E aí, a pergunta que fica, porque é um dos
5955 encaminhamentos que não foi fechado ontem na reunião, que seria essa articulação
5956 conjunta com o Conselho de Direitos Humanos. Então, o sentido é de fazer essa
5957 pergunta. Se tem interesse, nós do comitê temos interesse em participar dessa

5958 agenda. Ontem, a gente tinha apontado de que sim. E aí, a gente tinha pensado na
5959 ida da Maria Clara, porque o Gagiopi também faz parte do Conselho, e estaria mais
5960 próximo, iriam de carro, etc., para uma questão orçamentária, mas agora, como a
5961 gente supera um pouco essa questão orçamentária em algum lugar, até talvez
5962 tivesse a possibilidade de mais uma pessoa do comitê estar nessa agenda, mas
5963 acho que gostaria de entender qual é a posição do mecanismo de construir uma
5964 agenda conjunta com o comitê. E aí, a gente pensar em outras articulações. Tendo
5965 em vista o que vocês solicitaram do Ministério, me parece que não vai acontecer
5966 nesse momento. E aí, eu vou passar a palavra para a Liane. E aí, acho que a gente
5967 pode pensar nesse encaminhamento aqui.

5968 **Sra. Liane** – Bom dia a todos aqui presentes. Agradeço a mesa presencial dessa
5969 reunião, a Bárbara, o Mecanismo Nacional. E a todos que aqui se encontram
5970 presentes nessa reunião. Vocês que realmente estão empenhados em fazer a lei,
5971 a lei [Ininteligível] e todas as outras leis. Porque sabemos que os filhos internos
5972 pagam a lei, mas também são munidos por ela. Então, gente, hoje chegou no grupo
5973 de todas as famílias, de todos os santos, que foi testado. Os ataques aqui no nosso
5974 estado, para a glória de Deus, estávamos vivendo dias difíceis. No momento, foi
5975 testado. Porém, não sabemos até quando isso vai ficar testado. Estão realmente
5976 esperando uma resposta da parte das autoridades por essa melhoria agora. Em
5977 nome das familiares, hoje eu não estou com muita disponibilidade. Hoje a minha
5978 mãe, a mãe foi doente, eu subi com ela para o hospital. Provavelmente, tenho que
5979 voltar com ela para o hospital novamente. Já com 86 anos debilitado, mas tento
5980 entrar hoje nessa reunião e falar para vocês o nosso muito obrigado. E se vocês
5981 puderem fazer um pequeno relatório sobre todas as situações que estão para ser
5982 encaminhado, para que a gente possa acalmar os familiares. As familiares nos
5983 grupos ainda continuam, as familiares nos grupos ainda continuam muito
5984 aperreadas. As filhas, as mães que estão em situações, realmente se hospitalizando
5985 por não ter notícias dos internos. Como lá dentro, por contra lá dentro. Como eles
5986 estão lá dentro diante de toda essa situação. Digo a vocês, continuamos na zona
5987 de risco, porque até agora nada foi resolvido. Até agora são palavras, são papéis,

5988 são reuniões, mas até agora nada foi resolvido. Então, assim, venho realmente
5989 ainda aqui deixar em estado de alerta o nosso estado. As cadeias que se encontram
5990 dentro do nosso estado. A Bárbara aí é uma grande força para nós e para todos.
5991 Porque ela entrou dentro do sistema prisional. Ela viu o que se passa lá dentro,
5992 entendeu? Então, está sendo os olhos e a boca de todas nós. E aí, gente, eu falo
5993 isso e eu me arrepio todinha. Porque, assim, estamos sofridas. Estamos debilitadas.
5994 Eu estou reduzida ao meio esses sete dias. Entendeu? Venho aqui trazer palavra
5995 como familiar. Nessa luta que me encontro há quatro anos, mas estou debilitada.
5996 Esses dias não consigo, até a água amarga na minha boca. Porque eu não sei como
5997 está a situação deles lá dentro. E sabemos que há situação que, no momento, que
5998 chegou até as familiares de nosso estado, se vir é retornar, pode vir retornar mais
5999 agravada. Porque realmente querem uma resposta sobre a situação do sistema
6000 prisional. E, assim, nós queremos essa resposta. Nós, familiares. Nós não estamos
6001 pedindo nada que esteja fora da lei. Tudo que nós estamos pedindo está dentro da
6002 lei. Nós pagamos nossos impostos. Nós trabalhamos, nós somos pessoas de bem.
6003 Pessoas dignas, entendeu? Estamos aqui na luta procurando realmente uma
6004 solução para o tamanho absurdo, para essa criminalidade que está acontecendo
6005 dentro dos presídios. Porque o que está acontecendo nos presídios é crime. É
6006 crime. Estão fazendo um crime. Estão matando os internos aos poucos. Estão
6007 matando de febre. Estão matando de fome. Estão sendo [Ininteligível] médicos.
6008 Muitos têm morrido. Entendeu, gente? Então é uma coisa de urgência. Eu quero
6009 pedir a vocês, em nome de Jesus Cristo, façam urgência, o que puder. Eu sei que
6010 vocês têm... São mil coisas, são mil interferências até chegar a conseguir alguma
6011 coisa, mas é como a Bárbara aí falou, é uma situação delicada, gente. É uma
6012 situação de urgência. Eu peço aqui, se tiver ministros aqui, se tiver a pessoa do
6013 Ministério Público, como se encontrava aqui no nosso estado. E o que mais é
6014 agravante dentro do nosso estado, eu vou dizer a vocês o que é. O que mais agrava
6015 dentro do nosso estado... Posso falar mais um pouquinho, gente? Posso? Pronto.
6016 Então, o que mais se agrava dentro do nosso estado são realmente, vamos dizer,
6017 os próprios... As pessoas que fazem a lei. É o que mais se agrava dentro do nosso
6018 estado. Porque a gente vê os direitos humanos, o Comitê de Prevenção à Tortura,

6019 eles entrarem dentro do presídio, eles verificam aquilo que... Ana Valeska, amo a
6020 senhora de coração, meu amor. Então, assim, como é que se diz? Elas
6021 simplesmente se omitem, entendeu? Eles são omissão total, é um cinismo total por
6022 parte de algumas autoridades. E a gente já não está aguentando mais. São redes
6023 sociais todos os dias dizendo que é mentira. Eu tenho vários vídeos aqui que falam
6024 que são mentiras, gente. O que está se passando lá dentro? Onde a gente vê
6025 pessoas que fazem parte da ONU, como o Mecanismo Nacional, acho que entendi
6026 isso, que também faz parte da ONU. E simplesmente botam nas redes sociais que
6027 é mentira. Então, assim, é uma coisa criminosa. Para mim, isso é um crime. A
6028 pessoa simplesmente chegar e encontrar a palavra de uma pessoa que faz parte
6029 mundialmente da lei. Entendeu? Então, gente, é realmente uma situação muito
6030 absurda. A gente vê Henrique Baltazar dizer que a comida se encontra de melhor
6031 qualidade, como a gente tem aqui ouvindo ele falando, que a comida é de melhor
6032 qualidade. Henrique Baltazar, gente, pelo amor de Deus, isso para mim é o centro
6033 do absurdo, entendeu? A gente vê o secretário de Segurança Pública dizer que
6034 come a quentinha dos presos. Gente, pelo amor de Deus, é uma palavra sem lógica.
6035 Isso está na mídia, está nas redes sociais. A gente já não está mais aguentando.
6036 Eu não aguento simplesmente estar em frente a essas músicas por melhoria e ser
6037 chamada por aquela Vilma Batista [Ininteligível] gente. Pelo amor de Deus, isso está
6038 um absurdo. É isso daí. Quando as autoridades daqui, a Fátima, ela não vê toda
6039 essa situação, a governadora daqui, ela não dá uma palavra, uma só palavra, de
6040 dizer a gente vai olhar pelo sistema prisional. E ela nos procurou, viu, para ser
6041 reeleita. Ela nos procurou para ser reeleita, mas aí, até então, nada faz e nem olha
6042 por nós. Então, eu peço a todas vocês, é um caráter vigente. Gente, eu digo a vocês,
6043 eu hoje estou um pouco emocionada em ver vocês todos lutando dessa forma por
6044 nós. Porque quem está por trás dos bastidores acha que nem tem ninguém lutando,
6045 entendeu? Devido à situação que está. E aí que eu faço a parte de chegar nos
6046 grupos e dizer que se acalmem. E dizer que tem pessoas ao nosso lado lutando,
6047 tentando fazer o que é certo, mas, gente, eu deixo bem claro o meu pedido de
6048 socorro. Eu cheguei a entregar meus 2 filhos. Eu tenho um inocente lá dentro e
6049 tenho um culpado. Eu pensei de trazer o inocente para casa, mas por uma má

6050 investigação não trouxe. Eles estão lá dentro há seis anos, pelo primeiro crime, né?
6051 De um do meu filho e o outro inocente. Primeiro crime, estão lá dentro há seis anos.
6052 Gente, eu estou nessa luta há quatro anos, tentando melhorar o sistema prisional.
6053 Eu também não posso lutar só pelo meu filho, eu tenho que lutar por todos. E agora
6054 abracei de todo o coração essa causa. [Ininteligível] seu sofrimento lá de dentro,
6055 mas assim, gente, sempre é. Como se tivesse uma rebelião dentro da cadeia, pode
6056 ter certeza que vocês não vão mais me ver aqui. Porque eu tenho certeza que eu
6057 morro. Eu tenho certeza que eu não sobrevivo. Entendeu? Então, eu peço
6058 encarecidamente. Aqui fechou, os ataques nas ruas fecharam. Entendeu? Mas
6059 podem voltar. E assim, a gente pede aqui, por favor, um caráter de urgência por
6060 parte de todos. A solução não é abrir novas vagas para dentro dos presídios. A
6061 solução é uma boa alimentação, é dignidade, é ressocialização. Para que os
6062 infernos tenham direito, por favor. Para que os infernos tenham direito, a gente ter
6063 direito de ressocializar os nossos que estão ali dentro. A gente ter direito de tirar
6064 com vida os nossos que estão ali dentro. Onde muitas mães têm que buscar mortos
6065 seus filhos lá dentro. Gente, não é um, nem duas pessoas. São várias mortes. Onde
6066 nem sequer a gente pode reivindicar pela morte. Porque nenhum advogado do
6067 Estado quer pegar a causa. A gente precisa, gente, por favor, que os advogados
6068 voltem a entrar lá dentro. Para pelo menos a gente ter notícia. Entendeu? Ou que
6069 os órgãos vá lá dentro ter notícia. A gente não tem previsão de ter visita. Não tem
6070 previsão de ter visita. Não sabemos se se encontra lá dentro. Eles recebem no
6071 material que estamos levando, que abriu essa semana. Tem internos de algumas
6072 unidades que estão saindo e que estão dizendo que a única opressão que estão
6073 tendo é porque tem dia que paga água e tem dia que não paga. Tem dia que paga
6074 alimentação e tem dia que não paga alimentação. É a [Ininteligível] que eles estão
6075 sofrendo. Já tem outras unidades, que os internos que estão saindo, nos
6076 procurando, e relatando. Eles estão ficando em procedimento o dia todo. Eles
6077 tomam café, vão para o procedimento. Param e vão para o procedimento. Entendeu,
6078 gente? As pessoas que estão doentes lá dentro, a gente pede um caráter de
6079 urgência. Tem pessoas com tuberculose lá dentro que não estão sendo tratadas.
6080 Numa cela com 35. Meus filhos se encontram numa cela com 35 pessoas. Quase

6081 oito pessoas com tuberculose. Agora eu já não sei mais como está, mas lá dentro
6082 já com pessoas vomitando. A Bárbara, eu acho, que presencio. Pessoas
6083 vomitando sangue. Na última visita, um rapaz vomitou sangue na nossa presença.
6084 Está na cela do meu filho. E aí, até então, o Estado diz que simplesmente muitas
6085 vezes o medicamento não dá para fornecer. Porque não tem medicamento que dê
6086 para todo mundo que está com tuberculose lá dentro. É só um limite de
6087 medicamento que vai para eles com relação à tuberculose. E esse limite de
6088 medicamento não dá para todos os internos. Gente, pelo amor de Deus, estão
6089 matando os nossos filhos, os nossos maridos, os nossos esposos [Ininteligível]. E
6090 a gente não aguenta mais. Então eu venho aqui deixar minha súplica. O meu pedido
6091 de socorro pelo sistema prisional do Rio Grande do Norte. E desde já eu agradeço
6092 a todas vocês. Muito obrigada. E aqui eu encerro minha fala. Se vocês tiverem
6093 qualquer pergunta, a gente pode fazer. Eu vou estar aqui para responder. Muito
6094 obrigada, gente.

6095 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6096 **E Cidadania – ITTC)** – Eu queria agradecer, Liane, você ter vindo aqui e ter contado
6097 e relatado tudo isso. Eu acho que é sempre muito difícil. E eu digo da minha posição.
6098 Eu nunca... Não tenho muito o que dizer, porque são coisas tão sérias, tão graves.
6099 E que realmente... Acho que a gente está aqui tentando fazer os maiores esforços
6100 possíveis para que as coisas possam ter uma mudança real na vida das pessoas
6101 que estão presas, na vida dos familiares das pessoas que estão presas, sabendo
6102 de todas as limitações que a gente tem e entendendo todas as limitações que,
6103 embora a gente possa respirar mais aliviado de ter um governo que, se assim eu
6104 posso dizer, é de esquerda, mas ainda assim a gente tem diversas limitações com
6105 essa pauta. Eu acho que são várias questões que são trazidas como se fossem...
6106 São falácia sobre esse tema, são coisas que dizem como são mitos de que
6107 aconteceriam coisas ou de que essas pessoas seriam perigosas, etc. Então eu acho
6108 que a gente está aqui nesse esforço para garantir que essas violações acabem e
6109 levando em consideração que uma pessoa que está presa, teoricamente a única
6110 coisa que ela deveria perder de direito é a liberdade dela. A gente não pode justificar

6111 que nenhuma pessoa que esteja presa tenha qualquer dos seus direitos violados,
6112 embora a gente saiba que a prisão, no final dos contos, foi construída também para
6113 isso, para ser um espaço violador de direitos. E aí eu digo isso porque eu acho que
6114 é importante apontar essas questões. E aí ontem, eu não sei se a senhora estava
6115 aqui ontem na reunião ou não, mas se não estava também não tem problema.
6116 Outros familiares estiveram aqui e falaram, e a gente fez vários encaminhamentos
6117 para pensar sobre essa questão. E a Nana mandou aqui agora no grupo, e eu acho
6118 que poderia ser uma boa, a gente fazer uma circular com esses encaminhamentos
6119 que a gente pensou. Então são diversas coisas, tanto de reiterar os pedidos que
6120 foram feitos pelo mecanismo, quanto, por exemplo, também uma reunião
6121 extraordinária no formato de uma audiência pública, a data que a gente marcou é
6122 para o dia 31 desse mês, então, para sexta-feira próxima, em que serão convidados
6123 também todos os atores locais, os familiares, e também esses órgãos, enfim, tanto
6124 do Poder Executivo, a gente colocou como convite também, para a governadora,
6125 para o Ministério Público, defensoria pública, para o Judiciário, enfim, para todo
6126 mundo que tiver algum envolvimento com essa questão, para que a gente possa
6127 tratar disso e fazer as perguntas que a gente quer fazer para esses atores. A gente
6128 não pode garantir que eles estarão presentes na audiência, porque o Comitê não
6129 tem esse poder, mas o convite para todos eles será feito, e a ausência deles, caso
6130 tenha alguma ausência, isso também é um significado de resposta. Então, acho que
6131 a gente pode aguardar, mas, de todo modo, depois da nossa reunião, ao final dela
6132 e amanhã, e tal, para uma forma também da coordenação se organizar, a gente
6133 pode fazer essa circular para que a senhora ou outros representantes familiares
6134 possam mandar nos grupos para que a gente tenha uma noção, para crescer uma
6135 noção de que algumas medidas estão sendo encaminhadas. A resposta delas a
6136 gente não tem, mas acho que é importante pensar que elas vão ter um
6137 monitoramento. Eu vou passar agora a palavra para a Bárbara, e pensando, não sei
6138 se você vai responder disso, mas pensando nessa articulação conjunta aqui, para
6139 a gente fechar isso antes do nosso intervalo de almoço.

6140 **Sra. Bárbara** – Obrigada, Sofia. Só para registrar também a fala brilhante da Maria
6141 Clara, e necessária, eu acho que a gente tem algumas dúvidas nesse momento,
6142 que a gente sabe que é de construção, mas esse acesso, a gente está disponível
6143 para conversar muito mais do que o relatório. Eu queria também deixar a minha
6144 solidariedade à Liane, força querida, e assim, a gente está juntas, às vezes não
6145 parece, porque demora, o trabalho é difícil, você sabe disso melhor do que eu, mas
6146 a gente está de olho no Rio Grande do Norte, está todo mundo muito comprometido
6147 aqui, e dessa vez a gente já está tendo algumas respostas. Inclusive, só para
6148 comentar com vocês, quando a gente começou os envios ontem do relatório, o
6149 gabinete da governadora foi o primeiro que acusou recebimento. Então, as pessoas
6150 estão atentas ao que está acontecendo, o CNJ já se manifestou que vai olhar melhor
6151 para os juízes e vai substituir caso eles estejam fazendo alguma coisa irregular, e a
6152 gente traz muita demanda detalhada e denúncia mesmo, comprovada, dessas
6153 situações que você muito bem trouxe para nós, mas fique firme aí, estamos juntas
6154 nessa, viu? E que como você disse, você está muito certa, a tortura é crime. E é um
6155 crime de lesa humanidade, né? Então a gente está aqui para isso. Bom, só queria
6156 dizer que, assim, é super importante essa interlocução, a gente está fazendo
6157 interlocução também com outros órgãos, então para não me alongar muito, eu acho
6158 que seria interessante de novo retomar o que eu disse ontem, na perspectiva de
6159 destacar pessoas do comitê para a gente criar esse diálogo, né? Acho que precisa
6160 sentar o comitê, o mecanismo, que vocês resolvam quem vai fazer esse
6161 acompanhamento, é fundamental, como a gente disse, Maria Clara reforçou, Sofia,
6162 Camila Antero, precisamos desse momento de uma articulação em bloco, grande,
6163 forte, para poder de fato fazer uma ação mais cirúrgica e com mais potência. Porque
6164 a inspeção a gente já fez, o cenário é aquele, aliás, o cenário é aquele desde 2017,
6165 né? Então, sim, ficar repetindo os cenários, a gente já fez esse processo, de fato,
6166 fazer uma nova inspeção naqueles modos não é o adequado, mas é muito
6167 importante que a gente se una nesse momento para dar essa resposta. Eu ainda
6168 não estou entendendo bem esses diálogos com o Ministério da Justiça, eu acho que
6169 a gente precisa participar deles também, né? O mecanismo, o comitê também
6170 precisam participar desses diálogos, porque a gente está muito desalinhado. Eu

6171 acho que o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, eu não estou
6172 percebendo um alinhamento, e se houver uma concordância com o Ministério da
6173 Justiça, que só tem falado em recrudescimento policial, em compra de armamento,
6174 munição, a gente tem uma grande questão aqui para ser resolvida, né? Então, sem
6175 entrar muito nesse mérito, mas muito preocupada com uma fala que vai nesse
6176 sentido de alinhar com o Ministério da Justiça, enquanto mecanismo nacional, não
6177 estou vendo nenhum tipo de concordância com o que está sendo feito a partir do
6178 Ministério da Justiça, mas é isso. Então, para fechar, eu acho que é isso. Acho que
6179 o encaminhamento, Sofia, seria destacar pessoas do comitê para a gente fazer um
6180 GTzinho, fazer rapidamente um WhatsApp para a gente, com a celeridade que exige
6181 esse momento, eu entendo que institucionalmente cada órgão tem o seu tempo,
6182 mas a gente tem que entender que tem um tempo que não é do mecanismo, não é
6183 do Ministério, que na nossa opinião tem um tempo que é do Rio Grande do Norte,
6184 né? Como a Maria Clara muito bem disse. Então, que a gente haja a tempo de não
6185 perder o timing, de fato, de pensar em soluções para esse estado que não é de
6186 hoje, que apresenta essa situação alarmante, caótica, precária, torturante do
6187 sistema prisional. E outros sistemas também de privação de liberdade, como os de
6188 saúde mental, mas, enfim, eu acho que é isso. Tiramos, fazemos um grupinho e
6189 vamos dialogando sobre isso. O mecanismo também está de interlocução com o
6190 Ministério Público Federal, DPU, e eu acho que a gente pode afinar isso, então,
6191 nesse grupo, mas, obviamente, só para fechar, estamos super à disposição para a
6192 gente criar essa interlocução.

6193 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6194 **E Cidadania – ITTC)** – Claramente, os negócios de reunião online. Eu vou passar
6195 a palavra para a Ana Valeska, e depois para a Maria Clara. Eu acho que a gente
6196 pode criar um grupo de trabalho para falar sobre esse tema. E aí, pensar um pouco
6197 aqui de estratégias mesmo. Porque, para a gente fazer uma estratégia organizada,
6198 porque ontem teve uma demanda do Comitê Estadual, de que tivesse uma
6199 estratégia meio única, e eles não estão aqui hoje, mas para a gente pensar nessa
6200 questão. Talvez eles possam estar também nesse grupo de trabalho. E aí, só para

6201 pensar assim, a gente teve um encaminhamento ontem, que era dessa audiência
6202 pública numa reunião extraordinária, para tratar desse tema e chamar diversos
6203 atores, etc. E aí, eu estou aqui pensando, se a gente faz uma ação, que a gente vai
6204 conversar com esses atores, não sei se vai ser isso, mas institucionais, com uma
6205 ida ao Rio Grande do Norte, qual que é o sentido dessa audiência pública, no
6206 formato que a gente tinha pensado. Então, eu estou colocando isso como questão,
6207 porque eu realmente fiquei um pouco na dúvida sobre o encaminhamento mesmo
6208 que a gente tinha feito, que eu acho que é importante como uma resposta para a
6209 sociedade civil, da questão de uma audiência pública que todos possam participar,
6210 mas também para a gente pensar em como garantir, por exemplo, a articulação, e
6211 que a gente seja recebido por esses atores numa ida ao Rio Grande do Norte, como
6212 garantir também que eles entendam a importância de dar explicações para a
6213 sociedade civil e para os familiares das pessoas presas. Então, acho que só para
6214 não atropelar uma coisa a outra e a gente no final de contas não chegar a nenhuma
6215 solução. Então, eu acho que isso é importante pensar, passar para a Ana Valeska
6216 e para a Maria Clara.

6217 **Sra. Ana Valeska** – Obrigada a todos e todas novamente. Obrigada, Liana. Força
6218 para você e para todos os familiares privados de liberdade. Mais uma vez, agradeço
6219 aqui a participação de vocês, mas o que eu acho importante nesse momento,
6220 aproveitando, além da gente pensar numa ação conjunta, conforme a Bárbara já
6221 falou aí, tem muitas questões de saúde preocupantes nesse momento também do
6222 sistema. Várias pessoas com tuberculose, várias pessoas morrendo, já teve caso
6223 de morte de meningite. Não sei se seria o caso também, porque eu senti uma falta
6224 muito grande, gente, de medicamento na rede lá de saúde. Não sei se seria o caso
6225 de pedir também um apoio, provocar também o Ministério da Saúde, me veio essa
6226 ideia aqui que eu gostaria de compartilhar porque se fosse de fato uma missão
6227 conjunta, Ministério dos Direitos Humanos, o Mecanismo, o Comitê, Ministério da
6228 Saúde também dando esse apoio na distribuição de medicação, de um atendimento
6229 rápido às pessoas privadas de liberdade que estão em situações graves de saúde,
6230 pessoas com problemas, inclusive precisando retirar, trocar a bolsa de colostomia.

6231 Vocês devem ter visto fotografias no relatório. Então, eu trago essa preocupação
6232 aqui esse é um ponto. E o outro ponto também que eu acho importante só para
6233 destacar aqui se a gente for mesmo trilhar essa ida nossa em conjunto registrar que
6234 vai ter também um mutirão da Defensoria Sem Fronteiras também a gente estava
6235 até em contato com quem vai coordenar pela DPU, e tinha uma outra questão
6236 também que eu acho importante, que agora tinha uma outra questão que eu ia falar
6237 aqui, vou passar a palavra para a Maria Clara, já, já eu me lembro, tem mais um
6238 ponto, só para, ah, sim, lembrei, ontem há uns dias atrás, e aí o Mecanismo também
6239 vai fazer um encaminhamento nesse sentido, até já conversei com a Bárbara, a
6240 gente estava conversando e a Bárbara sobre isso, tem uma resolução da CEAP que
6241 suspendeu vários direitos, como a Liane trouxe, o direito de visita, a falta de acesso
6242 dos advogados ao sistema prisional, que eu acho que é também urgente tanto o
6243 Comitê quanto o Mecanismo também estar provocando o Governo do Estado,
6244 porque não tem um prazo lá definido dessa suspensão, desse período de
6245 suspensão desses acessos, advogado da OAB ontem entrou com mandato de
6246 segurança, inclusive, por não conseguir ter acesso ao sistema prisional, isso de uma
6247 certa forma, sem definição de prazo, isso também tensiona a unidade, as unidades
6248 prisionais então eu quero deixar aqui também esse registro, que eu acho que é um
6249 encaminhamento urgente, também a gente provocar o Governo do Estado, em
6250 relação a essa resolução, está bom? Muito obrigada.

6251 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6252 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ana, vou passar para a Maria Clara, e aí só me
6253 ocorreu aqui na cabeça agora com a sua fala, que a gente está falando muito de
6254 Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça mas acho que talvez a gente
6255 pudesse colocar aqui esse diálogo, Ministério da Saúde também porque a questão
6256 aqui está sendo tratada tanto uma questão de segurança pública, mas essa é uma
6257 questão de saúde pública também. Então, acho que a gente pode colocar o
6258 Ministério da Saúde também nesse diálogo. Maria Clara.

6259 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6260 **Organizações Populares – GAJOP)** – Bom, só para acho que resolver a questão
6261 da ida o informe que o CNDH passou foi que a ida no dia 27 não vai acontecer mais.
6262 E aí está em suspensa para justamente agendar uma data que possa ser essa ida
6263 conjunta com o mecanismo, conjunta com o comitê e idealmente inclusive com a
6264 presença do ministro. Então, eu acho que, ou o representante do ministério diante
6265 do que foi colocado aqui, acho que no mínimo precisaria dessa provocação formal
6266 nossa mesmo que não tenha nenhuma garantia da ida do ministro e nem do
6267 representante do ministério, mas eu acho que é o nosso papel enquanto comitê
6268 fazer essa provocação e a sugerir da gente fazer essa solicitação através de um
6269 ofício ao gabinete do ministro para viabilizar essa ida em conjunto e aí esclarecendo
6270 bem que a finalidade dessa visita não é uma inspeção, não é uma missão, mas
6271 seria essa visita institucional com a finalidade de se apropriar melhor do que está
6272 acontecendo, inclusive pautar as autoridades públicas implicadas, eu acho que tem
6273 questões muito práticas, a questão da criminalização dos familiares, a gente precisa
6274 ouvir diretamente o secretário de segurança pública, o secretário de administração
6275 tem com esse área, essas falas que estão criminalizando, essas falas que estão
6276 pedindo GLO no estado desses secretários, então eu acho que seria necessário
6277 viabilizar essa ida, e a sugerir que saia hoje daqui esse ofício conjunto, cometer
6278 mecanismo ao gabinete do ministério solicitando essa ida, e que ela seja realizada
6279 o quanto antes, na semana que vem ainda, mesmo que não na segunda, mas do
6280 meio para final da semana, eu acho que seria uma coisa que pode até ter mais
6281 potencialidade do que essa audiência em formato virtual e aí também não exclui a
6282 necessidade da audiência, ela pode inclusive estar munida, pós-visita de mais
6283 elementos, para já propor encaminhamentos mais práticos, a gente pode inclusive
6284 pautar o Ministério da Justiça através da nossa perspectiva, e não o contrário,
6285 sermos pautados pelo Ministério da Justiça. E aí então só fazer esse informe, que
6286 o CNDH também está aberto para que isso seja uma ação conjunta, eles se
6287 colocaram à disposição para conversar com o mecanismo, inclusive na semana que
6288 vem, presencialmente em Brasília, quando vai ter uma reunião da mesa diretora,
6289 mas eu acho que nesse GT que vai ser criado, grupo de WhatsApp, a gente pode

6290 afinar esses detalhes, mas como encaminhamento para não perder, já sair daqui
6291 essa solicitação. Porque é o seguinte, se o Ministério responder que não vai, eu
6292 acho que ainda assim a gente pode viabilizar, e eu acho que a secretaria deixou
6293 isso claro hoje também, que isso não impede que de nós sejam visíveis. E ainda
6294 assim é uma presença importante de um órgão colegiado, e aí peritos do
6295 mecanismo também, ainda assim é uma representação e um braço do Ministério
6296 dos Direitos Humanos, que mesmo que não esteja na presença do ministro está
6297 através desses órgãos, eles têm essa função, né? Então eu acho que primeiro
6298 precisamos fazer essa solicitação, no caso tem a negativa a gente viabiliza essa ida
6299 em conjunto a mecanismo, comitê e conselho, ainda assim eu acho que é super
6300 válido e necessário. Paralelamente a isso, eu não sei em que medida, eu acho que
6301 a Ana estava aqui perguntando os detalhes das unidades que atualmente estão
6302 enfrentando essas situações que a Liane trouxe, e eu acho que é necessário
6303 realmente a gente ter isso documentado para dar essa dimensão das violações que
6304 estão acontecendo nesse momento, isso me chamou muita atenção, né? Que a Ana
6305 estava aqui perguntando, eu acho que é importante mesmo ter esse documento,
6306 até para gente apresentar também para o Ministério da Justiça e Ministério dos
6307 Direitos Humanos, para dar essa dimensão das violações que estão acontecendo
6308 agora, como retaliações de agora, e dar essa dimensão para o que está
6309 acontecendo contra familiares e contra as pessoas que ainda estão privadas de
6310 liberdade. Então, Ana, eu não sei se vocês já estão fazendo esse registro, eu
6311 acredito que sim, mas eu sugeri fazer esse registro num documento separado, como
6312 se, a partir das inclusive os relatos que a gente escutou ontem, somados do que a
6313 Liana trouxe hoje, e aí eu acho que a gente pode até pedir para o Comitê Estadual
6314 e o Conselho Estadual também acrescentarem esses outros relatos para ter esse
6315 documento mais formalmente. Essa é a minha proposta.

6316 **Interlocutora Não Identificada** – No prato de ato a gente conseguiu capturar
6317 algumas coisas digitando que não foi, lógico, tudo 100%, tem a gravação, mas aí
6318 eu acho que pensando aqui enquanto saindo do lugar do MDAH e pensando
6319 enquanto sociedade civil, se o Desencarcerar RN ou os movimentos familiares do

6320 Rio Grande do Norte conseguissem fazer uma ação de coleta de denúncias
6321 anônima, mas que conseguissem determinar a unidade, período e o que está
6322 acontecendo, eu acho que seria bem interessante assim e se a gente conseguisse
6323 essa missão conjunta, inaugurar ela como uma audiência pública chegar no Rio
6324 Grande do Norte inaugurando essa missão como audiência pública, que eu acho
6325 que seria um espaço também de fala importante, mas pensando as duas coisas,
6326 porque tem gente que não vai se sentir confortável de falar publicamente, mas quer
6327 contribuir, e tem gente que vai se sentir confortável, mas aí eu acho que tem que
6328 ser uma ação da sociedade civil com controle da sociedade civil, não daqui para as
6329 informações ficarem mais seguras, eu acho, e depois a gente, o comitê encaminhar
6330 isso como ofício para o Ministério, alguma coisa nesse sentido, assim, pensando o
6331 melhor caminho institucional para as coisas se viabilizarem.

6332 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6333 **E Cidadania – ITTC)** – Eu acho que, enfim, essas ideias coletivas elas são boas e
6334 acho que a gente deveria seguir assim no sentido de que, a questão da audiência
6335 pública virtual era uma questão também orçamentária porque a gente nunca tem
6336 orçamento para fazer reunião extraordinária, mas é sempre muito melhor que a
6337 reunião, que a audiência pública seja presencial. E agora que a gente tem essa
6338 questão superada, entendo por agora, enfim, acho que a gente pode tentar se
6339 articular fazer esse grupo de trabalho, e eu acho uma boa essa ideia de reunir esses
6340 atores todos num convite de uma audiência pública e acho que a gente nesse grupo
6341 de trabalho pode afunilar mais essa ideia. Eu sugeriria, aí tem uma questão formal
6342 do comitê, aí eu vou fazer essa pergunta para a Nana e Débora porque a gente tem
6343 aqui na possibilidade do nosso regimento interno a criação de grupos de trabalho e
6344 eu acho que isso deveria ser feito de uma maneira formal. Ainda que a gente crie
6345 um grupo de WhatsApp para discutir isso, eu acho que isso deveria ser feito
6346 formalmente. Então, a gente pode criar esse grupo de trabalho aqui, agora com
6347 membros do comitê, e acho que não tem uma questão de, não sei quem que
6348 mandou aqui no chat, é...

6349 **Interlocutora Não Identificada** – Precisa ser criado uma resolução para fazer o
6350 grupo de trabalho.

6351 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6352 **E Cidadania – ITTC)** – Mas já tem aqueles modelos lá de resolução de outros
6353 grupos de trabalho, né?

6354 **Interlocutora Não Identificada** – Sim. A gente pode usar.

6355 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6356 **E Cidadania – ITTC)** – Está bem, porque daí, mas aí a pergunta é o grupo de
6357 trabalho, ele tem que ser composto por quem porque tem que ser governo e
6358 sociedade civil, né. É... E aí eu não sei, e aí eu estou perguntando aqui para vocês
6359 se vocês acham que a gente cria o grupo de trabalho de uma maneira formal aqui,
6360 o quanto comitê, ou a gente só tira pessoas aqui do comitê para representarem essa
6361 questão por agora e depois tentar a necessidade? Pensando estrategicamente, eu
6362 estou falando isso porque talvez a gente, enfim, esse grupo de trabalho formalmente
6363 aqui, a gente convidaria outras pessoas para participarem, mas a gente, por
6364 exemplo, o mecanismo não estaria formalmente no grupo de trabalho, quem estaria
6365 no grupo de trabalho é o comitê, é o governo então, não sei o que que seria melhor.

6366 **Interlocutora Não Identificada** – O mecanismo poderia estar só, poderia estar
6367 como convidado?

6368 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6369 **E Cidadania – ITTC)** – É, então, mas aí todo mundo estaria como convidado os
6370 membros seriam o mesmo governo e sociedade civil que compõe o comitê, mas aí
6371 a gente também está numa reunião do comitê, então também faz sentido o grupo
6372 de trabalho ser criado dessa forma, mas enfim, eu estou abrindo aqui para vocês,
6373 para a gente pensar em conjunto, eu vou passar, tem quatro pessoas que

6374 levantaram a mão e daí eu vou pedir para que as falas sejam mais sucintas um
6375 tempo para a gente conseguir dar conta da demanda aqui. Francisco.

6376 **Interlocutora Não Identificada** – A Luana está me esclarecendo aqui, Sofia, que
6377 se for um grupo temporário um grupo com uma situação específica, não precisa ter
6378 membros de governo, o grupo pode delimitar quem vai participar, inclusive pessoas
6379 de fora do colegiado porque ele é como se fosse, eu vou usar aspas para a gente,
6380 para não dar confusão, mas ele é como se tivesse uma missão especial, entendeu?
6381 Aí vocês teriam só que indicar quem vai e a gente minutuar a resolução para você
6382 assinar. Está, vamos lá ouvir o que você tem para falar e a gente pensa aqui,
6383 Francisco.

6384 **Sr. Francisco** – Vou ser bem sucinto mesmo, é só uma sugestão, acho que, quem
6385 sabe o comitê poderia sondar junto aos ministérios que estão envolvidos eu acho
6386 importante a ideia que a colega deu também da saúde, só para tentar identificar o
6387 que já está sendo feito, para que quando a gente possa ir para cobrar ou sugerir, já
6388 ir a partir, porque assim, se a gente for chegar hoje e mobilizar, a saúde pode dizer,
6389 já estamos resolvendo, já estamos fazendo, etc. e tal. Então acho que é importante
6390 só sondar para ver o que está sendo proposto, para que a gente possa fazer coisa
6391 de contra proposta, dizer, olha, vocês estão apontando isso, mas a gente precisa
6392 de isso mais dois então quem sabe junto ao Ministério da Justiça, Ministério da
6393 Saúde, acho que a Justiça junto com Segurança Pública Ministério da Justiça e
6394 Direitos Humanos e Saúde, até porque o comitê, por exemplo, estava por fora dessa
6395 articulação que o Ministério dos Direitos Humanos estava fazendo com o Ministério
6396 da Justiça então acho que é bom fazer só um mapeamento breve do que está sendo
6397 feito no âmbito desses ministérios, para aí sim a gente poder planejar
6398 acertadamente o que a gente vai propor, o que o comitê quer propor, para além
6399 disso que já está posto era só essa sugestão mesmo.

6400 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6401 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Francisco. Luana, Mauricleia e Fernanda.

6402 **Interlocutora Não Identificada** – A Luana já, eu já falei o que ela queria falar, que
6403 ela está sem fone. Então, Mauricléia e Fernanda.

6404 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
6405 **Social – CFSS)** – Eu vou ser breve, eu acho que a gente poderia indicar aqui o
6406 nome do comitê, os nomes que estão presentes, que representam e fazer uma
6407 indicação de alguns nomes do governo também, qual o ministério que a gente
6408 acharia diante dessa situação compor essa comissão. Porque também isso às
6409 vezes tem, o governo tem muito, mas a gente acha que alguns são mais importantes
6410 de estarem nesse grupo de trabalho.

6411 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6412 **E Cidadania – ITTC)** – Fernanda. Obrigada, Sofia.

6413 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
6414 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – Ontem, ontem eu havia
6415 sugerido encaminhamento, eu acho que foi aprovado no final, sobre a criação de
6416 um comitê de crise. Eu lembro que o pessoal até retomou que no Rio Grande do
6417 Norte já existe, mas a proposta foi até para a criação de um comitê de crise em
6418 âmbito das instituições ou órgãos nacionais. Então, eu ouvi a Bárbara pontuando
6419 aqui a interrupção do diálogo com o Ministério da Justiça, que está implementando
6420 exatamente as medidas que estão sendo contraditas e impugnadas. Então, um
6421 comitê de crise, na verdade, mais que um grupo de trabalho, porque o grupo de
6422 trabalho se dá no âmbito do comitê, um comitê de crise com o representante do
6423 Ministério da Justiça, seja o secretário, o Rafael, ou outra pessoa, ou o próprio
6424 ministro, um representante do Ministério de Direitos Humanos, o comitê nacional e
6425 o mecanismo, talvez em âmbito nacional alinhasse e trouxesse um diálogo mais

6426 claro sobre o que vai ser feito em âmbito nacional, porque também demanda devido
6427 às ações, inclusive sobre o que a Maria Clara falou aqui sobre envio de armas,
6428 criação de presídios, enfim, enfim, de dinheiro, orçamento, etc. Então, estou
6429 retomando aqui esse encaminhamento de ontem, para que, de repente, a gente não
6430 fique em círculos e, estando aqui presentes os representantes do Ministério de
6431 Direitos Humanos, Ministério da Defesa e Ministério da Justiça, eles já podem
6432 indicar às pessoas, ou entrar em contato com os representantes secretários e
6433 ministros, para que até o final do dia, até o final da reunião de hoje, a gente saia
6434 com os nomes certos da criação desse comitê. Obrigada.

6435 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6436 **E Cidadania – ITTC)** – Acho que a gente pode criar esse, pensar aqui só, comitê
6437 de gestão de crise, ou é grupo de trabalho, porque isso faz diferença, e acho que
6438 grupo de trabalho talvez seja mais fácil, porque a gente já tem uma resolução.
6439 Comitê de crise, eu não sei, eu estou falando assim, de termos de ser rápido
6440 mesmo, e também da questão da organização da própria coordenação, mas aí,
6441 Débora e Nana, vocês falam o que vocês acham melhor, porque, de repente, dá um
6442 super trabalho essa questão de criar um comitê de crise, porque isso eu não acho
6443 que tenha previsto exatamente no regimento interno. Patrícia, pode falar.

6444 **Interlocutora Não Identificada** – É, a gente vai ler que um comitê... Ah, desculpa.

6445 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6446 **E Cidadania – ITTC)** – Patrícia.

6447 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
6448 **Desencarceramento)** – Oi. Não, então, eu acho que um grupo de trabalho, ele vai
6449 facilitar, estruturalmente, a organização do comitê nacional, e a gente pode convidar
6450 as pessoas de outros ministérios, a gente pode usar o nome grupo de trabalho para
6451 facilitar, porque se a gente for criar um comitê de crise, a burocracia interna vai

6452 demorar mais, tem que encaminhar ofício, até ser publicado no diário social. Eu
6453 acho que o grupo de trabalho temporário do comitê, ele vai conseguir dar conta
6454 nisso mais rápido, e aí a gente usa esse nome, e a gente convida as pessoas, isso
6455 não quer dizer que as pessoas não vão participar, a gente pode convidar todo
6456 mundo, é um grupo temporário, então acho que a agilidade, o tempo, e a resposta
6457 tem que ser mais ágil, é isso.

6458 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6459 **E Cidadania – ITTC)** – Eu estou de acordo com a criação de grupo de trabalho.
6460 Passar para Zenaide aqui.

6461 **Sra. Zenaide Cavalcanti De Medeiros Kelbeis (Suplente - Conselho Federal De**
6462 **Enfermagem – CONFEN)** – Não, não, perdão, perdão, eu bati sem querer.

6463 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6464 **E Cidadania – ITTC)** – Está bem, então vamos criar esse grupo de trabalho
6465 temporário. Acho que a gente já pode se organizar aqui. Quem tiver interesse que
6466 está aqui na reunião agora, que quer participar do grupo específico, acho que dá
6467 para mandar aqui no chat, só para gente fazer uma... Enfim, para guardar aqui, para
6468 gente se organizar melhor, e aí depois a gente marca uma reunião desse grupo de
6469 trabalho e pensa também acho que nos outros convidados que a gente pode
6470 chamar. Eu não estou conseguindo escrever, gente, no chat, está muito lento no
6471 computador, mas eu gostaria de estar nesse grupo de trabalho. Aí eu acho que,
6472 enfim, se as outras pessoas quiserem escrever aqui, e aí vou perguntar aqui dessa
6473 resolução, uma questão mais prática, administrativa mesmo. Vocês fazem essa
6474 resolução agora e a gente assina, eu posso assinar depois, não sei, enfim, mas a
6475 gente aprova essa resolução depois do almoço, para terem um tempo também para
6476 fazerem ela. O que que vocês preferem, Débora e Nana?

6477 **Sra. Débora** – A gente pode minutá-la com as indicações e aí a gente faz um
6478 rascunho simples das atribuições, o que vai ser feito o tempo e aí no fim do dia pode
6479 ser aprovado no plenário e todo mundo lê, vê se concorda com as atribuições e o
6480 tempo, mas dá para fazer hoje e aí depois você assina.

6481 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6482 **E Cidadania – ITTC**) – Bom, então vamos organizar assim, dessa forma e aí, assim,
6483 é isso, acho que a gente teve diversas questões aqui que foram atravessando a
6484 pauta, mas também não tem grandes prejuízos porque vários pontos aqui a gente
6485 acabou conseguindo dar conta e eu só e alguns pontos acho que a gente não
6486 precisa talvez tratar especificamente nessa reunião. O de principal que tem, porque
6487 esse é um meio-dia e 14 a gente tem a apresentação dos relatórios do mecanismo
6488 que estava para uma da tarde e aí eu vou propor, então, que para gente não atrasar
6489 tudo muito e normalmente essa questão são dois relatórios e mais as deliberações
6490 desse relatório, então são questões que às vezes demoram muito tempo. Para
6491 gente não atrasar muito, eu vou propor que a gente faça uma pausa agora de uma
6492 hora e volte 13h15 com a apresentação dos relatórios do mecanismo e daí na
6493 sequência da apresentação dos relatórios do mecanismo e encaminhamentos, a
6494 gente dá uma olhada aqui na pauta e entende o que que é prioritário para gente
6495 tratar nessa reunião aqui agora, que não foi tratado por essas questões que foram
6496 se atravessando, e também dá uma lida nessa resolução do grupo de trabalho, para
6497 que a gente possa aprovar o grupo de trabalho aqui nessa reunião, então acho que
6498 é isso, e aí eu vou, enfim, eu não sei quanto a gente tinha, não, acho que é isso,
6499 acho que a gente pode fazer assim e aí a gente volta daqui uma hora, se quiser.
6500 Todo mundo de acordo? Vamos fazer assim? Então, o 13h15 a gente volta, está
6501 bem? Tchau, gente, daqui a pouco.

6502 **5- 38ª Reunião Ordinária do CNPCT-Dia 2-gravação 2:**

6503 **Interlocutor Não Identificado** – Boa tarde.

6504 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6505 **E Cidadania – ITTC)** – Boa tarde. Aí eu pergunto para vocês, vocês acham que os
6506 apresentam de Alagoas, aí a gente faz os encaminhamentos, e aí na sequência
6507 vocês apresentando os seres federais para os encaminhamentos ou vocês
6508 preferirem que a gente faça os encaminhamentos?

6509 **Interlocutor Não Identificado** – Como vocês preferirem, mas eu acho que a gente
6510 pode ir por parte até porque Alagoas está mais distante, né? Então, talvez os
6511 encaminhamentos sejam até menores, considerando o tempo que já se transcorreu
6512 e algumas respostas que a gente já vai apresentar para vocês. Está bom. Débora,
6513 por favor, não sei se é você, se a Launa, para compartilhar para gente a
6514 apresentação. Então, mais uma vez, boa tarde a todas e todos os membros do
6515 comitê, outros participantes dessa reunião, colegas peritas que estão também
6516 acompanhando a reunião. Boa tarde para vocês. Estou aqui do lado da Cecília, mas
6517 também compõe, compõe essa equipe de missão no estado de Alagoas a Bárbara,
6518 que segue acompanhando a gente, e a Camila Antero, que também está
6519 acompanhando a gente. Então, é só fazer essa lembrança. A gente teve um
6520 problema na época, no ano passado, que seria a apresentação desse relatório, e
6521 acabou que não aconteceu no mês de novembro, até por conta de uma questão de
6522 [Ininteligível] de agenda, quando a gente estava numa missão na Bahia. Então, a
6523 gente perde um pouco o time da incidência política nesse período, né? Já se
6524 passaram aí, estamos chegando quase a oito meses já, né? Desde quando a gente
6525 realizou a missão, esse relatório a gente conseguiu, num tempo bem interessante,
6526 apresentar ao estado. Então, depois que a gente fez a missão, em menos de 45
6527 dias, um mês e meio, a gente conseguiu apresentar esse relatório e incidir no
6528 estado. O problema é que a gente, quando entrega, em outubro, esse relatório, era
6529 bem no período eleitoral. Então, assim, o próprio estado estava vivendo toda essa
6530 questão da continuidade, tentativa de continuidade do governo que estava lá, né?
6531 Que era um governo tampão, que inclusive se reelegeu, e aí a própria, os próprios
6532 parceiros locais, né? Também ficaram bem amarrados no contexto de divulgação
6533 do relatório, processo de apresentação mais ampla, né? De fazer reuniões mais

6534 ampliadas. Então, a gente não conseguiu fazer, inclusive, depois do período
6535 eleitoral, com esses participantes que estiveram com a gente, né? Que foi o próprio
6536 Ministério Público, né? A promotoria do controle externo, também, né? Estava na
6537 presidência do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Alagoas, a
6538 OAB, a Associação Alagoas, através da Comissão de Defesa dos Direitos
6539 Humanos, que também compõe o comitê, e também participou, né? Dessa missão,
6540 com a gente, o representante do Conselho Estadual LGBTQIA+, né? Do estado.
6541 Então, foram, a gente teve essa participação, né? E este ano, em fevereiro deste
6542 ano, a partir desse apoio e já com esse cenário desenhado, né? Do governo que se
6543 reelegeu, a gente fez um momento, um outro momento, né? Porque a gente já tinha
6544 feito um momento de apresentação dos primeiros achados, lá ainda no contexto da
6545 missão, mas a gente faz um outro momento, eles presencial, e a gente aqui de
6546 Brasília, que ainda não tínhamos orçamento, né? Um novo momento, né? Com o
6547 lançamento e a apresentação do relatório de forma mais pormenorizada para os
6548 representantes, tanto do Judiciário, Ministério Público, o próprio Executivo e
6549 Sociedade Civil, né? Aconteceu lá na sede do Ministério Público de Alagoas, foi
6550 agora, no mês de fevereiro. Então, mais no final a gente apresenta também, um
6551 pouquinho, né? Nesse delay aí, esse prazo todo e respostas que a gente teve, né?
6552 Dessas recomendações feitas e dos relatórios que, assim, como já tinha sido
6553 publicizado, a gente imagina que vocês, né? Já tenham, por ter tido acesso à
6554 oportunidade de ler, então a gente vai tentar também não tomar muito mais tempo,
6555 não atrapalhar demais a agenda da pauta da tarde. Então, mas, assim, depois, total
6556 aberto, se a gente foi rápido e vocês tiverem alguma dúvida em relação a alguma
6557 coisa que a gente passou de forma muito sintética. Acho que elas estão passando,
6558 né? Eu não sei, não sei se é a Débora ou se é a Luana.

6559 **Interlocutora Não Identificada** – Pode passar, por favor, próximo, a gente
6560 consegue, a gente consegue.

6561 **Interlocutor Não Identificado –** Então, a gente, Alagoas, a maioria, a maioria, vou
6562 dizer que só tem uma unidade prisional que está no interior do Estado, que fica no
6563 Agreste, numa cidade chamada Entre, na parte rural de Geraldo, Ponciano, que a
6564 gente conseguiu ir nessa unidade, mas a sua totalidade se encontra no único
6565 complexo, que é o complexo prisional de Maceió, então a gente conseguiu ir na
6566 unidade de [Ininteligível] Cavalcante, que é uma das unidades mais antigas e que
6567 apresentava uma série de denúncias, né? Que faz com que a gente escolha ir nessa
6568 unidade. A gente também foi na CPJ, né? Que é o centro de psiquiatra policial, que
6569 também está dentro desse complexo. Fomos na unidade feminina, que é a
6570 única do Estado, atende um público feminino, tanto da região metropolitana quanto
6571 do interior, como eu falei, do Agreste. A gente também foi numa unidade
6572 socioeducativa para adolescentes, em comprimento de medida de internação,
6573 tivemos uma reunião com o Instituto Médico Legal e também fomos na Central de
6574 Flagrantes, que é por onde passam as pessoas em audiência de custódia. Pode
6575 passar. Só para vocês terem uma ideia, quando a gente estava lá, a sua capacidade
6576 estava o dobro, a sua capacidade é 700 e pouco, e estava o dobro da sua
6577 quantidade. É claro que esse cenário era de agosto, houve uma alteração agora,
6578 porque eles inauguraram uma nova unidade no início deste ano, então houve uma
6579 grande transferência dessa unidade e outras coisas que aconteceram, falo mais
6580 para frente. É uma estrutura, é uma unidade total horizontal, diferente de algumas
6581 outras que a gente visitou, que o contato não se dá de forma por baixo, não se tem
6582 contato, então a abertura de celas é feita por cima, mas essa unidade é toda
6583 horizontal, com uma estrutura muito precária, depois vocês vão ver nas fotos mais
6584 para frente, tem um valão que corta toda a unidade. Quando há o período de chuva
6585 deles lá, esse espaço alaga, enche, então se mistura água de chuva com esgoto, e
6586 as pessoas ficam de baixo, em contato com essa água, e a insalubridade muito
6587 grande, muita infiltração, a própria capa do relatório é a capa desta unidade, que
6588 traz muitos fios expostos, então a parte estrutural muito ruim, muito precária. O CPJ
6589 é um outro quadro também, que é onde ficam as pessoas em situação de medida
6590 de segurança, ou aguardando o incidente ou não, a decisão judicial. Na data que a
6591 gente vai lá, não tinha uma super rotação, são 110 pessoas e tinham 105, mas a

6592 situação era de muita precariedade, alojamentos muito sujos, uma condição de
6593 muita insalubridade, alas interditadas com risco de desabamento, pessoas sem
6594 atividade, então basicamente também um lugar muito precário na sua estrutura. No
6595 socioeducativo, como falei, foi uma unidade de internação para meninos, para
6596 adolescentes entre 13 e 17 anos, na central de flagrantes é essa delegacia onde
6597 são realizadas as audiências de custódia, então ficam as pessoas aguardando a
6598 audiência e depois o período para serem transferidas para o complexo prisional,
6599 aguardam o dia, porque no final de semana isso não acontece, é só nos dias de
6600 semana, e é também o lugar onde se faz, continua sendo uma delegacia onde se
6601 faz o boletim de ocorrência. A gente também foi numa penitenciária de segurança
6602 máxima que é [Ininteligível], que fica também dentro desse complexo, deveria ser
6603 uma unidade para pessoas já com condenação em definitivo, mas a gente
6604 encontrou uma unidade com muita gente em prisão provisória, então também uma
6605 unidade relativamente nova, mas numa situação muito deplorável de estrutura
6606 física, além de poucos profissionais, o que dificultava então uma série de
6607 atendimentos que não aconteciam, então foi uma situação que a gente encontrou
6608 muito degradante, tanto na questão estrutural quanto na questão do atendimento
6609 às pessoas que estão nesta unidade, eles chamam lá, eles apelidam essa unidade
6610 de fantasmão para vocês terem uma ideia de como que é reconhecido esse espaço.
6611 Na unidade feminina, que também está no complexo, a gente não encontrou uma
6612 superlotação, mas a estrutura é um pouco mais, é uma estrutura modular,
6613 semelhante a essa da Bem SM, que é aquela estrutura que a gente já mostrou para
6614 vocês, já falou para vocês que é modular, ela já vem pré-moldada e lá eles montam,
6615 que tem sido assim, a gente tem encontrado boa parte de unidades com esse
6616 modelo e que a abertura, o contato, não se tem um contato direto com as pessoas
6617 privadas de liberdade, é [Ininteligível] das celas por um andar superior, então essa
6618 feminina também é assim, então o que nos chamou a atenção é o nível de
6619 recrudescimento da segurança dentro dessa unidade, desse pouco contato e
6620 também, óbvio, os casos de violência, indícios de prática de estrutura das pessoas,
6621 das mulheres privadas nesse local. No Agreste, que a gente se deslocou para o
6622 interior, o que a gente encontra é uma unidade com uma gestão mista, então você

6623 tem a direção da unidade realizada pelo Poder Público, pelos profissionais agentes
6624 da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Administração Prisional, com
6625 uma instituição que é a Reviver, conhecida por muitos aqui, que tem gestão em
6626 outros estados, Amazonas, Contra Maria, de espaço prisional, então lá no interior é
6627 essa instituição que administra a unidade. Então a gente também, por uma questão
6628 de conflito de interesses lá entre o sindicato e essa própria instituição, eles
6629 conseguiram tirar os profissionais que atuam, que são chamados de monitores,
6630 dessa atuação de contato direto com as pessoas privadas de liberdade, fazendo só
6631 os policiais penais fizessem deslocamento. Então isso gerou, tem um acúmulo de
6632 gente no espaço, no espaço prisional, mas isso não reflete numa quantidade de
6633 atendimento, de atendimentos sistemáticos, porque só quem faz a movimentação
6634 das pessoas privadas de liberdade são os agentes penais. Então a gente identificou
6635 uma estrutura física relativamente em boas condições, mas no contexto do
6636 atendimento a gente vai percebendo outras práticas mais suaves, práticas de maus
6637 tratos, porque as pessoas pedem os seus atendimentos e não é garantido esse
6638 acesso por conta dessa dificuldade, se dificulta a partir dessa forma de funcionar
6639 dessa unidade lá do interior. Também não encontramos uma questão de... não, a
6640 gente não encontra uma superlotação, mas tinham mais pessoas ultrapassando
6641 mais ou menos 90 pessoas, 960, e tinham 1.035 dentro dessa unidade que com
6642 essa inauguração acabou havendo também a transferência e a retirada. Essa era a
6643 propaganda do governo de Alagoas e essa unidade iria fazer com que toda a
6644 população prisional de Alagoas pudesse, todas as unidades pudessem funcionar
6645 sem superlotação e eles conseguem com essa ampliação de vagas, com essa
6646 inauguração agora.

6647 **Sra. Cecília** – Nós fizemos um apanhado, vamos dizer assim, das principais
6648 irregularidades, porque na maioria de todas essas unidades que nós visitamos os
6649 problemas eram comuns, as irregularidades também, e depois a gente vai estar
6650 mostrando fotos mais em particular de cada unidade, né? Então, os primeiros
6651 pontos que nós vimos que são comuns, a maioria, a estrutura física, com inúmeros
6652 pontos de infiltração, tanto dentro como fora das celas, muitos fios elétricos

6653 expostos, podendo causar choques, incêndios, assim, uma infraestrutura
6654 deplorável. Em relação à superlotação, a maioria, né? A única que a gente
6655 praticamente não encontrou superlotação foi no CPJ e na Agreste, né? Então, não
6656 são suficientes, não tem colchão suficiente, não tem cama suficiente para todos,
6657 né? E tem gente que tem colchão que não sabe nem informar quantos anos que
6658 está com aquele colchão rasgado, depois vocês vão ver na foto, né? As instalações
6659 sanitárias não funcionam, a gente encontrou muitos lugares com vasos entupidos,
6660 né? E que a pessoa acaba vivendo em total insalubridade. As oportunidades de
6661 trabalho também são comuns a todas, quer dizer, a falta de oportunidade de
6662 trabalho, né? Os critérios para incluir essas pessoas no trabalho são muito
6663 subjetivos em relação a quem escolhe e como escolhe, né? Isso ficou muito claro
6664 com os critérios dependem muito de um bom relacionamento, né? Com direção,
6665 com policiais penais e uma outra coisa que também foi comum a todos os lugares,
6666 a falta de material de higiene. Eles não têm disponibilizado o mínimo suficiente, né?
6667 A gente tirou fotos, né? Do que eles recebem mensalmente, é uma quantia ínfima
6668 que eles têm que dividir entre fazer higiene pessoal, lavar roupa, lavar chão e que
6669 realmente não tem como. Então, as telas normalmente ficam sujas, com odor muito
6670 ruim. E agora uma coisa assim que nos chamou demais a atenção foi a alimentação.
6671 Dentro do complexo, né? Tem uma cozinha industrial, vocês vão ver foto depois.
6672 Essa cozinha, ela é totalmente insalubre, inclusive na entrada da cozinha, do prédio,
6673 né? Na entrada da cozinha, o que mais nos chamou atenção foi a presença de
6674 bichos, corvo e a gente tirou fotos, né? Que vocês vão ver depois de como essa
6675 alimentação chega, né? Para os custodiados, a forma de transporte realmente é
6676 muito ruim. O corpo de profissionais, né? Uma coisa que a gente considera muito
6677 importante para a própria ressocialização é que os profissionais sejam concursados,
6678 né? Porque nas conversas em off, né? Que a gente teve com os técnicos, eles têm
6679 medo de fazer denúncia, porque eles são contratados e a administração é do poder
6680 público, né? Então, na medida que eles fizerem denúncias, eles acabam sendo
6681 demitidos, afastados. Isso não justifica não se fazer denúncia, mas foi o que a gente
6682 acabou escutando na maioria. E a demanda de saúde. A saúde em Alagoas também
6683 precaríssima, tem pessoas que estão aguardando cirurgias há 3, 4 anos com

6684 membros quebrados, fratura exposta, principalmente a gente acabou tendo um
6685 retorno, né? Da própria direção de algumas unidades, que a parte ortopédica em
6686 Alagoas está parada, né? As cirurgias não existem, não tem material para essa
6687 cirurgia e a questão da dor, né? Eles têm dores extremas por conta até de estarem
6688 com membros quebrados e eles não conseguem, né? Nós vamos ver fotos depois,
6689 uma aula específica que chocou muito a equipe e uma coisa também que é comum
6690 em todas as unidades. Nós já falamos ontem do Rio Grande do Norte, em Alagoas
6691 também se repete, né? Quem transmite para a equipe de saúde as demandas de
6692 saúde são os policiais penais, que repassam da forma como querem para a equipe
6693 de saúde e isso acaba prejudicando extremamente a isenção, porque depende
6694 novamente do bom relacionamento daquele custodiado com o policial penal. A
6695 equipe de inspeção ouviu também muitos relatos das pessoas sobre a situação
6696 processual. A exemplo também do que a gente relatou ontem do Rio Grande do
6697 Norte é uma total desinformação. Eles não têm acesso ao processo, em que
6698 situação eles estão. O acompanhamento, que na maioria é por defensor público, é
6699 deficiente. Teve unidade que a gente tirou foto da última visita da defensoria no
6700 lugar. A nossa visita foi lá em agosto, eu tirei uma foto que a última visita da
6701 defensoria tinha sido em abril. E quando vai, eles atendem no máximo 10, 15
6702 pessoas. A gente sabe que tem um número pequeno de defensores e isso foi uma
6703 das recomendações também de estar se aumentando, mas isso causa uma revolta,
6704 um desconforto muito grande, porque a pessoa está lá e não sabe até quando vai
6705 ficar, se alguém está trabalhando por ele. A ocupação, a superlotação, foi uma
6706 reclamação constante também. E a ociosidade, eles ficam realmente como se fosse
6707 um depósito. O dia inteiro dentro daquela cela, os banhos de sol não seguem a lei,
6708 então eles não têm atividade de terapia ocupacional, de artesanato. O acesso à
6709 escola também é muito limitado na maioria dos lugares que a gente foi. Uma queixa
6710 que foi também comum a todos foi a operação do Body Cam. São os próprios
6711 policiais penais que fazem, como em todo lugar, e as famílias sofrem demais nesses
6712 momentos. Tem unidades que a gente recebeu relatos que, por exemplo, de 100
6713 visitas, só 20 conseguiram entrar, porque a pessoa que faz o manejo do aparelho
6714 não teve o treinamento adequado para saber o que é gases, o que é alguma

6715 substância que estão tentando entrar irregularmente. Relatos muito tristes de
6716 familiares, que às vezes ficam um dia e meio antes, sem comer, tomando laxante
6717 para conseguir ver, e às vezes nem assim conseguem entrar. Então, uma das
6718 recomendações que a gente fez foi em relação a isso. E a comunicação com o
6719 mundo externo, que é extremamente precária, eles não têm direito a carta,
6720 telefonemas, as visitas realmente são bem dificultadas, principalmente por essa
6721 questão do Body Cam.

6722 **Sr. Rogério –** Semelhante ao que a gente encontra na maioria das unidades, lá
6723 também existe força tática, se chama GIT, no sistema prisional, e GECOM, no
6724 sistema socioeducativo. Então, a gente vai encontrar muito mais, porque a gente só
6725 fez um recorte no sistema socioeducativo, não muito mais no sistema prisional. A
6726 quantidade de pessoas machucadas, relatos de pessoas com sinais que indicavam
6727 disparos de armamentos menos letais, muitas vezes com o indício de que aquilo foi
6728 uma prática abusiva e ilegal. Inclusive, a gente segue recebendo, recebeu antes, no
6729 contexto da missão, e posteriormente, essa missão de agosto, pela Comissão de
6730 Defesa de Direitos Humanos da OAB, a sequência de práticas reiteradas do uso
6731 ilegal de armamentos menos letais e práticas abusivas no sistema prisional do
6732 Estado. Então, a gente segue agora para apresentar um pouco para vocês,
6733 ilustrando isso que a gente acabou de falar dos espaços. Toda essa unidade que
6734 vocês estão vendo, todas as fotos, representa a unidade [Ininteligível] Cavalcante.
6735 No lado esquerdo, a gente tem as duas primeiras fotos, que é a triagem, esse lugar
6736 que a Cecília falou, que é um péssimo lugar, não tem nenhuma iluminação, um lugar
6737 muito sujo, muito insalubre, onde as pessoas ficam, eles chamam de triagem, mas
6738 a gente entendeu que é um lugar do castigo.

6739 **Sra. Cecília –** Sim, do castigo, inclusive tem os papéis colocando quando entrou e
6740 saída, nunca tem a data de saída, então é uma coisa bem aleatória, acho que vai
6741 dependendo da direção, deixar mais tempo ou não.

6742 **Sr. Rogério** – O lado direito ainda é a unidade, estão vendendo uma ala, um raio de
6743 uma ala, seria o que eles chamam de selva, para vocês terem uma ideia, eles
6744 chamam o último módulo, o fim da unidade, porque é como se fosse um asterisco,
6745 tem diferentes raios no módulo, mais para dentro, mais um outro, mais um outro, e
6746 o último da unidade é esse lugar de selva, que é onde a gente priorizou também
6747 entrar para entender um pouco a realidade dessas pessoas, então as celas muito
6748 insalubres, uma superlotação, uma quantidade muito grande de pessoas com baixa
6749 circulação de ar, a infiltração que vocês estão vendendo, isso não é porque o corredor
6750 estava lavado, estava chovendo e o corredor não foi lavado para essa água estar
6751 aí, é uma água que fica merejando, para vocês terem uma ideia, vocês conseguem
6752 ver ali saindo, porque a água fica pingando constantemente, além dos fios expostos,
6753 como a gente sinaliza riscos de curto-circuito e incêndio. Ainda a gente foi em uma
6754 ala que eles chamam de acolhimento, que de acolhimento não tem nada, mas é
6755 onde ficam as pessoas idosas, as pessoas com deficiência e pessoas com
6756 problemas graves de saúde, necessitando desse acompanhamento mais próximo,
6757 porque essa ala está de frente para o setor de saúde dessa unidade, mas vocês
6758 podem constatar nas imagens, é um lugar que não proporciona acessibilidade para
6759 as pessoas, como a gente identifica na foto, cadeirantes, o espaço não condiz, o
6760 banheiro não é adaptado, as pessoas cadeirantes têm dificuldade de acessar, por
6761 exemplo, o vaso sanitário, vocês veem o registro do chuveiro estar no alto, como é
6762 que uma pessoa que não consegue se pôr de pé consegue abrir um chuveiro,
6763 relatos de que as pessoas às vezes precisavam contar com a ajuda das outras
6764 pessoas privadas de liberdade para descartar suas necessidades fisiológicas,
6765 porque não conseguiam fazer.

6766 **Sra. Cecília** – Eles acabam fazendo em sacos plásticos, porque o banheiro ele é
6767 numa altura acima do chão e cimentado, é um buraco acima do chão e cimentado,
6768 então eles não conseguem se locomover ali, eles acabam fazendo necessidade no
6769 saco plástico e o colega de cela tem que descartar, é humilhante demais.

6770 **Sr. Rogério** – A esquerda vocês estão vendo uma cela onde ficam os idosos, então
6771 como uma pessoa idosa consegue se pôr nesse segundo andar e subir para ficar
6772 na parte alta e o risco de queda, além de infiltrações nas paredes, vocês veem no
6773 fundo a foto, a imagem da parede toda mofada por conta de infiltração, a gente
6774 sinaliza tudo isso na data da inspeção para direção, que se comprometeu mais a
6775 fazer as alterações, mas a gente sabe que não funciona dessa forma. O ponto que
6776 a Cecília falou, essas duas fotos superiores que estão vendo um lixão, é exatamente
6777 a porta da cozinha onde toda a refeição é produzida no complexo prisional de
6778 Maceió, onde tem um lixão, nesse lixão vocês estão vendo a imagem de urubus
6779 comendo os restos de lixo. Ainda nessa lâmina, a gente tem nas duas fotos de baixo
6780 a estrutura lá do fantasmão, dessa penitenciária de segurança máxima, com espaço
6781 onde seria à esquerda, um solário que não é utilizado, ou seja, as pessoas não vão
6782 para o solário e aí o próprio banheiro constata isso porque o vaso estava em
6783 condição deplorável, sem completa possibilidade de utilização. No corpo do nosso
6784 relatório a gente mostra outras fotos do solário com muito lodo, muito úmido, muito
6785 sujo, ou seja, o lugar está abandonado. Depois uma foto do meio, ainda na parte
6786 inferior, de um banheiro, de uma cela dessa unidade, com muito lodo, com muita
6787 infiltração, e ainda na unidade do acolhimento, uma parede também apresentando
6788 a quantidade de infiltração e insalubridade nesse espaço. Na esquerda, quem não
6789 leu o relatório talvez não consiga compreender o que significa esse círculo. Esse
6790 círculo está indicando uma família de ratos que está saindo do bueiro próximo a
6791 uma quantidade de caixas onde são transportados os alimentos. Na verdade isso
6792 era um vídeo, a gente recebeu um vídeo dos ratos transitando em pleno dia na
6793 unidade e no lugar onde eles acabam deixando o alimento. Aí vocês vão para o lado
6794 direito, é exatamente assim que eles deixam os alimentos na unidade e inclusive é
6795 na mesma unidade, essa foto dos pães, muito próximo desse bueiro onde saem os
6796 ratos e fica tempos e tempos a alimentação ali exposta nessa condição que vocês
6797 estão vendo. Ainda falando sobre alimentação, duas questões que vai trazer tanto
6798 prisional quanto socioeducativo. Na superior, uma balança trazendo alimentação no
6799 prisional, 513 gramas, e essa alimentação, cuscuz com linguiça. E na parte de
6800 baixo, no socioeducativo, uma alimentação dos meninos com 350 gramas. Essa é

6801 uma marmita fechada, a gente pegou a marmita fechada, então não foi mexida, para
6802 vocês terem uma ideia da quantidade de alimento disponível e a qualidade do
6803 alimento oferecido tanto no prisional quanto no sócio no estado de Alagoas. Ainda
6804 falando da questão estrutural, a gente vai ver aqui do lado esquerdo a central de
6805 flagrantes, então essa é a parte administrativa, a parte superior do lado esquerdo é
6806 uma sala com rachaduras, infiltrações, e na parte inferior do lado esquerdo, onde é
6807 uma cela das pessoas que estão aguardando audiência ou que depois de passaram
6808 por audiência tiveram a sua prisão convertida em preventiva, vão aguardar a ida
6809 para o prisional, então fica numa cela onde a qualidade do lugar também de total
6810 insalubridade nesse espaço. A questão de saúde, que a Cecília aponta, então esse é um
6811 pessoas das mais diferentes situações sem o tratamento devido, então esse é um
6812 registro de uma pessoa que estava com furúnculo e pedindo atendimento e sem
6813 atendimento. No lado direito superior, a gente faz um registro de como que dentro
6814 do CPJ a dispensação de medicamentos era feita irregular, depois a partir da nossa
6815 observação, a própria administração entendeu e a equipe de saúde também.

6816 **Sra. Cecília** – A gente conversou e é bom que agora no comitê tem o pessoal da
6817 enfermagem, eles entenderam que o protocolo de distribuição e armazenamento de
6818 medicação estava completamente errado, então eles pediram ajuda nesse sentido,
6819 a gente também orientou bastante em relação a isso. Essa foto de baixo é do sócio,
6820 para vocês verem o absurdo, os medicamentos fora da embalagem ficavam nas
6821 paredes de uma unidade de saúde que fica em frente, não é nem no mesmo espaço,
6822 que é a unidade do sócio educativo e armazenado assim também.

6823 **Sr. Rogério** – Outras questões de saúde que a gente apresentou, pessoas com
6824 traumas aguardando cirurgias há muito tempo sem devido encaminhamento,
6825 pessoas com problemas de pele também, pessoas diabéticas aguardando o devido
6826 acompanhamento, a falta de pessoas com dependência de insulina, aguardando as
6827 vezes o medicamento porque não recebiam. E aí os casos que a gente identificou
6828 de pessoas que indicavam que foram alvejadas por munições menos letais, bala de

6829 borracha, de elastômero, no caso das duas, a da esquerda e a do meio seria
6830 munição menos letal e da direita na unidade feminina, nesse caso seria um contato
6831 físico mesmo de um agente diretamente à pessoa privada de liberdade. E aí os
6832 equipamentos que a gente identificou, a gente retrata entre vários equipamentos
6833 utilizados de munições menos letais, a gente encontrou arma de choque em uma
6834 unidade, no meio a gente traz um pouquinho da questão da estrutura física da
6835 unidade socioeducativa e a gente coloca ele nesse ponto porque a gente ouve o
6836 relato de que os meninos em momentos das revistas estruturais são colocados
6837 nesta quadra, que não há cobertura, sentados no chão de cueca, aguardando os
6838 profissionais fazerem a revista, então também expostos a tratamento cruel e
6839 desumano, até podendo ser indicado, tendo indícios de tortura. E na direita é a
6840 central de pagantes, as pessoas que ficam aguardando as audiências e mesmo
6841 depois elas só ficam de cueca totalmente, ou se não tiverem cueca elas vão estar
6842 nuas, porque eles indicam que a razão disso é por conta das tentativas de suicídio.
6843 E aí por conta disso, em preservar, eles sujeitam as pessoas a essa situação de
6844 intimidade humana.

6845 **Sra. Cecília** – Eu acho que só em relação a essas fotos, eu acho que a gente lembra
6846 também do socioeducativo, no dia da nossa visita nós chegamos, sem avisar, e eles
6847 estavam nos alojamentos e quando nós perguntamos o horário de saída para a
6848 atividade de lazer educativa, eles falaram que em seguida eles iam estar saindo.
6849 Qual não foi a nossa surpresa? Que chegou a unidade, a GECOM, armamento, a
6850 gente ficou sem entender o porquê. Não, a gente só pode tirá-los dos alojamentos
6851 com a presença deles, todos com armamentos ali, e a gente ficou, como assim?
6852 Então todo dia tem que acontecer isso? Eles têm que vir? E sim, foi confirmado por
6853 alguns funcionários que realmente, sem eles estarem lá, eles não saem. Por
6854 exemplo, se eles têm uma hora de banho de sol, e eles chegarem 50 minutos
6855 atrasados, eles vão ter só 10 minutos. Então é uma violação, só que nisso chegou
6856 o superintendente, mandou eles embora, foi uma confusão para tentar mostrar para
6857 a gente que não era bem assim, mas é a realidade que acontece lá. Em relação
6858 também à central de flagrante, é uma coisa também que a gente percebeu que

6859 acontece muito lá, o espaço destinado à audiência de custódia, que lá ainda é virtual
6860 com a maioria dos lugares, é totalmente sem privacidade. Nós ficamos bem
6861 distantes, eu ainda me afastei mais ainda, tudo o que eles falavam, os policiais do
6862 lado de fora escutam porque a porta não se fecha direito, o som é colocado no
6863 último volume, e isso assim, invalida totalmente a pessoa falar o que precisa.

6864 **Sr. Rogério** – Então a gente identifica tanto no sócio educativo quanto no prisional
6865 a inexistência de canais de denúncia, a ouvidoria que a gente identificou é
6866 comandada por um próprio agente penal, também não há planos de carreira tanto
6867 no sócio quanto no prisional, a polícia penal ainda lá não está regulamentada, no
6868 sócio sequer tem a possibilidade de agente socioeducativo, essa questão que a
6869 Cecília traz, ela envolve todas as categorias, então seja psicossocial, seja de saúde,
6870 a inexistência de profissionais, a forma de contratação é uma situação bem
6871 complicada, porque fora a contratação é feita por análise de currículo, então deixa
6872 o currículo na secretaria que a gente chama e não tem uma publicidade nesses atos
6873 de processo, mesmo que fossem processos seletivos simplificados. Essa foto traz
6874 o presídio do [Ininteligível], em razão da forma como se vende a cogestão no estado,
6875 como tendo uma eficiência no trabalho, na atuação deles, então a gente mostra e
6876 faz esse contraste entre expectativa e realidade, porque o que a gente identificou é
6877 que eles dão uma quantidade muito grande de atendimentos, mas essa relação que
6878 nos chegou era de atendimentos duplicados, triplicados, em alguns casos até mais
6879 do que três vezes, no mesmo dia, pela mesma pessoa, então a pergunta que não
6880 foi respondida é qual a razão, para quais procedimentos se repete num único dia,
6881 não seria um único atendimento por pessoa? Então eles inflam a quantidade de
6882 atendimentos.

6883 **Sra. Cecília** – Da área de saúde e não foi respondido até hoje, então se você vai
6884 ver, eles têm metas, todos os profissionais do Agreste nos colocaram, eles são
6885 muito cobrados para atingir metas, atingir metas, inclusive uma das pessoas estava
6886 exaurida porque tinha que se desdobrar, mas ao mesmo tempo quando você olha

6887 essa estatística aí, a gente fica com uma indagação, a mesma pessoa aparece na
6888 estatística seis, sete vezes em algumas que a gente viu, então essa eficiência é
6889 questionável.

6890 **Sr. Rogério** – Em relação a essa questão dos trabalhadores, essa estrutura física
6891 do CPJ, a estrutura onde os trabalhadores permanecem, aí vocês estão vendo o
6892 banheiro e o alojamento de descanso dos funcionários, então uma condição muito
6893 insalubre.

6894 **Sra. Cecília** – A gente falou pouco do CPJ, até em função de não fazer uma
6895 apresentação muito longa, mas eu acho que vale a pena a gente estar registrando,
6896 são pacientes de medida de segurança, quer dizer, com transtorno mental, sem o
6897 mínimo de tratamento adequado, não existe processo de desinstitucionalização
6898 eficiente, existem pessoas lá há anos e quando a gente questiona o porquê, a gente
6899 volta também para uma questão estrutural da RAPS, que não tem residências
6900 terapêuticas para acolher a saída dessas pessoas, porque infelizmente a gente
6901 sabe que às vezes as pessoas que estão em medida de segurança, às vezes o ato
6902 que a pessoa praticou, às vezes é dentro do seio familiar e tem uma resistência
6903 muito grande para receber essas pessoas de volta, então o Estado teria que estar
6904 fazendo um trabalho mais eficiente para essa desinstitucionalização e uma coisa
6905 que a gente percebeu também lá é a total falta de capacitação mesmo dos
6906 profissionais para manejar um doente psiquiátrico, eles são tratados de uma forma
6907 muito inadequada, a gente percebeu crises acontecendo lá e quem foi chamado
6908 para lidar com a crise do paciente psiquiátrico foi o policial penal e a equipe de
6909 saúde deu os passos para trás e infelizmente eles é que foram chamados, né?
6910 Então o CPJ também merece uma atenção muito grande, a gente fez
6911 recomendações também, é uma unidade mista, né? Também tem isso, a parte das
6912 mulheres a gente percebeu que recebe uma alimentação um pouco melhor e isso
6913 que a gente questionou em todo o complexo, né? Por que que não se recebia
6914 legumes? Por que que não se recebia verduras? Falaram que era impossível por

6915 questão de estragar, só que a mesma cozinha faz isso na parte feminina, né? Então
6916 também fica um ponto de interrogação, por que que os outros custodiados do
6917 complexo todo não recebe uma alimentação com nutrientes, saudável? Acho que é
6918 bem isso, o CPJ a gente fez várias recomendações, vocês leram o relatório, vocês
6919 vão acompanhar e depois acho que no final a gente pode colocar o acesso no chat
6920 para quem está entrando agora no comitê poder estar vindo.

6921 **Sr. Rogério** – A gente faz um destaque, foram 87 recomendações, mas a gente faz
6922 um destaque das principais que a gente chama atenção, então a gente traz, está no
6923 momento de discussão, a gente já vem participando enquanto mecanismo junto com
6924 o comitê estadual da discussão, da elaboração de uma minuta para alterar a lei
6925 estadual que implementou o comitê e o mecanismo por conta daquelas leis
6926 anacrônicas que a gente já conhece, seja de um comitê a má formação de um
6927 comitê de composição, representação da sociedade civil que não tinha e de
6928 mecanismo voluntário, então a gente atua nesse...

6929 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6930 **E Cidadania – ITTC**) – O microfone fechou. O microfone está fechado.

6931 **Interlocutor Não Identificado** – Foi, voltou?

6932 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6933 **E Cidadania – ITTC**) – Sim, voltou.

6934 **Sr. Rogério** – Ok, então eu não sei qual foi a última parte que vocês pegaram, mas
6935 foram 87 recomendações ao todo nesse relatório, a gente traz aqui o destaque de
6936 algumas principais, entre elas a questão da alteração da lei que institui o mecanismo
6937 e o comitê, sobretudo nas questões relacionadas à composição do comitê e do
6938 mecanismo no ponto que a gente ataca a questão do mecanismo voluntário. Nesse
6939 momento, essa minuta já tramitou internamente na Casa Civil, voltou para alguns

6940 ajustes, quem propõe um conjunto de atores entre o comitê, Ministério Público
6941 Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, a própria OAB, fazendo
6942 esse esforço para que o Estado implemente o mecanismo estadual, então está
6943 nesse momento. As outras recomendações que envolvem a implantação, de fato,
6944 de profissionais de cargos, de profissionais na área do sistema socioeducativo e
6945 prisional pela inexistência e o quanto que isso contribui para uma não prática de
6946 denunciar os indícios de tortura, porque o vínculo é muito frágil, então as pessoas
6947 receiem pela garantia do seu trabalho, se forem identificadas. A gente também
6948 ataca o modelo de cogestão do sistema prisional, sobretudo por conta daquilo que
6949 eles apresentam enquanto uma alternativa de eficiência, mas o que a gente
6950 identificou é que não há, pelos achados. Existe uma questão também no Estado e
6951 na própria unidade, isso já foi atacado, eles usavam vasilhas de plástico
6952 reutilizáveis, então isso causava, no nosso entender e a partir dos relatos que a
6953 gente colheu, contaminação dos alimentos, problemas de saúde, problemas
6954 gastrointestinais, e aí a gente sugeria que aquela alternativa fosse mudada e eles
6955 já mudaram, então a utilização de utensílios descartáveis para condicionar as
6956 refeições já mudou, mas foi um ponto atacado por nós. Pode passar. A questão da
6957 visitação, a gente encontrou unidades fazendo e utilizando modelos diferentes em
6958 relação à visitação, de forma muito arbitrária, e alterando datas, as pessoas
6959 familiares ficavam muito perdidas em relação à visitação, sobretudo porque tudo
6960 concentra na capital e muita gente é do interior, então havia uma dificuldade muito
6961 grande para se deslocar, então esse era um dos pontos também que a gente
6962 apresenta como recomendação. A questão da triagem, as triagens que a gente
6963 identificou, tanto na [Ininteligível], quanto na de segurança máxima e na do Agreste,
6964 utilizando esse espaço como espaço de tortura, como espaço de castigo, sobretudo
6965 pela própria estrutura física que elas apresentavam, então a gente também traz
6966 recomendação a respeito desse espaço. Em relação ao espaço de acolhimento para
6967 os cadeirantes, onde eles ficam, a gente solicita, na verdade, que eles pudessem
6968 cumprir o governo domiciliar, mas para aquelas pessoas que talvez o seu processo,
6969 o artigo que eles respondem não permitisse, mas que pudessem proporcionar no
6970 espaço físico uma arquitetura que desse condições dignas de cumprimento da

6971 pena. Para os adolescentes, a gente traz a questão que, diferente do prisional, havia
6972 uma restrição ainda maior em relação à visitação, isso inclusive foi defendido pelo
6973 próprio mistério público da infância e juventude, justificando o contexto da
6974 pandemia, a gente argumenta sobre isso, que já havia uma flexibilização, mas a
6975 gente traz também esse ponto, pode passar. O grupo tático, a gente entende que é
6976 completamente contrário às normativas, a existência de um grupo tático, como o
6977 GECOM, dentro do socioeducativo, então a gente traz a recomendação para a
6978 extinção desse grupamento. O CPJ, a Cecília acabou de falar.

6979 **Sra. Cecília** – A gente pediu realmente que se feche a porta de entrada do CPJ e
6980 que isso seja adequado, que o tratamento das pessoas com transtorno mental seja
6981 cumprido, de acordo com a lei de reforma psiquiátrica. O CPJ está totalmente contra
6982 e, infelizmente, o cenário que a gente viu na nossa visita reforça ainda mais que
6983 não deve entrar mais ninguém lá e que quem está lá entre no processo mesmo de
6984 desinstitucionalização.

6985 **Sr. Rogério** – Acho que tem mais uma. Tinha mais uma que eu acho que pulou,
6986 que a gente fala sobre a questão 75, 77, 79. Acho que pulou aqui, mas envolve
6987 aquelas pessoas que estão aguardando lá na central de flagrante, naquela
6988 condição. Muitos ficam até oito dias aguardando por conta da liberação da audiência
6989 condicionada ao pagamento da fiança. Então, elas recorrem da decisão, a
6990 Defensoria Pública recorre da decisão junto ao tribunal. Enquanto esse recurso é
6991 ou não é julgado, as pessoas ficam lá naquela condição por conta de uma fiança
6992 sendo impetrada. Então, a gente faz a recomendação ao Tribunal de Justiça para
6993 que pudesse trazer junto aos magistrados que atuam em audiência de custódia a
6994 opção de aplicar outras alternativas penais em relação a essa medida, evitar que
6995 elas permaneçam nessa condição de total desumanidade nas condições estruturais
6996 daquela unidade. Então, a gente faz essa recomendação. Também a gente faz,
6997 dado que pessoas com doenças graves num [Ininteligível], opção de serem
6998 transferidas ou para um espaço adequado de atendimento à saúde ou sejam

6999 colocados em prisão domiciliar para um atendimento digno de saúde. E, por fim, a
7000 liberação das pessoas do CPJ que já encontram com as suas medidas extintas. É
7001 isso.

7002 **Sra. Cecília** – Acho que a gente queria ver se Camila e Bárbara queriam
7003 acrescentar alguma coisa, porque também fizeram parte da missão. E a gente...

7004 **Sra. Camila** – Consegundo ouvir?

7005 **Sra. Cecília** – Camila, vai falar?

7006 **Sra. Camila** – Vou falar. Só queria reforçar o caráter amador da estrutura, da
7007 gestação do agendamento do CPJ. Não existe uma carreira de agendamento do
7008 CPJ. Os agentes que nós conversamos não passaram por informações específicas
7009 para lidar com a nova estrutura. A estrutura é muito precária. E, entretanto, nós já
7010 temos a atuação de uma pequena tropa de elite. Mesmo sem ter nada, nós já temos
7011 a atuação de uma pequena tropa de elite que entra para abrir os quartos dos
7012 meninos pela manhã. Os meninos têm que esperar duas, três horas. Têm suas
7013 atividades prejudicadas, como já foi falado. E é preciso que as pessoas que têm
7014 mais familiaridade e que atuem com essa pauta do sistema socioeducativo tenham
7015 atenção com o socioeducativo de Alagoas, que ainda está em um estado muito
7016 incipiente de organização e violando diversos direitos de adolescente.

7017 **Sra. Cecília** – Bárbara, quer falar alguma coisa?

7018 **Sra. Bárbara** – Não, estou bem satisfeita com a apresentação, pessoal.

7019 **Sra. Cecília** – Alguém quer perguntar alguma coisa?

7020 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7021 **E Cidadania – ITTC**) – Eu queria agradecer a apresentação de vocês. Boa tarde.
7022 Celebração do Oratório. Temos pessoas com a mão levantada, Fernanda e Patrícia.
7023 Vou passar para elas, mas também queria que vocês relatassem quais foram as
7024 respostas que vocês... Porque já faz um tempo que vocês falaram que já tiveram
7025 algumas respostas. O que vocês tiveram de resposta para a gente pensar nos
7026 encaminhamentos?

7027 **Sr. Rogério** – Então, Sofia e demais. Uma das primeiras respostas que nós tivemos,
7028 porque assim que a gente termina a missão, pós-missão, é encaminhar a relação
7029 de pedidos, tanto do atendimento à assistência jurídica quanto o atendimento à
7030 saúde. Então, quem nos respondeu foi a Defensoria Pública, que no caso da
7031 Unidade Prisional Baldomero, que a gente encontrou muita gente mesmo, eles
7032 fizeram uma ação de mutirão nessa unidade semanas depois da nossa missão, que
7033 atendeu, sem princípio, uma demanda bem reprimida, mas como a Cecília falou, a
7034 gente está falando de uma única vara de execução penal para todo esse complexo.
7035 Então, são mais de 4 mil pessoas e um único defensor. Ele conta com apoio. Então,
7036 a gente inclusive menciona sobre isso, a necessidade de aumentar a estrutura da
7037 Defensoria para a execução penal. Foi a única resposta que a gente teve nesse
7038 sentido em relação às demandas. A gente soube que procedimentos foram abertos
7039 no Ministério Público, mas a gente não teve retorno do que isso gerou. A gente teve
7040 esse retorno do Sócio Educativo, mas na nossa audiência que tivemos agora em
7041 fevereiro. E essa promotora, inclusive, tentando desqualificar os pontos que a gente
7042 sinalizou em relação ao Sócio, porque ela queria considerar outras unidades que
7043 tenham uma estrutura melhor, mas não tivemos nenhum outro retorno do Ministério
7044 Público. A gente recebeu do CNJ já neste ano, foi agora finalzinho de janeiro, o
7045 retorno de que eles haviam encaminhado, que a gente já tinha feito, que era o
7046 relatório para o Ministério Público, para o GMF, para a Defensoria Pública e para o
7047 Mecanismo de Alagoas, que não existe. Eles encaminharam, no final das contas,
7048 para a Secretaria, a Subsecretaria de Direitos Humanos, que é onde estaria
7049 vinculado o mecanismo e o comitê. E aí, desta provocação, a gente entende que

7050 veio uma resposta do GMF de uma inspeção realizada no presídio do Agreste. E a
7051 gente depois conversou com a própria Comissão de Defesas e Direitos Humanos,
7052 da OAB, que é quem tem ido com frequência nos espaços prisionais. O relatório do
7053 GMF indicava, categoricamente, que não existiam práticas de tortura no presídio do
7054 Agreste. Sendo que, reiteradas visitas da Comissão da OAB e Direitos Humanos,
7055 vem apresentando relatos e indícios com fotos, com oitivas de pessoas, sendo
7056 agredidas por agentes penais. Então, assim, esse é o cenário de respostas que a
7057 gente teve, mas, efetivamente, o que aconteceu a gente está ainda no escuro em
7058 relação, como eu disse, à questão do super encarceramento. A propaganda do
7059 governo era de que a Alagoas não teria mais super encarceramento com a
7060 inauguração dessa unidade, que aconteceu agora no início do ano. Então, eles
7061 abriram uma terceira unidade. A Patrícia está aqui, pode falar na sequência. Nós
7062 conversamos sobre isso, o contato com as famílias, o quanto que essa inauguração
7063 gerou. Uma série de transferências arbitrárias internas dentro do Estado gerou a
7064 finalização da ala LGBT da unidade Baldomero e a colocação dessas pessoas,
7065 espalhando elas em celas individuais junto com outras pessoas fora desse público.
7066 Então, tudo isso a gente tem tentado incidir de uma forma para entender como é
7067 que a Secretaria Seres fez, mas o que a gente já tem de antemão é que foi sem um
7068 planejamento prévio, causando um caos muito grande no sistema da capital,
7069 inclusive do interior, porque também teve transferências do interior para a capital.
7070 Então, acho que são esses os retornos que a gente teve.

7071 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7072 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rogério. Vou passar a palavra para a Patrícia,
7073 que está com a mão levantada.

7074 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
7075 **Desencarceramento)** – Oi, pessoal. Eu tenho algumas perguntas. Uma outra coisa
7076 que eu acho interessante e que faz uma diferença também é que vocês fizeram
7077 essa apresentação aqui para a gente, uma apresentação que tem as imagens, tudo,

7078 e aí vocês colocam no site e colocam lá no Twitter também. Uma sugestão, talvez,
7079 é colocar essa apresentação, porque eu não sei como é que coloca no Twitter, mas
7080 essa apresentação mostra uma realidade diferente, porque até abrir o relatório todo,
7081 até abrir tudo, então botando fotos chama muito mais atenção, e acho que é uma
7082 sugestão, porque uma foto fala muito mais do que mil palavras. E uma outra coisa,
7083 é isso, o Brasil, a Lagoa não é diferente do mundo do Brasil, mas eu acho que a
7084 gente realmente precisa pensar em algumas coisas e aproveitar que tem membros
7085 novos do comitê que chegou, a JD, o pessoal da medicina. Acho que dá um gás
7086 também em pensar algumas coisas, porque é isso, a luta antimanicomial está aí, e
7087 a gente não pode retroceder, e a gente vive retrocedendo. Então, acho que é
7088 importante a gente pensar um pouco isso e ter esse olhar também no
7089 socioeducativo, e acho que a gente precisa articular também com uma faixa que
7090 cuida dos adolescentes, marcar uma reunião com a... acho que é Maiá o nome dela,
7091 eu sempre confundo o nome dela, porque ela era da coalizão, que agora ela está
7092 no ministério. Então, acho que a gente também precisa dar um start nisso, dar uma
7093 coisa nisso, e eu queria também sugerir o mecanismo e pensar junto com o comitê,
7094 talvez seja a hora de quando pensar em lançamento de relatório e fazer uma
7095 coletiva de imprensa. Uma coletiva de imprensa e assim, olha, gente, é isso aqui
7096 que a gente tem para mostrar. Eu acho que a gente precisa mudar um pouco a
7097 página da impressão de que o sistema prisional pode tudo, porque são pessoas que
7098 são privadas de liberdade, e ali ninguém quer saber do que está acontecendo ali
7099 dentro. Acho que a gente também tem que trazer para a sociedade esse olhar de
7100 que aquelas pessoas estão ali privadas de liberdade, não de direito, um dia elas vão
7101 sair dali, e elas estão ali cumprindo a sua pena, e ela tem que cumprir a pena com
7102 o direito. Direito de dignidade, né? Então, assim, acho que a gente tem que mostrar
7103 isso também para sociedade, né? Porque, como eu falo sempre, ninguém está livre
7104 de ser preso, né? Então, a gente tem que pensar nisso. Imagina um dia a gente ser
7105 a pessoa que está lá atrás das grades, dentro de uma cela, passando por tudo isso,
7106 assim. Se eu estivesse privada de liberdade, ia ser uma rebelião por dia. Uma
7107 rebelião por dia, porque, assim, o povo só escuta quando tem rebelião. Quando tem
7108 rebelião, o povo escuta, porque logo quer abafar rapidinho e acabar com a rebelião.

7109 É por isso que é preso para rebelião. Porque sabe aonde vai chamar a atenção. Já
7110 esgotou todos os pontos. A rebelião é o último passo. É isso.

7111 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7112 **E Cidadania – ITTC)** – Oi. Desculpa, gente, estava meio ruim a internet aqui. Vou
7113 passar a palavra para Zenaide.

7114 **Sra. Zenaide Cavalcanti De Medeiros Kelbeis (Suplente - Conselho Federal De**
7115 **Enfermagem – CONFEN)** – Boa tarde. Eu estou acompanhando esses dias e,
7116 assim, a gente fica meio sensibilizada, né? A gente fica meio... Nossa. Como
7117 profissional de enfermagem e como representante do COFEM, eu acredito que
7118 vocês não conhecem, acho que apenas um, a doutora Romilda conhece, já teve
7119 reunião comigo, o que realmente a enfermagem faz. Na verdade, a enfermagem
7120 tem hoje uma especialidade que não é apenas o cuidar. Não é apenas a medicação,
7121 não é apenas o cuidar inerente à profissão. Nós temos hoje a enfermagem forense,
7122 que ela lida diretamente com vítimas de violência qualquer que seja. A gente faz
7123 coleta, recolha e preservação de vestígios. A gente faz documentação escrita e
7124 fotográfica para corroborar o que uma está dizendo e a outra. É difícil realmente
7125 estar dentro de um ambiente desse, profissional ou não, mas eu queria dizer para
7126 vocês que foi falado algumas vezes, a medicina, a enfermagem, nós estamos aqui.
7127 Nós podemos, sim, ajudá-los caso necessitem. Nós estamos nos colocando à
7128 disposição. A enfermagem hoje não se resume a cuidados que todos conhecem.
7129 Dentro da enfermagem forense, que é uma vertente, a gente tem a unidade
7130 carcerária e a enfermagem psiquiátrica forense. Então a gente consegue, sem
7131 entrar na ceara de ninguém, a gente consegue, sim, dar suporte ao paciente
7132 psiquiátrico e dar suporte ao paciente que está em unidade carcerária, em hospitais
7133 de custódia, entre outros. Eu só estou me colocando à disposição porque a gente
7134 tem muita coisa para fazer. E a enfermagem forense pode, sim, ser parceira nessa
7135 luta. Está bom?

7136 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7137 **E Cidadania – ITTC) – Obrigada, Zenaide, de passar para Ana.**

7138 **Sra. Ana –** Oi, gente, boa tarde. Boa tarde a todos. Me escutam. Então voltamos,
7139 né?

7140 **Interlocutor Não Identificado –** Sim.

7141 **Sra. Ana –** Ok, obrigada. Mais uma vez aí, mais uma apresentação do mecanismo
7142 refinadíssima. Eu não conhecia muito de perto o trabalho de vocês e é realmente
7143 admirável, ainda que dificílima, mas, assim, eu queria só fazer uma observação
7144 porque a gente ontem assistiu o relatório do RN, agora aqui em Alagoas. E é muito
7145 curioso como o sistema prisional, ele é todo violador, o Estado violando, mas, assim,
7146 é contra mesmo. Eu queria chamar a atenção para violação da política de saúde
7147 mental, especificamente. Porque não há, em nenhuma dessas unidades
7148 inspecionadas, e acredito eu, em nenhuma das unidades existentes, talvez no
7149 Brasil, suspeito isso, projetos de desinstitucionalização. Seja no social educativo,
7150 seja no sistema prisional comum, seja, mais gravemente ainda, nas unidades
7151 vinculadas à psiquiatria, que em tese deveriam ter projetos de
7152 desinstitucionalização muito claros. Então, assim, eu acho que é o momento, sabe,
7153 desses relatórios embasarem muito consistentemente a nova diretriz do Conselho
7154 Nacional de Justiça de Desmanicomialização. Eu acho que a gente precisa usar
7155 muito fortemente essa diretriz para, junto ao Ministério Público, fazer com que os
7156 Estados cumpram essa tarefa. Enfim, aqui a gente está criando um grupo de trabalho
7157 para isso, espero que a Lagos também faça o mesmo nessa direção. Eu não sei se
7158 o mecanismo dentro das sugestões chega a esse detalhe, mas é uma sugestão.
7159 Então, é isso. Depois eu teria, Presidenta Sofia, uma observação lá sobre a situação
7160 da RN, mas eu não sei qual o melhor momento, você me indica também. Porque eu
7161 cheguei um pouquinho atrasada na reunião.

7162 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7163 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ana. A gente vai ter um momento posterior às
7164 apresentações, que a gente vai definir o grupo de trabalho, e daí você pode fazer
7165 esse informe nesse momento. Quero perguntar, se mais alguém quer falar, a
7166 Fernanda tinha levantado a mão, e aí depois ela baixou, não sei, para gente pensar,
7167 tiveram algumas falas aqui, mas queria saber se tem um encaminhamento concreto
7168 para o relatório. A Fernanda está com a mão levantada. Pode falar.

7169 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
7170 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – Obrigada, Presidenta. Eu
7171 estou com dificuldade aqui na minha internet, aí toda hora está caindo, mas eu ouvi
7172 o Rogério falando, e a Maria Cecília, sobre uma questão sobre um pedido que foi
7173 feito, como resultado das recomendações de internação domiciliar para quem
7174 estava com tuberculose ou outras doenças, e também que fosse resolvida a questão
7175 das pessoas que já tinham pena cumprida, mas que ainda estavam lá na unidade
7176 prisional. Eu ouvi dizer, era até uma notícia que a gente não tinha acesso sobre o
7177 retorno dos Defensorias Sem Fronteiras. Eu não sei se Rogério e Cecília, pela
7178 quantidade de pessoas, acham que seria bom esse encaminhamento. No ano
7179 passado, a resposta que a gente tinha no DPEM é que não tinha recursos, etc., mas
7180 se na reunião anterior foi informado que vai ter Defensorias Sem Fronteiras, etc., no
7181 Rio Grande do Norte, então me parece que essa informação confirma que teria
7182 voltado o programa. Não sei se pela quantidade de pessoas ou pelo estado que
7183 vocês observaram durante a inspeção, se seria um encaminhamento razoável ou
7184 recomendável. Então, essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta, eu vi vocês
7185 falando também das visitas íntimas, e me trouxe a preocupação. Vocês falam
7186 também nem só da visita íntima, mas das visitas de uma forma em geral. O quanto
7187 estava tendo um processo dificultoso, inclusive de registro de informações de quem
7188 estava visitando. E me trouxe preocupação pelas notícias dos últimos dias, que
7189 saíram na mídia, sobre correlação de proibição de visita íntima e perseguição de
7190 parlamentares, etc., e do movimento que verificamos aqui, inclusive no estado de
7191 Goiás e em outros estados, de proibição de visitas íntimas, e do quanto isso tem se

7192 fortalecido e provavelmente vai se fortalecer com as notícias dos últimos dias.
7193 Então, pergunto a vocês se vocês também viram esse movimento lá ou se foi
7194 realmente só uma desorganização e se eventualmente caberia algum tipo de ofício
7195 à Assembleia Legislativa, ao Governador, enfim, ao Secretário de Segurança
7196 Pública, no sentido de que se trata especificamente sobre a visita, considerando
7197 toda essa movimentação que a gente tem. Ou outra recomendação específica que
7198 a gente possa, aqui pelo comitê, levar à frente, considerada essa preocupação
7199 desse movimento que vem se fortalecendo?

7200 **Sr. Rogério** – Não sei se tem mais alguém, mas já posso responder, vou de trás
7201 para frente, Fernanda, boa tarde. Então, sobre as visitas, o que acontece? Pelo
7202 menos estava acontecendo, não vi alguma alteração agora nas últimas semanas,
7203 mas eram visitas, acontecia a social e a íntima. Então, se você só tivesse social,
7204 você só teria visita a cada mês, porque é 15 e 15. Então, numa quinzena tem a
7205 social e numa outra quinzena é a íntima, mas se você não tem um companheiro, se
7206 você não está ainda habilitado, você não vai nessa daqui e vai voltar a ter visita só
7207 no mês seguinte. O que faz com que, óbvio, você tenha um delay gigantesco,
7208 porque ainda tem a questão territorial, Alagoas é um estado teoricamente pequeno,
7209 mas o problema de transporte não é fácil para as pessoas lá, as pessoas gastam
7210 dinheiro para poder se deslocar, porque o transporte de ônibus não é tão... não tem
7211 uma rede tão grande. Então, o que a gente ouviu muito dos familiares é a
7212 dificuldade, o quanto que elas têm que despendem de recursos para poder vir para
7213 a capital e ainda ter que chegar cedo. Então, ainda ter que conseguir pouso para
7214 poder ficar em Maceió, para poder dormir e no outro dia estar lá, porque existe uma
7215 questão também de quantitativo de pessoas, que eles não definem. Então, é chegar
7216 em uma ordem de chegada e se você não alcançar aquele número, você vai embora
7217 sem fazer a visita. Então, tem todos esses contratemplos que dificultam a visita dos
7218 familiares. Uma coisa que a gente coloca é a quantidade de pessoas que eles
7219 autorizam para visitar, a limitação em relação à quantidade de crianças. Então, se
7220 as mulheres têm filhos...

7221 **Sra. Cecília** – Tem que escolher qual filho vai visitar, pode entrar duas crianças.

7222 **Sr. Rogério** – Então, isso também está presente e a gente entende que não foi um
7223 problema que não foi solucionado, porque, mais uma vez, posso chamar a Patrícia,
7224 porque a gente tem ouvido as familiares, o quanto que elas têm reclamado da
7225 questão de como as familiares estão sendo tratadas em relação ao desrespeito a
7226 elas, que a gente já traz aqui no relatório, mas a continuidade, a reiteração dessa
7227 prática em relação aos familiares, em relação à visita.

7228 **Sra. Cecília** – E eu acho que, em relação à visita íntima, uma coisa que a gente
7229 observou em vários espaços lá, não existe o lugar privativo. Alguns lugares, a visita
7230 íntima é feita dentro das celas com outras pessoas juntas. São separados apenas
7231 por alguns lençóis pendurados, que é totalmente inadmissível. Então, isso também
7232 é uma coisa que chocou bastante e que, lógico, a gente recebeu muita reclamação
7233 deles. E também acho que até agora não mudou, não é, Rogério?

7234 **Sr. Rogério** – Não. Ana, obrigado pelo reconhecimento, agradecemos muito. E em
7235 relação a essa resolução do CNJ, na época que a gente publicizou o relatório, ela
7236 ainda não tinha saído, então a gente ainda não tinha essa atuação, mas sim, na
7237 medida em que a gente vai seguindo com o nosso trabalho, a gente busca as
7238 normativas sobre todas as resoluções, as diferentes resoluções do CNJ, que
7239 versam sobre sistema socioeducativo e prisional, mas obrigado pela sua lembrança,
7240 que é muito importante para todas nós, do mecanismo, que na hora que a gente
7241 está lá escrita, a gente fazer esse resgate. E quanto mais normativas a gente traz,
7242 mais peso também a gente dá ao relatório. E Zenaide, obrigado também pela
7243 lembrança em relação à enfermagem forense. Importante saber e ter vocês aqui,
7244 tendo o mecanismo como um canal mais próximo para a gente, uma vez que nós
7245 não temos hoje, na nossa composição, somos eu e Cecília, assistentes sociais, e
7246 Bárbara, da área de perícia, mas as demais colegas todas são da área do direito,

7247 então a gente não tem profissionais especificamente da área de saúde. Nós, Cecília
7248 e eu, já passamos pela saúde, mas não exatamente da área de biomédicos.

7249 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7250 **E Cidadania – ITTC)** – Então tem mãos levantadas aqui. A Fernanda, Francisco e
7251 Patrícia. Daí podem seguir essa ordem, que na internet está meio ruim.

7252 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
7253 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – Eu já falei, não sei se é a
7254 outra.

7255 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7256 **E Cidadania – ITTC)** – Ah, está bem, é que a sua mão continuou levantada.

7257 **Sr. Francisco** – Então é o Francisco. Está bom, obrigado, gente. Parabéns à equipe
7258 aí que fez a perícia. E uma coisa que, na verdade, como eu estou voltando para
7259 essa área, eu estou com muitas dúvidas ainda, mas uma coisa que foi falada e me
7260 suscitou de uma preocupação, que é a impossibilidade que foi identificada dos
7261 profissionais que estão lá dentro fazerem denúncias, por medo de retaliação, de
7262 desemprego, etc. E eu fiquei pensando, mas uma pergunta mesmo para cometer,
7263 porque eu não sei, como é que está essa questão dos canais de denúncias,
7264 especificamente para isso? Se existe, se não existe, de forma anônima, como é que
7265 está sendo? Se o bisque sem poderia ser adaptado para esse fim também, para
7266 denúncias para tortura em instituições especificamente? Porque eu, como
7267 assistente social, por exemplo, também poderia me sentir, enfim, com medo, né?
7268 Mas, você sabe, e também acho que serviria até para as famílias, né? Tudo bem,
7269 você pode denunciar no Ministério Público, etc. e tal. Então, eu fiquei pensando em
7270 algum canal que pudesse ter um acesso direto ao próprio mecanismo, né? Não sei
7271 como é que está sendo hoje a escolha, por qual instituição que o mecanismo vai,
7272 se é por denúncia, como é que essa denúncia chega, etc. e tal, mas era mais para

7273 saber mesmo se tem canais que, tanto profissionais quanto familiares, pudessem
7274 ter segurança para fazer a denúncia, até porque eles se conhecem com muito
7275 detalhe, né? Então, assim, um assistente social fazendo humanidade, ele sabe
7276 exatamente o que está acontecendo, enfim, ele convive com a tortura, ele também
7277 é vítima disso tudo, né? Porque a gente que trabalha dentro de instituição, a gente
7278 também é vítima de todo esse processo. A gente adoece, etc. E isso, muitas vezes,
7279 não é levado em consideração. E eu só queria saber como é que está isso hoje, se
7280 existe esse canal e como é que ele está funcionando. Obrigado.

7281 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7282 **E Cidadania – ITTC)** – A Ana, talvez, possa responder melhor essa pergunta do
7283 Disque 100. Acho que era um dos pontos aqui, inclusive da pauta dessa reunião, o
7284 restabelecimento, que era uma proposta do Alex, da UFRN, que agora está sendo
7285 representada pela Ana aqui, mas o restabelecimento do Disque 100 no sentido da
7286 credibilidade do instrumento que, com o governo Bolsonaro, ela foi muito
7287 precarizada, e de como a gente poderia garantir que, de fato, as pessoas voltassem
7288 a dar crédito para o Disque 100 e confiabilidade, etc. Esse seria um dos pontos aqui
7289 que a gente trataria, mas, no final das contas, as coisas ficaram tão atropeladas que
7290 a gente não conseguiu tratar ainda sobre isso. Ana, tem uma coisa para falar sobre
7291 isso? Está bem. Então, eu vou passar para você e depois para a Patrícia.

7292 **Sra. Ana** – Sobre isso, é só que a gente segue recebendo denúncias do Disque 100
7293 pelo Centro de Referência de Direitos Humanos, mas esse é o problema. A maioria
7294 das denúncias do Disque 100 no governo Bolsonaro ficaram sem ter para onde
7295 serem encaminhadas. Porque as estruturas todas de direitos humanos da base
7296 foram desativadas. Nós somos alguns dos poucos centros de referência que
7297 existem porque a gente tem apoio dos mandatos, enfim. Então, acho que essa é a
7298 discussão, como reestruturar a base, vamos dizer assim, de um sistema de direitos
7299 humanos que receba e acolhe essas denúncias em nível local, municipal e estadual.
7300 A gente recebe denúncias do Estado inteiro em relação ao sistema prisional e outras

7301 pautas. Enfim, todas as pautas dos direitos humanos, é enorme. A gente, inclusive,
7302 tem um banco de dados já bastante grande sobre isso, mas é difícil. A gente meio
7303 que funciona como um observatório também porque não tem quem faça. Então,
7304 imagino que nos outros estados a situação é até pior porque nem centro de
7305 referência tem. Eu não sei. É isso.

7306 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7307 **E Cidadania – ITTC)** – Vou passar para a Patrícia.

7308 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
7309 **Desencarceramento)** – Então, é sobre isso também, mas eu acho que são algumas
7310 coisas porque, assim, todo, por exemplo, o Conselho de Serviço Social tem um
7311 regramento. Ele fala lá qual é o trabalho do assistente social. O assistente social
7312 tem que ir lá, não tem que só seguir aquilo que o agente penitenciário fala. Por
7313 exemplo, o Conselho de Serviço Social do Rio de Janeiro recebe denúncias. Eles
7314 vão lá na unidade. Quantas vezes fizeram fiscalização junto com o mecanismo para
7315 várias coisas? Tipo, Operação Verão. Criança e adolescente não podem ir para a
7316 praia porque a polícia parava, era levado para a delegacia. CREAS, CRP,
7317 Mecanismo, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Organizações de Direitos
7318 Humanos montaram plantões durante o final de semana. Cada final de semana era
7319 um grupo que estava lá acompanhando até acabar com o SIACA, que era o local
7320 que os adolescentes eram levados depois de serem levados pela delegacia. E aí a
7321 gente também conseguiu acabar com a resolução que era do Rodrigo Bettelen.
7322 Então, assim, os conselhos também têm isso. Realmente, tem. Quem trabalha
7323 dentro do sistema prisional tem medo de denunciar, mas eu também conheço vários
7324 agentes, agente, enfermeira, psicóloga, essas serviços sociais que denunciam. Eu
7325 acho também que o que a gente precisa conseguir é que essas pessoas entendam
7326 também que quando elas não denunciam, elas também estão sendo, digamos,
7327 omissas. Porque são servidoras, estão ali, passaram... Eu acho que a gente precisa
7328 conseguir trazer isso. De que elas também têm um compromisso, porque

7329 prevaricação também é crime. Porque eu não vou estar vendo um adolescente ali
7330 apanhando, não vou estar vendo um preso apanhando e vou ficar calada. Eu
7331 também estou sendo permissiva. Eu também estou cometendo um outro crime. Eu
7332 acho que a gente, enquanto o Comitê Nacional precisa pensar, é de uma campanha
7333 mesmo. De promoção em combate à tortura. Colocar, ir para a imprensa, colocar
7334 nos espaços e falar, olha só, não vamos permitir que as pessoas privadas de
7335 liberdade estejam torturadas. O Mecanismo do Rio de Janeiro fez uma campanha.
7336 Você tem a chave. A chave era uma pessoa sentada numa cadeira algemada de
7337 costas. A chave era a forma da denúncia. A gente colou nas unidades prisionais.
7338 Depois dessa campanha, muita gente denunciou muita coisa. Eu acho que também
7339 é um pouco dessa possibilidade. Isso não quer dizer que eu não estou dizendo que
7340 o Disque 100 não sirva. Só que o Disque 100 tem uma outra história. O Disque 100
7341 demora às vezes em encaminhar a denúncia. Quando a denúncia chega, o negócio
7342 já passou. Então, acho que a gente precisa ter uma articulação para recebimento
7343 de denúncia e orientação de como vai ser a denúncia, para onde vai, porque não
7344 adianta denunciar hoje e ter a resposta daqui a três meses. E para finalizar, eu
7345 queria dizer que a Patrícia Magno, que é defensora aqui do Rio de Janeiro, que é a
7346 pessoa que ajudou a construir a resolução do CNJ sobre desinternamento, ou
7347 desinternação. Então, acho que ela é uma pessoa que possibilita, inclusive com o
7348 promotor de Goiás, que é o Haroldo Caetano, de todo esse movimento que vem
7349 falando há tanto tempo, mas acho que a Patrícia Magno é uma pessoa que pode
7350 contribuir muito porque o foco dela é a pauta dela. Inclusive, no Rio de Janeiro, ela
7351 é a pessoa à frente dessa parte. Aqui no Rio, ela faz um trabalho já há um bom
7352 tempo de que as pessoas têm que sair desses locais. Então, acho que ela é uma
7353 pessoa que dá para a gente contar bastante. E acho que é isso. Acho que a gente
7354 tem que conseguir que todos os órgãos, o Conselho de Serviço Social fale que aqui
7355 a gente vai receber denúncia. O Conselho de Psicologia, entre outros. Até porque
7356 todos esses órgãos fazem parte de comitês estaduais também. Então, acho que é
7357 um pouco isso. Acho que a gente tem que fazer uma coisa mais ampla.

7358 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7359 **E Cidadania – ITTC)** – Antes de passar a palavra aqui, eu concordo com você,
7360 Patrícia, mas eu acho que tem algumas questões que são complexas quando a
7361 gente fala desses funcionários que têm um trabalho extremamente precarizado,
7362 recebem extremamente mal pelo trabalho que eles fazem, não têm plano de
7363 carreira, e aí você ainda incumbe mais uma função que é de denúncia para eles. E
7364 eu não estou dizendo que eu não acho que eles devam fazer denúncia. Eu acho
7365 que as pessoas que estão ali no sistema prisional e estão, enfim, olhando as
7366 violações de direito e estão observando elas e não estão fazendo nada, de algum
7367 jeito. Não sei nem se elas são cúmplices ou não, mas enfim. Eu acho que a gente
7368 tem que pensar um pouco também como é a formação dessas pessoas de entender,
7369 talvez a gente enquanto comitê ou enfim, tem que fazer um tipo de ação que é junto
7370 com os próprios conselhos, mas de sensibilizar essas pessoas, dessas pessoas
7371 entenderem qual é o trabalho delas, elas entenderem quem são as pessoas que
7372 elas estão atendendo, porque eu acho que essas questões todas elas atravessam
7373 todos esses atendimentos. E tem uma questão também que é uma questão de raça,
7374 gênero, de desigualdade social, que também atravessa esse atendimento e também
7375 atravessa não só o atendimento das pessoas privadas de liberdade, mas assim
7376 como, por exemplo, as pessoas que são, enfim, estão em algum serviço público ou
7377 que são atendidas em algum hospital, etc. Se a gente for tirar desse contexto, a
7378 gente vê, sei lá, por exemplo, que as mulheres negras que são atendidas, enfim,
7379 tem um número muito grande de mulheres grávidas negras que são atendidas pelo
7380 sistema de saúde, elas têm um número altíssimo de violência obstétrica. Então, eu
7381 acho que a gente tem que pensar essas questões, sim, eu acho que sim, mas
7382 também com um pouco de cuidado para essas pessoas que são esses
7383 trabalhadores que estão ali já precarizados. Então, eu não sei, assim, fico com um
7384 pouco de receio, porque eu entendo, por um lado, essas pessoas também terem
7385 esse receio de denunciarem e acho que a Cecília falou sobre isso, inclusive, que os
7386 profissionais ali, os de enfermagem, enfim, nem sabiam como guardar, armazenar
7387 os medicamentos de forma correta. Então, assim, eu acho que é isso também, o
7388 que acontece também em muitas unidades prisionais é a falta de profissionais, de

7389 um lado, então, por exemplo, já aqui em São Paulo, quando eu trabalhei no Núcleo
7390 de Instituição Carcerária, já teve caso em que auxiliares de enfermagem tinham que
7391 fazer o trabalho de enfermeiros e que isso, inclusive, foi denunciado pelo COREN,
7392 mas não tinha como, então eles acabavam receitando medicamentos, que até os
7393 enfermeiros não poderiam fazer isso, mas senão aquelas pessoas ficariam sem
7394 nenhum tipo de medicamento. Aí, quando eles relatam aqui que o profissional de
7395 saúde não foi chamado num caso de saúde mental e quem foi chamado foi o agente
7396 penitenciário, é uma questão também muito séria, porque o agente penitenciário
7397 não tem competência para fazer esse atendimento, mas esses profissionais de
7398 saúde também não se sentiram competentes em algum lugar para fazer esse
7399 atendimento. Então, acho que a gente tem que pensar um pouco também como é
7400 a formação desses profissionais e como que a gente pode também dar um lugar de
7401 acolhimento para eles. Vou passar para a Mauricleia e depois para a Nana.

7402 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
7403 **Social – CFSS)** – É que eu estou tentando abrir, gente. Desculpa. Aqui a gente
7404 fecha. Olha, eu acho que as duas últimas falas, tanto a da Patrícia como a do Bruno,
7405 elas têm dimensões que se complementam para a gente pensar em ações. Então,
7406 primeiro que, assim, quando os conselhos que quem pode fazer são os conselhos
7407 regionais, da fiscalização, as ações, e nem todos estão nos comitês, e nem todos
7408 os estados têm comitês estaduais ou que têm aquilo que a gente viu bastante
7409 precário e recebem a denúncia, por exemplo, eles fazem essas visitas conjuntas.
7410 Isso já aconteceu, de fazer visitas conjuntas na Fundação Casa, em outras
7411 situações. Então, eu acho que uma campanha é uma coisa bem interessante de
7412 pensar, do comitê pensar junto com o mecanismo, uma campanha. Eu acho que
7413 isso seria interessante de se pensar, levando em consideração tudo isso que vocês
7414 acabaram de falar. A gente já tinha discutido isso num outro monitoramento que o
7415 mecanismo apresentou, num outro relatório, e nós tínhamos visto, sim, que há
7416 problemas dos trabalhadores. Agora, eu acho que a organização através dos
7417 comitês estaduais poderia facilitar não só a campanha em resolver isso, mas a
7418 gente ter um comitê estadual forte e os profissionais vejam e participem, isso vai

7419 constituir realmente um canal muito maior dessas situações. Porque essas
7420 situações são no Brasil inteiro, então a ideia que a gente tinha e temos de construir
7421 os comitês estaduais, eles extremamente fortes, eu acho que vai dar um certo apoio
7422 para a gente poder ter mais do que eu disse que 100, gente. É mais do que eu disse
7423 que 100. Eu acho que é um investimento na construção desses comitês estaduais.
7424 E aí, eu acho que com as entidades participando, a gente vai ter espaço para poder
7425 fazer isso. Isso não impede campanha, isso não impede o Disque 100, isso não
7426 impede do profissional fazer a denúncia, porque ele pode fazer a denúncia, tanto
7427 das situações de trabalho dele no conselho, como da situação de essas situações
7428 de denúncia. Nós acabamos de responder uma denúncia no Conselho Federal na
7429 questão de Santa Catarina, mas é com a questão das terras indígenas. Então, nós
7430 a própria discussão dos indígenas, demarcação de terra, o tratamento, então nós
7431 fizemos um parecer e vamos encaminhar. Então, nesse sentido, inclusive para o
7432 Ministério Público, só para dizer, não é para encaminhar só como resposta, não,
7433 para o Ministério Público. Só para dizer que, assim, você tem várias formas, mas eu
7434 acho que os comitês estaduais fortes, vai dar sentido a esse povo. E aí, só para
7435 dizer rapidamente, nós do Conselho Federal de Serviço Social, nós estamos
7436 fazendo um seminário que trata da questão da segurança, um encontro de
7437 segurança social, e a gente, a partir das nossas conversas com vários assistentes
7438 sociais que trabalham, nós colocamos uma plenária que fala sobre a questão do
7439 estado penal. Então, algumas pessoas já estão convidadas para ir, tem quase mais
7440 de 300 pessoas nessa plenária, então, significa que são assistentes sociais que
7441 trabalham com esse tema e outros profissionais. Vai ser agora, no início de abril.
7442 Só para dar esse informe aqui para vocês também, saber que a gente está
7443 debatendo, está? Obrigada.

7444 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7445 **E Cidadania – ITTC) – Obrigada.**

7446 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
7447 **Da Cidadania – MDHC)** – Eu vou passar para a Fernanda, que está com a mão
7448 levantada, para a Nana. A gente respondeu um procedimento sobre o Disque 100,
7449 por algum motivo. Eu tinha direcionado o fluxo de denúncias de registro, era
7450 denunciado no Disque 100, as denúncias eram encaminhadas para secretarias dos
7451 estados responsáveis pela gestão do sistema prisional, ou seja, as denúncias se
7452 perdiam, né? Nunca chegavam em lugar nenhum. E aí a gente propôs um novo
7453 fluxo, concentrando esse fluxo, mas ao mesmo tempo tirando das secretarias, né?
7454 Direcionando, ou para os ministérios públicos estaduais, suas promotorias, suas
7455 competências de apuração, de violação de direitos humanos, e caso a pessoa não
7456 se sinta segura, né? Direcionando para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate
7457 à Tortura, para o Mecanismo Nacional, e a partir do momento que a gente tiver os
7458 e-mails e contatos certos dos comitês estaduais em funcionamento, de fato, a gente
7459 direcionar também para esses comitês estaduais e mecanismos estaduais, porque
7460 o fluxo estava, assim, não dava para orientar a pessoa a ligar para o diz que tem e
7461 registrar a denúncia, porque ia cair no colo do secretário, ou seja, do lobo, né? Aí
7462 não tinha condição.

7463 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7464 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Queria saber se alguém quer propor um
7465 encaminhamento prático e direto para a missão feita em Alagoas. Eu acho que a
7466 gente, enquanto comitê, pode fazer, reiterar as principais recomendações e fazer
7467 parecido como a gente fez com o Rio Grande do Norte, a Maria Clara levantou a
7468 mão, mas é de a gente pensar naquelas que já foram enviadas, porque foi em
7469 setembro, né? E que não tiveram resposta, e cobrar a resposta dos
7470 encaminhamentos que não tiveram resposta. Eu vou passar para a Maria Clara e
7471 depois para a Ana.

7472 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
7473 **Organizações Populares – GAJOP)** – Não, Sofia, eu ia sugerir isso mesmo, na

7474 verdade, que a gente primeiro se inteirasse de quais foram as respostas que já
7475 foram recebidas, e eu não sei se a gente estabelece um prazo máximo para isso,
7476 ou enfim, acho que depende do tipo da demanda também, né? Que as questões
7477 são, gente, deveriam já ter sido tomadas a providência. As questões que são de
7478 média, longo prazo, com trajetos profissionais, enfim. Então, acho que partir daquela
7479 divisão que a gente fez dos pontos focais, ver junto com vocês, com os períodos,
7480 quais foram as principais demandas que ainda não foram respondidas para a gente
7481 fazer essa cobrança diretamente e já bem pontual, focalizar as autoridades
7482 competentes, assim, para fazer essa seleção.

7483 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7484 **E Cidadania – ITTC) – Ana?**

7485 **Sra. Ana –** No meu caso, é só uma dúvida mesmo, por desconhecimento, eu vi que
7486 houve uma recomendação de que fosse criado um mecanismo estadual, mas há
7487 comitê estadual lá, em Alagoas? Eu não sei ainda. Ah, está bom. Não, então...

7488 **Interlocutor Não Identificado –** Há na lei, Ana, mas ele não está operante, e a
7489 última resposta que eu tive é que a presidente, que era, inclusive, participou
7490 conosco, a promotora da promotora do controle externo da atividade policial,
7491 renunciou, exatamente porque estava sem apoio do Estado para a estrutura de
7492 funcionamento do comitê. Então, o comitê basicamente se resumia a ela, a OAB,
7493 enfim.

7494 **Sra. Ana –** É, porque a situação lá é pior do que a nossa, no sentido que não tem,
7495 não está operante o comitê estadual.

7496 **Interlocutor Não Identificado –** Exatamente.

7497 **Sra. Ana –** Talvez fosse o caso até de encaminhar para os conselhos profissionais,
7498 que normalmente ocupam esses assentos, ou fazem acontecer, porque aqui o
7499 comitê estadual só existe porque o Conselho Regional de Psicologia tomou para si
7500 e chamou para fazer. Então, eu, Alex, Gustavo, somos todos psicólogos, gente. É
7501 um negócio que é só o CRP fazer as coisas acontecerem aqui.

7502 **Interlocutor Não Identificado –** A gente entende que em relação ao sistema
7503 estadual de Alagoas, o comitê nacional pode seguir também fortalecendo esse
7504 mesmo trabalho que o mecanismo tem feito, para que essa PL realmente seja
7505 colocada em apreciação na Assembleia, exatamente porque está no período de
7506 janela. O governo estadual abriu uma janela para contratação, para abertura de
7507 cargos nos próximos seis meses. Então, o governo está com uma janela aberta para
7508 abrir cargos. Então, o trabalho está sendo esse, de correr contra o tempo, de propor
7509 essa minuta, esse ajuste da lei para que o projeto tramite e se inclua os seis cargos
7510 de peritos para o mecanismo de Alagoas.

7511 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
7512 E Cidadania – ITTC) –** Vou te perguntar uma coisa sobre isso. Como que tem feito
7513 esse contato com atores locais, etc., que estão fazendo essa incidência para tentar
7514 fazer esse projeto de lei? Ele existe formalmente e já foi apresentado? Não foi
7515 apresentado?

7516 **Interlocutor Não Identificado –** Uma minuta, Sofia. O projeto mesmo ainda não
7517 caiu na Assembleia, porque foi uma iniciativa. A gente recebeu essa aproximação,
7518 inclusive, pela APT. Então, o primeiro contato da doutora Carla, que era a presidente
7519 do Comitê Estadual, junto com a Silvia, da APT, e aí a Silvia nos chama para essa
7520 interlocução, a gente se aproxima, essa minuta estava em construção, a gente dá
7521 as nossas contribuições a partir daquilo que a gente já tem mapeado no contexto
7522 do Brasil, de outras leis, observando a estrutura do Rio de Janeiro, com Rondônia,
7523 enfim, a gente faz essa junção das melhores boas práticas de leis, e também a

7524 própria resolução do Comitê, a Resolução 05, como parâmetro. E quem leva essa
7525 proposta são esses atores, o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Ministério
7526 Público Federal e OAB Alagoas, para o governador. Então, o governador, a época
7527 que segue, o Paulo Dantas, que recebe e tramita internamente. A Procuradoria
7528 Geral do Estado aparecia dizendo que não tinha condições de criar cargos, segura
7529 o processo nesse período eleitoral e agora devolve, essa janela se abre, e aí, então,
7530 está nesse momento desses atores refazerem os pontos que eu ainda não recebi,
7531 quais outros pontos, além dessa questão da criação de cargos que eles objetaram
7532 para criar uma nova apresentação. Então, está neste momento.

7533 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7534 **E Cidadania – ITTC)** – Eu acho que é uma coisa que a gente pode ir monitorando
7535 e entender como que, enfim, a Patrícia levantou a mão.

7536 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
7537 **Desencarceramento)** – É, só para falar que, assim, acho que o Pedro Montenegro
7538 que já foi o vizinho nacional, que já foi secretário, enfim, começou, iniciou em
7539 Alagoas a criação do Comitê, ele pode ajudar muito, depois eu posso passar os
7540 contatos dele.

7541 **Interlocutor Não Identificado** – Então, o Pedro, ele está exatamente, Patrícia,
7542 dentro do Tribunal de Justiça, como desembargador do Timés, que é o responsável
7543 pela pauta de direitos humanos, que quem está encabeçando no âmbito do Tribunal
7544 de Justiça de Alagoas. Então, a doutora Carla, enquanto Ministério Público, o Pedro
7545 e o desembargador do Timés em relação ao PJ, o Roberto Moura pela OAB, e a
7546 PRDC, que agora não vou me lembrar agora o nome, vou falar que posso errar, que
7547 é do Ministério Público Federal.

7548 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7549 **E Cidadania – ITTC)** – Mas aí seriam cargos ligados ao Executivo, é isso? Ou teria
7550 um projeto de lei que estaria ligado ao Legislativo, um projeto de lei para criação?

7551 **Interlocutor Não Identificado** – Ao Executivo. O projeto de lei é o mecanismo do
7552 Executivo, ligado ao Executivo, a Secretaria de Direitos Humanos.

7553 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7554 **E Cidadania – ITTC)** – É, não, porque eu estou perguntando isso porque estou
7555 participando de um grupo aqui em São Paulo para criação do Comitê e Mecanismo
7556 em São Paulo, e aí tem essa discussão se faria sentido estar ligado ao Executivo
7557 ou ser um projeto do Legislativo, que teria uma autonomia maior ligada ao
7558 Legislativo do que ao Executivo, inclusive a despeito do que a gente viu lá em
7559 Pernambuco com a exoneração dos cargos, né? Então, eu acho que é algo que a
7560 gente tem que pensar, que estava inclusive na pauta agora desse encontro aqui,
7561 que eu acho que a gente talvez não dê conta, que estava falando com a Nana
7562 também, que estava na reunião, essa de São Paulo, e conversamos aqui para
7563 pensar numa normativa, talvez, e que fosse num âmbito mais nacional para que não
7564 ficasse uma questão de cada Estado fazer a sua normativa de criação de
7565 mecanismos e comitês, e a gente ter problemas estruturais, tanto com comitês e
7566 mecanismos, que não funcionam na prática, e não estão alinhados com as normas
7567 das quais o Brasil é signatário. Então, eu acho que isso é algo que a gente tem que
7568 tomar cuidado e ir monitorando, e eu sei que os Estados, eles têm autonomia e,
7569 enfim, vão fazendo as suas próprias articulações, mas eu acho que a gente,
7570 enquanto comitê, tem que estar meio de olho nisso, inclusive para pensar se é a
7571 melhor estratégia, entendi que agora está ligada ao Executivo, mas se a melhor
7572 estratégia é no Executivo ou se é no Legislativo. Obviamente que a gente tem um
7573 cenário no Legislativo que é péssimo, não sei em todos os Estados, mas aqui em
7574 São Paulo, por exemplo, é péssimo. Então, também não sei como a gente vai
7575 conseguir incidir se for pela via do Legislativo. Passar para a Patrícia.

7576 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
7577 **Desencarceramento)** – Sim, só para retomar, inclusive o mecanismo nacional seria
7578 na Câmara, que a gente lá atrás acordou, acordou quem estava construindo o
7579 Comitê Nacional de que era melhor que fosse no Executivo. Não vamos ceder aqui,
7580 vamos ceder ali, porque senão a lei não passa. O grupo que estava organizando o
7581 projeto de lei, estou falando isso porque isso é uma discussão muito antiga, muito
7582 antiga mesmo. O mecanismo do Rio de Janeiro, o Comitê do Rio de Janeiro sempre
7583 achou importante, sempre trouxe essa discussão para o Legislativo. Tanto que a
7584 gente foi para Minas no projeto de lei que é horroroso de Minas, a gente foi para
7585 vários outros estados e no final como o Comitê Nacional ficou ligado ao Executivo
7586 e às coordenações de combate à tortura que passaram durante esses anos todos
7587 e aí Ana Paula Diniz, Caroline Castro, que ficou muito tempo, sempre puxou para
7588 ser para o Executivo. Inclusive no terceiro encontro de comitês e mecanismo a gente
7589 tirou as diretrizes sobre isso. No documento final tem diretriz sobre criação de
7590 comitês e mecanismo. É porque assim se perdeu no meio do caminho as coisas
7591 porque no primeiro encontro foi tirado e no segundo encontro foi afirmado e no
7592 terceiro também. Então eu acho que é uma coisa que a gente precisa retomar e
7593 precisa conversar mesmo porque é isso o mecanismo de Pernambuco foi só um
7594 exemplo, mas tem outra coisa assim. Salvador projeto de lei é para ser pela
7595 Assembleia de Salvador entre outros. Eu acho que isso é uma coisa que precisa
7596 ser olhada os prós e os contras e lembrando que o Legislativo tem a obrigação de
7597 fiscalizar o Executivo. Então estaria no melhor lugar por isso também. Acho que é
7598 isso.

7599 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7600 **E Cidadania – ITTC)** – Acho que a gente pode manter essa discussão aí talvez
7601 para a próxima reunião nossa e pensando nos encontros com os comitês e
7602 mecanismos, mas eu queria agradecer a Patrícia também por resgatar porque a
7603 Patrícia sabe toda a história e tudo o que aconteceu aqui, conhece todo mundo.
7604 Então acho que é importante esse exercício de memória também para a gente
7605 trabalhar nas próximas diretrizes. Eu vou passar agora de novo a palavra para o

7606 mecanismo para a apresentação do próximo relatório. Enfim, fiquem à vontade, não
7607 sei quem vai fazer a apresentação.

7608 **Interlocutor Não Identificado** – Carol, está sem som.

7609 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**

7610 **Democracia**) – Está dando para me ouvir?

7611 **Interlocutor Não Identificado** – Sim.

7612 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**

7613 **Democracia**) – Vamos lá. Então, eu vou apresentar esse relatório do DF que a
7614 gente fez essas duas inspeções, na verdade, no início do ano, agora. Na verdade,
7615 a gente, toda a equipe participou da inspeção, foi a exceção de Rogério, que na
7616 época estava de férias. Nós éramos oito, a gente se dividiu para ir quatro pessoas
7617 no Presídio Feminino e quatro pessoas no Centro de Detenção Provisória 2. Então,
7618 fomos eu, Ronilda, Viviane e Bárbara no CDP 2, Camila, Sabino, Camila Antero,
7619 Ana Valeska e Cecília no Feminino. Então, só dar um pouco um contexto de por
7620 que a gente fez essa incidência aqui no DF, essas inspeções. Teve todo aquele
7621 contexto dos atos antidemocráticos e, com isso, teve uma prisão bastante massiva
7622 de pessoas. 1.500 pessoas foram presas no espaço de três dias e isso representou
7623 um aumento de 10% da população carcerária do DF, que estava em torno, na
7624 época, de 16.000 pessoas. Então, isso gerou uma preocupação muito grande na
7625 gente. A gente percebeu uma grande atenção voltada para as pessoas que tinham
7626 sido presas a partir dos atos terroristas, mas a gente se preocupou muito com as
7627 pessoas que já estavam nessas unidades prisionais e que, com certeza, viveram o
7628 impacto da chegada desse quantitativo enorme no espaço de pouquíssimos dias.
7629 Então, como a gente tinha um objetivo de justamente olhar para como isso impactou
7630 a rotina dessas pessoas que estavam ali. Eu trago alguns dados do sistema
7631 prisional do DF, dados totais do número de pessoas privadas de liberdade, a taxa

7632 de ocupação nos presídios que está aí por volta de 186%. Essa taxa de ocupação
7633 é bem maior nos presídios masculinos. Na verdade, o feminino tem ainda um
7634 superávit de vagas. Teve uma expansão bem grande do feminino nesses últimos
7635 anos. Então, ainda tem um superávit de vagas, o que não significa que não haja
7636 superlotação em alguns espaços, porque quem conhece a proximidade prisional
7637 sabe que é mal distribuída a população. Então, às vezes, você vai ter um espaço
7638 extremamente superlotado, enquanto outros espaços estão vazios. A taxa de
7639 encarceramento do DF é uma das mais altas do país, comparando com a média
7640 nacional. São 500 pessoas mais ou menos a cada 100 mil habitantes, enquanto a
7641 média nacional é de 310. Então, a política de encarceramento em massa aqui no
7642 DF, especificamente, é muito marcada. Também a seletividade penal com viés
7643 racista é muito demarcada, é mais demarcada do que nacionalmente, 83% de
7644 pretos e pardos. Então, é extremamente segregador a forma como atua o sistema
7645 de justiça criminal no DF. O mecanismo tem algumas inspeções nesse sistema ao
7646 longo dos anos, 2016, 2015, 2023 a gente retoma, e no meio desse caminho tem
7647 uma questão que eu quero trabalhar logo em seguida. Depois dessas primeiras
7648 inspeções de 2015 e 2016, foram inspeções que, enfim, depois, se a Bárbara sentir
7649 necessidade de complementar, ela estava aqui à época, foram inspeções bastante
7650 tensas e que causaram uma dificuldade para a realização do trabalho. Inclusive,
7651 essas inspeções geraram uma reação muito forte. Parece uma coisa de socorro ali
7652 no chat, eu fiquei um pouco assustada, mas as inspeções nesses dois primeiros
7653 anos geraram uma reação muito forte aqui no DF, até porque a gente está aqui no
7654 DF. Então, veio uma portaria da VEP do TJ, portaria número 8 de 2016, que é uma
7655 portaria ilegal, ela traz diversas restrições, ela viola as nossas prerrogativas, não é
7656 a proibição de entrada, mas é um condicionamento da forma dessa entrada que
7657 viola frontalmente as nossas prerrogativas. Então, entre as previsões, tem a
7658 previsão de que a gente seja acompanhado pelo grupo de intervenção tática daqui,
7659 que é a DEPOI, durante toda a inspeção. A previsão de que se a gente for entrar
7660 em qualquer espaço que tenha pessoas presas, que se faça um procedimento, uma
7661 revista nelas antes que a gente possa adentrar esses locais. A previsão também de
7662 que os registros fotográficos têm vários condicionantes à realização desses

7663 registros. Normalmente, os dois artigos que estão ali prevendo isso, dizem que a
7664 gente só pode fazer registros quando há uma denúncia específica para ser apurada,
7665 o que vai frontalmente contra o nosso protocolo, porque a gente atua com a
7666 perspectiva preventiva. Então, a gente não vai a partir de denúncias específicas
7667 para apurar uma coisa determinada de uma situação e a gente não precisa estar
7668 condicionada a isso para fazer qualquer registro. Além disso, tem uma previsão de
7669 que a unidade prisional possa fazer um controle das imagens que vão sair da
7670 unidade. Então, eles pedem, inclusive lá na colmeia, dessa vez, a feminina é a
7671 colmeia, é a forma como a gente chama na linguagem mais vulgar. A colmeia, agora
7672 em 2023, inclusive no final da inspeção, foi pedido para as meninas que elas
7673 descarregassem as fotos para que fossem escolhidas as fotos que iam poder sair.
7674 E aí, diante disso, evidentemente, elas se negaram a fazer esse processo de
7675 entrega de fotos e o funcionário responsável então liga para a assessora da juíza
7676 da AVEP para, digamos assim, autorizar a saída delas. Então, é quase uma ideia
7677 de que elas precisavam de alguma autorização para sair. Inclusive, é bom lembrar
7678 também que ao longo dessas duas inspeções, a gente estava acompanhado de
7679 membros do Ministério Público Federal. E a gente percebeu, esses membros saíram
7680 no meio da inspeção, saíram na hora do almoço, a gente seguiu até o período ali
7681 do fim da tarde. Depois que essas pessoas saem da inspeção, o tratamento muda
7682 muito em relação a gente. Então, é como se eles vissem que a gente para eles, a
7683 gente estava fazendo inspeção alicerçada nas prerrogativas do MPF e não nas
7684 nossas. Então, no momento que eles saem, eles mudam de comportamento em
7685 relação a gente, inclusive pedindo esse controle das imagens. No CDP foi dificílimo
7686 fazer a inspeção de um modo geral. Foi extremamente tenso desde o primeiro
7687 momento, antes mesmo de entrar na unidade prisional. A primeira coisa que o
7688 agente falou conosco, com a equipe, inclusive com o Procurador Federal dos
7689 Direitos do Cidadão, Carlos Vilhena, que estava conosco, é que não poderíamos
7690 entrar com máquina fotográfica. E depois de uma conversa com a direção, a gente
7691 colocou de maneira bastante firme as nossas prerrogativas, mas ao longo dessa
7692 inspeção foi muito complicado. Tínhamos agentes da DEPOI nos acompanhando o
7693 tempo todo e de maneira muito ostensiva e muito intimidatória. Então, às vezes a

7694 gente estava ali na cela, fazendo a conversa, e a gente sempre pede que os agentes
7695 fiquem, mantenham um distanciamento para que essas conversas sejam
7696 reservadas. E eles propositalmente começavam a andar pelos corredores bastante
7697 próximo da gente, de modo que a gente tinha que interromper essas entrevistas,
7698 pedir que se afastassem, e eles com bastante resistência também a permitir que a
7699 gente tivesse essas conversas reservadas. E depois que o Carlos Vilhena foi
7700 embora, foi muito ruim. Quando a gente chegou no final do CDP, que a gente foi
7701 para a ala LGBTQI, era uma ala muito pequeninha. Nós éramos quatro mulheres
7702 e tinha cerca de cinco policiais penais na porta da ala, sem nenhum tipo de
7703 distanciamento, todo mundo muito armado, fuzis e armamentos muito pesados.
7704 Então, uma postura extremamente intimidatória. E o tempo todo reiterando a
7705 questão da portaria, que a gente teria que seguir a portaria, que não poderíamos
7706 fazer registros da arquitetura, da estrutura arquitetônica da unidade, que também é
7707 uma questão que a portaria traz, que não pode registrar arquitetura, sendo que
7708 como que a gente vai avaliar a condição de vida das pessoas se a gente não pode
7709 ver e registrar o local onde elas moram, que são as celas, os pátios, os corredores,
7710 enfim. Então, foi bastante complicado, isso prejudicou muito a nossa inspeção.
7711 Nenhum dos documentos solicitados foi enviado, nenhum. A gente pediu alguns
7712 documentos, eles não enviaram. E depois da inspeção ainda teve uma retaliação
7713 contra a gente e contra as pessoas privadas de liberdade. Então, a CEAP, que é a
7714 Secretaria de Administração Penitenciária aqui do DF, abriu uma ocorrência
7715 administrativa contra a gente, fazendo várias ilações, não, acusações mesmo, sem
7716 fundamento nenhum, acusações de que teríamos tirado fotos de pessoas sem o
7717 seu consentimento, o que não é verdade. Inclusive, eles colocam duas pessoas,
7718 eles colocaram para assinar um termo dizendo que a gente tinha fotografado elas
7719 sem o consentimento delas. Acontece que a gente tem os nossos registros, os
7720 nossos cartões de memória, e esses registros não existem dessas duas pessoas.
7721 Então, assim, a gente imagina como que se produziu esse termo que elas
7722 assinaram. E a gente até teme que tenha sido por alguma forma de coação. Então,
7723 vem essa ocorrência administrativa que é enviada para o Ministério, inclusive o
7724 Ministério que não existe, que eles enviaram para o Ministério da Igualdade Racial,

7725 Mulheres, Família e Direitos Humanos. Enfim, basicamente fizeram uma grande
7726 confusão. E para várias outras autoridades, a gente respondeu a essa ocorrência
7727 administrativa, também encaminhamos para vários ministérios, para as autoridades
7728 competentes do DF, inclusive aqui o Ministério dos Direitos Humanos, que fez
7729 encaminhamentos em relação a isso, enviamos ao CNJ. E depois disso tivemos
7730 algumas conversas, inclusive, encontramos o secretário do CEAP em uma
7731 audiência pública na semana passada, ele reiterou mais uma vez que a gente tinha
7732 que se submeter a essa portaria. E não só eles, a gente foi no núcleo de fiscalização
7733 do sistema prisional do ministério público do DF e eles disseram também de maneira
7734 bastante tranquila para a gente que não defenderiam as nossas prerrogativas, de
7735 que não fariam nenhum encaminhamento em relação a isso e de que a gente tinha
7736 sim de se submeter a essa portaria, ainda que ela seja ilegal. Atualmente tem uma
7737 ação civil-pública que questiona a legalidade da portaria que foi impetrada pela DPU
7738 aqui na justiça federal. E a gente aguarda, então, uma resposta dessa ação civil-
7739 pública. Nós já fizemos vários contatos com o CNJ a respeito disso, assim, várias
7740 conversas, documentos, ofícios que foram enviados. E, assim, eu acho que já
7741 passou da hora disso ser resolvido. É um precedente muito ruim, existe desde de
7742 2016 e a gente não vislumbra nenhuma possibilidade de conseguir manter uma
7743 monitoração efetiva aqui no DF, porque vai ser muito tensionado sempre que a
7744 gente for fazer inspeção, inclusive, isso prejudicou muito a nossa inspeção dessa,
7745 não tivemos o resultado que temos, em geral, nas nossas inspeções por conta
7746 disso. Então, a minha proposta de incidência para o comitê é fazer uma
7747 representação ao CNJ em relação a essa portaria da VEP DF. Eu vou falar muito
7748 rapidamente, tentar falar muito rapidamente, assim, em relação à infraestrutura.
7749 Aqui são fotos do CDP2. O CDP2 é bastante novo, foi inaugurado em 2020. Então,
7750 é uma estrutura nova, mas que não deixa de ter problemas. Essas beliches, para a
7751 gente, não são beliches, porque essa parte de cima, na verdade, não é uma cama,
7752 né? Como que alguém sobe ali? Como que uma pessoa idosa sobe naquele lugar?
7753 Como que alguém desce ali no meio da noite, na escuridão completa? Isso não é
7754 feito com o formato de uma beliche, na verdade. Então, isso já é problemático.
7755 Inclusive, tem uma divergência em relação ao número de vagas dessas unidades.

7756 Então, o SISDEPEN de 900 vagas, a CEAP de 1.600, e a gente não entende, então,
7757 como são contadas essas vagas. Não tem descarga, não tem balde, não tem nada
7758 dentro das celas para que se dê descarga. As pessoas usam saco plástico, usam a
7759 marmita da comida. Isso foi objeto de muita queixa. As pessoas se sentem muito
7760 humilhadas com esse processo. Esse banheiro, essa instalação sanitária, ela fica
7761 logo na parte da frente da cela. Então, quem passa no corredor, vê a pessoa que
7762 está usando a instalação sanitária, que está tomando banho. Então, assim, a
7763 pessoa não tem privacidade nem neste momento, né? Porque a estrutura é feita de
7764 modo que você tem ali à vista o banheiro na hora que passa. [Ininteligível], uma
7765 estrutura já um pouco mais degradada. A gente vê ali essa cela com esse teto já
7766 um pouco com infiltrações. De novo, essa questão da beliche que a gente
7767 problematiza, se isso de fato é uma beliche, porque não há nenhuma forma de subir
7768 nesse local. O uso dessas portas chapadas, que não proporcionam nenhuma forma
7769 de ventilação cruzada em alguns locais da unidade. Então, também bastante
7770 problemático e insalubre essa questão aí das mulheres. Vale dizer que a estrutura
7771 em que as pessoas, as mulheres trans na Colmeia e as pessoas LGBTQI no CDP2,
7772 as estruturas são piores. As mulheres trans foram realocadas a partir da chegada
7773 das mulheres que foram presas nos atos do dia 8 de janeiro. Elas foram para um
7774 local pior, foram para o parlatório, que na verdade é um local de visita íntima, ou
7775 seja, não é uma cela para morar. É um local para ser usado para visita íntima, mas
7776 que não é feito para se viver ali, não é estruturado com esse sentido. Então, estavam
7777 ali muito mais apertadas, teve alteração de suas rotinas de trabalho, trabalhavam
7778 no pavilhão, deixaram de trabalhar. Enfim, e no CDP2 era uma estrutura muito ruim
7779 o local da ala LGBTQI, era muito escuro. As celas só tinham abertura na parte de
7780 cima, inclusive a gente teve grande dificuldade para realização de entrevista. As
7781 celas eram muito escuras, já eram 4 horas da tarde mais ou menos, estava tudo
7782 escuro, não tinha iluminação artificial dentro das celas, então no momento que o sol
7783 começava a baixar já ficava bastante escuro. As celas molhavam, então nesse dia
7784 choveu muito durante a inspeção e as celas estavam todas encharcadas no fundo,
7785 onde tinha essas ventanas. Estava tudo encharcado porque entrava água, então a
7786 gente percebeu realmente uma marginalização dessas pessoas dentro dos espaços

7787 prisionais, o que também foi bastante preocupante. A alimentação aqui, como a
7788 maioria dos locais do Brasil é terceirizada, do CDP eu estava lá, posso dizer o tanto
7789 que a alimentação tinha um aspecto horroroso, o cheiro horrível, de dar náusea na
7790 hora que a gente abria a marmita mesmo. E as pessoas jogavam fora a alimentação,
7791 a maior parte ia para o lixo, tanto as mulheres quanto os homens. Do lado da PFDF
7792 tem um saco gigantesco com comida que as meninas jogavam fora porque elas não
7793 davam conta de comer. Não tinha entrega também de dietas especiais para pessoas
7794 com problemas cardíacos, diabetes, HIV, então é também uma falta de cuidado
7795 nesse sentido. A assistência material é muito complicada, a gente vê aí essa
7796 primeira foto do CDP. A situação dos colchões, que não são colchões, são
7797 espumas, já todos rasgando, enfim, é totalmente inadequado para uso. Na feminina,
7798 colchões com mofo, sendo que as meninas depois das peritas encontraram esses
7799 colchões novos, guardados lá na unidade. No CDP, dois pessoas que estavam há
7800 meses, meses já na unidade, sem nunca ter recebido colchão, toalha, coberta.
7801 Então, assim, uma precariedade gigantesca em relação à assistência material.
7802 Entregas também dos itens de assistência com pouca uniformidade, então era para
7803 ser de 15 em 15 dias, mas às vezes era de um mês em mês, então a gente não
7804 conseguiu verificar que essa entrega de fato é feita na frequência que é
7805 determinada. Na feminina, os absorventes que são entregues são finíssimos, as
7806 meninas até tiraram fotos que estão no relatório, então um pacote de absorvente
7807 por mês, de um absorvente muito fino, e agora inclusive a CEAP fez uma portaria
7808 limitando a entrega de itens de higiene pela família, agora a família só pode levar
7809 creme de corpo, creme de cabelo, shampoo e cera fria para depilação. Então, presto
7810 barba não entra, não entra absorvente, não entra papel higiênico, não entra
7811 desodorante, enfim, não entra escopo de dente, ou seja, basicamente se limitou
7812 absurdamente, inclusive a assistência que a família pode dar, enquanto o Estado
7813 também não dá a assistência que ele é obrigado a dar. O uso da força aqui no DF
7814 é uma questão histórica, a DEPOI, eu acompanho esse sistema prisional desde
7815 antes de entrar no mecanismo, então desde 2014 eu tenho contato aqui com o
7816 sistema, isso é histórico, a DEPOI é uma força violentíssima, que tem um uso
7817 gritante de armamentos menos letais, ostensivo, então a gente percebeu o medo

7818 de retaliação gigante, as pessoas tinham muito medo de denunciar, muito medo de
7819 denunciar, principalmente no CDP, as pessoas começavam a falar e paravam, ou
7820 elas falavam muito baixinho, ou você via que elas, quando a gente perguntava, elas
7821 desviavam o olhar ou se afastavam, então até foi difícil de recolher denúncia, o que
7822 é um indicativo muito ruim, porque isso mostra que o medo é tal, que as pessoas
7823 não têm coragem, nem ali dentro de um espaço mais ou menos seguro que a gente
7824 consegue criar ali na nossa inspeção, elas não tinham coragem de trazer muitos
7825 relatos. E também essa questão dos agentes que ficavam intimidando, que também
7826 atrapalhou muito, que a gente conseguisse até fazer registros, até tinha pessoas
7827 com marcas, mas a gente teve muita dificuldade de fazer esses registros sem que
7828 a gente recebesse, digamos assim, um alerta, ou um tipo de intimidação dos
7829 agentes. O sistema extremamente militarizado, teve muito relato de uso de
7830 armamento menos letal, relato de xingamentos violentos, xingamentos racistas,
7831 principalmente na feminina, então é bastante preocupante a forma de atuação, tem
7832 alguns históricos muito ruins, então no ano retrasado a gente teve uma pessoa que
7833 dentro de imunidade que é de semiaberto, dentro da cela recebeu um tiro de bala
7834 de borracha que desfigurou a pessoa, a pessoa perdeu o nariz, ela teve que fazer
7835 uma cirurgia plástica de emergência no hospital para recompor literalmente a face
7836 dela, isso foi um tiro de bala de borracha, também temos dois casos em 2020,
7837 durante a pandemia, de duas pessoas que perderam o globo ocular a partir do uso
7838 de balas de elastômetro, e ainda assim a gente não percebe que tem algum tipo de
7839 regulamentação desse uso da força aqui no DF. Eu já tirei essas fotos, elas são do
7840 Instagram da DEPOI, e elas falam muito por si, às vezes a gente não consegue
7841 fotografar durante a inspeção, mas é curioso que isso é propagandeado, essa
7842 cultura de violência dos armamentos está sendo escancarado, não é algo que é
7843 escondido, e está na própria página de Instagram, então quando a gente vê essas
7844 fotos, a gente imagina como é a forma de tratamento das pessoas, esse uso de
7845 cachorros, essa coisa da balaclava que não permite a identificação, enfim, é
7846 extremamente violento. Contato externo muito prejudicado nas unidades, muita
7847 denúncia de incomunicabilidade, aqui praticamente não tem visita íntima, porque a
7848 visita íntima, pela regulação do sistema aqui, ela restrita as pessoas que trabalham,

7849 que são classificadas, o que está aí mais ou menos em 3% da população presa no
7850 DF, então é irrisório, e mesmo essas pessoas, os familiares denunciaram que
7851 mesmo essas pessoas nem sempre acessam a visita íntima. O cadastro para ser
7852 visitante é presencial, então se o familiar é de fora, ele vai ter que se deslocar até
7853 aqui só para fazer o cadastro. Visita de criança praticamente proibida no sistema do
7854 DF, acontece só quatro vezes ao ano, em datas especiais, também é algo bastante
7855 inédito que a gente não vê em outros estados, essa tamanha restrição. As revistas
7856 vexatórias que acontecem muito aqui, não só na entrada das famílias, mas na saída
7857 também, então tem relato de que na hora de sair das visitas, de novo, as visitantes
7858 são revistadas de maneira vexatória, e ainda por cima, proibição de envio e
7859 recebimento de cartas, que foi algo denunciado no CDP. Essa saúde, bom, é
7860 preciso dizer que as duas unidades têm unidades básicas de saúde ligadas à
7861 Secretaria de Saúde aqui do DF, não são equipes de saúde incompletas, são
7862 equipes de saúde que têm profissionais e que poderiam dar conta do trabalho. O
7863 grande problema não é a quantidade de profissionais de fato, o que é o problema é
7864 a dificuldade de acesso a esses profissionais, porque o encaminhamento é feito a
7865 partir das demandas, é feito a partir dos policiais penais de maneira extremamente
7866 subjetiva, não há busca ativa nos pavilhões, que é algo que a gente sempre
7867 recomenda, mas que as equipes de saúde, de assistência social e psicossocial
7868 geralmente respondem que a segurança da unidade não permite esse tipo de
7869 atendimento, então na verdade o que a gente tem é um serviço de saúde e
7870 psicossocial que é muito limitado pela segurança, fica ali na mão da segurança, e
7871 se a pessoa não tem o agente penal para levá-lo até ao atendimento, não será
7872 levado. Uma dificuldade de acesso a alguns medicamentos que não são aqueles
7873 padronizados no SUS, para as mulheres foi, as meninas, as feridas encontraram
7874 uma dificuldade de acesso a atendimento psiquiátrico, que às vezes a própria
7875 equipe multidisciplinar travava esse atendimento, travava o acesso à medicação,
7876 algumas queixas bastante frequentes foram a falta de acesso a essas medicações,
7877 os agravos em saúde bucal foram muitas reclamações, muitas pessoas com muita
7878 dor de dente, precisando arrancar a dente sozinhas, enfim, com uma necessidade
7879 gigante de ter um atendimento odontológico, ainda que houvesse profissionais nas

7880 unidades para fazer o atendimento, não estavam conseguindo atender a essas
7881 demandas, e queixas também de sofrimento mental que foram bastante frequentes.
7882 Na feminina, observou-se a falta de acompanhamento regular dos exames
7883 preventivos para as mulheres, então, relatos de nódulos nos seios, com falta de
7884 acompanhamento médico, relato de coágulo no útero, enfim, questões dessa
7885 natureza, e para as pessoas LGBTQIA+, falta de acesso à hormonioterapia. Vou
7886 destacar algumas recomendações, foram 68 no total, vou destacar só as principais
7887 aqui. Então, a gente recomenda ao Conselho Nacional de Justiça, primeiro, que
7888 determine a revogação do trecho da portaria da VEP, que estabelece essas
7889 limitações ilegais às prerrogativas do mecanismo, contrariando uma lei federal, uma
7890 portaria que não tem nenhum valor em termos de peso, em termos de ordenamento
7891 jurídico, e que está se colocando praticamente acima de uma lei federal. A
7892 SENAPEN, a gente fez uma recomendação para que emita, que emita uma
7893 recomendação ao governo do Distrito Federal para destacar a obrigatoriedade do
7894 respeito às prerrogativas do MNPCT, inclusive solicitando que isso seja, que as
7895 cópias sejam enviadas aos diretores das unidades e todos os passos de privação
7896 de liberdade, para que todos os servidores tenham ciência disso. Ao governo do
7897 Distrito Federal, foram diversas recomendações, inclusive a fiscalização do
7898 cumprimento da lei distrital que veda a realização de revistas vexatórias, que ainda
7899 vem ocorrendo, apesar dessa vedação. Uma recomendação que a gente tem feito
7900 em praticamente todos os nossos relatórios, que é a vedação do uso de
7901 armamentos menos letais, que não são adequados para os ambientes confinados.
7902 Então, as granadas, o spray de pimenta, o taser em determinados locais, eles não
7903 podem ser usados, as granadas não deveriam existir no sistema prisional, porque
7904 além de tudo tem risco de incêndio, são locais que não tem forma de sair, então
7905 isso cria um extremamente perigoso esse uso indiscriminado e desregulamentado
7906 em todos os armamentos menos letais aqui. Outra recomendação que a gente tem
7907 sempre feita é a obrigatoriedade do uso de câmaras corporais nos uniformes dos
7908 policiais penais. A fiscalização e avaliação da alimentação entregue, porque eles
7909 fazem uma fiscalização que é apenas pesagem, não experimentam, não verificam
7910 a qualidade desse alimento que é entregue. A disponibilização de água potável

7911 filtrada, porque ela não é disponibilizada, as pessoas não acessam a água potável,
7912 bebem a água que vem das instalações sanitárias, que nem sempre é própria para
7913 o consumo. A garantia da revista íntima para todas as pessoas, a vedação da
7914 custódia de mulheres por agentes homens, até porque existe hoje, atualmente, em
7915 curso, uma investigação em relação à colmeia de violência sexual de mulheres
7916 custodiadas por agentes masculinos. A gente recomenda também que se permitam
7917 as visitações de representantes de movimentos sociais que atuam na pauta dos
7918 direitos de pessoas LGBTI para essas pessoas dentro do sistema, porque a gente
7919 observa que vivem, às vezes, um abandono familiar maior, mais exacerbado.
7920 Política de saúde específica para mulheres, idosos, pessoas com deficiência e
7921 pessoas LGBTI, envolvendo a hormonioterapia. E, para o sistema de justiça,
7922 mutirões com vistas a diminuir essa população carcerária do DF, que é muito alta.
7923 Então, principalmente pensando nas prisões preventivas, na reavaliação dessas
7924 prisões e também visando as pessoas que já estão com pena vencida ou
7925 progressão de regime vencido, como medidas de desencarceramento. Tem
7926 mulheres no semiaberto da feminina que estão, basicamente, cumprindo pena no
7927 fechado, inclusive no espaço de seguro, sem qualquer conformidade com o que a
7928 gente vê para o regime semiaberto. Então, que seja cumprida a súmula vinculante
7929 56 do STF, que veda a manutenção do condenado em regime prisional mais
7930 gravoso, na pauta de estabelecimento adequado. E a análise da situação
7931 processual de mulheres que tiveram filhos menores de 12 anos, que tenham filhos
7932 menores de 12 anos, de acordo com a Lei 13.769, de 2018. Inclusive, a aplicação
7933 dessa lei para mulheres trans e travestis. Então, essas são as principais questões
7934 que eu queria trazer aí do relatório e a gente já pode passar para os
7935 encaminhamentos. Claro, se as meninas quiserem complementar qualquer coisa,
7936 fomos muitas, né? A gente fez um trabalho de equipe mesmo aqui no DF. Então,
7937 quem quiser apresentar, falar, complementar com o que eu não falei, fiquem à
7938 vontade.

7939 **Interlocutora Não Identificada –** Eu só queria complementar, a apresentação do
7940 Carol foi perfeita aí, né? Ela já trouxe quase todos os pontos, mas assim, dizer que

7941 a juíza da VEP, né? Do DF, a gente recebeu muita reclamação no sentido de que
7942 ela visita sempre determinadas alas e pavilhões, principalmente quem está nas
7943 oficinas. E só para destacar, a população LGBTQI, no caso as mulheres trans e
7944 travestis, no DF, elas não têm oportunidade nenhuma de participar dessas oficinas
7945 e elas gostariam muito de participar. E só para registrar isso, e assim, a Carola deve
7946 ter falado já também da questão do impacto, que de fato foi muito grande, o número
7947 de pessoas que foram presas nos atos do dia 8, né? Mas por mais, eu acho assim,
7948 não sei se é um ponto que eu achei relevante, né? Porque ali tem pessoas presas
7949 provisoriamente, como também no fechado, no regime fechado, né? Que pessoas
7950 presas também provisoriamente, né? Excepcionalmente esse caso das pessoas
7951 presas nos atos do dia 8, a princípio todas foram enquadradas, né? Especificamente
7952 num tipo penal, depois que foram sendo analisados no decorrer, né? Das oitivas,
7953 né? E depois também o próprio ministro do STF também analisou, né? Para que
7954 elas pudessem responder em liberdade, mas assim, pessoas presas
7955 provisoriamente, inicialmente, mesmo tendo identificação já civil, né? Foi feito
7956 identificação criminal e coleta de material DNA, isso também nos chamou muita
7957 atenção também durante o acompanhamento dessa situação, nesse período
7958 também, né? Da unidade. Só para frisar, é isso, obrigada.

7959 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7960 **E Cidadania – ITTC)** – Eu queria agradecer, Carol, a apresentação, acho que foi
7961 muito boa. Esses pontos emergenciais também, acho que, enfim, a gente pode
7962 reiterar eles. Acho que a gente tem que pensar aqui como fazer essa representação
7963 para o CNJ da juíza da VEP. Eu realmente pedi ajuda para os meus colegas, porque
7964 eu nunca fiz uma representação para nenhum juiz, então não sei muito bem como
7965 a gente pode fazer, se a gente tira um grupo aqui para fazer essa representação. E
7966 outra coisa que eu estava aqui pensando, ouvindo a Carol apresentar o relatório, a
7967 Rogério e Cecília, né? Que eu acho que tem pontos que vocês estão trazendo, que
7968 óbvio, eles são todos, né? Eles são bastante, apesar de terem contextos diferentes
7969 e terem suas especificidades, tem alguns pontos que eu acho que chamou atenção
7970 nos dois relatórios, por exemplo, e também ontem me chamou atenção isso no Rio

7971 Grande do Norte, no Distrito Federal, em Alagoas, da não permissividade de filhos
7972 e filhas nos estabelecimentos prisionais e das visitas, né? E isso é algo que até
7973 então eu não tinha escutado, por exemplo, na realidade aqui do Estado de São
7974 Paulo, né? Dessa proibição dos filhos e filhas para fazerem as visitas, né? E eu
7975 acho que vocês talvez pudessem ajudar a gente a fazer um levantamento a partir
7976 das inspeções de vocês e tal, para a gente fazer uma incidência que seja no âmbito
7977 mais nacional, sobre esse ponto que eu acho que é bastante relevante, né? E fere
7978 diretamente o direito dos familiares e o que está previsto na LEP, então, e até no
7979 próprio Estatuto da Criança e Adolescente, então eu acho que talvez a gente
7980 pudesse pensar nessa questão que até então isso não tinha chegado a mim como
7981 uma denúncia, né? Nos casos de mães que não queriam levar os seus filhos para
7982 as unidades prisionais, isso sim, por toda, enfim, sorte de violações de direitos,
7983 serviço de revista vexatória, etc. Mas não há proibição de levar ou a escolha de ter
7984 que levar um ou não levar outro, então acho que a gente poderia pensar sobre isso,
7985 né? Num âmbito mais nacional, assim. Vou passar a palavra para a Patrícia e para
7986 os demais que quiserem se pronunciar.

7987 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
7988 **Desencarceramento)** – Oi, pessoal. Então, na realidade, esse movimento já vem
7989 acontecendo um pouquinho nos estados, né? A Maria Rosa, que é a atual
7990 Secretária de Administração Presidencial no Rio de Janeiro, ela foi do DEPEN em
7991 Brasília, né? Então, o DEPEN Brasília começou com essa movimentação. Por
7992 exemplo, eles fizeram uma resolução. Se você tinha cinco filhos, você só podia levar
7993 dois, aí você deixa os outros aonde, né? Só que como aqui no Rio de Janeiro, né?
7994 Eram, na época, quase 50 mil presos, né? Teve uma audiência pública na licenciaria
7995 pública, o comitê se mobilizou, o mecanismo se mobilizou, o conselho foi licenciado,
7996 e todo mundo, essa resolução caiu por terra, porque só podia levar dois filhos na
7997 visita, né? Aí você levava dois filhos, e aí o dia que você levasse os dois filhos, ou
7998 o pai ou a mãe também não podia. Então, assim, era só dois visitantes, né? E aí,
7999 isso começou a, né? O clima começou a ficar tenso, né? E aí, essa resolução, ela
8000 caiu por terra, né? Mas esse movimento vem do DEPEN, é, muito, muito tempo,

8001 né? E uma outra coisa, principalmente, né? Que é uma coisa que eu lembrei,
8002 esqueci, agora lembrei, assim, existe uma reunião dos secretários de administração
8003 penitenciária, existe um conselho, agora eu nem sei quem é o secretário que
8004 preside, né? E aí eles pegam as estratégias, eles pensam, né? Assim, pensam
8005 bastante, e aí eles vão fazendo essas resoluções. Aonde cola, fica, aonde não cola,
8006 não fica, né? Por exemplo, aqui no Rio estava se pedindo que só podia fazer visita
8007 com escritura pública, quando fez essa mudança, né? E aí, a associação de
8008 cartórios, né? Foi para audiência pública e falou, vocês querem rebelar todas as
8009 unidades prisionais do Rio de Janeiro, porque os cartórios não vão nas unidades
8010 prisionais. E aí, eles tiveram que voltar atrás, porque a associação dos cartórios
8011 falou, a gente não vai para cartório fazer escritura pública para a pessoa ter direito
8012 à visita, isso não compete a gente, né? Então, acho que a gente também precisa
8013 ficar com esse olhar, né? E aí, assim, é isso, assim, aí começa a pedir carteira de
8014 vacina e começa a pedir umas coisas que são, assim, absurdamente, que você fala
8015 assim, como assim? É claro que essa criança está vacinada, e o que a secretaria
8016 tem a ver com a vacina da criança, sabe? Umas coisas que são bem complicadas,
8017 mas tudo isso, 90% também é decidido na reunião de colegiado dos secretários.

8018 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8019 **E Cidadania – ITTC)** – Queria ver se alguém mais tem um encaminhamento para
8020 a gente pensar, aqui, né? Principalmente nessa questão do CNJ, da representação,
8021 que eu acho que é importante. E aí, em relação a essa questão dos filhos e filhas,
8022 a Patrícia falou, enfim, do Rio de Janeiro, talvez a gente pudesse fazer uma coisa
8023 um pouco conjunta do monitoramento com as missões, né? E das violações que
8024 vocês observaram nas missões, e também, aqui, sugerindo aqui para a Patrícia,
8025 com a capilaridade da agenda, para que talvez, sei lá, a gente fizesse um formulário,
8026 alguma coisa assim, para entender nos estados, né? Como tem sido em cada
8027 estado, ainda que não tenha tido a missão, mas como tem sido, através da denúncia
8028 dos familiares, em cada estado, para que daí a gente possa pensar, enquanto
8029 comitê, na próxima reunião, para uma recomendação, enfim, para uma resolução,
8030 algo no sentido mais, enfim, formal, aqui, dessa questão. Então, acho que, talvez,

8031 a gente pudesse fazer isso, assim, que, enfim, que é algo que, assim, óbvio, né?
8032 Depende das secretarias, de administração penitenciária, etc., mas a gente não está
8033 falando, né? É uma violação que, talvez, tenha a possibilidade de, através de uma
8034 resolução e tal, mudar o cenário prático. Eu vou passar aqui a palavra, na
8035 sequência, para Viviane, Fernanda e Ana Lúcia.

8036 **Sra. Viviane** – Boa tarde a todos. Eu gostaria de acrescentar, dentro dessa pauta,
8037 que é muito importante, a gente verifica, junto com os familiares e com a sociedade
8038 civil, um ataque a esse contato social aos familiares, que vai desde a determinação
8039 de roupas, que são obrigatórias, que faz aquele estigma do familiar, a limitação de
8040 materiais que podem ser complementados pela família, que vão desde o afeto, até
8041 aquele momento de afeto, até a total privação. Então, existe uma falsa alegação de
8042 que existe uma alimentação que está chegando quatro vezes e o que nós
8043 verificamos é, realmente, a fome se alastrando e os familiares não podem fazer
8044 nada a esse respeito, não podem compartilhar em nenhum momento. Então, nós
8045 temos ataque à visita íntima, à visita dos filhos, à estigmatização das roupas, que
8046 são obrigatórias, limitação de material de higiene, de itens de alimentação e uma
8047 série de humilhações e tratativas agressivas com os familiares. Então, esse olhar e
8048 pessoas que não têm os familiares, mas têm a possibilidade de um contato social,
8049 de amigos, de pessoas representativas que são limitadas, então elas perdem total
8050 contato social externo por não ter um familiar que se disponha. Então, essa
8051 discussão, a gente tem a pauta da alimentação, a da saúde, mas o que está
8052 acontecendo com a visitação é absurda e são os estados fazendo leis estaduais
8053 sem nenhum critério, é um sistema nacional que não opina, é a justiça que omite.
8054 Então, eu peço ao comitê um olhar para as visitas, desde a questão da revista
8055 vexatória, à estigmatização das roupas, à limitação, sem nenhum motivo, mais no
8056 momento pandêmico. Então, tem que ser feito um grupo para olhar essas questões,
8057 porque o que nós recebemos dos familiares são total desespero. Fernanda está aí,
8058 sabe do desespero dos familiares em Goiás e são localidades que não teriam motivo
8059 nenhum para limitar a participação do familiar, como fator socializador e contato
8060 com a sociedade em resgate de quem está preso. Então, eu peço uma atenção

8061 especial do comitê para este ano, para esses pontos, e a gente está vendo leis e
8062 atos, um atrás do outro, realmente oprimindo os familiares. Então, eu agradeço.

8063 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8064 **E Cidadania – ITTC) – Obrigada, Viviane. Fernanda.**

8065 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
8066 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP) – Obrigada, Sofia. Bom,**
8067 primeiro, já elogiei ali no grupo, mas reiterar os elogios à Carol pela apresentação
8068 e para todos os desenvolvidos no relatório, que ficou muito bem-feito, e agradecer
8069 também os encaminhamentos emergenciais e trazer essa solidariedade também
8070 em relação a um fator que é mais grave ainda relacionado às prerrogativas do
8071 mecanismo, que foram violadas. Vi que vocês colocaram como recomendações
8072 emergenciais e, de fato, essas violações é porque vocês conseguiram entrar, ainda
8073 que com tanto sacrifício e com tanta repressão ali, com pessoas com armas atrás
8074 de vocês, etc., mas é uma preocupação que deve ser realmente emergencial,
8075 porque se o mecanismo não entra, aí a gente está em uma situação ainda muito
8076 pior, se não entra ainda mais com suas prerrogativas. Então, ressaltar que a
8077 preocupação com esse movimento, que foi um movimento que foi, na verdade,
8078 desenvolvido também durante esses quatro anos em relação a todos os órgãos e
8079 entidades de fiscalização do sistema prisional, o mecanismo sofreu isso, as
8080 defensorias passaram por isso, pastorais carcerárias passaram por isso, e aí acho
8081 que esse tema retoma uma preocupação que tivemos ano passado com a criação
8082 do grupo de trabalhos sobre tanto as inspeções como em relação às visitas. Então,
8083 a Viviane falou agora todo esse aspecto das visitas que está sendo observado aqui
8084 no âmbito do comitê há algum tempo, lembro que na nossa última reunião a gente
8085 colocou, inclusive, uma preocupação sobre eventual reunião, inclusive com a ONU
8086 Mulheres, sobre a forma como as mulheres são tratadas no sistema, nessa
8087 condição de pessoas que estão fazendo visitação e, de fato, a Viviane resumiu aqui
8088 muito bem, não só a visitação das crianças, mas a visitação das mulheres e o seu
8089 fardamento, o Rogério já havia falado no outro relatório sobre, inclusive, as visitas

8090 sociais, a gente já estava com essa preocupação com a visita íntima ainda, toda
8091 alimentação que os visitantes proporcionam aos serviços internos em relação, que
8092 é essencial, dada a insuficiência do Estado de prover as pessoas ali em cárcere da
8093 alimentação adequada e aí eu acho que, inclusive, é um tema hoje de pauta, um
8094 grupo de trabalho sobre a visitação, Presidenta, eu não sei se esses temas podem
8095 ser tratados de uma forma global, porque, de fato, pela observação que a gente teve
8096 nas reuniões do comitê, foi uma ação quase que coordenada ou, de fato,
8097 coordenada em âmbito nacional e em todos os estados e a gente com a perspectiva
8098 de que elas iam ser interrompidas, na verdade, elas têm essa continuidade e estão
8099 tendo esse progresso, então, a preocupação de tratar, às vezes, elas de uma forma
8100 global para poder levar aos ministérios essa preocupação e, da mesma forma que
8101 elas foram sistematizadas, uma ação também sistematizada para interromper esse
8102 progresso que é visita de criança, visita vexatória até me surpreendeu isso, Carol,
8103 essa visita vexatória que, enfim deveria ser uma providência já abolida há muito
8104 tempo então, essa retomada dessa política de afastamento e criminalização de
8105 familiares e tudo que vem junto, da comida que é trazida, das crianças, da roupa,
8106 etc., a gente já tinha identificado como um problema, às vezes, direcionado às
8107 mulheres e agora, de forma mais global, às familiares, talvez, um grupo que já está
8108 formado, inclusive, com representantes do governo, possa levar à frente isso de
8109 uma forma sistematizada, interrompendo essa sistematização que foi feita durante
8110 esse tempo. Então, essa é a primeira sugestão de, de repente, tratar isso de forma
8111 global, já se utilizando desse instrumento que já foi criado está aí para fazer essa
8112 pesquisa e, de repente, levar à frente essas medidas. E a segunda é reiterar todas
8113 as recomendações emergenciais eu acho que não desprestigiando, obviamente, as
8114 outras recomendações, mas a Carolina citou aqui as recomendações que, de fato
8115 falou de visita íntima e balaclava, incomunicabilidade questões que são
8116 extremamente gravosas e que, realmente não tem outra, outro encaminhamento, a
8117 não ser reiterá-las, mas, talvez, pensar em alguma, alguma questão relacionada
8118 também a essa, essa divulgação na mídia das armas, dos cachorros como, de novo
8119 uma continuidade desse processo de sistematização, da tortura, da violência e da
8120 criminalização de familiares e dessa, desse tratamento das pessoas em cárcere.

8121 Outra fala que me trouxe aqui, também, uma preocupação em relação à
8122 hormonioterapia, Carolina, é se essas pessoas não estão tendo acesso a esse tipo
8123 de tratamento isso é extremamente gravoso, também, eu não sei se você estiver na
8124 resposta dessas recomendações até queria ouvi-la depois sobre isso. E, por último,
8125 talvez, um último encaminhamento, considerando que a secretária, hoje, falou, pela
8126 manhã, sobre as câmaras corporais me lembro, não me lembro exatamente os
8127 termos, mas me recordo dela ter mencionado como uma política de preocupação
8128 do atual Ministério e que, inclusive, algumas medidas já estariam, estando sendo
8129 tomadas, não sei se a Ana Lúcia, Ana Lúcia poderia dar aqui um feedback sobre
8130 essa política e, eventualmente, já tratar, em âmbito do Ministério, essa instalação
8131 das câmaras corporais como uma previdência emergencial, considerada
8132 recomendação do mecanismo. Obrigada.

8133 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8134 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Fernanda, antes de passar a palavra para a Ana
8135 Lúcia, eu ia falar que, de fato, a gente tem aqui, nos dois pontos de pauta,
8136 restabelecimento do grupo de trabalho e restabelecimento no sentido de que o
8137 grupo de trabalho, apesar dele existir já, formalmente, ele é composto por sociedade
8138 civil e por governo, mas como os membros dos Ministérios e os Ministérios de
8139 Estado mudaram, teria que ter uma reformulação nesse grupo de trabalho. E aí, eu
8140 não sei se isso vai ser possível hoje ou pode ser que seja possível, mas no sentido
8141 de que a composição do comitê ainda não está completa nada impede que a gente
8142 possa mudar depois o grupo de trabalho, mas, assim, se a gente tem dois grupos
8143 de trabalho, esse da audiência de custódia, se a gente faz eles aqui agora,
8144 formalize-los aqui agora, eu nem sei quem que está do governo aqui na reunião
8145 agora, nesse segundo período. Sei que tem representante do Ministério dos Direitos
8146 Humanos, mas eu não sei se também do... Ah, eu não sei o nome desse ministério
8147 que está o Francisco aqui, que apareceu na reunião aqui, me fugiu o nome do
8148 ministério em si, mas aí a gente ficaria com esses representantes só de modo que
8149 eles talvez não pudessem nem escolher se querem participar do grupo de trabalho
8150 ou não e não se comporiam o grupo. Então, não sei se é caso de a gente pensar

8151 nisso, e isso a gente já tinha discutido na mesa diretora, mas também uma avaliação
8152 do pleno, também, se é caso de pensar nisso para a próxima RO quando imagino
8153 que daí todos os membros de governo já vão ter tomado posse. Mas aí a gente
8154 pode fazer essa avaliação conjunta, mas nada impede que ainda assim que se
8155 tenham encaminhamentos sobre as visitas e que a gente possa levar isso para a
8156 próxima reunião ordinária e ainda que o grupo de trabalho não seja formado
8157 formalmente, que a gente possa pensar sobre essa questão. Vou passar para a Ana
8158 Lúcia.

8159 **Sra. Ana Lúcia Castro De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
8160 **Cidadania – MDHC)** – Obrigada. Com relação a... mas por último levantei uma
8161 pergunta, mas já que fomos questionados aí com relação às câmeras corporais, na
8162 verdade foi o Torquato que falou ontem sobre a possibilidade de ter câmeras e até
8163 perguntei se era só no policiamento ostensivo, se também era nos espaços de
8164 impostos de cárcere e ele disse que era nos espaços de cárcere. Então, pelo que
8165 eu entendi, isso está em fase de, talvez, de termos de referência, de licitação que
8166 foram até aqueles encaminhamentos que a gente falou ontem sobre a questão da
8167 configuração das câmeras, aonde vão ficar armazenadas. Então, assim, tem essa
8168 conversa, mas isso vem pelo MJ, a questão das câmeras. E a minha dúvida é com
8169 relação à violação de prerrogativas do mecanismo, se foi feita alguma denúncia,
8170 enfim, alguma representação ao Ministério Público Federal e também se, com
8171 relação à representação do CNJ e a gente se o mecanismo estaria apontando
8172 alguma conduta específica da juíza da VEP ou é a portaria, porque aí eu acho que
8173 também a gente pode, se for, entre aspas, apenas a portaria, eu acho que o caminho
8174 pode ser essa própria Ação Civil Pública, enfim, e não necessariamente a
8175 representação ao CNJ.

8176 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8177 **E Cidadania – ITTC)** – É, vou passar para a Patrícia e depois acho que o Carol
8178 pode responder. Patrícia, você quer falar? Se a Carol quiser ir respondendo até a
8179 Patrícia, acho que voltar.

8180 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
8181 **Democracia)** – Não, sobre o denúncia ao MPF que a gente fez, até porque eles
8182 estavam com a gente assim, foi, depois que eles saíram, saíram antes, mas eles
8183 foram para inspeção com a gente, então depois a gente até se reuniu com o Carlos
8184 Vilhena, com a doutora Luciana, que é PRDC daqui, então a gente tem uma relação
8185 um pouco mais estreita, assim, com o MPF a partir dessas duas procuradorias,
8186 inclusive a PRDC aqui, ela deu um parecer favorável na Ação Civil Pública, o
8187 parecer dela é totalmente favorável no sentido da ilegalidade desses trechos da
8188 portaria então eles já estão bastante cientes dessa situação e eles ficaram de nos
8189 acompanhar em algumas incidências aqui junto ao governo, enfim, sobre isso, mas
8190 infelizmente não tivemos condições ainda de fazer as incidências, porque foi uma
8191 coisa, um incêndio atrás do outro, que a gente teve que apagar e, enfim, agora que
8192 a gente vai conseguir de fato se debruçar novamente sobre essa situação. Qual que
8193 era a pergunta do CNJ?

8194 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8195 **E Cidadania – ITTC)** – Não, a pergunta era se era em específico em relação à juíza
8196 da VEP ou se era em relação à portaria?

8197 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
8198 **Democracia)** – É a portaria porque, assim, reclamação, até tem uma reclamação
8199 constitucional contra essa juíza no STF, mas aquilo que nos toca mais e o que a
8200 gente pode trazer é a questão da portaria o restante da atuação dela não é a gente
8201 que acompanha tão de perto quanto a Defensoria Pública aqui do Estado, que já
8202 tem essa ação essa reclamação constitucional pela atuação dela, então é mais
8203 focado na questão da portaria que é a portaria do TJ, na verdade, então o TJ permite
8204 essa portaria de existir assim, uma portaria que ela criou, mas que o TJ refere.

8205 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8206 **E Cidadania – ITTC)** – E deixa eu te perguntar uma coisa, Carol, a corregedoria do
8207 TJ também já foi informada?

8208 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
8209 **Democracia)** – Sim, também, inclusive foi pra eles, a gente oficiou eles em relação
8210 a essa questão da ocorrência administrativa contra a gente.

8211 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8212 **E Cidadania – ITTC)** – É, eu queria falar alguma coisa. Patrícia, você voltou?

8213 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
8214 **Desencarceramento)** – Voltei. Então, a minha dúvida são duas coisas, em relação
8215 à juíza Leila, assim, a gente tem que tomar um posicionamento, porque assim, se
8216 ela, se começa isso, chega em outro juiz, assim, mecanismos estaduais são
8217 fragilizados, assim, é atribuição do comitê zelar pelas prerrogativas do mecanismo,
8218 então a gente não pode permitir isso, assim, já passou da hora então a minha dúvida
8219 é em relação se o próprio ministério vai fazer o encaminhamento, a denúncia formal,
8220 porque assim, só vai ter que ter uma denúncia, ou um afastamento, ou que ela se,
8221 se ela nem se afastar, é que ela se reposicione e essa portaria caia. Então assim,
8222 acho que esse é o primeiro ponto, ou vai sair pelos membros do comitê todo e o
8223 ministério também vai assinar, essa é a minha dúvida, assim, porque é assim, e a
8224 gente não pode esperar mais daqui um mês, gente, assim, ela vem fazendo isso, a
8225 Carol nem estava no mecanismo ainda, várias pessoas aqui nem estavam no
8226 mecanismo, isso já é uma matéria antiga, que demorou de muito, muito para se
8227 tomar atitude e abre um precedente muito grave então a gente não pode, assim,
8228 deixar passar para a próxima reunião isso, a gente precisa fazer isso hoje e uma
8229 outra coisa é sobre o grupo de trabalho, a gente pode dar um prazo aqui com os as
8230 pessoas do ministério responda por e-mail, quem são, quem vai, quem vai compor
8231 os grupos, assim, se a gente esperar mais uma reunião só em maio, a gente vai
8232 ficar com muita pauta, com muita coisa, a gente não precisa, não consegue dar
8233 continuidade, então assim, acho que agilidade também é importante. E uma última
8234 coisa, eu queria saber se no DF também, todo mundo que vai que entra no sistema
8235 prisional, seja fiscalização, seja familiar, se está passando por reconhecimento
8236 facial, porque a nova onda agora do sistema prisional é reconhecimento facial, no

8237 Rio de Janeiro já começou, todo mundo que entra tem que botar a sua carinha lá
8238 para ter o reconhecimento, isso também é uma outra coisa gravíssima.

8239 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
8240 **Democracia) -** Posso responder, posso responder com relação ao
8241 encaminhamento da denúncia que foi feita. Pelo, pelo monitoramento, pelo
8242 mecanismo ao ministério, foi dado encaminhamento via ouvidoria ao Ministério
8243 Público Federal, perguntei se já tinha sei que eles estavam juntos com vocês, mas
8244 acho importante formalizar e talvez seja o caso também do comitê oficial, Ministério
8245 Público Federal, porque ele é o órgão fiscalizador aí das prerrogativas, então,
8246 perguntar formalmente, formalizar que encaminhamentos foram dados à denúncia.
8247 Mas por parte do Ministério foi isso, foi via ouvidoria encaminhado para o órgão
8248 responsável.

8249 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8250 **E Cidadania – ITTC) –** Mas o que eles responderam, ou não responderam?

8251 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
8252 **Democracia) –** Não, ainda não responderam.

8253 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8254 **E Cidadania – ITTC) –** É, Ana.

8255 **Sra. Ana Lúcia Castro De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
8256 **Cidadania – MDHC) –** É importante até agora a gente ter aqui esse debate, Sofia
8257 e demais membros do comitê, considerando assim como houve aquele boletim,
8258 aquela ocorrência interna na CEAP, e a gente também obteve resposta dos
8259 expedientes também que a gente enviou porque assim, aquele boletim, ele informa
8260 que foi enviado cópia para a própria juíza da VEP, a Leila, como também para o
8261 NUPRI e assim, aí dá a entender que foi aberto um procedimento dentro da CEAP.
8262 Eu acho importante também assim como fazer uma apresentação, um ofício, um
8263 expediente por parte do comitê, tentar também oficiar a CEAP para saber se há

8264 algum procedimento ainda aberto em relação a esse boletim, essa ocorrência, ou
8265 se já foi arquivado, se há também, de fato, algum procedimento também aberto na
8266 VEP, na própria vara da Leila Curi eu acho importante a gente saber se foi aberto
8267 algum procedimento preliminar em relação a essa denúncia e violação de
8268 prerrogativas, ao mesmo tempo que nós estamos falando das nossas violações,
8269 mas se também não abriram um procedimento preliminar em relação ao nosso
8270 trabalho que a gente fez seguindo as nossas atribuições e prerrogativas, mas se foi
8271 aberto procedimento preliminar em relação a nós, peritos também, no próprio
8272 NUPRI MP, embora a gente teve uma reunião com eles, mas a princípio ele falou
8273 também que não tinha nada a ver o condenado do NUPRI em relação a bater de
8274 frente com relação à portaria embora também a gente tenha uma ação que está
8275 correndo, que falta agora só julgar o mérito, que eliminar a gente não conseguiu
8276 para derrubar de imediato os artigos lá que ferem as nossas prerrogativas, mas eu
8277 acho importante o comitê também tentar oficiar, levantar informações em que pese
8278 também respondendo para o próprio Ministério dos Direitos Humanos, também esse
8279 expediente, mas saber se de fato não tem nenhum procedimento em relação ao
8280 mecanismo seja na CEAP, seja no NUPRI, seja na própria vara com a justiça VEP
8281 só fico aqui e deixo essa reflexão também, essa pontuação e preocupação com
8282 isso. Obrigada.

8283 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8284 **E Cidadania – ITTC)** – Eu acho que a gente pode pensar aqui o que a gente quer
8285 fazer, porque me parece então que o Ministério dos Direitos Humanos oficiou o MPF
8286 e é um pouco isso que vai ser tomado como medida institucional. Essa questão da
8287 representação no CNJ já era algo que a gente estava conversando e eu
8288 sinceramente acho que se o próprio Ministério, chamando o ofício, não foi
8289 respondido, se o mecanismo estava com o MPF, também não teve enfim, não me
8290 pareceu que teve nenhuma ideia ali na hora de, enfim, de cessar essa violação,
8291 então eu acho que a gente tem que partir para outro lugar. Me parece que já tem
8292 uma ação civil pública nesse sentido, mas a gente sabe quanto que é demorado, foi
8293 recente, não sei quanto tempo faz que fizeram essa... Mas, de todo modo, eu acho

8294 que se o Ministério já oficiou, talvez não faça sentido a gente oficiar de novo. E aí
8295 uma ação civil pública pode demorar vários anos então talvez seja caso de pensar
8296 em uma medida mais drástica eu acho que no CNJ, mas aí eu não sei se é em
8297 nome, daí eu estou fazendo essa pergunta para todo mundo aqui, se é nome da
8298 juíza específica, que me fugiu o nome dela agora, ou do Tribunal de Justiça, porque
8299 se é uma portaria do Tribunal de Justiça, tudo bem a portaria tem que cair, mas em
8300 tese ela pode dizer que ela está cumprindo a portaria do Tribunal de Justiça então
8301 eu acho que talvez seja, Leila, seja caso de ser, enfim, porque o Mateus não está
8302 aqui agora, ele tinha feito uma conversa com alguém do CNJ, e tinha, pelo que eu
8303 me lembro, alguém pode me ajudar a lembrar no grupo, o que ele tinha dito, o que
8304 ele tinha dito, pelo que eu me lembro, é que a conversa, assim, que tinha sido no
8305 sentido mais de ter que fazer uma representação, de que não teria um diálogo
8306 interno com o CNJ para essa questão, foi isso que eu lembro dele ter dito. Então,
8307 daí eu pergunto para vocês nós, daí também uma pergunta, Ana, Débora, enfim,
8308 tal, do próprio Regimento Interno a gente, daí a gente pode fazer uma
8309 representação, nós, do comitê, dentro das nossas atribuições, a gente faria essa
8310 representação, acho que para o Tribunal de Justiça acho que não necessariamente
8311 para a Juíza, mas também para a Juíza, mas enfim acho que enfraquece um pouco,
8312 mas a Fernanda está com a mão levantada, todas essas questões aí, e aí eu vou
8313 passar a palavra para ela.

8314 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
8315 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP) -** Oi, Sofia, obrigada. A
8316 representação é como se fosse, é um nome que se dá, mas, na verdade, é um ofício
8317 em que se pede a responsabilização de alguém. Então, quando é de alguma
8318 autoridade, para o CNJ então, tem um formato de ofício como qualquer outro
8319 documento e o direito de representação, na verdade, é de qualquer cidadão, até
8320 para, como o direito de serem responsabilizados por seus atos. Então, o comitê tem,
8321 sim, aí seria o caso de quem assinou a portaria e da Juíza também, porque, embora
8322 tenha a portaria, ela tem o dever de não cumprir aquilo que seja ilegal ou
8323 constitucional como ela é a responsável pela VEP, eu acho que colocar todo

8324 mundo junto seria uma boa ideia, até porque, segundo as informações que eu tenho,
8325 ela traz uma perspectiva de descumprimento de direitos das pessoas em cárcere
8326 de uma forma bem global. Então, eu acho que ela só se utilizou de um pretexto,
8327 assim, tem uma portaria para fazer mais essa ilegalidade, mas, pelo pouco que eu
8328 sei, ela toca o terror sempre utilizando obviamente, de uma linguagem informal, mas
8329 me parece que, inclusive, nos processos, se tem uma dificuldade de fazer valer
8330 direitos, nas inspeções também, então, eu acho que pode ser um bloco de
8331 representação e o modelo, o formato, eu acho que é o de menos, a Nanda então tá
8332 perita em fazer isso, é só mudar o nomezinho lá do ofício e mandar bala.

8333 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
8334 E Cidadania – ITTC)** – Então, a gente pode assumir isso como encaminhamento,
8335 reiterar os encaminhamentos emergenciais do mecanismo e fazer essa
8336 representação, que a Fernanda bem esclareceu o que é um ofício, para a juíza, não
8337 sei quem assinou, quem fez a portaria e também para a juíza Leila, a gente pode
8338 tirar isso como encaminhamento aqui?

8339 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional
8340 Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – É, até mandei aqui no chat,
8341 quem assina é a Leila, enquanto a juíza titular da VEP e os três juízes substitutos,
8342 eu não sei se eles ainda continuam na Vara, mas ela sim.

8343 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
8344 E Cidadania – ITTC)** – Está bem, então, acho que é isso, alguém quer sugerir mais
8345 algum encaminhamento para essa questão?

8346 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo
8347 Desencarceramento)** – Então, uma pergunta, ela é a juíza titular então da Vara,
8348 né? Ela não pode, ninguém pode remover ela, só se ela pedir para sair, então tem
8349 que colocar todo o histórico dela, porque assim, ela é irremovível, né? Então, assim,
8350 tem que ficar bem claro, né? Aqui no Rio de Janeiro, o titular da VEP também ficou

8351 19 anos, depois ele saiu numa permuta, né? Porque ia dar um escândalo e aí foi
8352 melhor botar numa permuta para outra Vara. Então, assim, tem que colocar todo o
8353 histórico, né? E é isso, assim, ia lá pela prerrogativa e ia lá pela prerrogativa.

8354 **Sra. Ana Lúcia Castro De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
8355 **Cidadania – MDHC)** – Sugiro também deixar claro, porque a portaria trata sobre
8356 visitação, né? Que o mecanismo não é visita. Apesar de ter um tópico específico,
8357 um capítulo específico sobre isso, deixar, ressaltar esse ponto.

8358 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8359 **E Cidadania – ITTC)** – Gente, acho que a gente acabou essa questão aqui do
8360 relatório, né? Aí o que eu vou sugerir, né? né? São 4h20. Oi, alguém quer?

8361 **Sr. Xavier** – Desculpa, eu sou o Xavier aqui do MDS, desculpa encher o saco de
8362 novo. Não é que eu tinha feito encaminhamento no comentário? Queria só colocar
8363 para vocês que com relação às crianças e adolescentes, né? Se não era o caso de
8364 a gente também conversar com o Conanda para verificar a possibilidade de
8365 organização de alguma orientação em conjunto com relação ao direito à convenção
8366 familiar e comunitária, que é um direito de todos eles e está sendo violado. Aí não
8367 é só o direito do preso que está sendo violado, é o direito da criança e do
8368 adolescente. E com relação também às revistas vexatórias que podem estar
8369 acontecendo aí com crianças e adolescentes. Se vocês quiserem, posso fazer a
8370 ponte, né? Enfim, já está a ponte tema lá também. Aí deixo aí para vocês avaliarem
8371 se é o caso. Acho que seria um encaminhamento aí diante das violações que o
8372 pessoal aí encontrou no MDS.

8373 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8374 **E Cidadania – ITTC)** – Eu acho que sim, eu estou de acordo. Acho que vai ser
8375 importante esse trabalho multidisciplinar com os conselhos e comitês. Aí eu já vou
8376 aproveitar, já que você está aqui, Francisco, e falou isso. Se você quiser fazer parte

8377 do GT, você pode integrar o GT. Enfim, não sei, tem um GT que já era formado que
8378 era sobre esse tema, né? De visitas, né? É um convite aí, se quiser fazer parte.

8379 **Sr. Xavier –** De visita a presos, é isso?

8380 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8381 **E Cidadania – ITTC)** – Era um GT, a gente pode projetar aqui depois o escopo dele
8382 exatamente, mas tem alguns grupos, tem dois grupos de trabalho que foram
8383 instituídos no passado, mas eles acabaram que não tiveram andamentos. E um
8384 deles era sobre visitas de familiares, né? E daí englobaria todos esses temas
8385 também, violações de visitas de familiares. E o outro era sobre audiência de
8386 custódia. Só que o que eu falei aqui é que os grupos de trabalho, eles são formados
8387 por membros da sociedade civil e membros do governo. E aí, enfim, daí a gente
8388 precisaria ter os membros do governo, já que a gente tem novos ministérios, etc.,
8389 novos membros de governo indicados para participar desses grupos de trabalho.

8390 **Sr. Xavier –** Ah, sim, com relação aos familiares, pode me incluir, sim. Não sei se
8391 depois valeria a pena a gente ampliar um pouco essa discussão para direitos de
8392 familiares de uma maneira geral, porque a gente até é cobrado no âmbito dos SUAS
8393 pelo atendimento das famílias, né? A gente agora conseguiu uma portaria de
8394 integração do SINASE para garantir a passagem das famílias que moram longe das
8395 unidades de internação, para que elas sejam atendidas nos CREAS e possam
8396 receber passagem para pagar o transporte, porque isso no Brasil não é muito bem
8397 regulado, então tem unidade de internação que custeia, e tem unidade de
8398 internação que não custeia, e isso acaba impedindo a visita, né? Enfim, distancia o
8399 adolescente da família, etc., e tal. Então pode me colocar nesse grupo aí, depois a
8400 gente discute, eu discuto lá com eles.

8401 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8402 **E Cidadania – ITTC)** – Está bem. Então, a gente tem alguns, a gente tratou vários
8403 pontos da pauta, mas vários deles ficaram pendentes. Mas aí ia sugerir aqui para a

8404 Débora e Fernanda, enfim, projetarem aqui, porque a gente falou da criação do
8405 grupo de trabalho para a questão do Rio Grande do Norte, né? E aí teria que fazer
8406 essa publicação do grupo de trabalho e tal, então acho que a gente poderia projetar
8407 aqui a minuta, e aí depois ver se dá tempo de a gente avançar em alguma outra
8408 questão.

8409 **6- 38ª Reunião Ordinária do CNPCT-Dia 2-gravação 3:**

8410 **Interlocutora não identificada** - Aqui que não foi tratada.

8411 **Interlocutora não identificada** - Só um instante, já vou projetar.

8412 **Interlocutora não identificada** - Vocês estão vendo? Sim, se você puder aumentar
8413 um pouco, por favor.

8414 **Interlocutora não identificada** - Essa aqui é uma minuta que nós já tínhamos. E a
8415 gente está apresentando agora para o comitê fazer a alteração que achar
8416 necessária e quiser.

8417 **Interlocutora não identificada** - Se der para aumentar um pouquinho mais, é só
8418 para ir lendo aqui, você quer ir lendo para a gente?

8419 **Interlocutora não identificada** - Institui a resolução, ainda está sem número, de 23
8420 de março de 2023. Institui grupo de trabalho. A gente sugeriu aqui só esse pedaço
8421 do texto, mas pode ser alterado. Institui grupo de trabalho para acompanhar as
8422 denúncias referentes à atual situação de violação de direitos no sistema prisional
8423 do estado do Rio Grande do Norte. O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à
8424 Tortura, no uso da competência que lhe confere o artigo 6º inciso 3, da Lei 12.000,
8425 parágrafo único do artigo 7º do Regimento Interno, considerando a deliberação da
8426 38ª Reunião Ordinária do CNPCT, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2023
8427 resolve, artigo 1º, fica instituído no âmbito do Comitê Nacional de Prevenção e
8428 Combate à Tortura, grupo de trabalho de caráter temporário com a finalidade de
8429 auxiliar ex colegiado a averiguar os procedimentos relacionados. Como eu falei,

8430 essa daqui era a minuta que a gente tinha, então aqui ainda é sobre as visitas, né?
8431 A gente tem que alterar essa parte.

8432 **Interlocutora não identificada** - Talvez eu possa colocar o que você já colocou lá
8433 em cima, sobre as violações, sobre as violações de direitos. Eu acho que daí a
8434 gente pode colocar sobre as violações de direitos apuradas no relatório do
8435 mecanismo, e também na reunião ordinária através da fala de atores da sociedade
8436 civil e familiares de pessoas presas.

8437 **Interlocutora não identificada** - Me permita só uma sugestão aí nesse momento,
8438 eu retiraria, eu acho que os familiares das pessoas presas estão dentro de
8439 sociedade civil, estou tomando assim porque eu acho que a gente conversou sobre
8440 isso, da preocupação nesses documentos aparecerem a situação das pessoas, dos
8441 familiares que estão muito vulneráveis aqui no âmbito local, não sei o que o coletivo
8442 acha, ainda que eu acho importante essa ressalva da posição dos familiares, mas
8443 não sei como a gente faz isso de maneira protegida.

8444 **Interlocutora não identificada** - Patrícia, você tem uma sugestão?

8445 **Interlocutora não identificada** - Tenho. Inclui frente estadual pelo
8446 desencarceramento do Rio Grande do Norte.

8447 **Interlocutora não identificada** - Retira familiares.

8448 **Interlocutora não identificada** - Isso, que aí eles vão estar pela frente. Melhor.

8449 **Interlocutora não identificada** - Débora, eu acho que esse no sistema prisional vai
8450 depois da segunda do mecanismo.

8451 **Interlocutora não identificada** - Do relatório de inspeção feito no sistema prisional?
8452 Seria isso?

8453 **Interlocutora não identificada** - Isso.

8454 **Interlocutora não identificada** - É só para gente ver se está legal aqui, está? Artigo
8455 1º, fica instituído no âmbito do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,
8456 grupo de trabalho de caráter temporário, com a finalidade de auxiliar este colegiado.
8457 Eu vou tirar isso aqui e vou colocar para acompanhar, o que vocês acham?

8458 **Interlocutora não identificada** – Pode.

8459 **Interlocutora não identificada** - Para auxiliar esse colegiado a acompanhar as
8460 denúncias referentes à atual situação de violação de direitos apuradas no relatório
8461 de inspeção. Eu vou depois colocar por extenso, o nome do mecanismo no relatório
8462 de inspeção do mecanismo no sistema prisional e na fala de atores da sociedade
8463 civil e da Frente Estadual pelo desencarceramento do Rio Grande do Norte no
8464 sistema prisional do Estado. Eu acho que ficou repetitivo.

8465 **Interlocutora não identificada** - É o que eu tinha sugerido, era tirar no sistema
8466 prisional no final e deixar lá depois do relatório de inspeção só.

8467 **Interlocutora não identificada** - É só Frente Estadual pelo desencarceramento do
8468 Rio Grande do Norte. Tira, pode tirar o do Estado também, porque já está falando
8469 Rio Grande do Norte.

8470 **Interlocutora não identificada** - Sobre a referência atual de situação de violação
8471 de direitos apuradas no relatório de inspeção do mecanismo no sistema prisional e
8472 na fala de atores da sociedade civil e da Frente Estadual pelo desencarceramento
8473 do Rio Grande do Norte.

8474 **Interlocutora não identificada** - Então, pode passar para o artigo 2º.

8475 **Interlocutora não identificada** - O artigo 2º compete ao grupo de trabalho de que
8476 trata esta portaria, caso essa resolução. Elaborar estudos e propor ao plenário do
8477 CNPCT medidas de aperfeiçoamento das condições de irregularidade dos
8478 procedimentos relacionados, nesse caso aqui é em relação às visitas externas, a
8479 gente vai ter que alterar como vocês acharem melhor.

8480 **Interlocutora não identificada** - É mas eu acho que na verdade tem que ser, eu
8481 não sei nem se a gente tem que ver esses incisos aí, porque a gente não vai
8482 elaborar necessariamente um estudo, né? Nesse caso de desse grupo de trabalho,
8483 né? Então vamos ler o que tem nos próximos incisos para ver se é o caso de
8484 suprimir até esse, porque não é esse o caso, né?

8485 **Interlocutora não identificada** - Sim.

8486 **Interlocutora não identificada** - O inciso 2º ou dois não sei direito, é propor e
8487 elaborar minutas de notas técnicas, posicionamentos temáticos e orientações sobre
8488 os assuntos de sua competência para submissão ao plenário do CNPCT.

8489 **Interlocutora não identificada** - Esse acho que dá para deixar exatamente como
8490 está.

8491 **Interlocutora não identificada** - Articular. O terceiro, articular reuniões e solicitar
8492 contribuições, informações e documentos a outras instituições, organizações e
8493 profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos.

8494 **Interlocutora não identificada** - Dá para deixar exatamente como está também.

8495 **Interlocutora não identificada** - O quarto, exercer outras atividades relacionadas
8496 à finalidade do grupo de trabalho no âmbito das atribuições do CNPCT previstas no
8497 artigo 6º da lei a fim de propor pautas ao plenário do CNPCT.

8498 **Interlocutora não identificada** - Espera aí, eu vou, eu tô com a lei aberta aqui, eu
8499 vou ler aqui esse artigo aqui, está? É o artigo 6º.

8500 **Interlocutora não identificada** - É o 6º da lei 2847.

8501 **Interlocutora não identificada** - Esse fica instituído no âmbito da Secretaria de
8502 Direitos Humanos. Não, não é esse. Acho que eu estou lendo errado. Da lei 12, 847.
8503 É esse?

8504 **Interlocutora não identificada** - O 6º é as atribuições do CNPCT.

8505 **Interlocutora não identificada** - Ah, está. Ah, está, está de forma genérica, está, entendi, não, está bom, está bom.

8507 **Interlocutora não identificada** - Eu acho, eu acho que pode tirar esse final a fim
8508 de propor pautas ao plenário do CNPCT para que fique mais amplo, né?

8509 **Interlocutora não identificada** - Alguém colocou alguma coisa no chão.

8510 **Interlocutora não identificada** - Ah, está, é, está, eu acho que pode fazer assim,
8511 a gente pode tirar o inciso número 1, porque ele não faz sentido, a gente não vai
8512 propor um estudo, mas acho que podemos colocar como a Maria Clara colocou,
8513 que uma das atribuições será a preparação, de uma visita em loco, para tratar,
8514 enfim, das questões com os outros, com outros atores, acho que a gente pode
8515 colocar uma visita em loco institucional, porque deixa bem claro, no inciso 1 do...

8516 **Interlocutora não identificada** – Aqui mesmo.

8517 **Interlocutora não identificada** – É, no primeiro inciso. Maria Clara, ajuda aqui. No
8518 inciso 3º já está Articular Reuniões e Solicitar Contribuições, talvez a gente possa
8519 tirar esse do inciso 3º, do Articular Reuniões e colocar no primeiro, e aí, Articular
8520 Reuniões com atores locais e membros do Poder Executivo, Judiciário, enfim,
8521 Legislativo.

8522 **Interlocutora não identificada** - É pode ser, mas eu acho que, como a gente está
8523 fazendo essa solicitação expressa da visita, aí por isso que eu acho importante ter
8524 isso em algum lugar também, entendeu? Para viabilizar a visita, enfim.

8525 **Interlocutora não identificada** - Articular Reuniões com visita *in loco*, em conjunto
8526 com atores locais, membros do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. E esse
8527 solicitar, acho que pode ser outro inciso, aí vira, vai para baixo e fica um inciso 2, a
8528 gente só organiza os incisos, a ordem deles. Então no inciso 1 ficou, articular
8529 reuniões, com visita *in loco*, em conjunto com atores locais, membros do Poder
8530 Executivo, Legislativo e Judiciário, solicitar contribuições, informações, o segundo,

8531 desculpa, solicitar contribuições, informações e documentos a outras instituições,
8532 organizações e profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos.

8533 **Interlocutora não identificada** - A Maria Flávia sugeriu aqui uma coisa, Débora,
8534 rapidinho, seria Articular Reuniões, não, Articular Visita *in loco* para realizar
8535 reuniões. Então, a gente tira, inverteia aqui, só.

8536 **Interlocutora não identificada** - É só para, é porque como está Articular Reuniões
8537 com Visita *in loco*, está meio estranho, eu acho que o objetivo da visita é a realização
8538 dessas reuniões com os autores locais, vocês acham que faz sentido?

8539 **Interlocutora não identificada** - Acho que não, acho que sim.

8540 **Interlocutora não identificada** - Pronto, aí eu acho que também faz sentido
8541 acrescentar em outro inciso, a articulação interinstitucional com os outros
8542 ministérios para apresentação das propostas resultantes do trabalho desse GT.

8543 **Interlocutora não identificada** - Você quer sugerir um texto, Sofia? Maria Clara?

8544 **Interlocutora não identificada** - Isso, é articulação institucional com, não,
8545 articulação interministerial para apresentação final dos trabalhos realizados pelo
8546 GT, conclusão do trabalho desse GT.

8547 **Interlocutora não identificada** - A Ana sugeriu no chat, interinstitucional.

8548 **Interlocutora não identificada** - É melhor, melhor, melhor.

8549 **Interlocutora não identificada** - Quanto a proposta da Nana, para poder tirar essa
8550 última partezinha aqui, a fim de propor pautas ao plenário do CNPCT?

8551 **Interlocutora não identificada** - Pode tirar que daí fica mais amplo, eu acho. Aí,
8552 agora, em relação a esse artigo terceiro, eu acho que pelo que eu já entendi, a gente
8553 não precisa fazer necessariamente, essa formalização aqui, agora, nos mesmos
8554 moldes do grupo de trabalho tradicional porque, mas, porque a gente não sabe
8555 quem vai querer participar desse grupo de trabalho além de quem está aqui hoje,

8556 na reunião, porque outras pessoas podem querer participar desse grupo de
8557 trabalho, então não sei, se a gente tem como deixar esse artigo terceiro, Débora,
8558 se você puder abaixar um pouco, por favor, de uma forma mais genérica, em relação
8559 à participação.

8560 **Interlocutora não identificada** - Aqui, no terceiro?

8561 **Interlocutora não identificada** - No artigo terceiro, eu já saí dos incisos.

8562 **Interlocutora não identificada** - Ah, está. O grupo de trabalho será composto pelos
8563 seguintes membros do CNPCT, por meio de seus representantes titulares e
8564 suplentes?

8565 **Interlocutora não identificada** - É então, eu acho que é isso, entendeu, porque a
8566 gente não vai compor esse grupo de trabalho só pelos membros do comitê são
8567 várias pessoas que vão compor esse grupo de trabalho, membros do mecanismo,
8568 comitê, outros ministérios, etc.

8569 **Interlocutora não identificada** - Ah sim, então o grupo de trabalho será composto
8570 pelas seguintes... Está,

8571 **Interlocutora não identificada** - Então mas é porque eu acho que tem que ser,
8572 tipo, não taxativo, talvez só exemplificativo, porque a gente não sabe quem vai.

8573 **Interlocutora não identificada** - Olha só, é porque a portaria precisa ser publicada,
8574 né? A gente pode fazer, ampliar ela assim, a gente deixa listado quem já se
8575 prontificou a participar e acrescenta um parágrafo aqui, dizendo que também será
8576 composto por membros a convite do Conselho Nacional de Prevenção e Combate
8577 à Tortura, alguma coisa nesse sentido, entendeu?

8578 **Interlocutora não identificada** - Mas aí a gente tem que definir quem são os
8579 membros do comitê agora, é isso?

8580 **Interlocutora não identificada** - Aqui já tem associação...

- 8581 **Interlocutora não identificada** - Não, esse daqui era do outro.
- 8582 **Interlocutora não identificada** - Não, esse é desse mesmo.
- 8583 **Interlocutora não identificada** - Ah, é desse?
- 8584 **Interlocutora não identificada** - Sim, é desse.
- 8585 **Interlocutora não identificada** - Mas a Patrícia não falou que iria participar
- 8586 também?
- 8587 **Interlocutora não identificada** - Sim, ela está aqui. Aqui embaixo.
- 8588 **Interlocutora não identificada** - Ah está embaixo, está, foi mal, não vi.
- 8589 **Interlocutora não identificada** - Está o COFEM também. A gente só precisa alterar
- 8590 aqui os nomes, os AJOP.
- 8591 **Interlocutora não identificada** - Vai lá no parágrafo único, Débora. O grupo de
- 8592 trabalho poderá convidar para suas reuniões e atividades, aí ao invés de convidar
- 8593 para suas reuniões e atividades, poderá convidar para sua composição, entendeu?
- 8594 **Interlocutora não identificada** - Eu não consegui ver quem são os membros do
- 8595 Estado direito.
- 8596 **Interlocutora não identificada** - Não, não tem.
- 8597 **Interlocutora não identificada** - A única pessoa que, por enquanto, se dispôs foi o
- 8598 Francisco do MDS. Ah não, foi de visitação, desculpa.
- 8599 **Interlocutora não identificada** - Ana, você não estava aqui na hora que colocaram
- 8600 no chat, mas eu acho que a gente pode, se vocês quiserem, pode colocar vocês
- 8601 também.
- 8602 **Interlocutora não identificada** - É, eu acho que eu não estava, mas eu acho que
- 8603 é importante que eu esteja, porque eu sou daqui, né?

8604 **Interlocutora não identificada** - Não, sim, é que você não estava na hora e daí
8605 foram surgindo outras pessoas aqui.

8606 **Interlocutora não identificada** - Está, eu acho que ao invés do Conselho então, o
8607 FRN do Conselho de Enfermagem...

8608 **Interlocutora não identificada** - Não, não tem número máximo.

8609 **Interlocutora não identificada** - Ah, está.

8610 **Interlocutora não identificada** - Então, a gente pode colocar quem a gente quiser
8611 aqui.

8612 **Interlocutora não identificada** - É, eu ia sugerir, bom, mas aí já está, né? Nos
8613 incisos de que os Comitês Estadual e o Coeducre podem vir a ser convidados, né?
8614 Não necessariamente compor oficialmente o GT.

8615 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que eles podem compor o GT nesse
8616 formato que a gente está fazendo aqui. Acho que a gente pode ter pessoas que
8617 compõem o GT, pessoas de organizações, e aquelas que participam, mas não
8618 necessariamente compõem. Porque eu acho que o mecanismo também, pelo que
8619 eu entendi, também vai compor esse GT.

8620 **Interlocutora não identificada** - Está. Eu tô sem suplente agora, porque aí a
8621 portaria minha vai ter que mudar para eu ficar na titularidade ou não, e alguma outra
8622 pessoa, então, eu estou vendo aqui no FRN quem vai estar comigo aí.

8623 **Interlocutora não identificada** - Posso fazer uma sugestão? A gente pode trocar,
8624 ao invés de colocar a instituição e o titular e o suplente, a gente poderia colocar o
8625 nome da pessoa e a gente coloca representando a agenda, representando o
8626 conselho, né? Porque pode ser que queira participar os dois ou apenas só uma
8627 pessoa da sociedade civil, no caso aqui da Ana Karenina, ela estaria contemplada.

8628 **Interlocutora não identificada** - É, ainda que eu acho bom essa coisa de ter um
8629 suplente sempre nos trabalhos, quando a gente não tem uma agenda para alguma

8630 coisa, outra pessoa vem, mas talvez deixar em aberto o nome do suplente, como
8631 não tenho agora.

8632 **Interlocutora não identificada** - Sim, a gente pode deixar em aberto.

8633 **Interlocutora não identificada** - Mas vai se resolver amanhã. Amanhã vamos ter
8634 uma reunião aqui para resolver.

8635 **Interlocutora não identificada** - Depois eu vou colocar o nome de todo mundo
8636 certinho. E incluir aqui também o mecanismo. Está. Aí tem que mudar esse
8637 parágrafo único, né? E para compor o grupo, né?

8638 **Interlocutora não identificada** - Pode ser assim, o grupo de trabalho poderá
8639 convidar para compor o grupo. Daí tira suas reuniões e atividades, representantes
8640 da sociedade civil, do setor, daí a gente pode colocar representantes da sociedade
8641 civil, pode colocar igual lá, do poder legislativo, executivo. Não, mentira, a gente vai
8642 convidar as pessoas para compor o grupo? Acho que não, né? Mas enfim, se a
8643 gente quiser, a gente tem o...

8644 **Interlocutora não identificada** - Acho que a gente pode colocar a entidade de
8645 direitos humanos, sei lá.

8646 **Interlocutora não identificada** - Mauricleia, você quer falar?

8647 **Interlocutora não identificada** - Quero. Bom, enfim. Eu tinha entendido que esse
8648 grupo era um grupo de trabalho, né? Eu entendi que é assim, o grupo de trabalho é
8649 para você realizar algo rápido. Aí eu estou achando que, assim, a gente está
8650 colocando muita coisa para um grupo de trabalho, assim, ele tem prazo, ele é
8651 permanente. Era isso que eu até fiquei em dúvida e fiquei pensando assim, lembra
8652 que a gente já dividiu a gente por vários estados? Será que não era interessante,
8653 então, a gente já aproveitar esse material e já fazer para os grupos de trabalho como
8654 é que a gente vai acompanhar, como é que essa coisa vai se dar? Porque tem uma
8655 quantidade de relatórios imensos aí, de denúncias e tal. Eu não sei se eu estou

8656 confundindo, eu estou cansada, de frente aqui para o computador, e aí eu não sei
8657 se eu não estou entendendo mais nada.

8658 **Interlocutora não identificada** - Então, vou te falar. Esse grupo de trabalho é
8659 específico para o Rio Grande do Norte, é um grupo de trabalho que tem um caráter
8660 temporário e excepcional. Ele é diferente daqueles outros grupos de trabalho, ele
8661 não é permanente, ele não é para gente acompanhar as relações de todos os
8662 estados, é só para acompanhar essas, e isso é um encaminhamento que foi feito.
8663 É que ontem você não estava na reunião, né? Mas o Conselho de Direitos
8664 Humanos, Nacional de Direitos Humanos...

8665 **Interlocutora não identificada** - Isso, eu não tava ontem.

8666 **Interlocutora não identificada** - Oi?

8667 **Interlocutora não identificada** - Eu não tava ontem.

8668 **Interlocutora não identificada** - Então, aí o Conselho Nacional de Direitos
8669 Humanos está fazendo uma incidência lá no Rio Grande do Norte com outros
8670 atores, e aí tinham proposto uma reunião, que tinham convidado o comitê, tinham
8671 convidado o mecanismo, e ontem a gente ficou nesse debate, porque tinha ficado
8672 na dúvida se a gente teria orçamento, se seria a melhor estratégia, se não seria a
8673 melhor estratégia. E aí enfim, a gente debateu com a criação de um grupo, mas eu
8674 acho que embora pareça que é muita coisa e tal, mas eu acho que um processo
8675 burocrático, ele tem suas vantagens e desvantagens, mas nesse caso, eu acho que
8676 é uma vantagem porque a gente tem isso documentado, que a gente está fazendo
8677 isso. Isso é só uma salvaguarda para nós, para dizer que estamos fazendo isso e
8678 que a composição vai ser dessa maneira, e depois quando o grupo se inicia, que é
8679 um grupo nesse caráter excepcional e temporário, ele deve ser muito rápido. E aí,
8680 acho que a Maria Clara, na sequência, ela fez uma minuta aqui e que a gente pode
8681 apresentar, que a Maria Clara pode apresentar. Então, como um dos
8682 encaminhamentos já desse grupo de trabalho. Deu para entender?

8683 **Interlocutora não identificada** - Deu. É porque eu estava achando muita
8684 burocracia para uma coisa acontecer logo, mas tudo bem, você me fez entender.
8685 Entendi.

8686 **Interlocutora não identificada** - Desculpe, só fazer uma observação, Mauricleia,
8687 é uma burocracia do tamanho do problema, minha querida, porque o problema é
8688 grande.

8689 **Interlocutora não identificada** - Vai, Débora. Aqui, o parágrafo único, você quer
8690 ler para a gente?

8691 **Interlocutora não identificada** - O grupo de trabalho poderá convidar para compor
8692 o grupo representantes da sociedade civil. Teve a sugestão da Ana Karenina, de
8693 entidade de direitos humanos. Eu não sei se você quer incluir.

8694 **Interlocutora não identificada** - Pode colocar.

8695 **Interlocutora não identificada** - A gente pode colocar órgãos do setor público, em
8696 vez de ficar abrangente, aí cabe também ministério, cabe tudo aí dentro.

8697 **Interlocutora não identificada** - Aí ficaria que...

8698 **Interlocutora não identificada** - Acho que pode deixar esse último pedacinho aí,
8699 acho que não tem nenhum problema.

8700 **Interlocutora não identificada** - Só para a gente ver se ficou legal, então. O grupo
8701 de trabalho poderá convidar para compor o grupo representantes da sociedade civil,
8702 entidades de direitos humanos, órgãos do setor público, sempre que entenda
8703 necessário a sua colaboração para o pleno alcance dos seus objetivos.

8704 **Interlocutora não identificada** - Está. Esse... Artigo 4, né? Daí, eu acho que essas
8705 coisas aí, não... Assim, sinceramente, acho que não tem necessidade, assim,
8706 porque como a gente vai se reunir, como a gente não vai, porque isso tem um
8707 caráter temporário. Então, eu tiraria esse artigo 4. Não sei quais foram os
8708 parágrafos, então. Vamos ler os parágrafos, só para ver se...

8709 **Interlocutora não identificada** - O parágrafo 1º. As reuniões do grupo de trabalho
8710 deverão ser convocadas pelo seu coordenador, por meio de correspondência
8711 eletrônica oficial.

8712 **Interlocutora não identificada** - É, acho que pode tirar isso também, porque eu
8713 não tenho um coordenador, necessariamente, o quórum vai ser da maioria assim,
8714 mas a gente também pode tirar, porque também não é a mesma coisa.

8715 **Interlocutora não identificada** - Ok, então eu vou excluir todo o artigo 4º.

8716 **Interlocutora não identificada** - Exclui todo o artigo 4º.

8717 **Interlocutora não identificada** - No artigo 5º, compete a coordenação de apoio ao
8718 CNPCT prestar o apoio administrativo necessário para a realização das reuniões e
8719 demais atividades do grupo de trabalho.

8720 **Interlocutora não identificada** - Está, aí vira artigo 4º.

8721 **Interlocutora não identificada** - Isso. Artigo 6º, as atividades desenvolvidas no
8722 âmbito do grupo de trabalho serão consideradas serviços públicos relevantes e não
8723 remunerados. Artigo 7º...

8724 **Interlocutora não identificada** - a gente pode tirar isso do artigo 7º, porque...

8725 **Interlocutora não identificada** - É menos do que 60 dias, né?

8726 **Interlocutora não identificada** - É, eu não sei quanto tempo vai durar, né? Na
8727 verdade, porque esses 60 dias são para apresentar os resultados, e acabar o grupo,
8728 mas eu acho que a gente talvez possa tirar isso, porque a gente já colocou ali... Eu
8729 tiraria esse artigo 7º. E acho que também não precisa ter, talvez, um relatório como
8730 apresentação, como produto, porque acho que é uma questão mais de incidência
8731 política do que de produção de conhecimento, nesse caso então, eu também tiraria
8732 esse parágrafo único. Sim. Esse seria o último artigo.

8733 **Interlocutora não identificada** - É, que vai ser o artigo 6º, né?

- 8734 **Interlocutora não identificada -** É.
- 8735 **Interlocutora não identificada -** Essa resolução entra em vigor na data de sua
- 8736 publicação.
- 8737 **Interlocutora não identificada -** Está.
- 8738 **Interlocutora não identificada -** Eu acho que é isso. Daí, eu queria pedir para a
- 8739 Maria Clara que ela fez uma minuta, porque a gente poderia apresentar essa minuta
- 8740 aí da Maria Clara. Maria Clara, você está aí?
- 8741 **Interlocutora não identificada -** Estou aqui, gente. Só que eu tive uma dificuldade
- 8742 que eu precisei sair do local que eu estava, então eu estou em trânsito. Tem como
- 8743 alguém só enviar o link que eu mandei lá no grupo?
- 8744 **Interlocutora não identificada -** Eu faço isso. Eu vou mandar aqui na mesa
- 8745 diretora, aí você projeta para a gente, Débora, por favor?
- 8746 **Interlocutora não identificada -** Sim. Só um instante, está, Sofia? Está abrindo
- 8747 aqui. O pessoal do mecanismo está aí ainda, né?
- 8748 **Interlocutor não identificado -** Sim.
- 8749 **Interlocutora não identificada –** Sim.
- 8750 **Interlocutora não identificada –** Vocês conseguem ver?
- 8751 **Interlocutora não identificada -** Ainda não.
- 8752 **Interlocutora não identificada -** Só tem que aumentar a letra um pouquinho. Antes
- 8753 estava melhor.
- 8754 **Interlocutora não identificada -** Maria Clara, você quer falar do documento que
- 8755 você fez? Antes da gente ler?
- 8756 **Interlocutora não identificada -** Dá para ver agora.

8757 **Interlocutora não identificada - Certo.**

8758 **Interlocutora não identificada -** Bom gente, a finalidade do ofício é basicamente
8759 solicitar em nome do comitê e do mecanismo a viabilização da logística, emissão
8760 de passagens e diárias para uma visita *in loco*, né? E aí, eu coloquei só a data 30
8761 de março, mas eu acho que ela não vai ser viável, está muito próximo, mas coloquei
8762 aqui para deliberação mesmo sobre qual seria a melhor data, mas basicamente
8763 solicitando essa visita para o mecanismo e comitê. E aí, no segundo parágrafo, tem
8764 o objetivo, né? A realização da articulação interinstitucional com os órgãos locais
8765 para o cumprimento das recomendações, mas eu acho que aqui talvez seja o caso
8766 também de acrescentar alguma coisa mais relacionada aos recentes
8767 acontecimentos, né? No terceiro parágrafo, seria o convite direto também para que
8768 o ministro de Direitos Humanos e Cidadania, possa participar dessa visita, tendo em
8769 vista a relação direta com a pauta, já que a gente está falando da constatação de
8770 violações de direitos humanos. Então, seria a justificação desse convite. E aí, só
8771 que no último parágrafo, coloca essa reiteração de que a visita conjunta do ministro
8772 não interfere de nenhuma forma com a independência nem autonomia funcional do
8773 mecanismo como foi colocado hoje pela Secretaria Executiva. E também, em um
8774 ministro se negando a ir, a solicitação ainda se mantém, para a gente também não
8775 ter isso como impedimento da nossa ida e garantir isso tudo no mesmo ofício, então
8776 em ele se negando, mantém essa solicitação. E aí, novamente, a data, eu acho que
8777 precisamos aqui decidir sobre essa data. Eu acho bom já ter um indicativo de data,
8778 ainda que o Ministério diga que, enfim, talvez não tenha tempo hábil, mas eu não
8779 sei também como que é o procedimento para questões de urgência, então queria
8780 pedir um apoio também aqui da coordenação, se tem alguma orientação mais
8781 específica nesse sentido para a gente fazer a solicitação mais adequada, de acordo
8782 com alguma normativa a respeito. Em linhas gerais, é isso, mas queria agora que
8783 vocês lessem também sobre o tom também da justificativa da presença do ministro,
8784 se é o mais adequado, e a data também.

8785 **Interlocutora não identificada -** Está. Eu já vou passar a palavra, eu queria
8786 perguntar uma coisa, Maria Clara. Eu acho que a gente pode colocar, não sei se

8787 você concorda ou não, no primeiro parágrafo, que a gente fez a criação de um GT
8788 e colocar qual a resolução que é também para justificar, não sei se você acha
8799 pertinente ou não, mas não só da R.O., mas também que tem um GT. E aí...

8790 **Interlocutora não identificada** - Acho super pertinente. É que eu tinha feito isso
8791 antes de ter a resolução, mas acho ótimo.

8792 **Interlocutora não identificada** - E aí esse... Travou. O orçamento, daí é uma
8793 pergunta também para a coordenação etc, a gente já define aqui quem são as
8794 pessoas, não necessariamente as pessoas, mas quantos membros iriam para pedir
8795 esse orçamento ou a gente não faz essa definição? Porque pensando de uma forma
8796 objetiva aqui, tipo de membros do comitê, tem a Ana que já está nesse grupo e está
8797 no Rio Grande do Norte, então enfim, acho que teria a possibilidade de ir. Você, que
8798 poderia... Você Maria Clara, que poderia receber diária para ir, mas eu não sei se
8799 deslumbrariam a necessidade de mais alguém, além das duas do comitê,
8800 participarem, porque isso... Por mais que a gente tenha orçamento... E eu estou
8801 fazendo uma pergunta aqui, por mais que a gente tenha orçamento, custa caro isso,
8802 nosso orçamento que também não é tão grandioso assim. Custaria caro mandar
8803 qualquer um de nós nesse tempo curto para o Rio Grande do Norte. Então, eu não
8804 sei. Eu queria saber a opinião e vou passar a palavra para os demais aqui. Bárbara...
8805 A Patrícia está com a mão levantada ou você não abaixou da última vez?

8806 **Interlocutora não identificada** - Eu não abaixei da última vez, mas depois eu vou
8807 falar. Pode passar para quem estava na frente.

8808 **Interlocutora não identificada** - Então, Bárbara, Ana, Maria Clara e Patrícia.

8809 **Interlocutora não identificada** - Eu queria só até tirar uma dúvida, assim, sobre...
8810 Primeiro dizer que a gente está em diálogo também com outras instituições, né?
8811 Como a DPU, por exemplo, que já confirmou o apoio, amanhã a gente tem algumas
8812 reuniões ainda com outras autoridades também pensando nessa missão conjunta
8813 em âmbito nacional. Eu acho que seria interessante ter essa flexibilidade para a
8814 gente tentar uma data entre todas as instituições, também consultando as que já

8815 estamos em diálogo. E eu fiquei só preocupada que seja só um dia, acho que dois
8816 seria o ideal pensando em tudo que a gente tem que fazer, porque inclui o momento
8817 de estar de fato, acompanhando as ações da FTIP, o que pode demandar um tempo
8818 grande, né? A gente não pode programar isso de uma forma muito apertada, porque
8819 a gente pode ter milhões de tentativas de não ingresso, enfim, toda uma dificuldade
8820 aí, que é bom a gente ter a previsão. Então, só queria deixar essa ressalva, né? De
8821 que dois dias acho que dá tempo de realmente fazer tudo, aproveitar a incidência,
8822 já vai ter um gasto, um impacto, enfim, para poder não só fazer todas as reuniões
8823 institucionais, mas ter um momento com a sociedade civil, enfim, pensei que dois
8824 dias fosse ideal, é isso.

8825 **Interlocutora não identificada** - Eu concordo, dois dias é bom. Vou passar para
8826 Ana.

8827 **Interlocutora não identificada** - Oi gente, eu estou aqui até pedindo mais
8828 informações para poder conversar, porque eu estive hoje de manhã numa reunião
8829 com dois mandatos aqui locais a respeito de uma outra pauta, mas terminei por
8830 incluir essa também, pedindo apoio junto ao gabinete da governadora para que a
8831 gente consiga viabilizar esses encontros, né? Para que ela nos receba, que essa
8832 era a grande questão, ou pelo menos membros do Poder Executivo Estadual para
8833 receber. O que eu escutei, e até consultei Alex também, que é próximo por conta
8834 do partido, é que tanto o ministro dos Direitos Humanos quanto a governadora não
8835 estão recebendo os órgãos dos Direitos Humanos justamente porque ela acaba de
8836 sofrer um processo, está aberto um processo de impeachment, né? Então, tem uma
8837 questão política importante, né? Que eu acho que a gente está aqui discutindo a
8838 questão da visita, da ida, a gente pode, independente disso, independente dela nos
8839 receber, acho importante que a gente faça, acho importante que o grupo de trabalho
8840 faça e acho importante que a gente peça através dessa minuta recursos para tudo
8841 isso, né? Não estou propondo que a gente adie nada, estou só dizendo da
8842 dificuldade do ponto de vista político que está realmente existindo aqui. Acho que
8843 nesse momento vai ter alguém com o microfone aberto, não sei o que. Nesse
8844 momento, me parece que eles vão achar pouco estratégico nos receber. Eu não sei

8845 ainda, ainda não deu tempo de saber as repercussões do relatório do mecanismo
8846 aqui, do ponto de vista, porque a mídia está saindo ainda, né? Mas acho que é uma
8847 questão só para a gente pensar um pouco do ponto de vista estratégico até para
8848 marcar essa data, né? Que é a questão que a gente está colocando. Eu vi que
8849 Juliana mandou um convite para nós estarmos dia 27, na verdade segunda-feira,
8850 né? Tem um convite para estar na reunião de segunda-feira. Eu estou agorinha
8851 perguntando a ela se eles conseguiram mesmo a reunião, ela ainda não me
8852 respondeu para segunda-feira, porque eu acho que tudo isso é importante para
8853 definir o que a gente está se colocando aí, a definição de datas, enfim, tudo isso.

8854 **Interlocutora não identificada** - Vou passar para a Patrícia, mas só para falar
8855 dessa reunião de segunda-feira, que seria dia 27, se for a reunião do Conselho
8856 Nacional de Direitos Humanos, ela não vai ser mais nessa data. Patrícia.

8857 **Interlocutora não identificada** - São duas coisas. Acho importante assim, pensar
8858 dois dias, mas acho que por prudência, por cuidado, abriria três dias. Porque, assim,
8859 Maria Clara, que está indo pelo Comitê Nacional, que está perto, a Ana, que já está
8860 no Rio Grande do Norte, mas eu acho que deixar essa possibilidade de três dias,
8861 eu acho que é super importante. A gente não sabe, pode ter imprevisto, pode ter
8862 várias coisas, então acho que deixar um terceiro dia aberto. Uma outra coisa, e acho
8863 que é isso, acho que elas duas vão representar o Comitê Nacional, que a gente
8864 também não tem muito recurso, e mais à frente, se a gente precisar voltar também,
8865 então acho que é essa possibilidade. E sobre o que a Ana falou agora sobre a
8866 governadora, assim, se eu sou a governadora, eu iria receber, porque aí eu não ia
8867 sofrer o impeachment. Ela não está sabendo lucrar, ao contrário, ela está se
8868 queimando, mas isso é possibilidade, lá também é o governo do PT, no Rio Grande
8869 do Norte. Enfim, acho que a gente tem que pressionar todo mundo, tem que pedir
8870 para todo mundo, ontem inclusive, eu mandei o relatório do Mecanismo Nacional
8871 para todo mundo do PT, Maria do Rosário, Paulo Pimenta, mandei para todo mundo,
8872 PT, MDB, PSOL, PCdoB, mandei para todo mundo. Porque é isso, de algum lado a
8873 resposta tem que vir, e porque ela não se sente pressionada, por isso que ela não
8874 recebe ninguém, porque a hora que ela se sente pressionada, ela recebe.

8875 **Interlocutora não identificada** – Mauricleia e Luana, na sequência.

8876 **Interlocutora não identificada** - Está. Sou eu, né? Então, eu acho que primeiro,
8877 como eu não estava ontem, e vocês resgataram, eu agradeço, mas eu acho que se
8878 há uma identificação, que há uma necessidade de algumas pessoas para
8879 pressionar, eu vejo que duas pessoas não fazem pressão nenhuma, primeiro. Eu
8880 não estou defendendo que vá o comitê inteiro, mas assim, eu acho que se a gente
8881 conseguisse que o ministro fosse, ou uma representação dele e mais algumas
8882 pessoas, eu acabei de sair de uma jornada, que foi o Fórum de Reforma Urbana
8883 que fez, e assim, vai gente do Brasil inteiro, e a gente foi recebido em todos os
8884 lugares, claro que a situação é completamente diferente, mas só tem sentido, se for
8885 um grupo um pouquinho maior, essa é a primeira coisa. A segunda coisa, pelo
8886 menos quatro, cinco, eu não sei, porque eu não sei quantos se colocaram aqui para
8887 ir nessa atividade urgente, eu sei que passagem está cara, eu sou de lá, então, eu
8888 sei tudo isso, mas assim, pelo menos um grupo, e que a gente pudesse articular
8889 mais gente lá, eu acho que isso vocês já pensaram também, dessa pauta, para
8890 juntar esse grupo, eu acho que seria importante, e com uma agenda um pouco mais
8891 definida, porque eu acho que também só tem sentido isso, eu estou falando isso
8892 porque se tiver uma necessidade, perguntaram no chat, da gente adiar data, colocar
8893 uma... tem a urgência, tem a necessidade de ir, e tem uma necessidade de negociar
8894 datas, eu acho que dois dias com uma agenda bem chuta, sabendo onde vai, o que
8895 vai fazer, com as horas, tal, tal, eu acho que dá para fazer, entendeu? Porque o
8896 relatório está pronto, vai numa missão de tentar negociar a situação que está lá,
8897 compreender, fazer com que algumas coisas aconteçam, então ela tem que ter um
8898 objetivo muito certo e uma ida já agendada com vários atores para poder dar cabo
8899 dessa agenda. Eu acho que isso tem que ser bastante programado, acertado
8900 direitinho, senão vai ser um gasto que não vai ter sentido, então para ter sentido,
8901 para mim tem que ter essas coisas. Eu acho que dois dias, uma agenda enxuta,
8902 mas ela... forçar que a governadora receba, porque eu já sei que ela não recebeu o
8903 mecanismo, já foi dito, então acho que é interessante que ela receba, que veja que
8904 tem uma discussão ali na defesa dos direitos humanos, então acho que para ela

8905 entender um pouco isso, parece que não está tendo esse entendimento, então acho
8906 que isso é prioritário para fazer, entendeu? E eu não sei as pessoas que vão, mas
8907 eu identificaria que seria importante que fosse pelo menos umas cinco pessoas.

8908 **Interlocutora não identificada** - Mauricleia eu acho que tem algumas questões,
8909 acho que a primeira delas é que já tem um grupo que está organizado lá no Rio
8910 Grande do Norte, tem o comitê estadual e, enfim, tem a agenda também pelo
8911 desencarceramento e, enfim, outros atores lá que já estão organizados. E aí, eu
8912 acho que o grupo de trabalho está sendo formado justamente para isso, para fazer
8913 essa agenda e essa articulação de uma maneira mais pormenorizada daquilo que
8914 vai ser feito nesse grupo. Então, acho que a ideia é essa. Eu acho que, e aí tem
8915 uma outra questão, uma é separada. Nós, Sociedade Civil, acho que nesse ofício
8916 que a Maria Clara redigiu, tem a possibilidade de convidar um ministro ou um
8917 representante do ministro, mas no primeiro momento da reunião, a gente entendeu
8918 que quando foi a convite do mecanismo, o ministério achou que não era caso de
8919 fazer uma visita conjunta. Então, a gente está fazendo, e o argumento que eles
8920 utilizaram seria dessa autonomia do mecanismo, mas na verdade não é bem essa
8921 a questão. Acho que a questão é que o ministério talvez não tenha isso na sua
8922 agenda de fazer conjuntamente, a não ser que eles queiram mudar de ideia agora
8923 e fazer isso em conjunto. Eu acho que a pressão política, a questão é a gente está
8924 representado lá enquanto comitê, não acho que talvez o número de pessoas vá ser,
8925 enfim, o que vai fazer mais diferença nessa pressão, porque às vezes pode até ficar
8926 uma reunião muito grande e ter uma dificuldade até mesmo de recebimento das
8927 pessoas para fazerem de logística e tudo mais para realizarem essa reunião, porque
8928 não é uma audiência pública. Uma reunião ou também ser uma audiência pública,
8929 enfim, e acho que o GT vai poder entender esse formato, o que eu sugeriria também
8930 em algum certo sentido, e se fizer sentido, se o GT entender que faz sentido, etc.,
8931 levando em questão essa questão de passagens, etc., talvez a possibilidade de se
8932 for uma audiência pública, ela tem um formato híbrido em que outras pessoas
8933 possam participar à distância, mas que não perde esse peso, que é o peso de estar

8934 fisicamente. Eu vou passar, me atrapalhei aqui no chat, vou passar para a Luana e
8935 para a Maria Clara e depois para a Bárbara. Luana, seu microfone está desligado.

8936 **Interlocutora não identificada** - Eu tenho um problema sério com o headset. O
8937 que acontece, você tinha feito uma pergunta sobre o orçamento para a Nana? É
8938 que a Nana estava com outra atividade que eu anotei para não perder. Quanto mais,
8939 se só eu esclarecer, vocês vão definir. É o GT que vai definir a... É o GT que vai
8940 definir as datas, a quantidade de dias, enfim, vai ser critério de vocês, mas só para,
8941 quanto mais pessoas forem, quanto mais próximo tiver da viagem, mais caro as
8942 passagens vão ficar, né? Não sei como é que a gente vai lidar com essa compra,
8943 se vai ser sistema compra direto ou não, que a gente ainda até, a gente teve uma
8944 alteração aqui no sistema, mas é só para esclarecer esse questionamento. E aí
8945 vocês vão deliberar, enfim, só para... Não sei se deixou claro porque você tinha feito
8946 essa pergunta para a Nana, né?

8947 **Interlocutora não identificada** - Ah está, obrigada, mas assim no caso que eu
8948 pensei dessas representantes é porque não teria esse custo de passagem, porque
8949 a Ana já está no Rio Grande Norte, a Maria Clara está próxima e iria de carro. O
8950 que teria para a Maria Clara, que não é do Rio Grande Norte, seriam as diárias, e
8951 daí eu acho que, enfim, a gente soluciona uma questão também que eu não faço
8952 ideia de quanto custa uma passagem agora, mas seria caríssimo para mandar
8953 qualquer um de nós para o Rio Grande Norte na semana que vem, eu não acho que
8954 faz sentido sendo... Se não tivesse ninguém que estivesse ali, acho que faria sentido
8955 sim, mas como tem já duas representantes, e os seus suplentes podem
8956 eventualmente ir também, a Ana não está com suplente agora, mas enfim, mas mais
8957 um peso, a Maria Clara, não sei como é a agenda do Romério, etc, mas enfim, então
8958 são quatro pessoas já no comitê, eu acho que é o suficiente.

8959 **Interlocutora não identificada** - Essa questão da diária, ela não vai alterar na
8960 distância da data, então isso também não seria um problema, também se houver
8961 transporte rodoviário, a gente pode reembolsar também, não tem problema. O único
8962 custo maior seria a aquisição das passagens, que saindo daqui de Brasília está

8963 custando em torno de R\$ 5.500, dos outros estados, de São Paulo, varia, enfim,
8964 então é só fazer esse esclarecimento.

8965 **Interlocutora não identificada** - Está. Obrigada, Ana. Vou passar para a Maria
8966 Clara, e na seguida para a Bárbara.

8967 **Interlocutora não identificada** - Bom na verdade quando, Ana, é que, não sei se
8968 tu estava, mas depois de ontem foi decidido que estaria suspensa a saída do
8969 Conselho Nacional, então não vai mais acontecer na segunda. Sobre a minha ida,
8970 pode até, assim quando a gente decidiu para fazer essa solicitação formal para o
8971 comitê, aliás, para o Ministério, a gente está pedindo a emissão de passagens
8972 também para o comitê, até porque assim, se for realmente essa data do dia 30, eu
8973 mesma não tenho essa disponibilidade. Então acho que teria que ser outra pessoa,
8974 que a gente poderia realmente ir nessa data, na segunda-feira, mas e assim, a gente
8975 está pedindo a ida do mecanismo também, o mecanismo também vai sair de
8976 Brasília, de qualquer forma então já precisaria dessas passagens, mas claro, em
8977 último caso não conseguido, a gente reitera a nossa possibilidade que a gente
8978 sempre colocou desde o início, a gente pode ir de carro, mas a gente mudou a
8979 estratégia, a gente está fazendo a estratégia de fazer essa solicitação formal para
8980 implicar o Ministério nisso, então só pontuando isso, que a gente não está agora
8981 mais se disponibilizando para ir com recursos próprios, a gente está fazendo essa
8982 via, a gente optou por isso. Sobre a quantidade de membros, Mauricleia, acho que
8983 não dá para ir todo mundo também, por questão de passagens, por questão de
8984 agenda, eu acho que é no máximo dois membros do comitê e acredito que aí, não
8985 sei dois membros do mecanismo também, o que vocês acham, queriam ver com
8986 vocês. Questão das datas, acho que vai ser difícil a gente chegar a uma conclusão
8987 de data, mas eu acho que a gente pode colocar uma data limite para não ultrapassar
8988 dessa data, porque o meu medo é a gente deixar em aberto e o Ministério demorar
8989 muito tempo para responder, dizer que está nas burocracias para viabilizar e
8990 estender demais, então eu acho que a gente pode colocar dois ou três dias enfim,
8991 se acharem que é o caso de três dias, mas não ultrapassando a data de, e aí, não
8992 sei, coloca primeira semana de abril, o que vocês acham? Eu acho que pode ser

8993 uma boa data no limite. Bom, eu acho que era isso, nem lembro mais do que eu
8994 tinha me inscrito para falar, mas eram essas questões. E eu não poderia na data do
8995 dia 30.

8996 **Interlocutora não identificada** - É então, aí acho que, vou passar já para a
8997 Bárbara, mas aí se a Maria Clara não pode na data do dia 30, eu acho que até
8998 poderia pensar isso no GT, porque enfim, e com todo mundo, porque seria, acho
8999 que o mais viável, mas aí eu não sei Maria Clara, você tem que dizer se está com
9000 vontade de ir também porque se não, também não faz sentido só porque você que
9001 está mais próximo, você ir, entendeu? Porque outra pessoa pode ir também, e aí
9002 tem um custo maior, mas acho que não tem que ser nem impositivo, só porque você
9003 está próximo, então acho que é o momento agora também de, enfim, de definições
9004 disso, e vou passar para a Bárbara.

9005 **Interlocutora não identificada** - É e eu, só para concluir, eu acho que, assim, isso
9006 não, por isso que eu nem tinha colocado isso antes, porque eu acho que isso não
9007 impede, inclusive eu não acho que nem tem que adiar a data por causa disso, acho
9008 que a gente tem que deliberar aqui para a data que for mais adequada,
9009 independentemente se o Ministério vai arcar com isso ou não, eu acho que tem
9010 orçamento sim gente? Já tinha aquela sobra, ampliou, acho que tem que ter
9011 orçamento para isso, e acho que isso não pode ser a limitação, não.

9012 **Interlocutora não identificada** - É, Bárbara?

9013 **Interlocutora não identificada** - Não, era só para confirmar essa questão da
9014 passagem emitida pelo Gabinete do Ministro, pelo que eu entendi, porque o
9015 mecanismo não tem mais orçamento, o orçamento do primeiro, já está
9016 comprometido no primeiro semestre com as missões regulares, então era só isso.

9017 **Interlocutora não identificada** - Só, desculpa me intrometer, mas pela fala da
9018 secretaria hoje eu entendi que teria uma verba, que a gente poderia solicitar verba
9019 para questões emergenciais, não sei se todo mundo entendeu isso, hoje de manhã?

- 9020 **Interlocutora não identificada** - Eu entendi isso.
- 9021 **Interlocutora não identificada** - Que essa verba estaria fora dos nossos
9022 orçamentos, foi isso que eu entendi.
- 9023 **Interlocutora não identificada** - Está a Nana com a mão levantada, a Patrícia e a
9024 Fernanda.
- 9025 **Interlocutora não identificada** - É, bom, eu acho que a proposta da Maria Clara
9026 de colocar uma data limite é a proposta mais acertada para a gente, e seria bom se
9027 isso saísse da reunião hoje para eu ter o tempo que eu preciso para encaminhar
9028 isso aqui por dentro do Ministério, já que existe esse convite ao Ministério, então
9029 tem os trâmites aqui dentro, e isso vai ser encaminhado para o gabinete, para o
9030 gabinete retornar a vocês. Então, se conseguisse sair com essa proposta hoje, seria
9031 o ideal. E com a data limite, porque aí também estabelece um prazo, que é
9032 importante para a coisa não ficar infinita, e também com o tempo para esse GT
9033 preparar uma proposta também do que vai ser feito lá. Em relação ao mecanismo,
9034 eu concordo com a Bárbara que é no mínimo dois dias, mas concordo mais com a
9035 Patrícia de colocar pelo menos três dias, porque se der alguma coisa a gente tem
9036 um tempo a mais, então é no mínimo dois dias, sendo o ideal com a gordurinha de
9037 três, então se encaminhar dessa forma, eu acho que a gente tem chance, o comitê
9038 tem chance, a gente tem chance de conseguir um bom resultado. Em relação à
9039 questão da Fátima Bezerra, eu fui futricar logo na Internet, o pedido foi protocolado.
9040 Aí, Ana, você sabe se ele foi recebido ou está só no protocolo ainda? Do recebido,
9041 eu não achei, eu fui futricar mais.
- 9042 **Interlocutora não identificada** - Pelo que eu soube hoje, posso estar enganada,
9043 mas posso me certificar disso, ele foi recebido, e aí eles estão super preocupados,
9044 eu estava no mandato da Natália Bonavides, que inclusive se propôs a fazer essa
9045 mediação para que a Fátima nos recebesse, eu estou pedindo o apoio dela, mas
9046 eles estão com essa preocupação, na dúvida de que vão... Estão fazendo uma

9047 análise de que se isso é estratégico nesse momento, em função disso. Eu acho que,
9048 de todo modo, eu vou insistir, a gente tem que insistir.

9049 **Interlocutora não identificada** - O pedido foi protocolado por um deputado do PL,
9050 eu vi aqui na...

9051 **Interlocutora não identificada** - É a direita que aqui a maioria, inclusive o prefeito,
9052 são todos próximos ao bolsonarismo.

9053 **Interlocutora não identificada** - Entendi. Então a gente teria que em qualquer
9054 situação decidido ir, teria que ser preparado isso politicamente, de uma forma que
9055 a gente alcançasse os nossos objetivos, mas também não perdesse a governadora.
9056 A gente não pode jogar a criança com a água fora da bacia, jogar o menino fora de
9057 água também.

9058 **Interlocutora não identificada** - Eu acho até... Me permita uma sugestão, vou me
9059 colocar aqui junto com o Nana na fala, porque eu acho que a gente precisaria de
9060 um tempo para essa articulação, até para marcar a data, não com uma data que
9061 seja estratégica na agenda dela, mas a gente pode colocar assim, na primeira
9062 semana de abril, qual seria para ter esse tempo hábil das passagens enfim, e aí a
9063 gente, em função da agenda dela, a gente marca a data definitiva. Eu acho que
9064 esse seria o mais racional, vamos dizer assim. Não sei, o que vocês pensam?

9065 **Interlocutora não identificada** - Para preço de passagem, a semana que vem ou
9066 na outra, não vai fazer diferença. Isso não é uma questão. O preço já é alto e ponto,
9067 entendeu? Faria diferença se fosse meses, dois meses igual são as reuniões do
9068 comitê, que a gente conseguiu influir um pouco aqui na mudança do sistema de
9069 compra de passagens, que antes passava por tanta gente que não acabava nunca.
9070 Então, o sistema vai ficar mais direto, então a coisa vai fluir mais rápido do que era
9071 antes, que a gente mandava, mandavam o horário para a gente, a gente respondia,
9072 quando ele respondia já era outro horário, porque demorava demais a consulta com
9073 a agência. Então, isso não vai influir tanto. Eu acho que o que vai influir agora é o
9074 tempo político das coisas mesmo, para a gente sair com um bom resultado.

9075 **Interlocutora não identificada** - Eu vou passar aqui para a Patrícia e para a
9076 Fernanda, e acho que a gente pode ir definindo depois essas falas, essa questão
9077 de datas, de dia, de membro, não precisa definir necessariamente quem vai, mas a
9078 gente pode definir que são independente se for a Ana, se for a Mara Clara, e aí vai
9079 ter um custo ou outro custo, mas, enfim, a gente pode garantir que vá alguém que
9080 não seja elas duas, etc, e aí a gente já garante um orçamento. Se for elas duas, é
9081 um orçamento menor, se for outra pessoa, já tem esse orçamento maior. Passar
9082 para a Patrícia e para a Fernanda.

9083 **Interlocutora não identificada** - É isso, eu acho que a gente precisa trabalhar com
9084 a data limite, mas diante de tudo isso, talvez não sei se até o dia 30 seja uma boa
9085 data, talvez colocar para 5 de abril, até 5 de abril, que já ganha mais um tempo, aí
9086 tem que ver se Maria Clara pode, se não pode, se as outras pessoas podem, até
9087 porque é uma ida conjunta, então todo mundo vai ter que encaixar as suas agendas,
9088 não depende só de uma pessoa, são várias pessoas que têm que organizar a sua
9089 agenda e aí até lá ganhar mais um prazinho maior para ir podendo articulando,
9090 porque se ela for uma pessoa super bem articulada e tiver excelentes assessores,
9091 ela vai receber e vai dar a volta por cima. Se ela tiver um bom assessor, daria um
9092 tapa com luva de pelica, todo mundo, aí vai depender da articulação dela e dos
9093 assessores. Ia botar todo mundo embaixo da asinha, ia fazer uma coletiva de
9094 imprensa e dizer que aqui a gente vai acabar com isso, aqui a gente não permite
9095 mais isso e daria um outro olhar na história. Então, talvez, acho que até 5 de abril
9096 para ganhar esse tempo mais para poder articular, até porque vai depender da
9097 agenda dela, então acho que trabalhar com essa data e depois ver com os outros
9098 membros do comitê, o mecanismo também se organiza e o grupo de trabalho
9099 também se organiza pensando de como vai construir tudo e como é que vai ser
9100 essa articulação. É isso.

9101 **Interlocutora não identificada** – Fernanda.

9102 **Interlocutora não identificada** - A reunião de segunda foi cancelada, a visita de
9103 segunda foi cancelada porque o CNDH não vai mais segunda, é isso?

9104 **Interlocutora não identificada** - Não só por isso, porque foi colocado aqui a
9105 necessidade que se o CNDH fosse, poderia queimar cartucho, porque seria mais
9106 estratégia se fosse todo mundo junto, como todas as questões que foram faladas
9107 ontem.

9108 **Interlocutora não identificada** - Porque o que eu coloquei aqui no chat, dia 05 em
9109 alguns tribunais já é Páscoa, não funciona, então se a ideia forem dois ou três dias,
9110 só resta segunda que vem ou aí vem a preocupação de às vezes ficar muito tarde,
9111 porque aí, não sei como é no Rio Grande do Norte, mas se começar também,
9112 normalmente seis e sete, quinta e sexta já não funcionam, se for dia cinco também,
9113 aí só volta dia dez, segunda. Então só trazendo essa ponderação aqui, se
9114 eventualmente outra data, semana que vem, já que a Nana disse que a diferença
9115 do valor não seria tanta entre uma semana e outra, então entre agora e talvez
9116 depois, dependendo de quem possa ir, de repente seria melhor mesmo organizar
9117 para semana que vem, considerar esse tempo emergencial que foi trazido desde
9118 ontem,

9119 **Interlocutora não identificada** - mas aí, estou entendendo, acho que é importante
9120 a ponderação, mas aí semana que vem, se é uma agenda de três dias, é muito
9121 pouco tempo, acho que até para a organização de tudo e para garantir que as
9122 reuniões vão acontecer e que as pessoas tenham agenda, porque daí seria, ou seria
9123 na quarta, quinta e sexta-feira, daí teria três dias, tipo, contando que amanhã é
9124 sexta-feira, que antecede o final de semana, eu sempre achei um dia meio
9125 complicado, e daí tem segunda e terça-feira para organizar tudo. Eu não sei se é
9126 um tempo... Não, e organizar tudo e ter a confirmação da verba emergencial. Eu
9127 não sei se a gente tem esse tempo tão rápido assim para se organizar. Então, talvez,
9128 e aí também tem essa questão que foi colocada da governadora, que seria
9129 importante falar com ela, etc. Talvez, se a gente deixasse para... Daí eu não sei,
9130 realmente, tem essa questão. Porque, só uma coisa, pensando logicamente o ofício
9131 do Ministério, acho que é do dia 15, né? Da FTIP para ficar 30 dias, se eu não estou
9132 enganada, a Bárbara pode me ajudar aqui.

9133 **Interlocutora não identificada** - É isso, sim. Eu estou, particularmente um pouco
9134 preocupada pessoal, com o timing, desculpa eu já aproveitar para falar, porque até
9135 depois eu já tinha sinalizado também sobre a semana que vem, sabe? E assim,
9136 quando mais tempo passar, eu não sei, se a gente vai perder um pouco, eu sei que
9137 é difícil, mas assim, só para falar para vocês, sei que o final de semana está aí, a
9138 gente tem trabalhado o final de semana também, tem momentos que exigem isso,
9139 se a gente precisa de uma reunião, a gente faz online uma reunião, e tipo, sabe,
9140 define um pouco tudo o que a gente está falando aqui com mais nitidez. Acho que
9141 a gente tem que tomar medidas emergenciais em relação a tudo, absolutamente,
9142 nesse processo, e desculpa, não quero ser, né? Mas eu acho que é a semana que
9143 vem, porque na outra, acho que a gente está perdendo o timing do que está
9144 acontecendo.

9145 **Interlocutora não identificada** - E aí, quais são as opiniões? Para ser do dia 29 ao
9146 31?

9147 **Interlocutora não identificada** - Os pontos focais do Rio Grande do Norte, seja do
9148 mecanismo ou do comitê, teriam datas nesses dias? Porque sim, considerando que
9149 a situação é emergencial, e dado que a Patrícia mesmo falou aqui que a própria
9150 governadora está sofrendo uma pressão lá, eventualmente, eu acho que ela
9151 encaixaria a agenda recebendo o Comitê Nacional, o Mecanismo Nacional, outros
9152 atores em âmbito nacional que têm esse peso, como a Patrícia colocou aqui por
9153 uma questão de política, e dada a situação emergencial, eu acho que talvez os
9154 atores locais aqui saibam dizer melhor, a Ana Karenina que está em contato, mas
9155 de repente seja uma alternativa de receberem mesmo. Eu falo até porque aqui em
9156 Goiás, há muito tempo, muito tempo, 2015, 2016, eu lembro que a gente teve um
9157 caso muito sério em Cavalcante, e eu lembro que a época, até quem veio aqui foi o
9158 Bruno mesmo, o Bruno estava, na época, no Ministério dos Direitos Humanos, e eu
9159 lembro quando a gente soube que ia ter a visita de alguém do Ministério dos Direitos
9160 Humanos, todo mundo se organiza assim, ó, de um dia para o outro. Não sei como
9161 é o contexto do Rio Grande do Norte, se também se tem essa preocupação ou não,
9162 ou se..., mas, eventualmente, se também não fizerem penso eu que para um

9163 contexto político isso, por si só, seria um fato muito grave, né? Enfim, o Comitê
9164 Nacional se deslocou, o Mecanismo Nacional também, para tentar um diálogo e não
9165 foram recebidas na pauta de urgência, mas, também tem que ver quem que seria o
9166 ponto... A Bárbara é o ponto focal do Rio Grande do Norte, já se pontificou. Não sei
9167 se tem mais alguém do Mecanismo Nacional, sei que Maria Clara, Maria Clara que
9168 está, Maria Clara pelo Rio Grande do Norte, como o nosso ponto focal do comitê,
9169 não sei se tem mais alguém com Maria Clara.

9170 **Interlocutora não identificada** - Não, é o FRN.

9171 **Interlocutora não identificada** - Ah, é o FRN, é a Ana Karenina, então. Se a Ana
9172 Karenina, então estiver disponível, junto com Maria Clara ou outra pessoa que eu
9173 acho que talvez seja...

9174 **Interlocutora não identificada** - Não, eu... Eu vou, assim, no... Eu acho que o que
9175 a Bárbara acabou de falar é muito importante do ponto de vista do timing. Eu acho
9176 que a gente tem que... Estou acabando de fazer pergunta aqui para o mandato de
9177 Natal e se consegue agenda para a semana que vem 27, 28 ou 29, porque dia 03,
9178 04, Semana Santa, não vai rolar, gente. A governadoria fecha a partir da quarta-
9179 feira de tarde já fecha, então não adianta, assim a gente não vai conseguir... Enfim,
9180 as outras... A questão do feriado, ele atrapalha muito, né? É uma pena, porque eu
9181 sei que, diante disso, a Maria Clara não vai conseguir, porque ela está dizendo aqui
9182 que vai estar em Brasília nesse horário, nesse dia, nesses dias, né? Mas não sei,
9183 se a gente consegue 28 ou 29, semana que vem já, eu acho que é melhor, aí tem
9184 que ver a coisa de conseguir as passagens nesse tempo, enfim tem essa questão,
9185 mas eu estou aqui perguntando, posso dizer já, já, se me responderem, se
9186 conseguem essa agenda.

9187 **Interlocutora não identificada** - É, então a gente... Eu estou entendendo, assim,
9188 tem umas mãos levantadas aqui, já vou deixar vocês falarem, mas eu estou
9189 entendendo que seria importante, enfim a questão do time, então, tudo bem. A gente
9190 fala 28, 29 e 30. A gente manda o ofício amanhã para o Ministério. E pelo que eu

9191 entendi, da pergunta que eu fiz sobre o orçamento, esse orçamento também estaria
9192 disponível, também a gente tem autonomia em relação ao próprio orçamento do
9193 comitê de todo modo, então, a gente pode... Aí, a Fernanda já foi agilizada aqui,
9194 mas dá hoje. Então de todo modo, a gente pode definir isso como uma prioridade e
9195 gastar esse valor para ir para o Rio Grande do Norte. Se a Maria Clara não pode,
9196 pode a gente... A Ana pode, que já é um custo a menos de passagem, e a gente
9197 define outra pessoa aqui do comitê para ir. E aí tem esse custo da passagem da
9198 diária de uma só pessoa. E aí a gente fecha essas agendas do dia 29, 30 e 31. Eu
9199 vou passar a palavra para a Ronilda e para a Patrícia. Eu acho que as outras
9200 pessoas estavam de mão levantada que não abaixaram.

9201 **Interlocutora não identificada** - Não, eu estava com a mão levantada.

9202 **Interlocutora não identificada** - Ah, desculpa, porque estava um tempão já e eu
9203 estou na dúvida. Pode falar.

9204 **Interlocutora não identificada** - É porque outras pessoas começaram a falar. Não,
9205 eu já coloquei minha posição e vou reafirmar. Eu acho que devido à urgência já era
9206 para ir bem antes, assim, né? Mas aí vocês estão fechando a agenda, eu coloquei
9207 minha posição, eu acho que tem que ir com a agenda enxuta, organizada, e tem
9208 que ir em dois dias e tem que fazer. E já que não é para ir grandes pessoas, muitas
9209 pessoas, porque já tem uma parte lá dá para organizar para ir agora, gente. Porque
9210 a urgência, eu estou pensando pelos vídeos que eu estou recebendo, porque eu
9211 tenho familiares lá. É dia da situação. Com a população que aí eu acho que vai
9212 criando esse tipo de revolta em relação aos governantes, óbvio e aí vai criando
9213 aquele clima que a gente já vinha pensando nisso, de que algumas ações devia o
9214 povo lá estar se organizando para fazer, eu acho que a gente tem que ir o mais
9215 rápido possível e ver quem é que pode ir, já adianto que eu não posso ir, eu vou
9216 estar em Fortaleza, mas não vou conseguir ir, se não até iria, está gente? Sem o
9217 recurso aí do comitê para não ter problema.

9218 **Interlocutora não identificada** - Bom, a Ronilda levantou a mão depois a Patrícia.

9219 **Interlocutora não identificada** - Então, eu gostaria de fazer uma observação a
9220 respeito desse assunto, considerando que o mecanismo tem sido acusado de forma
9221 indireta de ter, de forma indireta de estar envolvido com essa situação, de ter
9222 provocado essa atual situação. Eu gostaria de sugerir que a gente pensasse uma
9223 maneira também de resguardar todos que estão indo sobretudo as peritas, se for
9224 mesmo do mecanismo, porque quando eu falo em resguardar, não é dos atos de
9225 vandalismo que estão acontecendo, mas sim do próprio Estado, porque esse
9226 relatório, a situação, mexeu na ferida de muita gente de poder lá no Estado, né?
9227 Então, assim, a gente pensar uma forma de resguardar a segurança de todo mundo
9228 que está indo eu acho que tem que ser um ponto, assim, a ser observado por todos
9229 nesse momento também.

9230 **Interlocutora não identificada** - Obrigada. É, Ronilda, passa para a Patrícia.

9231 **Interlocutora não identificada** - Então, a minha fala vai nesse sentido assim, quem
9232 é do Rio Grande do Norte sabe que no dia 27 de março tem uma data específica,
9233 né? Então assim, eu acho que tem que ter muito cuidado para não ser criminalizado,
9234 para a Vilma não pegar um vídeo e falar mecanismo, comitê, vem no dia do
9235 aniversário da facção para o Rio Grande do Norte, sendo bem, assim, bem clara,
9236 né? Então, eu acho que a gente tem que ter cuidado com isso, porque é um cuidado
9237 e, assim uma mentira falada mil vezes vira uma verdade, e o povo lá ela fala, vai
9238 para... Então assim, pensar nesse cuidado e pensar nisso, porque assim, a
9239 criminalização está aí, até que prove o contrário, o réu primário já foi, né? Então
9240 assim, acho que a gente tem que ter esse cuidado e assim, pensar nessa
9241 articulação, já que é uma articulação com o Conselho Nacional, com a DPU, com
9242 todo mundo, assim, todo mundo ter esse, sabe, esse viés, assim, porque assim,
9243 quem vai voltar para os seus estados, beleza, mas tem gente que vai ficar lá no Rio
9244 Grande do Norte, né? Teve familiar que foi presa, lá no ATA, assim, a criminalização
9245 está aí, né? Então, acho que a gente tem que ter muito cuidado. Eu sempre falo
9246 isso, que assim, eu não posso perder meu réu primário, porque assim, se eu for
9247 parar na cadeia, assim gente, o negócio não vai ficar bom, nem para a cadeia nem
9248 para mim, então eu acho que a gente tem que ter muito cuidado porque, a gente

9249 vive o momento dessas mega operações de fala de Moro, de fala de não sei quem,
9250 então assim, para construir a gente demora muito, mas para destruir é muito rápido,
9251 é muito rápido, então eu acho que precisa ter esse cuidado a si mesmo, sabe? De
9252 passo a passo, ela vai receber? Ela vai receber? Tem que ter tudo isso. Quem mais
9253 vai receber? Quem mais vai estar ali? Tudo isso, assim. Porque assim, qualquer
9254 pessoa pode fazer uma coisa e dizer, está vendo? Está vendo? Foi fulano, cicrano
9255 e beltrano, e aí depois já foi. É isso.

9256 **Interlocutora não identificada** - Gente eu acho que a gente tem que ir partindo
9257 para as definições aqui, né? Eu acho, assim, pode ter uma possibilidade também
9258 de a gente formar esse grupo de trabalho, né? E pensar na possibilidade de como
9259 que isso vai se organizar, porque a gente está aqui pensando entre nós uma data,
9260 né? Mas a gente não sabe se os atores vão poder nessa data ou não, se eles não
9261 puderem, também não faz sentido a gente ir até lá, enfim, né? Sem os atores locais,
9262 né? A Mara Clara colocou uma sugestão. Eu vou ler aqui. Essas coisas a gente faz
9263 muito. A Mara Clara falou. A gente pode deixar limite dia 05 e aí a gente vê se... É,
9264 então, era isso que eu ia falar. A gente coloca um limite dia 05 e a gente vê qual é
9265 a melhor data e também define quem é a melhor pessoa para ir, enfim, lá entender
9266 e tudo mais, e entender também, eu acho que é isso, né? A melhor data estratégica
9267 de quem vai poder, que dia participar da reunião a gente vai poder, mas aí os atores
9268 não vão poder, daí a DPU não vai poder, aí alguém não vai poder, e aí também qual
9269 é o sentido da gente ir para a gente não encontrar ninguém lá que a gente possa
9270 conversar, então daí não faz sentido mesmo ir, né? Então, eu acho que é isso, acho
9271 que a gente tem que ir. A minha sugestão seria, a gente colocar, como a Mara Clara
9272 pontuou ali, fazer a criação desse grupo de trabalho. Vai ser publicada, né? Enfim,
9273 ou hoje ou amanhã, né? E aí a gente pode, a Bárbara falou que DPU, Comitê
9274 Estadual, DPE, eles podem na semana que vem. Eu acho que nesse grupo de
9275 trabalho aí a gente pode fazer uma reunião amanhã, talvez, né? Já para pensar isso
9276 e esperar também essa resposta que é a resposta do orçamento, né? E a partir
9277 também do que as coisas forem caminhando, a gente também vai pensando as

9278 estratégias mais possíveis para fazer esse encontro. Fernanda, você quer falar
9279 alguma coisa?

9280 **Interlocutora não identificada** - Não sei se tinha alguém ainda. A Patrícia ainda
9281 está com a mão levantada, não sei se ela estava querendo falar de novo, mas sobre
9282 essa questão da agenda, você falou ainda agora, Sofia, o mecanismo, a Bárbara e
9283 eventualmente outro perito ou perita, a DPU e outros órgãos locais estariam
9284 confirmados. Do GT, mais alguém estaria confirmado ou não? Do GT que foi
9285 formado.

9286 **Interlocutora não identificada** - A Ana disse que poderia ir, eu eventualmente
9287 poderia ir na função de vice-presidenta do comitê, na ausência da Maria Clara. Eu
9288 não teria essa, a minha agenda seria possível ir na quarta, quinta e sexta, mas
9289 também é uma decisão que a gente pode tomar aqui em conjunto. Se outra pessoa
9290 quiser ir também e tiver agenda disponibilidade para ir também.

9291 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que o seu peso como vice-presidente é
9292 bem grande, considerando quem está aqui como representante do Ministério, Ana
9293 Lúcia, de repente, não conseguiria ir também? Tem mais alguém aqui do governo
9294 além da Ana Lúcia? Tem outro representante? Porque aí, de novo, obviamente eu
9295 não sei, Ana Karenina, você sabe mais a realidade junto com Maria Clara do Rio
9296 Grande do Norte, mas eu acho que talvez fosse difícil falando de uma comitiva que
9297 tem um mecanismo, vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção, Combate e
9298 Tortura, alguém do Ministério de Direitos Humanos ou do Ministério da Defesa, não
9299 sei quem está aqui, ou a Nana como coordenadora do Comitê Nacional de
9300 Prevenção e Combate à Tortura. Eu acho que seria difícil não receber. E não
9301 recebendo, isso por si só já é um fato, já é um fato político bem grave, então eu
9302 acho que... Eu reitero a preocupação da Bárbara e da Karenina também de,
9303 eventualmente, na semana da faixa, pode ser que seja mais difícil achar alguém.
9304 Se eventualmente, já tem aqui, mais ou menos, delineado quem vai, então já é até
9305 uma autorização para a Nana e a equipe já começarem a pesquisar as passagens,

9306 já que amanhã já é sexta, hoje não vai mais nada ser resolvido. E vai dar certa
9307 semana que vem. Não sei qual é a sua sugestão aqui.

9308 **Interlocutora não identificada** - É só... Estão me ouvindo, então, né? No dia 29 e
9309 30, eu estou no outro GT, que é o Banco de Dados de Perfis Genéticos, teria que
9310 verificar a ficar a possibilidade de uma outra pessoa ir no meu lugar, mas enfim, já
9311 tenho uma agenda comprometida 29 e 30 também.

9312 **Interlocutora não identificada** - A Nana poderia?

9313 **Interlocutora não identificada** - Em termos de agenda, sim, mas isso ainda vai...
9314 Você tem que formalizar isso para o Ministério, como eu falei, para correr os trâmites
9315 internos aqui, porque eu faço parte hoje, do Ministério, então, eu acho que...

9316 **Interlocutora não identificada** - Vou fazer uma pergunta bastante objetiva, assim
9317 do orçamento, eu entendi na reunião hoje que... A Rita falou que o nosso
9318 orçamento... Aí eu não sei se ele já existe... Ele existe no mundo... Enfim, mas não
9319 sei se ele existe no real. Então, é isso, assim. Porque se ele existe no real, e a gente
9320 tem autonomia, a gente define isso. Aí é isso que eu queria entender. É isso?

9321 **Interlocutora não identificada** - Eu entendi que o orçamento existe no mundo real,
9322 agora tem os trâmites burocráticos aqui, internamente do serviço público, que eu
9323 estou aprendendo, assim como muita gente, então eu conseguia verificar isso a
9324 hora que acabar a reunião, eu verifico isso no gabinete da SNPG, como funciona
9325 isso, essas coisas de empenho, não sei o quê, não sei exatamente como isso
9326 funciona. Está? Aí eu tenho que se perguntar, mas eu acho que esse não é o... Não
9327 seria o centro do problema, não.

9328 **Interlocutora não identificada** - Então vamos lá, objetivamente. Esse ofício que a
9329 Maria Clara redigiu, ele já serve para a gente operacionalizar essa questão?

9330 **Interlocutora não identificada** - Sim, porque vocês já estão dizendo que querem
9331 ir.

9332 **Interlocutora não identificada** - Está, mas é que talvez seja melhor especificar
9333 algumas coisas que seriam dois membros, então do comitê, né?

9334 **Interlocutora não identificada** - Sim.

9335 **Interlocutora não identificada** - É... Dois membros, eu não sei. O pessoal do
9336 mecanismo pode me ajudar, quem vocês acham necessário?

9337 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que o documento, o ofício, é do comitê,
9338 dizendo que vai, né? Dizendo que vai fazer uma missão ao Rio Grande do Norte,
9339 entende que essa missão deve ser conjunta com o mecanismo. Aí vocês têm que
9340 oficiar o mecanismo, porque o mecanismo precisa responder isso formalmente. Eu
9341 estou falando de burocracia interna, está? E vocês também estão convidando, que
9342 eu estou lendo aqui, também convidam o Ministro de Direitos Humanos e Cidadania,
9343 aí isso tem que ir para o gabinete do ministro, vai para o gabinete ministerial, por
9344 isso que eu estou falando que vocês enviando esse ofício, a gente enviando, na
9345 verdade, porque a gente que está fazendo esse apoio, por enquanto ainda sou eu
9346 que estou fazendo esse apoio ao comitê. Hoje ainda, a gente ganha fôlego, porque
9347 muita coisa efetivamente, a gente está trabalhando até 10 horas da noite, então nós
9348 ainda temos tempo. Entendeu?

9349 **Interlocutora não identificada** - Está. A Fernanda... Você está com a mão
9350 levantada? Ou você esqueceu de abaixar? Está. A Ana Valesca levantou a mão.

9351 **Interlocutora não identificada** - Só destacando, né? É uma decisão do gabinete
9352 ministerial, se participar ou não, mas se vocês já tomaram a decisão de ir, eu acho
9353 que o ofício tem que ser encaminhado nesse sentido para garantir vocês o
9354 mecanismo, até porque tem outros órgãos que já sinalizaram que vão, então, vocês
9355 não têm necessariamente que depender de uma decisão do gabinete ministerial de
9356 participar ou não, vocês podem ir encaminhando as coisas de uma vez, eu acho.

9357 **Interlocutora não identificada** - Está. Ana Valesca e depois Maria Clara.

9358 **Interlocutora não identificada** - Só para reforçar o que a Bárbara falou, que é
9359 importante a nossa saída nesse momento, considerando também que vai haver a
9360 DPU lá, né? E para não ir somente a perita focal e também mais um perito que
9361 participou da missão, inclusive no caso, eu iria com a Bárbara. Só que a questão é
9362 que a gente não tem o orçamento, né? A gente sabe que tem que ter o orçamento
9363 também aos 500 e poucos mil disponível, né? Mas acho que vai pelo comitê, não
9364 sei se é pelo gabinete ministerial, enfim. Então, são duas pessoas também pelo
9365 mecanismo nacional.

9366 **Interlocutora não identificada** - Maria Clara.

9367 **Interlocutora não identificada** - Nanda eu coloquei como ofício conjunto,
9368 mecanismo e comitê, isso não é suficiente, não? Para não precisar a gente mandar
9369 para o mecanismo? Porque daí já está os dois falando exatamente isso, nós vamos,
9370 se o ministério quiser ir, está sendo convidado, é importante, mas se não quiser,
9371 nós vamos também mesmo assim. Tu acha que isso...

9372 **Interlocutora não identificada** - Eu não tinha entendido que já tinha costurado
9373 nesse sentido, então sim, é um ofício conjunto, é um procedimento só.

9374 **Interlocutora não identificada** - Está, pronto. Vocês do mecanismo estão de
9375 acordo também, né com o ofício conjunto?

9376 **Interlocutora não identificada** - Está. Então a gente coloca dois membros do
9377 comitê, dois membros do mecanismo e a data que seria... Entendendo a prioridade
9378 aqui da data, a gente coloca a sugestão da Maria Clara, entendendo que,
9379 teoricamente, seria na semana que vem, 28, 29 e 30, mas com a possibilidade de
9380 se estender até a próxima semana, se a gente não achar agenda, como que a gente
9381 coloca essa questão da data?

9382 **Interlocutora não identificada** - Não dá para ser aqui, visita conjunta em caráter
9383 emergencial nos dias 28, 29 e 30 de março ou no máximo, até o dia 5 de março de
9384 2023, contempla assim?

9385 **Interlocutora não identificada** - Pode botar com retorno máximo, né?

9386 **Interlocutora não identificada** - Oi?

9387 **Interlocutora não identificada** - Pode colocar com retorno.

9388 **Interlocutora não identificada** - Ah, sim. Ou, no máximo, nos dias... Ou então, a
9389 gente detalha aqui exatamente, seriam 03, 04 e 05, né? No máximo, no dia 03, 04
9390 e 05 de março, pronto pode ser assim? Acho que a gente continuaria no final de
9391 semana, né?

9392 **Interlocutora não identificada** - De abril, Maria Clara.

9393 **Interlocutora não identificada** - Opa, é verdade.

9394 **Interlocutora não identificada** - Daí, a gente fica aqui, enfim dentre as pessoas
9395 que estão aqui, entendido que, teoricamente iria a Ana que está lá, eu porque a
9396 Maria Clara não pode, mas, enfim, também isso pode ser mudado porque não está
9397 escrito aqui, mas assim, só para a gente deixar claro, né? Ana Valesca e Bárbara.
9398 E aí, pensar nos representantes do Ministério de Direitos Humanos. E aí, eu vou
9399 sugerir, enquanto estão fazendo aqui, é que a gente marque uma reunião, quem
9400 está aqui do GT e que se inscreveu aqui, que a gente marque uma reunião para
9401 amanhã, porque eu acho que essas questões, enfim, têm que ser definidas amanhã
9402 e os convites têm que ser, enfim, também feitos amanhã, então não sei se todo
9403 mundo pode, mas eu acho que a gente deveria marcar uma reunião amanhã.

9404 **Interlocutora não identificada** - Posso amanhã à tarde, Sofia, pela manhã eu não
9405 posso, mas à tarde eu posso.

9406 **Interlocutora não identificada** - Às duas da tarde vocês podem? Vocês podem,
9407 Bárbara, Ana?

9408 **Interlocutora não identificada** – Tenho uma reunião às duas da manhã com outra
9409 pauta de uma missão que também já está prevista, se pudesse, pelo menos três e
9410 meia.

- 9411 **Interlocutora não identificada** - Para mim é difícil esse horário. E daí eu só
9412 poderia, por exemplo, no final do dia, às 18h30, mas não sei se é muito tarde, sexta-
9413 feira. Poderiam, às 18h30?
- 9414 **Interlocutora não identificada** - A reunião seria o quê? Para combinar os
9415 detalhes?
- 9416 **Interlocutora não identificada** - É, eu acho que sim, para reunir esse GT aqui de
9417 uma forma separada.
- 9418 **Interlocutora não identificada** - Está, mas eu acho que a gente precisa pelo menos
9419 de uma resposta preliminar do governo.
- 9420 **Interlocutora não identificada** - Acho que esse horário a gente já vai ter, não? Às
9421 18h30?
- 9422 **Interlocutora não identificada** - Deixa eu só falar. Acabei de...
- 9423 **Interlocutora não identificada** - Independente. Desculpa, Bárbara.
- 9424 **Interlocutora não identificada** - Não, eu que não vi aqui, já estou num nível de
9425 cansar surreal. Acabei de saber que eu posso de 14h. Gente, porque para fechar
9426 esse relatório desse jeito, foram muitas noites sem dormir, então posso sim, 14h
9427 sim, estou virando aqui se puder 14h, eu posso.
- 9428 **Interlocutora não identificada** - Posso também.
- 9429 **Interlocutora não identificada** - Está, então a gente pode marcar as 14h amanhã?
9430 E aí, eu acho que...
- 9431 **Interlocutora não identificada** - Eu vou mantendo vocês informados pelo grupo da
9432 mesa diretora.
- 9433 **Interlocutora não identificada** - Fernanda, se levantou a mão?

9434 **Interlocutora não identificada** - Não, tinha aberto só aqui o microfone rapidinho,
9435 porque aí se vai ter reunião amanhã, seria bom chamar alguém do Ministério de
9436 Direitos Humanos, a Nanda você falou que não podia ir, ela falou que tinha uma
9437 comissão de direito de... de assuntos digitais, Nanda, até perguntei aqui no chat.
9438 Não?

9439 **Interlocutora não identificada** – Não, é um grupo de trabalho do Ministério da
9440 Justiça sobre banco de dados de perfis genéticos, que essa questão dos METs, que
9441 a gente também está preocupado com reconhecimento, enfim, então também está
9442 na nossa pauta e é importante assim, a gente está sem suplência, então vou tentar.
9443 E também tem a questão que a Nana já levantou, enquanto Ministério, a gente
9444 precisa do ok para ir.

9445 **Interlocutora não identificada** - De repente, Nana, articulei com alguém para
9446 participar amanhã dessa reunião, para ver se alguém do Ministério de Direitos
9447 Humanos consegue ir.

9448 **Interlocutora não identificada** - Do gabinete que vocês querem?

9449 **Interlocutora não identificada** - Sim, exato.

9450 **Interlocutora não identificada** - Entendi. Está acabando a reunião aqui, eu vou ali
9451 fazer minha missão de perturbação.

9452 **Interlocutora não identificada** - É preocupação, porque alguém aqui falou sobre a
9453 questão de segurança, eu não lembro quem foi que falou, e de fato...

9454 **Interlocutora não identificada** - Sim, foi Ronilda, eu acho que ela está mega certa.

9455 **Interlocutora não identificada** - Então, acho que se tiver alguém do próprio
9456 Ministério, eu acho que isso traz mais segurança até para quem está indo.

9457 **Interlocutora não identificada** - Sim. Eu queria ver se possível, para subsidiar mais
9458 o meu corre aqui dentro, porque é um corre gente, os outros atores que pretendem
9459 ir, DPU e etc, se vocês conseguissem saber, ainda que informalmente, não precisa

9460 ser formalmente, a data que está sendo acordado, me ajudaria um pouco sabe,
9461 gente?

9462 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que talvez a Bárbara e a Ana consigam
9463 essa informação que elas que falaram que... Ah, está.

9464 **Interlocutora não identificada** - A Fernanda, pode?

9465 **Interlocutora não identificada** - Posso falar só uma coisa? É que eu só estou
9466 precisando de um pouquinho de tempo para confirmar essa aquisição com a DPU
9467 de data, porque aí a gente está até ali articulando, não sei se a gente faz um GT
9468 logo um WhatsApp que ajuda a movimentar, a gente adora mais um grupo de
9469 WhatsApp, e amanhã de manhã também vai ter mais uma resposta interessante,
9470 então tem duas etapas dessa conversa aí, amanhã até às 11 da manhã, por
9471 exemplo, já saberia tudo, todas as confirmações aí de outros atores, né?

9472 **Interlocutora não identificada** - Então, a Maria Clara levantou umas questões aqui
9473 importantes do CNDH, que talvez eles não conseguissem dia 29 e 30, mas acho
9474 que vocês podem ver aí, alguém pode falar com o CNDH. Assim, só do que eu tinha
9475 comentado com a Edna, porque ela vai estar nessa mesma data, ela também vai
9476 estar em Brasília para a reunião da mesa diretora, então vai estar acontecendo a
9477 reunião da mesa diretora, por isso acho que a gente não vai conseguir, mas enfim.
9478 Precisa confirmar se tem outra pessoa que pode e tal.

9479 **Interlocutora não identificada** - As reuniões da mesa diretora são presenciais?

9480 **Interlocutora não identificada** - São. Fica a dica.

9481 **Interlocutora não identificada** - Não, mentira, acho que nem precisa, mas só para
9482 entender como funcionam os outros. Já foi presencial? Fernanda, que está aqui um
9483 tempão.

9484 **Interlocutora não identificada** - A reunião da mesa diretora?

9485 **Interlocutora não identificada** - É.

9486 **Interlocutora não identificada** - Eu não tenho essa notícia não, não sei. Não sei
9487 como é.

9488 **Interlocutora não identificada** - De acordo com a Luana, que está aqui há bastante
9489 tempo, não. Nunca foi presencial.

9490 **Interlocutora não identificada** - Pronto.

9491 **Interlocutora não identificada** - Gente, eu acho assim, a gente marcou essa
9492 reunião para amanhã, com as pessoas que estão aqui, eu sinceramente estou muito
9493 cansada, imagino que todo mundo esteja exausto, eu já não aguento mais pensar,
9494 esse formato é muito maçante, e não só isso, tipo a pauta que a gente trabalha é
9495 muito complexa, se a gente não levar isso em consideração é um absurdo, porque
9496 tipo, a gente está aqui falando essas coisas, mas assim são coisas muito, muito
9497 sérias, a fala dos familiares sempre é algo muito, é muito difícil, e eu tenho um
9498 sentimento muito grande de impotência em relação a tudo isso, então assim, é muito
9499 difícil esse trabalho como todo, e obviamente todo mundo está correndo aqui, mas
9500 assim, para ser bem objetiva eu acho que a gente fez a criação do GT tem esse
9501 ofício que a Maria Clara fez, e que vai ser enviado, e a gente vai ter uma resposta,
9502 tiveram pontos na pauta que não foram tratados, e aí acho que eles vão ser tratados
9503 mesmo, porque não existe mais nenhum fôlego para isso, e aí o que eu queria
9504 propor, e ver a possibilidade e tudo mais, é que a gente acabou fechando o
9505 calendário de reuniões, só que eu acho que talvez a gente pudesse ver a
9506 possibilidade, e aí eu não sei se existe isso ou não, porque nas nossas reuniões
9507 são dois dias inteiros, mas talvez a gente pudesse ficar dois dias inteiros e mais
9508 meio, porque daí a gente conseguiria tratar desses temas que a gente não tratou,
9509 ou a gente marca uma reunião extraordinária para tratar isso, mas realmente assim,
9510 esse formato online, eu não acho que faz sentido sendo que a gente recebeu a
9511 notícia de que a gente vai ter o orçamento para ir presencial. Então o que eu sugiro
9512 é que a gente pense internamente que na próxima reunião, apesar da gente ter já
9513 fechado o calendário, eu não estou sentindo que tem uma questão, enfim, do
9514 governo de não diálogo, de que as coisas são tão estanques quanto eram, e que a

9515 gente ia ficar brigando por absolutamente tudo. Então acho que se a gente nessa
9516 próxima reunião, fizer uma reunião presencial de três dias, enfim, ou dois dias e
9517 meio, eu acho que seria mais produtivo e a gente conseguiria tirar tudo que está
9518 atrasado, que a gente não está conseguindo dar conta, porque senão fica isso, cada
9519 reunião aparece mil demandas e as demandas que estavam lá atrás, elas ficam
9520 perdidas. Então, acho que a sugestão é essa, e a gente pode ir trabalhando para
9521 isso, para pensar nisso, e acho que a Maria Clara tem razão que a gente pode
9522 começar a pensar, a partir de agora também, em reuniões que sejam do modo
9523 presencial, porque de fato é muito, muito, muito, muito exaustivo essas reuniões
9524 assim, e acho que pouco produto, assim, são produtivas porque a gente produz
9525 bastante coisa, mas seria bem mais produtivo, acho que se fosse presencial,
9526 mesmo porque Brasília, todo mundo está aí, então você vai conversar com alguém
9527 e tal, e essa coisa faz diferença, né? A Maria Clara levantou a mão, a Fernanda
9528 levantou a mão, daí, com a fala delas, acho que a gente pode encerrar a nossa
9529 reunião.

9530 **Interlocutora não identificada** - Sim Sofia, estou super de acordo, só para finalizar
9531 mesmo, porque esse ofício vai ser enviado hoje e é conjunto, então todo mundo tem
9532 que dar de acordo. Eu coloquei um parágrafo ali falando sobre a justificativa do
9533 ministro, e aí eu acho que é bom saber se todo mundo realmente está de acordo
9534 com esse tom, coloquei no sentido, conforme deliberado na referida reunião, a
9535 presença do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadanias é essencial para a
9536 visibilização desse cenário, e maior envolvimento dessa pasta com a situação, para
9537 além das soluções pontuais e emergenciais já anunciadas pelo Ministério da Justiça
9538 e Segurança Pública, além de garantir maior segurança para os membros do
9539 CNPCT e mecanismo, e maior possibilidade de agenda com as autoridades locais.
9540 Eu também já estou cansada, não sei se está dando para entender, se está sendo
9541 muita cutucada, fiquem aí, enfim, acho que podemos ajustar o tom também.

9542 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que ficou bom.

9543 **Interlocutora não identificada** - Está ótimo.

9544 **Interlocutora não identificada** - E só para dizer que amanhã pela manhã então,
9545 pessoal, a gente tem uma reunião com a DPU e com a Ouvidoria Nacional de
9546 Direitos Humanos, então de repente tem uma luz por aí também. Assim que eu
9547 souber, eu me comunico com vocês, está?

9548 **Interlocutora não identificada** - Está.

9549 **Interlocutora não identificada** - Ótimo, já estamos na ouvidoria para ir junto
9550 também.

9551 **Interlocutora não identificada** - Vou fazer assim, eu vou criar esse grupo de
9552 WhatsApp, eu vou colocar quem eu tenho contato e colocar todo mundo de
9553 administrador e as pessoas vão colocando as pessoas que tem o contato e avisam
9554 também da reunião de amanhã. Está, daí... A Fernanda.

9555 **Interlocutora não identificada** - Esse computador está doido, eu não levantei a
9556 mão.

9557 **Interlocutora não identificada** - Ah, você não levantou a mão? Então está. Então
9558 gente, queria agradecer todos, todas, todes. Acho que foram dois dias bastante
9559 produtivos e serão mais ainda, enfim acho que é isso, acho que a gente segue aí e
9560 acho que as nossas articulações elas têm que continuar independente da reunião e
9561 levando em consideração esse espaço de diálogo com o Ministério e também no
9562 sentido da gente cobrar a nossa participação nas discussões ainda que não sejam
9563 no âmbito das reuniões ordinárias, porque estão sendo discutidas as questões, por
9564 exemplo, com o Ministério da Justiça, Ministério dos Direitos Humanos, etc, e não
9565 necessariamente a gente está sendo convidado para discutir e a gente poderia estar
9566 sendo também convidado como um ator para discutir essas questões. Alguém quer
9567 falar mais alguma coisa?

9568 **Interlocutora não identificada** - Eu levantei a mão só para agradecer a acolhida
9569 de todos, que eu estou chegando aqui, a paciência de vocês com as minhas
9570 questões também, inclusive os atropelos do chat, porque às vezes eu fico pensando

- 9571 coisas e não quero atrapalhar as falas, mas termina atrapalhando. Então, tenham
9572 paciência comigo e muito obrigada pela acolhida e pelo apoio nesse momento tão
9573 crítico aqui.
- 9574 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, gente. Boa noite, a gente se fala. Tchau,
9575 gente.
- 9576 **Interlocutora não identificada** - Boa noite.
- 9577 **Interlocutora não identificada** - Tchau, gente.
- 9578 **Interlocutora não identificada** - Boa noite também.
- 9579 **Interlocutora não identificada** - Boa noite, Sofia. Mandar e-mail da vice-
9580 presidência?
- 9581 **Interlocutora não identificada** - Mandar o quê por email?
- 9582 **Interlocutora não identificada** - Documento que a Maria Clara fez.
- 9583 **Interlocutora não identificada** - Mas eu mando para quem? Para vocês? Para o
9584 comitê?
- 9585 **Interlocutora não identificada** - É. Eu acho que tem o email da secretaria também.
- 9586 **Interlocutora não identificada** - Ah, eu que mando. É, isso que eu queria alinhar
9587 com vocês. Se vocês querem que a gente mesmo mande ou pelo email do CNPCT?
- 9588 **Interlocutora não identificada** - Então não sei, o que você acha melhor assim, em
9589 termos de efetividade?
- 9590 **Interlocutora não identificada** - Você teria que assinar eletronicamente, né?
- 9591 **Interlocutora não identificada** - É, a gente faz um protocolo, a Sofia assina e a
9592 gente manda, mas a gente não perdendo no protocolo da secretaria executiva,
9593 porque se a gente mandar...

- 9594 **Interlocutora não identificada** - A gente faz o SEI que você fala. Está, a gente vai
9595 subir no SEI, que aí vai aparecer para você assinar pela assinatura eletrônica.
- 9596 **Interlocutora não identificada** - Está, vocês me avisam quando vocês subirem,
9597 que daí eu já assino.
- 9598 **Interlocutora não identificada** - Sofia é mais prático você mandar para elas e aí
9599 elas avisam para você na hora de assinar.
- 9600 **Interlocutora não identificada** - Então, mas o documento já está com elas, aí elas
9601 fazerem, colocarem no SEI e aí eu assinar no SEI.
- 9602 **Interlocutora não identificada** - A Maria Clara fez o link. Eu te mando antes para
9603 você dar uma lida e conferir se quer que mude alguma coisa antes de subir no SEI,
9604 está?
- 9605 **Interlocutora não identificada** - Está, obrigada, Luana, Débora, Nana, por todo o
9606 corre aí.
- 9607 **Interlocutora não identificada** - De nada, estamos aqui.
- 9608 **Interlocutora não identificada** - Obrigada.
- 9609 **Interlocutora não identificada** - Tchau, Sofia, tchau, gente.
- 9610 **Interlocutora não identificada** - Tchau, gente. Boa noite.